Programa de Pós-graduação em Memória Social

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

ESPAÇOS PRISIONAIS E PESSOAS LGBT: SEXUALIDADE, GÊNEROS, IDENTIDADES E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A MEMÓRIA SOCIAL, RECONHECIMENTOS E FRAGMENTAÇÕES.

Rio de Janeiro, 2019

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

ESPAÇOS PRISIONAIS E PESSOAS LGBT: SEXUALIDADE, GÊNEROS, IDENTIDADES E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A MEMÓRIA SOCIAL, RECONHECIMENTOS E FRAGMENTAÇÕES.

Exame de Defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro, 2019

M194

MEIRELLES SANT'ANNA, SEBASTIAO CESAR
ESPAÇOS PRISIONAIS E PESSOAS LGBT: SEXUALIDADE, GÊNEROS,IDENTIDADES E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A MEMÓRIA SOCIAL, RECONHECIMENTOS E FRAGMENTAÇÕES / SEBASTIAO CESAR MEIRELLES SANT'ANNA. -- Rio de Janeiro, 2019.
265

Orientador: FRANCISCO RAMOS DE FARIAS.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2019.

1. IDENTIDADE . 2. GÊNERO. 3. SEXUALIDADE. 4. PRISÃO. 5. MEMÓRIA SOCIAL. I. RAMOS DE FARIAS, FRANCISCO, orient. II. Título.

Exame de Defesa de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.

Sebastião Cesar Meirelles Sant'Anna

Tese apresentada em 26.fev.2019

Aprovado por:

_____

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias - (ORIENTADOR) – UNIRIO

_____

Prof.ª Drª. Lobélia da Silva Faceira (UNIRIO)

_____

Prof.ª Drª. Sandra Albernaz de Medeiros (UNIRIO)

_____

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano (FURG)

_____

Prof. Dr. José Paulo de Morais Souza (SEAP)

Rio de Janeiro, 2019

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos aqueles de maneira direta ou indireta o tornaram possível, em especial à minha mãe Dilma (*in memoriam*) que dentro de seus poucos recursos e sem ter a exata noção do que esse estágio representa, viveu esse sonho e fez o seu melhor para que eu chegasse até aqui.

A todos minha gratidão e meu muito obrigado!

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho se faz sozinho. Ao longo de nosso caminho vamos construindo relações que podem se estender por toda a vida, ou se desfazer. No entanto, aqueles que são representativos permanecem em nossa memória. Ao terminar essa etapa, busco nas lembranças acontecimentos e pessoas que contribuíram para que eu chegasse aqui. Talvez, por algum motivo, o esquecimento me acometa, porém, espero que eu possa expressar minha gratidão a todos, indistintamente que marcaram a caminhada. A uma energia superior, chamada de cosmos, de Deus, ou seja, qual denominação for, por minha existência, por estar latente em mim, me impulsionando para continuar. Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias por sua contribuição, que permitiu o melhor desenvolvimento desse trabalho. Agradeço também à amiga e Profª. Drª.Lobélia da Silva Faceira pela disposição em ouvir e ajudar sempre, à Profª Drª Sandra Albernaz pela força no mestrado e por fazer parte da banca de doutorado, à amiga e companheira de curso Sandra de Almeida Figueira pelo contato e apresentação da unidade prisional em que desenvolvi a pesquisa de campo, ao amigo e companheiro de curso José Paulo de Morais Souza pelas dicas e disposição de fontes bibliográficas. Dentro do espectro familiar, agradeço, sobretudo à minha mãe, mulher guerreira que, analfabeta funcional, viúva aos trinta e oito anos e com cinco filhos, encontrou força para criar todos, desejando sempre que esses pudessem ser de alguma forma melhor que ela. Agradeço aos irmãos Marcos, pelos livros e Denise por todas as ajudas, mesmo quando para ela era difícil ajudar. À tia Marlene, agradeço a dedicação, e mais que isso, por ser um modelo, exemplo de responsabilidade, de seriedade, de honestidade.... À Isolda, mais que tia, uma amiga a quem agradeço por ouvir e apoiar, me ajudando em todas as incertezas diante da vida. Ao corpo docente, devo agradecer de forma especial! A esses profissionais que, mais do que me ensinarem conteúdos, ajudaram a construir o que sou hoje, e, mais ainda, incutiram-me a admiração e desejo de também me tornar um professor. Professoras Margareth, Regina Célia, Elza e Luzia, do ensino fundamental, primeiro segmento, Professora Ilza, do fundamental, segundo segmento, Nair, do ensino médio e que me fez entender matemática, em nível de graduação agradeço à maravilhosa profissional,

professora Ângela, extremamente dedicada à sua atuação, Professora Maria Elena, sempre disposta a ajudar, professora Adrianne Ogêda, por me aceitar como seu monitor, professora Cláudia Miranda, por ajudar no início da construção do meu trabalho, à professora Antônia (Tunica) pela grande contribuição quanto ao entendimento das vicissitudes humanas. Em nível institucional devo agradecer ao sr. Winkler de Freitas Teles, diretor do Centro de Ressocialização de Cuiabá e ao sr. Mauro Falca, psicólogo da referida instituição pela ajuda no desenvolvimento da pesquisa de campo como também ao psicólogo Luciano, ao chefe de segurança e agentes Rogério Wagner, à assistente social Isabel, à advogada Betariz, aos amigos..... Simone, Rosa, Carla, por momentos difíceis e prazerosos na nossa atuação em projetos sociais. Elizete, irmã e amiga que me deu muito mais que força, acreditou em mim em momentos que eu mesmo não acreditava, Sandro (Dedeco), por trazer alegria e fazer meu caminho mais leve, Dalmir, pela amizade e generosidade que me permitiu tantas coisas, disponibilizando espaço, dando apoio moral e material, Siana, por acreditar e ajudar ainda no começo da construção do caminho de pós-graduação, Vanessa e Larissa, que me acompanharam durante a graduação, Alexandra, que penso ter começado a graduação apenas para que nos conhecêssemos. Ao companheiro Vinícius, que, caminhou junto, tornando a jornada menos árdua. Às companheiras e chefes, Elizabeth e Fernanda, por permitirem que eu pudesse de fato cursar as disciplinas obrigatórias, flexibilizando meu tempo e apoiando sempre que necessário, às amigas de trabalho Jane e Tamara que, assim como a chefia flexibilizaram cargas horárias, disponibilizando seus próprios descansos a meu favor. Um agradecimento em especial ao amigo e, hoje componente da banca, Prof. Dr. Márcio Rodrigo Caetano. Creio que devo destacar aqueles(as) que foram a razão principal desse trabalho, os reeducandos do Centro de Ressocialização de Cuiabá:

Ana, Natacha, Thays, Rayka, Keyla, Bianca, Tamires, Yara, Duda, Nathalia, Ray, Mauro, Adonis, Adriano, Ricardo, Eder, André, Emerson, Eduardo, Otaviano e Wilas.

Perceba que não tem como saber
São só os seus palpites na sua mão
Sou mais do que o seu olho pode ver
Então não desonre o meu nome

Não importa se eu não sou o que você quer
Não é minha culpa a sua projeção
Aceito a apatia se vier
Mas não desonre o meu nome

Pitty

RESUMO

A construção social ao longo de séculos disseminou regras de modelos comportamentais em diversos âmbitos, dentre eles o social e sexual, esses por sua vez, têm sofrido modificações mais significativas a partir do século XX. Tais mudanças correlacionam-se diretamente com a memória, haja vista ser de fundamental importância o entendimento do quadro social de épocas passadas para se pensar novos mecanismo de criação, sem que esses representem mera repetição dos modelos anteriores. Ao longo da história da sociedade brasileira, sujeitos que não se enxergam num modelo binário heterossexual sofrem o preconceito de seus posicionamentos; assim como aqueles que cometem crimes, sobretudo quando privados de liberdade. O preconceito atinge um patamar ainda maior quando essas situações se combinam. Buscando o combate à discriminação em consonância com direitos estabelecidos em diversos documentos nacionais e internacionais, O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e o Conselho Nacional de combate à Discriminação, estabeleceram em 2014 parâmetros de acolhimento aos membros da comunidade LGBT privados de liberdade. O que parece num primeiro momento o reconhecimento de direitos vem sendo também discutido na perspectiva de que de identidades diversas teriam como consequência a fragmentação e neutralização do posicionamento desses grupos. Esse trabalho tem como objetivo o estudo da impactação da presença de espaços prisionais específicos e acolhimento da população LGBT no Centro de Ressocialização de Cuiabá, buscando relacionar as narrativas dessas pessoas ao estudo da Memória social.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, identidade, prisão, direitos, memória social.

ABSTRACT

The social construction for centuries spreads rules of behavioral models in various fields, including social and sexual, these for your time, have suffered the most significant modifications from the twentieth century. These changes correlate directly with the memory, being of fundamental importance to the understand the social context of preview times to think about new creation mechanism, without which these represent mere repetition of previous models. Throughout the history of brazilian society, people who do not see a straight binary model suffer the prejudice their positions; as well as those who commit crimes, especially when deprived of liberty. The prejudice reaches an even higher level when these situations are combined. Searching for combating discrimination in line with established rights in various national and international documents, the National Council of Criminal and Penitentiary Policy and the National Council to combat discrimination, established in 2014 to parameters host to members of the LGBT community deprived of freedom. What seems at first the recognition of rights has also been discussed so that the recognition of different identities could fragment and neutralize the positioning of these groups. This work has as objective the study of the presence of impaction prison spaces and host of the LGBT population in the Resocialization Centre of Cuiabá, seeking to relate the narratives of these people to the study of social memory.

Keywords: gender, identity, prison, rights, social memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Carta de Imagem CRC 151
Figura 2 - Espaço entorno do CRC.....152
Foto 1 – Área administrativa, unidade I.....154
Foto 2 – Ala Fraca, unidade I 154
Foto 3- Igreja Evangélica, unidade I.....155
Foto 4 – Ala do convívio, unidade I 155
Foto 5 – Biblioteca, unidade II.....158
Foto 6 – sala de aula, unidade II.....159
Foto 7 – enfermaria, unidade II.....159
Foto 8 – marcenaria, unidade II.....160
Foto 9- lavanderia, unidade II.....160
Foto 10 – Fabricação de cadeiras, unidade II 160
Foto 11 – Horta, unidade II.....161
Foto 12 – Minhocário, unidade II.....161
Foto 13 – Criação de aves, unidade II.....162
Foto 14 – Vista da ala arco-íris.....164
Foto 15 – Vista do interior de cela na ala arco-íris.....167
Foto 16 – Área destinada à construção de salão de beleza.....168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orientação sexual dos entrevistados.....189
Gráfico 2 – Identidade de gênero dos entrevistados.....191
Gráfico 3 – Escolaridade dos entrevistados.....197
Gráfico 4 – Etnia dos entevistados.....199
Gráfico 5 – Já sofreu abuso?.....200
Gráfico 6 – Tem família.?.....201
Gráfico 7 – Participou de militância.?.....204
Gráfico 8 – Faixa-etária dos entevistados.....206
Gráfico 9 – Tempo de condenação.....206
Gráfico10 – Tipos de crime.....207
Gráfico 11– Se vê como criminoso?.....208
Gráfico 12 – Trabalhava antes da detenção?.....211
Gráfico 13 – Ocupação.....211
Gráfico 14 – Religião.....212

LISTA DE SIGLAS DE ABREVIAÇÕES

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

ABL – Academia Brasileira de Letras

AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (sigla em Inglês)

ANTRA – Associação Nacional de Travestis

ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados

CBB- Coletivo Brasileiro de Bissexuais

CFM – Conselho Federal de Medicina

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNCD - Conselho Nacional de Combate à Discriminação

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CNT – Coletivo Nacional de Transexuais

CRC- Centro de Ressocialização de Cuiabá

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DSI – Divisão de Segurança Interna

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis e Transexuais

HIV – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

LBL – Liga Brasileira de Lésbicas

LEP – Lei de Execução Penal

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs- Organizações não Governamentais

ONU – Organização da Nações Unidas

ONU/BR - Organização das Nações Unidas no Brasil

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Projeto de Lei

RG – Registro Geral (identidade civil)

SEAP- Secretaria de Administração Penitenciária

SEDUC – Secretaria de Educação

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUS- Sistema único de Saúde

USP – Universidade de São Paulo

WHO- World Health Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

A escolha do campo.....22
Perspectivas teóricas.....25
Justificativa.....37
Objetivos.....38
Considerações metodológicas.....39

1 – ATENTANDO A CONCEITOS.....46
1.1Sexualidade.....47
1.2Gênero.....50
1.3 Identidade.....51
1.4 Orientação Sexual.....56

2-HOMOSSEXUALIDADE, O PONTO INICIAL.....58
2.1 O período clássico.....60
2.2 Ascenção cristianismo.....63
2.3 A Renascença, Iluminismo e considerações da ciência no século XIX.....65

3 – LUTAS FEMININAS, MOVIMENTOS SEXUAIS E TEORIA QUEER.....72
3.1 Movimentos homossexuais no Brasil.....74
3.2 Quarta fase: movimento LGBT pós epidemia AIDS.....90
3.3 Teoria queer: o início da subversão binária de gênero.....95

4 – A PERCEPÇÃO SOBRE PESSOAS LGBT PRIVADA DE LIBERDADE.....104
4.1 Histórico das prisões no Brasil.....106
4.2 O código penal do Império.....110
4.3 O código penal de 1890.....115
4.4 Homossexuais no contexto pós 1930.....122

5- O CAMPO.....148

5.1 Características do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC).....148
5.2 Recepção e Rotina no campo.....152
5.3 O Projeto Dignidade, a ala arco-íris e as pessoas LGBT na unidade.....162
5.3.1 O Projeto.....162
5.3.2 O olhar dos profissionais com relação ao projeto.....175
5.3.3 O olhar do grupo com relação ao projeto.....188
5.3.4 Perfil dos entrevistados.....189
5.3.4.1 Orientação sexual e identidade de gênero.....189
5.3.4.2 Sobre a vulnerabilidade.....197
5.3.4.3 Da percepção do que é crime e sobre o sentimento de ser criminoso.....205
5. 3.4.4 Diagnóstico de campo.....215

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....219
6.1 Prisão.....232
6.2 Considerações finais a partir do trabalho de campo.....238

REFERÊNCIAS.....254

INTRODUÇÃO

Durante a revisão bibliográfica visando a elaboração de minha dissertação de mestrado, que abordava a questão da educação prisional, tive contato com diversos dados e informações que apontavam para uma situação bastante precária no sistema carcerário brasileiro. As principais informações constavam no relatório do DEPEN (2014) no qual a precariedade pode ser percebida de diversas formas, dentre as quais destaco algumas em nível educacional, objeto da dissertação, como: inadequação espacial para a oferta de educação nos sistemas prisionais, fragilidade na relação entre educador e diretor das unidades, da definição sobre o acesso do detento à sala de aula, exigência de um quórum mínimo para a implementação de determinados projetos, constante inserção de novos alunos em turmas em andamento, ausência de projetos avaliativos para reconhecimento de saberes com vistas à inserção de discentes em nível compatível, falta da articulação da qualificação profissional com a educação, falta de comunicação entre as Secretarias de Educação e Administração Penitenciária, impossibilidade de abranger todos os custodiados na modalidade, ademais, os dados estatísticos do DEPEN (2014) mostram que 50% das prisões no país não tem salas de aulas, apenas 16% dos detentos em unidades com salas de aula estão estudando, apenas 1 em cada 10 detentos está envolvido em alguma atividade educacional, 6% são analfabetos, 70% não possuem ensino fundamental completo, e apenas 1% possui nível superior completo. Confrontando tais informações com os dados relativos ao ano de 2016 (DEPEN 2017), observamos ainda que apenas 12% da população prisional está envolvida em algum tipo de atividade educacional, sendo 50% dessa em formação do ensino fundamental e apenas 2% envolvidas em atividades educacionais complementares, como a remição por leitura ou esporte. Segundo os dados o nível de escolaridade é muito baixo, com 61% dessas pessoas sem o ensino fundamental completo, 14% com ensino fundamental completo, 15% com ensino médio incompleto e apenas 9% com ensino médio completo, 1% com ensino superior incompleto e 0 % com superior completo ou acima desse.

Outros problemas detectados pelo DEPEN (2014) corroboraram tal precariedade. No levantamento nacional de informações penitenciárias[1] que datam do mesmo ano, tomamos conhecimento que a população prisional no Brasil cresce cerca de 7% ao ano, o déficit de vagas está na ordem de 250.318, aumentada para 358.663 (DEPEN 2017), o crescimento de tal população, se comparada ao início da década de 1990 foi de 707%; a população de 18 a 24 anos representava 30,12% da total de detentos (DEPEN 2014) caindo para 30 % (DEPEN 2017), a chance de um detento ser contaminado por tuberculose é 28 vezes maior que a população geral, em 12 estados brasileiros os que possuem necessidades especiais por deficiências não são alocados em vagas compatíveis com a mesma. Dados do DEPEN 2017 mostram que apenas 67% das unidades dispunham de informações com pessoas com deficiências; que 64% encontram-se em unidades não adaptadas às mesmas; apenas 20% trabalham; (DEPEN 2017) e, ainda assim, 38,06% não recebem salário; 75% dos que trabalham não tem remuneração ou essa é inferior a ¾ do salário mínimo, contrariando o artigo nº 29 da LEP (LEI 7210/84) que determina que nenhum detento pode receber menos que ¾ do salário mínimo por trabalhos prestados, apenas nos estados de Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia e Acre, além do Distrito Federal, os privados de liberdade possuem algum tipo assistência jurídica, além do fato de a razão de médicos e enfermeiros e auxiliares de enfermagem ser de 1 para cada 129,51 detentos; se levado em consideração a saúde mental, essa razão aumenta de 1 para cada 352,45, com relação a psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais. No relatório de 2017, o DEPEN não apresenta dados específicos de estatística levando em consideração a média de tais profissionais na razão profissional /detento.

[1] Maiores informações podem ser encontradas em: SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles. **Educação prisional e as influências da Memória Social**. Curitiba: Prismas, 2017. p- 75-88.

A construção de um artigo com vistas à conclusão de uma disciplina da grade curricular do curso de Doutorado me levou ao questionamento das relações subjetivas travadas em âmbito prisional por parte de um grupo pertencente à população LGBT, representado por homossexuais (gays), bissexuais, travestis e transexuais.

Nesse sentido, minhas elucubrações estiveram direcionadas à condição desses atores, considerando as normas sociais estabelecidas prioritariamente a partir de um modelo binário masculino X feminino. De maneira análoga, procuramos analisar a condição do contexto prisional das pessoas que transitam de forma mais fluida por esse modelo, na perspectiva de identidade de gênero, ou que não se adequam ao paradigma heteronormativo, na perspectiva sexual.

Referências bibliográficas mostram que ao longo do tempo foram se construindo normas jurídicas que corroboram divisões comportamentais e papéis socialmente atribuídos ao masculino e feminino. Tais construções, associadas à disseminação de discursos em meio social, influenciaram especificamente no fortalecimento do binarismo masculino e feminino, desconsiderando ou marginalizando aspectos que fogem desse paradigma na perspectiva de identificação de gênero. Igualmente desconsideram e marginalizam sexualidades que não se enquadram na heteronormatividade.

No que se refere ao âmbito prisional, o levantamento bibliográfico aponta que tal modelo é produzido nas normas de convivências observadas nesse espaço, determinando comportamentos que valorizam aspectos relacionados ao masculino (força, resistência, rigidez...) e estigmatizam aqueles relacionados ao feminino (afetividade, fragilidade, emoção...) dentre outros.

Constrói-se um quadro em que as normas oficiais estabelecidas consideram o masculino e o feminino e as respectivas expectativas de papéis que devem ser desempenhados por esses. Tais normas interpõem-se nos próprios corpos, determinando vestuários, tipos de cortes de cabelo, procedimentos estéticos, e afins, o que por sua vez, gera uma dicotomia entre essas normas e a subjetividade daqueles que não se reconhecem nesse

modelo identitário binário. Se tal aspecto normativo já se faz presente nas relações sociais extramuro, dentro das unidades prisionais adquirem um caráter obrigatório, haja vista a impossibilidade da expressão identitária imposta pela instituição. Dessa forma, independentemente de como a pessoa apenada se enxerga, ou daquilo que considera como mais adequado para si, deve se submeter às regras estabelecidas, vigentes no âmbito prisional.

Esse impedimento da livre expressão de identidade incide provavelmente em travestis e transexuais, refletindo na problemática da discussão de gêneros. Em outro aspecto, como no estudo de sexualidades, considerando-se principalmente a orientação sexual, homens gays cisgêneros formam um grupo cujo expressão identitária não representa um problema emergente. Para essas pessoas é o desempenho de suas respectivas relações sexuais que caracteriza sua inadequação ao conceito de heteronormatividade, representando também um problema quando confrontado com as normas instituídas no âmbito prisional, seja pela direção da instituição, seja pela totalidade dos atores que estão inseridos nesse espaço.

Buscando o combate à discriminação em consonância com direitos estabelecidos em diversos documentos nacionais e internacionais, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e o Conselho Nacional de combate à Discriminação (CNCD/LGBT)[2], estabeleceram parâmetros de

[2] - O CNPCP é o primeiro dos órgãos de execução penal e está subordinado ao Ministério da Justiça. Sua criação se deu pela Lei de Execução Penal nº 7.210/1984. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), há a preconização desse órgão em todo território nacional, cabendo ao mesmo uma nova política criminal e penitenciária, considerando avaliações do sistema criminal, de criminologia e penitenciário, bem como executar planos nacionais de desenvolvimento quanto às metas e prioridades políticas a serem executadas. Fonte: < http:// www. gov. br/DEPEN/depen/cnpcp>. Acesso em: 02.nov.2018. BRASIL,1984. **Lei de Execução Prisional nº 7.210**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília,1984. Disponível em: < http: // www.planalto.gov.br/ccivil_003/Constituicao.htm>. Acesso em: 12.dez.2107

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o CNCD foi criado pelo Decreto nº 3952/01 para atuar na programação e acompanhamento de políticas públicas e envolvidos na defesa de direitos sociais e individuais de vítima de discriminação racial ou outra forma de intolerância. Em 2005, o Conselho, de acordo com o decerto nº 5937/05, passou a ser vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa, por sua vez, assumiu a defesa da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais desde o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Durante a III Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizado em Durban, África do Sul, a SDH reconheceu o direito à luta dos movimentos LGBT e passou a incluir um representante de cada segmento no comitê de preparação da

acolhimento aos membros da comunidade LGBT[3] em privação de liberdade (BRASIL, 2014b). Dentre as normas estabelecidas no documento federal, estão o direito a espaço de convivência destinados a travestis, transexuais e gays em universo prisional masculino, ao uso do nome social constando no regime de admissão do estabelecimento, o tratamento das transexuais iguais às pessoas do sexo biológico correspondente, direito à visita íntima, do (a) cônjuge, do (a) detento (a) receber auxílio reclusão, o uso de cabelo comprido, assim como, o uso optativo de roupas femininas ou masculinas e manutenção dos caracteres biológicos secundários de acordo com sua identidade, a manutenção do tratamento hormonal para travestis e transexuais e o acompanhamento de saúde específica (BRASIL 2014b).

Em âmbito estadual, no Rio de Janeiro existem dois projetos de leis. Esses preveem que além das normas estabelecidas em nível federal, seja proibida a revista íntima em ambientes públicos a travestis, transexuais e mulheres trans, que permita a exposição de nudez, devendo a mesma ser feita em ambiente reservado, além da distribuição de insumo relacionado ao sexo seguro e a criação de uma comissão para acompanhamento da efetivação desses direitos.[4] A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) do Rio de

---

participação na conferência brasileira. Com as políticas voltadas para a promoção de igualdade racial e para a população indígena sendo executadas por outros órgãos, em dezembro de 2010, o Governo Federal institui nova competência e estrutura ao CNCD/ LGBT, por meio do decreto nº 7388/ 2010. Para atender uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro e com finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT, o agora CNDC/ LGBT passa ter como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Fonte: < http: // www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao/-social/old/cncd-lgbt/cndc-lgbt>. Acessoo2.nov.2018. <http: //www.ipea.govVbr/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/145-conselho-nacional-de-combate-a-discrimacao...> Acesso em: 02.nov.2108.

[3] - O termo atual oficial utilizado para diversidade no Brasil é LGBT (lésbicas,gays,travestis,transexuais e transgêneros). Foi provado na 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, em junho de 2008. A mudança de nomenclatura foi realizada a fim de valorizar as lésbicas no contexto da diversidade sexual e de aproximar o termo brasileiro com o termo predominante em várias outras culturas. Fonte: < http: // www.seguranca.mt.gov.br/ gecch.php?IDCategoria=3207>. Acesso em: 03.jun.2018.

[4] A data de Publicação no Diário Oficial da União é de 17 de abril de 2014. No estado do Rio de Janeiro tramitam dois projetos de lei: 1003/2015 do deputado Flávio Serafim, 3079/2017, da deputada enfermeira Rejane. Além disso em 2015 já havia sido assinado documento pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e Secretaria de Administração Penitenciária estabelecendo novas regras para o

Janeiro, no entanto, começou a estudar a possibilidade de criação de um prédio exclusivo para população LGBT no estado (GOUVEIA, 2018).

Tais medidas tem grande importância no reconhecimento da subjetividade, possibilitando que a população LGBT privada de liberdade exerça maior liberdade quanto a seu posicionamento em relação à identidade de gênero. No entanto, mesmo com a promulgação dessas, temos hoje apenas sete estados (Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe e Ceará) que possuem alas específicas para a população LGBT. Tal quadro demonstra a dificuldade de as instituições prisionais brasileiras aderirem aos novos critérios, seja pela situação caótica em que se encontram, seja pela resolução não representar um assunto de caráter emergencial em vistas a tantos problemas a serem resolvidos nesse cenário; ainda deve ser levado em consideração o posicionamento preconceituoso quanto a essa população em vistas à construção social.

A adaptação de alas para população LGBT ou construção dessas pode ser confundida como privilégios, uma vez que a visão geral da população é que detentos devam ser tratados com maior rigor (JULIÃO, 2012, p.279-286). Nessa perspectiva, conceder um espaço específico para sujeitos em virtude de sua orientação sexual ou percepção de gênero representaria uma regalia e não um direito.

A questão da discussão social com relação aos sujeitos que não se encontram no modelo binário de identidade (masculino X feminino) ou heteronormativo (qualquer forma que fuja da heterossexualidade) representa um grande desafio. A ONU/BR (2017), publicou em seu site uma entrevista em que afirma que a falta de informação prejudica o debate sobre gênero nas

---

tratamento da população LGBT em sistema prisional, dentre as quais veda quaisquer tipos de discriminações a esses sujeitos, inclui nome social no registro de admissão no estabelecimento prisional e o direito ao uso de uniforme e roupas íntimas de acordo com o gênero com o qual a pessoa se identifica, inclusive durante os banhos de sol. Estarão garantidos também o acesso aos serviços públicos de saúde e a manutenção dos cabelos compridos para as travestis e mulheres transexuais que assim o desejarem. Fonte: <http: // www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/defuault.asp?id=7>. Acesso em: 05.jun.2018.

escolas. Observamos também a dificuldade de obtenção de dados estatísticos oficias no que diz respeito à violação de direitos LGBT. O relatório mais recente do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, data de 2016, contendo dados de 2013; nele observamos que temos ainda muita violência quanto à população LGBT. Dentre essas, 40,1% correspondem violências psicológicas, tendo destaque a humilhação (36,4%) e hostilização (32,3%); 36,4% correspondem a discriminação,14,4% agressões físicas, 3,6% a negligências. Também é exposto que 26,8% sofrem essas violências nas ruas, 25,7% em suas próprias casas e 5,8% no trabalho, ou seja, a maioria das violências ocorrem tanto em locais de passagem como de permanência. Um fato muito específico chama atenção: segundo o documento, a mídia privilegia noticiar violações de travestis e transexuais, além de homens gays, associando o primeiro grupo ao tráfico de drogas e perigos à prostituição de rua e o segundo à própria condição de homossexualidade e à inerente promiscuidade com rapazes desconhecidos (BRASIL, 2016), o que ajuda a construir socialmente uma imagem criminalizada, pervertida e desajustada desses sujeitos.

O apontamento da ONU/BR quanto a falta de debates nas escolas com relação a identidade de gêneros, os dados estatísticos oficiais com atraso, o grande número de violência denunciada e os dados hemerográficos (publicações periódicas) corroboram o pressuposto que o posicionamento social quanto aos sujeitos LGBT são no mínimo negligentes, havendo uma naturalização dos dados apresentados. Assim podemos afirmar que eles, embora façam parte do contexto social, acabam por sofrer sanções do mesmo em função da inadequação às normas estabelecidas como adequadas, ideais ou normais.

A escolha do campo

Dentre os sete estados em que há unidades prisionais com alas específicas destinadas à população LGBT, o do Mato Grosso destaca-se por ser percussor; as alas no Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC) existem

desde 2012. Creio que a pertinência do trabalho de pesquisa se afirmava na representatividade da possibilidade de ser um estudo primário tanto na unidade prisional como no próprio estado, podendo vir contribuir para novos estudos que se relacionem com o tema e/ ou objeto.

O CRC é um espaço público estadual, com capacidade para 300 detentos, abrigando no ano de 2015 o quantitativo de 773 jovens e adultos, todos em privação de liberdade (BARRETO, 2016). O quantitativo de pessoas LGBT incluídas no Projeto Dignidade é flutuante. Se compararmos os estudos do DEPEN (2014) com as pesquisas do autor, percebemos que a taxa de ocupação da unidade, que é de 257,66% está acima da média da ocupação estadual,172%. Um fator importante aspecto na escolha do campo é o fato de o CRC ter como característica linguagem diferenciada no que se refere ao tratamento ao detento. A unidade está voltada para um trabalho de ressocialização com maior afinco do que a literatura a respeito das instituições penais apresenta.

> O Centro de Ressocialização se apresenta enquanto uma nova experiência na prática de encarceramento, um “modelo” de instituição prisional, em que as diferenças estruturais e a administração compartilhada entre Estado e ONGs contribuem para essa legitimação discursiva, voltada para as políticas públicas que ensejam a ressocialização do sujeito condenado por meio da educação, trabalho e religião, como acontece no CRC com a participação da Seduc – Secretaria de Estado de Educação com o funcionamento de uma unidade escolar dentro do CRC – Escola Estadual Nova Chance, OAB, SENAI, SESI, ROTARY e outros, que promovem cursos, palestras e divulgações dos artesanatos produzidos pelos sujeitos segregados nesse espaço. (BARRETO,2016, p.45)

Embora a unidade apresente como característica uma gama de possibilidades que envolve trabalho, religião e educação, estando também associada a entidades que transcendem o aparato governamental, cremos que o termo ressocialização deva ser problematizado, uma vez que:

> O apenado é um sujeito socializado, até porque sua condição de apenado aponta para o fato de que esse sujeito transgrediu uma lei constituída em sociedade. O termo ressocializar então soa inadequado por parecer pretender colocar o egresso num novo caminho, a partir de um ponto zero, anulando suas experiências anteriores e posteriores à sua reclusão. Assim, pensamos ser mais adequado o termo reinserção, uma vez que o egresso vai retornar ao "mundo" fora dos muros das instituições penais, no entanto, defendemos que não devemos também acreditar na reinserção no sentido de retorno ao convívio social, uma vez que, mesmo privado se sua liberdade, o apenado está integrado em algum grau com a sociedade. As instituições penais representam um meio onde há uma complexa convivência social, com suas regras, condutas e interações, não cabendo assim o pensamento do apenado como isolado. O que pretendemos então quando nos expressamos através do termo reinserção é apontar para o fato de que esse sujeito voltará ao convívio de maneira mais ampla com uma sociedade que precedeu sua reclusão. (SANT'ANNA, 2017, p.85-86)[5]

A inadequação do termo, no entanto, não anula o fato do CRC ter programas que corroborem a recuperação do apenado; outro importante aspecto da instituição é o fato de, segundo Barreto (2016), não haver a associação desses sujeitos com facções criminosas dentro do cárcere. Nesse sentido a unidade facilitaria a pesquisa, uma vez que a ausência dessas diminui a influência do poder paralelo nas normas de convivência dentro da unidade prisional, possibilitando maior liberdade de expressão dos entrevistados. Essa afirmativa se embasa no pressuposto que alguns assuntos abordados durante a entrevista podem representar algum tipo de proibição dentro das regras estabelecidas pelo poder paralelo, limitando a possibilidade de expressão, ao determinar o que pode ou não ser dito.

Partindo de um levantamento inicial com relação ao campo, trabalhamos com o pressuposto de que questões referentes aos parâmetros pra acolhimento da população LGBT privadas de liberdade (BRASIL, 2104b) são os pilares para o desenvolvimento do Projeto Dignidade na unidade. No

[5] O termo ressocialização merece uma ressalva com relação à discussão de sua representatividade. Para maior discussão acerca do tema ver: SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles. Reintegração social ou ressocialização: a visão utilitária da educação de jovens e adultos em situação de provação de liberdade. **Perspectiva Erechim**. Erechim/ RS. v. 38, n.144, p.49-62, dez.2014.

entanto, as grandes deficiências do sistema prisional nos levam a crer que, embora destine-se um espaço específico a esse grupo no CRC, pode não haver garantias que os direitos do sujeito homossexual, bissexual, travesti, transexual, sejam respeitados. Também pressupomos que as construções sociais tenham influência no tratamento dispensados à população LGBT num âmbito geral, o que, por sua vez, poderia levar a uma interpretação desses parâmetros como desnecessários ou dispendiosos mediante aos demais problemas que envolvem o sistema prisional. Ainda que, as normas sociais estabelecidas com relação à expectativa do papel a ser desempenhado a partir de uma classificação de gêneros podem influenciar os sujeitos, levando a um não reconhecimento de determinado aspecto de identidade e gênero, fazendo com que desconsiderem os parâmetros de acolhimento, não os julguem necessários ou pertinentes, ou ainda que creiam mais vantajoso permanecerem em alas que considerem seu sexo biológico.

Ao abordamos a questão de gêneros, pretendemos investigar de que forma os atores se posicionam, a partir da sua autodeclaração. Também buscamos investigar se essa percepção os faz sentir como indivíduos componentes de um grupo. Nesse sentido, o objetivo é investigar se as diversas categorias possíveis de identidade de gênero podem ou não incorrer na pulverização desse sentimento de pertencimento, o que, por sua vez, poderia incorrer no enfraquecimento na luta de políticas públicas para a população LGBT como um todo.

Perspectivas Teóricas

Ao desenvolvermos esse trabalho, temos necessariamente que pensar três categorias de pesquisa: sexualidade, gênero, prisão e memória social. Dessa forma, os referenciais teóricos a serem adotados poderão ser analisados de maneira separada, no entanto, articulando-se ao longo da tese.

Buscamos Foucault, que nega a interdição na sexualidade em nome da hipótese repressiva; Butler, que questiona se o sexo teria uma história ou seria

uma estrutura dada, dando ênfase ao caráter performático, assim como o conceito de contra sexualidade proposto por Preciado (2014) ; Baudrillard, e sua postulação de saturação de sexualidade na sociedade contemporânea; finalmente, nos debruçamos sobre Hardt e Negri que discutem a afirmação de identidades de um grupo minoritário a partir da mesma lógica da construção de identidade hegemônica, com aceitação em vias de um modelo pós-moderno de mercado. A ideia é que possamos a partir das análises separadas discutir pontos condutores à identidade de gênero, abrindo espaço para o diálogo dessas com a realidade social estudada, e de como estão inseridas na memória social. Entendendo sexualidade como um conceito mais amplo e identidade de gênero sendo considerado como um elemento que a compõe. O sentido de estender os estudos de gênero para o campo da sexualidade se dá na possibilidade da soma de diversos fatores, como sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos e religiosos ao mesmo.

Foucault (2017) ao analisar a questão da sexualidade, indica uma relação direta dessa com o poder, devendo ainda a mesma ser analisada pelo discurso. O autor postula que as análise políticas e de poder se enraízam na história do ocidente, reduzindo o sexo, a partir do século XIX, a um regime binário, sendo lícito e ilícito, permitido e proibido (FOUCALT, 2017); nesse sentido, as práticas homossexuais, vistas como sodomitas até então, tinham caráter de reincidência, havendo a partir de tal período histórico a criação da categoria homossexual, que passou a ser vista como uma espécie, os “invertidos” (FOUCAULT, 2017). A medicalização do século XIX, processo pelo qual a medicina assume o poder antes exercido pela religião, passou a se ocupar especificamente do sexo. A partir de então, esse representa a posição de responsabilidade biológica com relação à espécie, gerando um projeto médico e também político “de organizar uma gestão dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados” (FOUCAULT, 2017, p.128). A medicina assume um poder erigido, tornando-se uma autoridade em termo de sexualidade moldando “a realidade segundo as necessidades culturais de seu universo de referência. Recuperando o velho sentimento de culpa cristã em matéria de sexualidade,

volta a forjá-lo como regime de saúde" (LINS, 2017, p.107). Nesse contexto, criam-se inovações, dentre elas a "teoria da degenerescência", em que um homossexual era visto como um descendente de uma "hereditariedade carregada de doenças diversas" (FOUCAULT, 2017, p.128-1290) ; a imagem do homossexual é associada à doença, permanecendo assim até sua retirada pela Associação Americana de Psiquiatria do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM II), em 1973, seguido pela Associação Americana de Psicologia, em 1975, ao retirar a homossexualidade da lista de transtornos psicológicos. Em 1990 foi a vez da Organização Mundial de Saúde retirar a homossexualidade do código de doenças (SANTOS,2013). Cabe ressaltar que o termo homossexualidade só passou a ser utilizado a partir de 1973, sendo antes usado homossexualismo.

No fim da década de 1960 e início da década de 1970 os movimentos feministas e de contracultura questionaram o modelo hegemônico de sexualidade e gênero, rompendo o paradigma heterossexual e binário (LIMA, 2017), tal questionamento também envolveu os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres no âmbito social, sendo ainda base para um movimento que visava uma maior transgressão de regras estabelecidas quanto ao gênero. Para Green (2000, p.394) "o desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papéis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelos movimentos gays a partir de 1978". A sociedade se deparou cada vez mais com questões sobre sexualidade, gênero e identidade. Stoller, em 1975 já defendia a sexualidade como algo construído. Em *A Experiência Transexual* afirma que "não se tem que definir anatomicamente heterossexualidade e homossexualidade, mas, antes, de acordo com a identidade", ou ainda que "heterossexualidade vem apenas após uma maciça porção de trabalho, realizada com alguma dificuldade e dor" (STOLLER, 1982, p. 295). Sendo um dos pesquisadores pioneiros no que diz respeito à diferenciação de sexo, gênero e identidade, Stoller trouxe à tona de forma mais contundente uma discussão que se desdobraria no conceito de identidade de gênero, com suas respectivas variantes. Expande-se

assim a questão da sexualidade para além da orientação sexual, considerando-se aspectos subjetivos, como a percepção do próprio sujeito quanto a seu corpo, gostos e identificações para além de suas genitálias, num processo dinâmico, tido como identidade de gênero.

Butler, partindo também da análise do poder para o estudo de gênero, estende sua percepção, colocando a problemática para além dessa questão. Para a autora deve se ter claro que gênero “estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas” (BUTLER, 2016a, p.21), a concepção jurídica do sexo meramente dado a partir do nascimento, num contexto biológico, deve também “designar o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2016a, p.27). Assim, a identidade deve ultrapassar o sexo por ele inscrito. Propondo que o gênero deve ser visto como um devir, a percepção é de que o corpo ao qual o gênero se refere “é em si mesmo uma construção” (BUTLER, 2016a, p. 30).

Não se trata da aceitação de diferentes formas além do que se inscreve num universo socialmente construído em papéis definidos por masculino e feminino, mas do questionamento da representação dos próprios papéis nos gêneros que extrapolam a esse sistema binário. Afinal, o posicionamento desses atores poderia estar totalmente dissociado do movimento político que os antecederam e do que se constrói na contemporaneidade? A própria autora responde que “se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida” (BULTER, 2016a, p.21). Mas cabe investigar como o poder se instaura em posições políticas, refletindo no social, além disso, de que forma se trava a resistência a esse poder ou a construção de outras formas sociais, que se inserem dentro de um campo mais amplo de relações.

Se o corpo está em constante devir, abalando as convicções mais rígidas quanto ao binarismo de gênero, claramente, exceto numa sociedade totalitária, há de haver diálogos entre poder instituído e as mudanças inerentes na contemporaneidade. Mas quais estratégias poderiam ser tomadas para que um

efetivo movimento de resistência? Butler (2010) coloca o gênero e o sexo como fazendo parte de uma categoria pré-linguística, num constructo social de fantasia, de sentido ficcional, ao qual não se tem acesso direto. Dessa forma, a principal forma para uma mudança no que tange à questão de gênero seria a desconstrução de um discurso heteronormatizador. Entendemos assim que para a autora a afirmação linguística é responsável pela construção de normas sociais onde se estabelecem tanto a natureza de diferenciação biológica, com a distinção do sexo masculino e feminino, como os papéis esperados desses. A forma pela qual os constructos sociais se estabelecem estão relacionadas diretamente com a linguagem, então, para a mudança é necessário que se avance desse princípio. Com relação a isso, tanto em Foucault, quanto em Butler, as mudanças partem do afastamento ou modificação de algo previamente construído, tendo a linguagem importante representatividade para ambos, uma vez que Foucault também as analisa pela perspectiva do discurso (FOUCAULT, 1999).

Em outra linha de análise, autores foucaultianos, como Hardt e Negri propõem uma forma de mudança, tendo um contexto mais contemporâneo como cenário de suas proposições.

Hardt e Negri postulam que há a necessidade de buscar novas formas de resistências, que ultrapassem as que se referem a um modelo de sociedade disciplinar, para as de controle. Os autores defendem que nessas sociedades, típicas no momento histórico contemporâneo, não cabe mais a busca pela afirmação de identidade, uma vez que esse modelo social por si só já inclui as diferenças; assim, não haveria uma luta pela aceitação, pois as sociedades de controle lhes são indiferentes. As subjetividades dentro desse paradigma seriam flexíveis, mudando de acordo com o mercado, justamente para que possam ser consumidas. Como consequência uma “multiplicação de pequenas fronteiras e a fragmentação das identidades facilita a neutralização do potencial criativo desses grupos” num movimento em que valores e memória “são reduzidos a objetos de consumo de um mercado global” (GONDAR, 2003, p.39).

Encontramos em Baudrillard um diálogo com Hardt e Negri; embora esses sigam uma escola foucaultiana, atacada pelo primeiro autor; ao se posicionar que “os sistemas racionais da moral, do valor, da ciência e da razão só comandam a evolução linear das sociedades, sua história visível” (BAUDRILLARD, 1996, p. 64), nos mostra que as transformações partindo da linearidade tem como consequência uma visibilidade histórica já demonstrada. Nesse sentido, torna-se necessário transcender a esses sistemas de valores. Ocorre que, nesse movimento de transcendência, tendemos a um exagero de signos, a hipervisibilidade.

Baudrillard, critica esse movimento de superexposição porque “a hipervisibilidade das coisas também é a iminência do seu fim” (BAUDRILLARD,1996, p.49). Numa linha cronológica, o autor defende que o início de uma mudança mais efetiva ocorreu a partir do século XVIII; a partir de então, o que era segredo, mantido pelas aparências, virou recalque, num contexto de profundidade, para finalmente explodir o obsceno, cenário em que tudo o que era guardado explode em um universo sem a aparência resultantes do segredo e sem profundidade resultante dos recalques. Esse excesso de aparências, de categorização de gêneros, de exagero levado ao mais alto grau de generalização força uma perda de especificidade em que tudo se desfaz (BAUDRILLARD, 1990). Ainda de acordo com o autor, com relação a chamada liberação sexual, após a mesma todos estão “à procura de identidade genérica e sexual, com cada vez menos respostas possíveis, por causa da circulação de signos e das multiplicidades dos prazeres” (BAUDRILLARD, 1990, p.31). Não se trata mais da busca pela aceitação, tudo é diluído, perde o sentido, sendo capturado de maneira ignóbil e vazia pela sociedade.

De acordo com Baudrillard (1996), teríamos ainda uma obesidade dos sistemas de memória, sendo entendido a partir daí que o excesso. A hipervisibilidade, a generalização faz com que haja um exagero de informações, desdobrando-se na hiperatrofiação dessa. Se em Foucault acreditamos que a memória possa ser reinventada, modificada e transformada a partir do entendimento da história, em um estudo de genealogia; em Butler, a

memória parte de um viés linguístico e em Hardt e Negri a memória é necessária em si mesma para a construção de outros futuros diferenciados, em Baudrillard talvez não fosse possível um movimento de transformação de memória, uma vez que tudo é excesso. Mas se todo excesso gera um vazio, poderíamos a partir daí encontrar um ponto para a construção do novo; nesse caso a memória poderia construir-se a partir do todo e ao mesmo tempo do nada gerado pelo excesso desse todo, a memória se construiria por uma ruptura total dos modelos atuais, não pela simples negação desses, mas pela necessidade de superação de nulidade que esses representam. E se nos demais autores estudados a memória precisa debruçar-se sobre si mesma e reinventar-se num movimento constante, em Baudrillard, não seria tão diferente, exceto pelo fato de que seria necessário uma real invenção que precisaria olhar para si mesma na tentativa de não cair novamente no excessivo vazio; talvez em Baudrillard, a memória precise de si mesma para voltar ao ponto de ruptura que levou à sua obesidade, encontrando uma essência para que possa se reinventar a partir de então.

Na segunda categoria estudada, a prisão, temos como base de discussão de problemas inerentes à sua historicidade e desenvolvimento. Cremos que tais aspectos constituem a base de inúmeras dificuldades apontadas no levantamento bibliográfico na contemporaneidade.

Embora em 1824 já se propusesse que a prisão deveria ser um espaço de reintegração dos sujeitos, suas construções físicas buscavam resolver problemas emergenciais com relação ao alojamento dos privados de liberdade, sem a devida preocupação com sua reintegração. Wacquant em Prisões da Miséria, denuncia que “o sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do terceiro mundo, mas levada a uma escala digna de primeiro mundo” (WACQUANT, 2011, p.13). Analisando Motta (2011), notamos que tais deficiências vêm de longa data, uma vez que a constituição imperial, de 1824, no artigo 179, §18 a 21, determinava que as cadeias tivessem higiene, arejamento e separação conforme a natureza do crime. Passados quase dois séculos, a pertinência de tal determinação é adequada, uma vez

que a natureza de sua causa permanece, com a precariedade problemas observados nos cárceres brasileiros.

Fundamentado no Código Penal, de 1940, no Código de Processo Penal, de 1941 e na Lei de Execução Penal, criada a partir de 1984, o Direito Penal Brasileiro, é considerado como um dos que possui as leis mais modernas do mundo, sobretudo se levado em consideração a LEP; no entanto, reconhece-se também que com a falta de estrutura adequada, a aplicabilidade dessa é difícil na prática (JULIÃO, 2012, p. 105-107).

Quanto a questão de estrutura, defendemos que deva haver condições mínimas de segurança, saúde e direitos que contribuam para uma possível regeneração do detento, com vistas à sua reinserção social extramuros. Para tanto, acreditamos que as unidades prisionais devam ir no sentido oposto ao observado por Bittencourt (2001), que denuncia entre outros: a) maus tratos verbais ou de fato (castigos sádicos, crueldade injustificadas, etc.); b) superlotação carcerária (a população excessiva reduz a privacidade do recluso, facilita os abusos sexuais e de condutas erradas); c) falta de higiene (grande quantidade de insetos e parasitas, sujeiras nas celas, corredores); d) condições deficientes de trabalho (que pode significar uma inaceitável exploração do recluso); e) deficiência dos serviços médicos ou completa inexistência; f) assistência psiquiátrica deficiente ou abusiva (dependendo do delinquente consegue comprar esse tipo de serviço para utilizar em favor da sua pena); g) regime alimentar deficiente; h) elevado índice de consumo de drogas (muitas vezes originado pela venalidade e corrupção de alguns funcionários penitenciários ou policiais, que permitem o tráfico ilegal de drogas); i) abusos sexuais; j) ambiente propicio a violência (que impera a lei do mais forte ou com mais poder, constrangendo os demais reclusos). Devemos salientar que, embora tais denúncias datem de 2001, ao tomar conhecimento dos dados estatísticos do DEPEN (2014), essas se fazem pertinentes, excluindo dados que não são divulgados no documento oficial, como crueldades, abusos, uso de droga e violência; no entanto, o relator da ONU, Juan E. Méndez, em visita a instituições penais no Brasil, com relatório

divulgado em 2016, aponta para problemas similares ao de Bittencourt (2001), corroborando nossa percepção da deficiência do sistema prisional no país.

Se as pesquisas em âmbito prisional nos apresentam dados estarrecedores quando pensamos em direitos humanos, cremos que a situação daqueles que se encontram em privação de liberdade e não se identificam com as expectativas sociais referentes aos papéis que devam ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino possivelmente é pior, haja vista sofrerem um preconceito duplo, referente à sua condição de infrator, associados à sua inadequação social de gênero.

A terceira e última categoria estudada, a memória traz como base para a discussão as construções da imagem da pessoa apenada assim como daquelas que não se enquadram nas expectativas de gênero e papéis definidos para o masculino e feminino. Buscando analisar de que maneira essas construções se dão, questionamos o quanto a memória contribui para as mesmas, assim como, se o posicionamento e valores atribuídos a essas pessoas podem ser entendidos como resultado de um legado de sociedades pré-existentes. Esse movimento nos levaria ao entendimento de memória como prioritariamente social, em que a sociedade constrói suas regras que vão mudando ao longo do tempo, mas que de certa forma tende a manter um resquício das sociedades que nos precederam.

Em uma outra direção, nesse entendimento, os movimentos de resistência também utilizariam a concepção da memória social, uma vez que se apoiam em acontecimentos históricos passados para justificarem as construções preconceituosas relacionadas a pessoas LGBT e detentos no presente.

Ao se considerar a memória como prioritariamente social, incorremos na problemática de que se os posicionamentos de gênero estão intrinsicamente ligados à questão identitária, a subjetividade ganha destaque principal. Assim, voltamos à questão tão discutida em memória que se debruça sobre a discussão se essa deve ser entendida preferencialmente a partir de uma construção social ou se deve-se considerar de maneira prioritária a memória individual.

Essa dicotomia se apresenta em termos conceituais em autores que defendem visões diferentes, muito embora ao se posicionarem a favor da prioridade social ou individual não desconsiderem a outra. Assim, a base do estudo de memória defendendo seu caráter social não despreza as interpretações subjetivas; analogamente, os estudos de memória partindo da construção individual não deixam de apontar para o fato dessa produzirem uma amálgama que se reflete nas interpretações e normas sociais. Tais posicionamentos, por sua vez, incidem em outras questões que se referem à importância do esquecimento e da lembrança para a memória, da diferenciação epistemológica do estudo de história e memória, como também da memória oral e documentada.

Levando em consideração ambos posicionamentos, procuramos analisar tais questões de forma a extrair de cada um desses dois principais grupos contribuições que pudessem embasar nossas interpretações. O que em primeiro momento poderia ser tido como um erro ou uma mistura conceitual e epistemológica pode encontrar sua pertinência na abertura de discussão nos autores consultados, que, como dito anteriormente, ao privilegiarem um determinado caminho para o estudo de memória, não desconsideram outros. Assim, nosso entendimento e busca se deu na direção de aproveitamento de ambas as partes, extraindo de cada uma delas o que havia de mais representativo para nosso trabalho. Isso implica no fato de que ao longo do desenvolvimento desse surgirem considerações que ora priorizem a subjetividade como prioritária para o estudo proposto, ora as construções sociais produzindo um legado de memória.

O estudo histórico de sociedades precedentes e seu julgamento social e de leis que se destinavam a pessoas LGBT, as penas aplicadas a esses e condições nos cárceres nos propiciou a possibilidade de entendimento de construções e seus reflexos no grupo estudado, em uma sociedade contemporânea. A genealogia estudada por Foucault nos serviu principalmente para o entendimento da luta de classes por disputa de poder e para o entendimento do discurso como mecanismo de manutenção do mesmo. Essa base genealógica tem grande importância na tentativa de entendimento do posicionamento de grupos LGBT e dos atores estudados. No entanto Gondar

(2003) aponta para o fato de que o que podemos capturar dessas pessoas são uma espécie de impressão do que se foi vivido, haja vista a impossibilidade do sentimento literal em vista à época ao que se passou e ao contexto temporal presente. Isso, por sua vez, nos leva à outra discussão que gira em torno da veracidade dos relatos ou da sua introjeção a partir de fatos ouvidos e narrados por pessoas e sociedades anteriores, tidos como memória “vividas por tabela” (POLLAK, 1992). A percepção das pessoas entrevistadas pode traduzir não exatamente aquilo que tenham vivido, mas aquilo que entendem de maneira mais global como o posicionamento social acerca de pessoas LGBT, assim como de privados de liberdade.

A formação de identidades encontra nesse aparato social forte embasamento para seu desenvolvimento. O estabelecimento de grupos com posicionamento mais reacionário, a oposição a políticas públicas voltadas para grupos tido como minoritários (em nosso trabalho representados por pessoas LGBT e privados de liberdade), o não reconhecimento do sexo a não ser pela classificação biológica exercem influência em identidades com posicionamento contrário a expectativas e normas sociais. Identidades que formam grupos de resistência têm como cerne a negação a valores estabelecidos e, não raro utilizam discursos tendo como base acontecimentos históricos sem que necessariamente os tenham vivenciado.

Na busca por reconhecimento e direitos, os movimentos LGBT no Brasil tiveram como caraterística em um primeiro momento voltar-se para o passado; tentando buscar justificativas para o seu desenvolvimento. Ao pautarem o mote principal de resistência na negação ao passado, deixaram de considerar o presente como espaço temporal representante do devir. A busca pelo passado e sua negação, o entendimento de devir e a necessidade de interpretações a-históricas levantam o debate sobre a necessidade do esquecimento para a memória. Nietzsche (1986, 2003) defende que é necessário um afastamento histórico, traduzido em esquecimento para que seja possível a criação, o que poderia influenciar na criação de novas memórias. O autor defende que é necessário esquecer e lembrar no tempo certo e Gondar (2005) avança nessa análise, propondo que a memória produzida no presente tem como base o passado, mas com expectativas para um futuro que se almeja. Assim,

memória produzida no presente reflete um estudo do passado, mas não pode apenas ter esse como objeto de análise, sendo necessário que se trave objetivos futuros. Esse processo pode ser entendido como o devir, momento em que as transformações se dão sem um impacto ou acontecimento histórico pontual. Os movimentos de devir tão necessários à memória são produzidos constantemente em uma escala temporal presente para eclodirem em determinado momento, representando um ponto de ruptura.

Um outro ponto de análise de memória pode ser encontrado nas considerações de Gabriel de Tarde (s/d). O autor postula que as funções sociais possuem caráter de repetição por imitação, oposição e adaptação. Segundo Tarde, o ser social é imitador por essência. A imitação inconsciente de si mesmo e por si mesmo, assim como a imitação de outros seres sociais inseridos em um mesmo grupo implica em um hábito, refletindo-se em memória; ou seja, o hábito, uma vez que tem por origem uma ação de imitação análoga a outrem, coloca a memória em um patamar coletivo. A repetição por imitação são produções conservadoras, com tendência à uniformização. Essa característica determina a memória não apenas como social, como também elemento que fomenta a manutenção de seus valores. No entanto, para Tarde, a tendência assimiladora da imitação segue uma marcha progressiva rumo ao alargamento de um campo social, que abrangeria toda a imitação. Esse processo contribui para tamanha diferenciação que a ampliação do campo social ou sua amplificação caminha juntamente com uma crescente individualização, representadas por processos repetitivos de crenças e desejos.

A repetição com base em crenças e desejos desloca o estudo de representações coletivas para as diferenças individuais movidas por esses. A diferença em Tarde adquire um sentido diferente de oposição, sendo vista como uma repetição singular, supondo sempre uma semelhança num plano de fundo. A oposição em Tarde implica que o nada sirva de intermediário entre os termos comparados (VARGAS, 2000).

As considerações de Tarde a respeito da memória, sendo inicialmente social para posteriormente a um processo de infinitas repetições ser levada a um contexto de cada vez maior individualização, dialoga com Baudrillard (1990) que defende a ideia de que tudo na contemporaneidade é diluído pela

sociedade, ainda que o sistema de memória se encontra em grande excesso, gerando sua obesidade.

A concepção de uma imitação em escala geométrica, produzindo infinita individualização, ao mesmo tempo em que campos de oposição travam lutas com similaridade inicial intermediada por um vazio, estabelece uma conjectura em que a análise da memória pelo viés individual ou social perdem o sentido, devendo-se focar nos movimentos de devir que a constitui.

Justificativa

Embora discussões acerca da sexualidade, gênero e identidade tenham avançado, assim como o olhar para o sujeito privado de liberdade, observamos ainda um discurso permeado de preconceito. Guedes, Oliveira, K., e Oliveira, R., (2015) apontam para esse estigma em artigo que descreve suas pesquisas em alas para populações LGBT em presídio masculino na região de Belo Horizonte. Para as pesquisadoras, a população específica da pesquisa

> ...sofre uma dupla penalização, pois, além da pena de privação de liberdade imposta pelo Estado, que estigmatiza o indivíduo durante toda sua vida, conferindo-lhe na maioria das vezes um status permanente de criminoso aos olhos da sociedade, mesmo após o cumprimento total da pena, existe ainda grande preconceito em relação à orientação sexual destes presidiários, uma vez que, infelizmente, vivemos em uma sociedade extremamente sexista, onde ainda predomina uma visão de que a sexualidade é considerada “normal” e “natural”, quando limitada às relações sexuais entre homens e mulheres, e que as outras, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais, são, no mínimo, definidas, ou melhor, admitidas, como “diferentes”. (Guedes, Oliveira, k., Oliveira, R., 2015).

A importância do estudo proposto nesse projeto se coaduna com a visão de que as normas tanto no sentido jurídico como no sentido comportamental se constroem em âmbito social, assim “o *um* singular que luta com a não violência, está em processo de reconhecimento de sua própria ontologia social”

(BUTLER, 2016b). Ao considerarmos tal fato, aludimos novamente Butler (2016b) no que se refere o duplo viés da formação de uma singularidade

> ... o “eu” é formado por meio da ação das normas sociais, e invariavelmente com relação a vínculos sociais constitutivos, pode-se inferir daí que toda forma de individualidade é uma determinação social. Inversamente, todo grupo não só é delimitado por outro, mas também composto por um conjunto diferenciado, que pressupõe que a singularização constitua um aspecto essencial da sociabilidade. (BUTLER, 2016 b, 234).

Por compreender que há uma larga gama entre o masculino e o feminino, que permitem inúmeras e múltiplas formas de expressão é que buscamos na identidade de gênero o arcabouço para discussões referentes a direito e respeito dos sujeitos que se percebem fora da normatividade binária. Focamos naqueles privados de liberdade por acreditarmos que esses além de estarem submetidos ao construtivo social, ainda se encontram em situação de restrições impostas por sua condição institucional. Não obstante, a proposta da pesquisa abrange a investigação de não aceitação ou não identificação com uma classificação específica, a partir da narrativa dos sujeitos.

Objetivos

Objetivos gerais

● Levantar quais as principais razões que levaram o CNPCP e o CNDC estabelecerem parâmetros de acolhimento à população LGBT em privação de liberdade.

● Investigar se o espaço designado ao Projeto Dignidade, constituído pela ala arco-íris, corresponde a uma preocupação efetiva com pessoas LGBT na unidade prisional do CRC, ou se destinam apenas à separação dessas

pessoas, com forma de minimização de conflitos com o restante da população carcerária que não faz parte desse grupo.

● Averiguar se as alas específicas garantem respeito a essa população no espaço carcerário.

● Estudar a representatividade desse espaço para as pessoas privadas de liberdade ao qual se destinam.

Objetivos específicos

● Estudar a população carcerária LGBT (gays, bissexuais, travestis e transexuais) no CRC.

● Cotejar o estudo de impactação da presença de espaços destinados à população LGBT privada de liberdade nessa unidade prisional a partir da percepção da narrativa das pessoas entrevistadas, buscando relacionar tais relatos ao campo da memória social.

Considerações metodológicas

Como dito anteriormente, a construção de um artigo com vistas à conclusão de uma disciplina durante o curso de Doutorado fez com que eu tivesse um primeiro contato com a população LGBT em universo prisional. A Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que estabelece os parâmetros de acolhimento da população LGBT em privação de liberdade no Brasil (BRASIL, 2014b), marcou o ponto inicial do levantamento bibliográfico para a realização do artigo a ser desenvolvido, estendendo a possibilidade para o desenvolvimento da tese de conclusão do curso. Dessa forma, o documento e regulamentações guiaram a busca de novas informações a respeito da população LGBT em cárceres, tornando-se objeto da pesquisa.

O estabelecimento dos parâmetros para o acolhimento da população LGBT privada de liberdade levanta a questão do respeito ao reconhecimento do direito das pessoas poderem expressar suas identidades em ambiente prisional, assim como da obrigação do Estado em zelar por sua integridade física, uma vez que são custodiados do mesmo. Representando um microcosmo que reflete construções sociais de um universo mais amplo (extramuro); os espaços prisionais são marcados por conflitos que envolvem posicionamentos ideológicos, religiosos, políticos, identitários... dentro desses espaços, no entanto, as possibilidades de expressão desses posicionamentos tornam-se deficitárias, haja vista esse ambiente ser regido por normas específicas que muitas vezes as restringem. Assim, ações que no universo extramuro são consideradas simples, como por exemplo a escolha de roupas, corte de cabelo, horário de refeições, e encontros afetivo, dentre outros, passam a ser reguladas pelas normas instituídas dentro das instituições penais. Embora existam leis que determinem direitos e deveres dos privados de liberdade, sendo a mais conhecida a LEP, Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), a direção dessas instituições gozam de certa autonomia na forma pela qual tais direitos e deveres devem ser exercidos. Não obstante, o levantamento bibliográfico mostrou que em alguns campos pesquisados (GUEDES, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2015) , (JULIÃO, 2012) , (DEPEN, 2014) , (DEPEN, 2017) , (WACQUANT, 2011) apontam para o fato de que haver uma legislação que garanta direitos àqueles que estão em privação de liberdade não assegura necessariamente que essa seja cumprida. Nas bibliografias citadas, é possível tomar conhecimento de situações que vão de encontro ao tratamento digno determinado na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Não obstante, especificamente na leitura de dados estatísticos do DEPEN (2014, 2017), observa-se grande desigualdade referente ao sistema prisional no Brasil.

Num sentido oposto, ao pesquisar trabalhos realizados em instituições prisionais que dispunham de espaços específicos para a população LGBT, as informações de Barreto (2016) quanto ao CRC são de “uma nova experiência de encarceramento” ainda que seu trabalho não tenha como objeto a

população LGBT. Munidos de tais informações aprofundamos a pesquisa na unidade, o que por sua vez, nos trouxe o conhecimento de projeto específico destinado a essas pessoas (Projeto Dignidade), sendo desenvolvido em ala dirigida às mesmas (ala arco-íris). Considerando que dentre as unidades prisionais que dispunham de tais espaços o CRC era a única unidade que não havíamos encontrado pesquisa relacionada ao tema, optamos por fazer dessa o nosso campo de trabalho.

Uma vez determinado o campo, buscamos mais informações que pudessem embasar e contribuir para traçar a metodologia a ser abordada *in loco*.

O desenvolvimento do trabalho abrange três categorias específicas: sexualidade, gênero, prisão, memória social. Para cada uma das categorias o ponto inicial foi o levantamento e estudo bibliográfico, com objetivos específicos para cada uma delas. No que se refere à prisão, buscamos:

● Traçar o estudo do desenvolvimento histórico das mesmas, considerando que essa historicidade contribui para o entendimento das dificuldades, desigualdades e não cumprimento das determinações judiciais, sobretudo na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

● Buscar embasamento teórico que permitisse o diálogo com relações espaciais nas unidades prisionais, privilegiando as que se referem a gêneros e expressões identitárias, assim como com estudos de memória social.

Na categoria identidade de gênero:

● Entender como se construíram as expectativas quanto aos papéis que devam ser desempenhados por cada gênero, resultando em um modelo binário e heteronormativo.

● Levantar, tendo como base a historicidade, as percepções sociais no que tange às sexualidades que se afastam desses modelos.

● Levantar as fases dos movimentos homossexuais e LGBT no Brasil e suas possíveis interferências no desdobramento de políticas públicas para essa população.

● Aprofundar o entendimento de identidade e percepção do sujeito enquanto seu gênero.

No que tange à memória social:

● Entender o papel da memória enquanto coletiva e individual e sua relação com processos identitários.

● Indagar o legado das construções sociais como possíveis fatores de contribuição da percepção social das pessoas LGBTs, como também o quanto esse legado pode influenciar na percepção dos LGBTs privados de liberdade no que se refere à sua própria imagem, refletindo-se na construção identitária.

A primeira fase da construção da tese constituiu-se desse levantamento, com objetivos traçados, como disposto acima. Essa etapa ainda requereu que fizéssemos um estudo dos Códigos Penais e Códigos de Processos Penais, Relatórios e material didático (artigo de jornais e revistas impressas, em meio eletrônico, vídeos e matéria televisiva) que discorressem sobre a população LGBT.

Nessa fase de levantamento bibliográfico ainda foi traçado o corpo teórico-epistemológico discutido anteriormente. Entendemos que se por um lado autores centrais da pesquisa possibilitem alcançar as metas e objetivos traçados, por outro, ao desenvolver a segunda fase, que consiste nas entrevistas individuais, podemos incorrer numa dicotomia. Se as entrevistas nos permitem a possibilidade de investigação subjetiva da identidade de gênero, não deixam clara a investigação da formação da mesma em uma escala social ou de grupos. Na tentativa de solucionar tal problema, optamos por trabalhar com Elias (2008) e Bourdieu (1996), com o estudo de trajetória individuais e reconstrução de processos sociais, respectivamente.

Para a pesquisa utilizamos o conceito de Norbert Elias, que se dá pela interação entre a psicogênese da fase adulta do indivíduo com a sociogênese de nossa civilização. Nessa perspectiva, o humano se daria na interação do individual com o coletivo, num processo civilizador (*habitus*). Nesse, há, desde a primeira infância a assimilação e aprendizado do controle mental e das pulsões cultivadas pela civilização por várias gerações. Isso representa a interconexão não apenas espacial, mas também em longo prazo, havendo a gestação e maturação dos costumes que incorporamos. Essa linha teórica nos permite buscar o entendimento de comportamentos tidos como normativos e sua assimilação inclusive pelos sujeitos LGBT; em contrapartida, também nos permite buscar o entendimento de práticas que se oponham a esses como forma de requerer o reconhecimento à subjetividade. Em Bourdieu (1996), que privilegia as estruturas sociais, com ênfase no campo social, o estudo da imutabilidade das estruturas sociais nos permite entender a forma pela qual elas se organizam com objetivo de se manterem no poder. Assim, se ocorrem mudanças na aceitação dos sujeitos LGBT, as estruturas se reorganizam de maneira a manterem a visão estrutural dos indivíduos percebidos a partir do biológico, do binário, da formação da família.

Essa estruturação ainda se dá de maneira que os indivíduos não percebam que suas escolhas pessoais estejam atreladas a ações estruturantes. Assim, o *habitus* “são esquemas classificatórios, princípios de classificação e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem a diferenciação entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar” (BOURDIEU,1996, p.22). O diálogo do conceito de *habitus* entre os dois autores facilita a percepção da pesquisa no sentido de entender as histórias individuais e assimilações sociais dos entrevistados, ao mesmo tempo em que nos sinaliza que a pesquisa se realiza em uma instituição prisional, portanto, estrutural, submetida ao jurídico, às leis estabelecidas pelo Estado. Tal característica, por sua vez, pressupões que é imprescindível atentar que, embora as entrevistas sejam focadas nos sujeitos e nas suas relações sociais, esses encontram-se inseridos num microcosmo em que normas e regras

institucionais estão estabelecidas de acordo com uma superestrutura, ao mesmo tempo, outras instituídas por grupos estão presentes no intuito não só da sobrevivência, como também na tentativa de resistência às primeiras[6].

O trabalho em campo se deu com a observação direta e participante junto à população LGBT pertencente ao Projeto Dignidade, da relação desses atores com as demais pessoas em privação de liberdade na unidade CRC, como também da relação entre LGBTs e o corpo de funcionários da unidade prisional. As observações forma anotadas em diário de campo, constituindo registro para futura análise e interpretação de dados.

Outra metodologia utilizada em campo foi a entrevista com pessoas LGBT pertencentes ao Projeto Dignidade e os profissionais envolvidos no mesmo. As entrevistas utilizaram um questionário de estrutura semiaberta, com perguntas específicas a cada grupo. No primeiro caso, as perguntas formuladas foram iguais para todos os participantes e, no segundo, levamos em consideração a área de atuação de cada profissional, sendo construídos questionários ou roteiro de entrevista para cada um deles. O tempo de aplicação de cada questionário foi estipulado inicialmente de meia hora a quarenta minutos no máximo, podendo variar para mais ou para menos de acordo com a narrativa de cada um dos entrevistados, haja vista a estrutura do questionário ser semiaberta. Nesse aspecto coube ao entrevistador a condução da entrevista de maneira que houvesse certa objetividade nas respostas, evitando o distanciamento do que se pretendia investigar.

---

[6]- Os conceitos dos autores das obras citadas ao longo do trabalho também podem ser consultados em: SILVA, José Alexandre; CERRI, Luiz Fernando. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: biografia, conceitos e influências na pesquisa educacional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.14, n.26, jan/jun. 2013.p. 171-198. Disponível em: <http: //www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/19847238142620131 71/2538>. Acesso em: 16.jun.2018.

O trabalho de campo realizado com a observação direta, diário de campo e entrevistas, foi complementado com a gravação das narrativa e registros de fotografias.

A pesquisa assumiu uma perspectiva qualitativa em que os dados coletados foram analisados e decompostos, possibilitando posterior avaliação. Embora a perspectiva tenha sido qualitativa, observando a descrição fiel dos entrevistados, utilizamos dados estatísticos do DEPEN (2014,2017) como elementos complementares na interpretação.

Esse trabalho está distribuído em cinco capítulos; no primeiro discutimos os conceitos que envolvem a pesquisa: sexualidade e gênero, englobando a discussão de identidade e orientação sexual.

No segundo capítulo fazemos um breve histórico da homossexualidade, entendendo que essa seja a primeira forma possível de diferenciação sexual, assimilando o conceito de gênero ser muito recente. Nesse capítulo questionamos se a homossexualidade deve ser considerada transgressão ou não, tendo como base de análise o contexto temporal à qual está inserida. O terceiro capítulo traz a historicidade dos movimentos homossexuais e a discussão acerca de suas causas. Nesse capítulo o contexto temporal é analisado sob a perspectiva de alinhamento das lutas do movimento LGBT, seu desenvolvimento, assim como se torna o fator efetivo para a discussão que envolve o conceito de gênero, sobretudo quando abordada a Teoria queer. O quarto capítulo aborda a discussão da construção das unidades prisionais no Brasil, a percepção jurídica e social dos privados de liberdade, fazendo uma analogia com a população LGBT que se encontra nessa situação. O quarto capítulo discute a percepção acerca das pessoas LGBT privadas de liberdade. Para que chegássemos a essa discussão traçamos um histórico da construção de leis no que se refere à sexualidade, posteriormente, trazemos à tona a discussão de como tais leis impactaram na reprodução de posicionamentos preconceituosos, de maneira análoga, discutimos como o meio midiático influencia a negação e aceitação de sujeitos LGBT. No quinto capítulo o

diálogo entre os teóricos adotados e os dados obtidos em campo por fim, nos leva à construção das considerações finais.

1 – ATENTANDO A CONCEITOS

Antes de iniciarmos um trabalho de pesquisa que se propõe discutir, gêneros, sexualidades e identidades, pensamos ser necessário pontuarmos de que lugar estamos falando. Em princípio, percebemos com o levantamento bibliográfico que há uma tendência muito grande em confundir tais categorias com orientação sexual; dessa forma, a discussão fica prejudicada pelo fato de associar identidade necessariamente à orientação sexual desempenhada pelo sujeito, em grande parte num contexto binário e heteronormativo.

Tais dificuldades apontam para que a leitura majoritária das pessoas; diria que o senso comum com relação ao gênero, suas identidades e transições estão atreladas ao papel de orientação sexual que os sujeitos desempenham. Isso limita o entendimento de que a sexualidade não está necessariamente ligada ao comportamento sexual, como também cria empecilho no sentido de entendimento de identidade de gênero. Um exemplo, embora não faça parte do objeto da pesquisa são os assexuais. Afinal se essas pessoas não sentem atração sexual por pessoas do sexo oposto nem por pessoas do seu próprio sexo, o que ele seria? A resposta de que é um assexual parece não fazer muito sentido para aqueles que têm como base uma conceituação de gênero vinculada ao desempenho sexual. De maneira análoga parece que há uma confusão no entendimento que um travesti, por exemplo, possa desempenhar papel heterossexual, assim como nem todos os sujeitos transexuais que tenham feito tratamento hormonal e / ou cirurgia de redesignação, após sua transição possa vir a ter uma vida que não inclua relacionamentos sexuais com o sexo oposto ou com nenhum deles.

Por pensarmos que tais enganos obscureçam o entendimento não só da pesquisa que buscamos desenvolver, como também da possibilidade de uma discussão mais aprofundada do assunto, se faz mister alguns esclarecimentos

com relação à conceituação do que vamos trabalhar. Importante ressaltar que existem abordagens diferentes para o que se entende como gênero, identidade e sexualidade. Partir da definição que utilizamos para tais categorias, representa indicar um posicionamento teórico que embasa o desenvolvimento das problematizações apresentadas ao longo do percurso. Ainda assim, para que possamos defender algum tipo de posicionamento, se faz necessário e importante abordarmos visões que se diferenciam, por meio de articulação e argumentação, num movimento de devir que caracteriza a própria memória social. Isso posto, trabalhamos com os seguintes conceitos:

1.1 Sexualidade

Com relação à sexualidade, a consideramos mais que as orientações, relações sexuais, o próprio gênero ou sua percepção identitária. Assim, temos como base a conceituação de sexualidade do world Health Organization (WHO):

> "sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba funções, sexuais, identidades de gênero e sexo, orientação, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade se expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem todos elas são sempre experimentadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais" (WHO, 2006, p.5 – tradução minha)

A sexualidade no nosso entendimento ultrapassa as relações sexuais em si, envolvendo para além dessa a complexa teia de relações sociais, as percepções subjetivas. Pensamos em sexualidades no plural. E se elas englobam aspectos expressos em erotismo, prazer, desejos, atitudes, fantasias, valores...podemos inferir que as sexualidades possuem relação direta com a cultura. O ser humano inserido em determinada sociedade e

envolto em sua cultura constrói sua subjetividade englobando suas sexualidades. Defendemos ainda que uma pessoa tenha um posicionamento que negue ou se afaste do que é disseminado socialmente pela cultura, é influenciado por ela, pois, só é possível a negação ou questionamento a esses valores a partir da construção cultural que ela vivência.

Goellner (2003), ao estudar o corpo como forma de expressão de gêneros e sexualidades, define que:

> Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz. (GOELLNER, 2003, p.28)

A afirmação permite que entendamos que determinados aspectos valorizados em uma cultura, em certo quadro temporal possam se modificar. A representatividade do que é ser homem ou mulher, portanto sofrem alterações, haja vista, serem resultados de construções socioculturais. Expectativas com relação aos papéis a serem desempenhados por um e por outro, assim como vestimentas, desempenhos sexuais, laborais, comportamentais, sofrem alterações mediante novas perspectivas sociais, influenciadas, por sua vez, pelo avanço tecnológico, econômico, pelas características políticas e religiosas. Nesse sentido, pensar a população LGBT nos anos 60 do século XX, por exemplo, deve guardar as devidas proporções em relação as mudanças sociais desse tempo para cá. Não diferentemente, é necessário o cuidado ao traçarmos as considerações históricas no que se refere ao estudo de gêneros. Exatamente por isso, que iniciamos nosso trabalho inclinado em discutir como homossexualidade (categoria desenvolvida a partir do século XIX), pode ou não representar transgressão. Posteriormente, a análise de identidades diversas só pode ser entendida como transgressoras a partir da comparação e internalização de valores disseminados em sociedades pretéritas. Não devemos, no entanto, crer que nessas sociedades identidades e sexualidades

tenham sido fixas. Se por um lado foram assimiladas e internalizadas a ponto do seu afastamento causar estranhamento em sociedades posteriores, por outro, só a sua existência, ainda que silenciada pode explicar a eclosão de movimentos de devir, como a revolução sexual e Teoria queer.

Admitindo que sexualidades não são lineares, como propomos nos parágrafos anteriores, a noção de transgressão ou de conformidade devem ser analisadas a partir do contexto cultural e temporal a qual se propõem. Não obstante, as pessoas mudam ao longo da vida. Essas mudanças correspondem ao processo de subjetivação, influenciando não só comportamentos sexuais, como também processos identitários. A fluidez característica ao processo de subjetivação não nos permite pensar em sexualidade no singular, como também em adotar um modelo identitário como certo ou errado. A heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou assexualidade, assim como as diversas identidades de gênero, devem ser entendidas como forma de expressão de sexualidades inseridas num contexto mais amplo. Questionamos ao longo do trabalho a associação de alguns comportamentos de sexualidades tidos como corretos da mesma maneira que, ao adotar um grupo LGBT como objeto de pesquisa, tentamos analisar as disputas dos grupos constituintes dessa população por maior representatividade. Outro ponto que buscamos abordar é a construção de valores e das representações construídas por esse grupo. O histórico das lutas de movimento LGBT, feito no capítulo III, tem como objetivo trazer à tona a discussão de sexualidades e identidades que se opõem às tidas como ideais, corretas, normais, aceitáveis ou desejáveis, mas também discutir as lutas travadas dentro dos movimentos pelo respeito de sexualidades que representam grupos específicos. Dessa forma acreditamos que o movimento LGBT não deve ser lido de maneira global, mas com a admissão que embora como um todo se oponham ao conceito normativo binário e heterossexual, possuem internamente variáveis sexuais. A impossibilidade de análise pormenorizada das sexualidades nos levou à divisão de dois grupos distintos ao longo do trabalho: daqueles que se identificam com o regime binário e heteronormativo, pressupondo identidades baseadas no masculino e no

feminino e daqueles que não se encaixam nesse modelo binário ou de orientação heterossexual, representado por homossexuais e bissexuais, assim como por pessoas de identidades de gênero diversas.

1.2 Gênero

Nossa pesquisa perpassa pelo conceito biológico, uma vez que pretende abordar na população LGBT em unidade prisional masculina. Isso pressupõe que os detentos de tal unidade tenham passado por uma triagem prévia na qual foi considerado seu sexo biológico. No entanto, ao ter como base os parâmetros que visam o respeito à identidade de gêneros, devemos transcender tal classificação, considerando que a percepção das pessoas possa ir de encontro à determinação de seu sexo de nascimento. Assim, elas podem desempenhar um papel tido socialmente como feminino, ou ao contrário, reafirmar seu papel tido dentro das concepções sociais como masculinos. Em "*O Barraco das bichas na cadeia das coisas"*, Zamboni (2017) demonstra que "os *bofes*", parceiros de travestis em suas celas, são vistos como homossexuais pelos demais. Os *bofes* são considerados gays pelos outros detentos autodeclarados heterossexuais, ao mesmo tempo são vistos como *"seus homens"* pelos travestis. Notamos uma aproximação ao papel tipicamente desempenhado em uma relação afetiva binária e heteronormativa. Mesmo que estejamos lidando com uma situação onde biologicamente temos dois sujeitos do sexo masculino, com possibilidade de haver nessa relação também um sujeito intersexo, não podemos ignorar o fato que os papéis representados na relação ultrapassam as barreiras da biologia. Busca-se nessa relação uma analogia com um modelo social predominante justamente pelo fato de se pretender fortalecer a imagem do casamento tradicional homem e mulher, enquadrando a relações dos *boys* e das travestis com atribuições de papéis que são geralmente destinados ao masculino, ao homem, ao macho e outro ao feminino, à mulher, à fêmea. Todavia se questionarmos o que é ser um ou outro, entendemos que as possibilidades são múltiplas, e, são sempre norteadas por um conjunto de

fatores que remetem não só a percepção subjetiva, como também a laços afetivos, religiosos e psicológicos, dentre outras nuances sociais.

Procuramos assim, utilizar uma abordagem social de gênero; buscando para além da classificação biológica discutir as construções que determinam o desempenho de tais papéis. A importância dessa abordagem em um programa de memória social é de grande valia, uma vez que permite estender o estudo relacionado à sexualidade para o quadro social. Uma análise que esteja centrada unicamente no indivíduo, como no caso da biologia ou das ciências médicas, ou ainda, que tenha como base as interações em que o objeto é prioritariamente a constituição do sujeito e não de um grupo social, como na psicanálise, possui um viés diferente ao que sugerimos, justamente pelas implicações de análise se debruçarem no campo individual. Dessa maneira,

> ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (LOURO, 1997, p.21-22)

A construção histórica produzida nos corpos permite que o estudo de gênero encontre maior fertilidade se estendendo para outras áreas de conhecimento, como a memória social. Tais construções se refletem nos comportamentos pessoais, portanto subjetivos, que podem ter como direcionamento entrega às normas estabelecidas, transgressões a essas ou articulações que busquem a vivência em ambos os modelos.

1.3 Identidade

A identidade, inicialmente deve ser entendida ou traduzida como uma assimilação. Construir uma identidade é perceber-se em algo, identificar-se com. Portanto, ao longo de nossas vidas vamos construindo identidades, que não podem ser consideradas fixas, pelo contrário possuem mobilidades e

flexibilidades que se relacionam não só com nossa subjetividade, como também aos paradigmas construídos e reconstruídos em âmbito social. Hall (2014,p.9-16) ao fazer o estudo de identidades a distingue em três concepções: a do sujeito do iluminismo, em que o indivíduo tinha como identidade um centro do seu eu, permanecendo o mesmo ao longo da sua vida e do seu desenvolvimento. A noção do sujeito sociológico, em que a identidade perde sua conotação fixa e é vista como interativa, medida por outras pessoas, valores, símbolos, pela cultura, ou seja, a identidade do sujeito sociológico é formada na interação entre o indivíduo e a sociedade. A terceira concepção, segundo o autor, é a do sujeito pós-moderno. A característica da identidade é a de transformar-se continuamente. O sujeito pós-moderno é dotado de diversas identidades, inclusive contraditórias, com as quais podemos nos identificar com cada uma delas, ainda que temporariamente.

Hall(2014,p.9-16) ao afirmar que os interesses de classe não dão mais conta de representar a identificação de um grupo e, que no mundo pós-moderno as estruturas políticas fragmentadas fomentam identificações diversas e deslocantes, apresenta um “jogo de identidades”, onde o sujeito alinha-se em determinado momento com a identidade com a qual lhe tenha maior representatividade. Assim, por exemplo, em um ala prisional específica para a população LGBT, em que há diversas identidades de gênero, a tendência seria o alinhamento de grupos de acordo com suas identificações mais representativas: travestis agrupando-se com travestis, cisgêneros com cisgêneros, transexuais com transexuais, ou, na ausência desses, talvez com outros travestis. No entanto, em determinados momentos em que haja um interesse maior em torno do grupo, como regras de convivências ou posicionamentos que visem a proteção desse, possivelmente todas as identidades se aproximam em nome de uma outra identidade, comum e que transcende tais fragmentações, a identidade LGBT.

Em um sentido mais amplo, as identidades podem estar conflitantes. Considerando que as práticas e posicionamentos homofóbicos e transfóbicos estão baseadas em valores morais e éticos construídos majoritariamente num

contexto temporal precedente, entendemos que haja uma disputa de identidades heteronormativas que tentam sufocar as que se distanciam desse paradigma. Isso posto, cremos que o discurso disseminado por instituições como a escola e a igreja, característicos da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1997,1999) exerçam grande influência nas lutas de posicionamentos identitários. Mas, também entendendo que a sociedade disciplinar esteja evoluindo para a sociedade de controle (DELEUZE, 1992 a), pensamos que a fluidez característica desse modelo vai ao encontro de fragmentações identitárias posta por Hall (2014). Nesse sentido, embora as lutas identitárias se travem, a tendência é da abertura para o exercício de todas, desde que todos convirjam para um mesmo ponto. O discurso identitário perderia o sentido, uma vez que, a tentativa seria a captação de todas as identidades, eliminando barreiras entre elas (HARDT; NEGRI,2006).

O diálogo entre tais autores pressupõe uma transformação do modelo social, consequentemente movimentos de modificações no que tange aos posicionamentos identitários. Esses, por sua vez poderiam ser caracterizados por um devir que se baseia na história para escapar a essa (DELEUZE,1992b), porém, o devir também nos escapa, tornando impossível determiná-lo. Isso se traduz em nosso trabalho no exercício de se debruçar sobre a história na tentativa de captação de momentos de devir (como o movimento de revolução sexual, feminista, de contracultura) e de sua relação com as lutas de identidade. Nessa interpretação o devir poderia representar o deslocamento de identidades fragmentadas para uma identidade de grupo, num sentido mais amplo. Ainda que não possamos ter o entendimento da totalidade de identidades, mesmo que dentro de um grupo específico, representado pela população LGBT, o entendimento da historicidade do seu movimento nos conduz a situações de devir vivenciadas por esse na tentativa de fuga da repetição da história que a precede.

Essa plasticidade, por si só já anuncia a pluralidade e hibridismo naquilo que concerne a construção identitária. Portanto, a pretensão de captar alguma identidade deve ponderar a temporalidade envolvida nesse processo.

Investigar a identidade antes de mais nada deve ser entendido como buscar algo inerente à percepção de um sujeito quanto a si mesmo, mas também compreender que essa está imbricada a processos sociais que são interpretados de forma única pelo subjetivo. Assim, ela parte de um todo, mas é única, em um movimento que se reinventa e se refaz tanto a partir das mudanças sociais, como também das próprias experiências do indivíduo.

Essa particularidade da identidade talvez seja o traço mais importante e intrigante em termos de memória; isso porque assim como essa, não existe a possibilidade de seu entendimento na totalidade. Ambas se refazem a partir de cada olhar, de cada representação, de cada interpretação. A investigação do passado, em termos de normas sociais, não poderá representar uma certeza da sua decodificação, antes vão propiciar uma tentativa de entendimento, o que se faz sempre em um tempo presente e dentro das normas vigentes no mesmo.

Se pretendemos investigar a identidade a partir da narrativa do sujeito, devemos atentar que essa, mesmo sendo a da sua própria história, se dará diferentemente de quando foi vivida. O que posso captar são as impressões de sua construção ao longo do tempo até agora, talvez com uma perspectiva de futuro. Buscar as identidades, como “fazer aparecer as descontinuidades que nos atravessam” (GONDAR,2003, p.34).

Ao estudarmos identidades, gêneros e sexualidades e considerar que se distanciam das expectativas sociais normativas binárias e heteronormativas, ou seja, do desempenho esperado para cada um dos gêneros, considerando o masculino e o feminino, partimos do movimento de construção de uma “memória oficial”, para posteriormente dialogarmos com os autores que discutem e desconstroem esse caráter manifesto.

É importante a atenção às formas identitárias no contexto social entendendo que umas pretendem impor-se a outras. No entanto, como o sujeito é atravessado por diversos aspectos, inter-relacionando-se pela linguagem com códigos múltiplos, as formas heteronormativas, ao tomar esse paradigma, encontram dificuldades, haja vista a orientação sexual e os códigos

que determinam os posicionamentos de gênero não darem conta da multiplicidade de possibilidades humanas. Assim, a construção do que é ser heterossexual em nível de orientação ou do que é ser homem ou mulher, em nível de gênero, escapa entre rupturas subjetivas. Diríamos que essas rupturas são as próprias subjetividades que permitem ao sujeito a transcendência ou distorção das normas e conceitos sociais e suas respectivas reinterpretações manifestas em caráter híbrido e por muitas vezes sigilosos, obscuros e escamoteados.

Por outro lado, grupos que se opõem a esse sistema normativo, buscando a flexibilização de normas e conceitos, não devem ser entendidos como mais democráticos num sentido linear. Deve-se atentar que, embora haja a manifestação interpelativa, os grupos que questionam a formação de conceitos e normas de gênero muitas vezes fazem suas abordagens de forma a afirmarem suas visões num movimento que também enfraquece outros grupos. Eis que essa discussão se torna bastante complexa, uma vez que a identificação se dá de forma mista, abarcando mais de uma possibilidade. Dessa forma, a construção de identidade de gênero deve ser vista como um processo onde são travadas lutas tanto numa conjuntura social quanto individual. Esse caminho leva à interpretação de memória num dilema que envolve sempre sua discussão: seria a memória prioritariamente social ou, refletindo-se na construção coletiva as interpretações individuais, é que representariam a possibilidade de interpretação?

Tais elucubrações fazem um importante jogo de memória, ora privilegiando o individual, ora o social; é fato que ambos estão em constante relacionamento, levando assim à necessidade de análise do quadro social que se manifesta pela perspectiva temporal do mesmo, o que por sua vez reflete em posicionamentos coletivos e individuais. Esse jogo de memória onde respostas são buscadas no entendimento do passado devem alinhar-se ao presente e suas respectivas possibilidades interpretativas, buscando perspectivas futuras.

Partimos da hipótese que as entrevistas poderão nos fornecer dados que se alinham a esse paradigma, ou seja, desconfiamos que os relatos dos

detentos entrevistados devam trazer no seu âmago traços de suas experiências passadas, num ponto de interpretação atual, com vistas a novas possibilidades e mudanças. Mas, nesse primeiro momento, como isso se desenha ainda como uma hipótese, o que temos como concreto é o fato de sinalizarmos que a categoria identidade, ao longo do trabalho deva ser entendida como dúctil e híbrida, havendo espaços interpretativos em âmbitos coletivos e individuais.

1.4 Orientação sexual

No que se refere à orientação sexual, pensamos necessariamente nas abordagens de homossexual, heterossexual e bissexual[7].

Devemos, no entanto, esclarecer que a questão da orientação sexual em nossa pesquisa possui um aspecto secundário. Focar na questão de orientação sexual restringe o trabalho, uma vez que, como temos discutido, pensamos que o posicionamento identitário ou a percepção de gênero representam possibilidades de questionamentos dentro do âmbito social muito maior do que as relações sexuais em si mesmas. Nesse sentido só poderíamos extrair da orientação sexual o fato de ela fazer parte das expectativas de papel a ser desempenhado pelo sujeito classificado dentro do modelo binário masculino X feminino.

A interpretação do que é ser homem ou mulher, do macho e fêmea, transcende a discussão de orientação sexual, deslocando -se para o papel que é desempenhado dentro da relação. Assim um homossexual masculino cisgênero, que enquanto homossexual mantém relações sexuais com outro considerado do sexo masculino pode ser considerado por alguns como heterossexual se desempenhar um papel ativo, por exemplo.

Em outra análise interpretativa, nas pesquisas realizadas com a população LGBT em privação de liberdade consultadas, as narrativas são bastante

[7] A orientação no contexto do trabalho levou em consideração a prática sexual em consonância com o registro biológico do indivíduo no que se refere ao gênero.

explícitas nas relações que envolvam o gay e um travesti. O primeiro tende a ser considerado “marido” ainda que dentro da relação sexual do casal o travesti também desempenhe ou possa desempenhar o papel ativo. Tal situação demonstra que a identidade ganha um significado maior que a orientação sexual para esse grupo. Nas relações estabelecidas na população LGBT privada de liberdade estudada, “marido” e “esposa” encontram sua base de significação no contexto identitário, no qual o cisgênero se reconhece e é reconhecido como a figura masculina e o travesti, ainda que possa não se entender como mulher, atribui ao seu parceiro cisgênero o papel de “homem” da relação, não necessariamente pela posição ocupada na relação sexual, mas pela assimilação do que é construído socialmente como masculino e feminino (ZAMBONI, 2017).

Defendemos assim, que é a partir da identidade que podemos estabelecer as orientações sexuais e não ao contrário, priorizando o sexo biológico. Essa perspectiva impediria de vermos um transexual como hétero enquanto homem ou mulher, passando a ser gay ou lésbica após uma cirurgia de redesignação ou tratamento hormonal. Uma cirurgia ou tratamento hormonal pode representar uma adequação física à identidade, mas não transforma uma pessoa em outra, assim, mesmo que um transexual tenha características físicas masculina ou feminina, não deve ser visto como gay ou lésbica por se relacionar com alguém do mesmo sexo biológico que o seu. Essa relação, do ponto-de-vista identitário, deve ser entendida como uma relação heterossexual, uma vez que incide na percepção de um dos pares como sendo do sexo oposto ao registrado biologicamente em seu nascimento. Assim, nos posicionamos nesse trabalho de maneira que, no seu desenvolver, a identidade ocupe um espaço de análise e de consideração prioritária em relação à orientação sexual.

2 –HOMOSSEXUALIDADE, O PONTO INCIAL.

Ao pensarmos em gênero ou identidade não devemos nos ater à orientação sexual. Como discutido anteriormente, a orientação sexual incide na heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou assexualidade. No entanto, poderíamos pensar em homossexualidade como uma forma inicial de discussão de gêneros, haja vista fugir da normatividade em um recorte temporal em que esses ainda não eram realidade? Se pensarmos nesse tipo de orientação sexual como algo que vai de encontro ao estabelecimento no binarismo, podemos entender que sim; no entanto não seria também pertinente pensar na homossexualidade como uma orientação que de certa forma tenha uma espécie de condescendência social? Tal pergunta encontra sua pertinência quando pretendemos traçar uma discussão em que a condição de orientação sexual, na maioria das vezes associada à de gênero, é questionada a partir de regras estabelecidas socialmente.

Pensamos que esse tipo de elucubração deve estar pontuado não só pela sociedade em que se analisa a sexualidade, como também pelo tempo em qual essa análise se dá; dessa forma, pensar a homossexualidade na Grécia clássica, por exemplo, pode não parecer tão transgressor, uma vez que a aceitação social parece, à primeira vista, algo estabelecido nas relações que envolviam homens livres na fase pós-púrbere com outros púberes livres, assim como escravos. A direção tomaria um sentido contrário, se analisado períodos posteriores, como a afirmação do cristianismo, período em que tal orientação foi bravamente atacada (LINS,2013). Na contemporaneidade, temos avanços com relação aos direitos homossexuais que transcendem o caráter de orientação, englobando de forma mais ampla gêneros e identidades. E, se por um lado, ainda no século XX tenha se buscado o direito à igualdade e respectivos direitos inerentes à população tida como heterossexual, por outro, em fins desse período e início do século XXI, nos deparamos também com grupos de ativismo homossexual que requerem para si o direito à diferença (FACCHINI,2016).

Mas, se nos posicionamos como a orientação como tendo um papel secundário, por que afinal, temos justamente essa questão como assunto primeiro do nosso trabalho? Tal posicionamento se baseia no fato de que a discussão de gênero é bastante recente, remetendo ao século XX; assim, falar de gênero em períodos anteriores a esses não corresponderia à realidade conceitual que o gênero implica; dessa forma, ao começarmos a discussão pela orientação, o que pretendemos é sinalizar que essa, analogamente ao que a discussão de gênero implica na contemporaneidade, pode representar uma possível subversão ou transgressão às normas estabelecidas na construção do papel de masculinidade e feminilidade.

> Há de se lembrar que o conceito de gênero é tributário da segunda onda do movimento feminista. Sua ideia central remete aos escritos da filósofa francesa Simone de Beauvoir, que podem ser resumidos na máxima “não se nasce mulher, torna-se mulher” ... É possível estender essa reflexão aos homens e também a outras possíveis configurações de gênero que escapam ao binarismo masculino-feminino. A princípio gênero foi apropriado pelas feministas estadunidenses dos anos de 1970 como um complemento da noção de sexo, ainda sustentada na díade sexo/gênero. O termo *gender* já era utilizado no âmbito gramatical para designar palavras masculinas, femininas e neutras. Logo, o que as feministas fizeram, foi trazer esse conceito da área linguística para a militância e, posteriormente, para a produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais. (SENKVICS, 2015, p.21)

Assim, nossos estudos têm a homossexualidade como ponto inicial, entendendo tal característica como diferente em relação a construção binária; evoluímos posteriormente para questões mais complexas, relacionadas ao gênero em recortes temporais mais contemporâneos, período em que acreditamos termos maior possibilidade teórico conceitual para a discussão de abordagem.

2.1 O período clássico

Se tomarmos a sociedade grega em período clássico, o que temos em princípio é uma noção de aceitação no que se refere à relação entre homens, tida como efebia[8]. Assim, se o homem podia representar o objeto de amor ideal e a própria relação homossexual foi posta em nível de ordem superior a heterossexual (LINS, 2013), não poderíamos considera-la uma transgressão, antes como algo que se estabeleceu e corroborou um pensamento social e político. No entanto, a maneira abrangente como a efebia é colocada permitiria nos induzir ao erro de uma análise mais rasa, podendo tomá-la como um exemplo a ser seguido por sociedades mais contemporâneas.

Se o amor entre homens era tido como ideal, deve-se perceber as regras que se mantinham. Quanto a isso Foucault (2014) nos traz algumas ponderações: estudando dois filósofos gregos médio platonistas, Máximo de Tiro e Plutarco, aponta dois níveis de comparação quanto a esse tipo de relação. Se no primeiro, essa é feita dentro de dois vieses do amor homossexual, no segundo a comparação se dá entre a relação homo e hetrossexual. Tanto em uma quanto em outra existem ideais inferindo um bom caminho a ser seguido.

Foucault (2014) nos apresenta em Máximo de Tiro uma analogia entre um amor que comporta determinadas qualidades como virilidade, amizade, pudor e outra em que a fraqueza, o excesso, e o próprio sexo se faz presente. Tal dicotomia tem foco no sexo “porque um excesso pode produzir uma doença; é porque na atividade sexual em geral está em jogo o domínio, a força e a vida do homem” (FOUCAULT,1984, p.159). Assim, a temperança deve ser observada, sobretudo no que diz respeito às relações sexuais. O ideal nesse

[8] A efebia constitui uma relação homossexual básica na Grécia Clássica e se dava sempre entre um homem mais velho (com menos de 40 anos) e mais novo (entre 12 e 18 anos). Esperava -se do primeiro a tutoria do púbere no processo de transformação desse em cidadão grego. Assim, o jovem era treinado, educado, e protegido por seu tutor e ambos desenvolviam uma paixão mútua e deveriam saber dominá-la de forma que, embora envolvesse sexo, era abandonada quando o púbere se tornava um cidadão. Tornando-se amigo de seu tutor, então casava-se, tinha filhos e buscava para si outros efebos. ver: LINS, *op.cit* p. 64-68.

paradigma é um amor estético, o amor ao belo, do homem mais velho que admira o jovem que virá a tornar-se o homem viril, enfim um amor platônico.

A ausência de sexo, embora creiamos que seja difícil de ser seguida, é justificada pela sujeição à passividade, perpassando pela violência, o que por sua vez, geraria, cólera, ódio e desejo de vingança", ou ainda pelo consentimento, fruto de uma "moleza e feminilidade" em ser passivo, o que era visto como "anti natural, vergonhoso" e rebaixamento à uma posição inferior de cunho ínfimo (FOUCALT, 2014, p.257). No entanto, o autor também sinaliza para a preocupação com os excessos e necessidade de manutenção de corpo e alma saudável com vistas à preparação física para as lutas e competições. Vê- se nessa perspectiva um caráter bastante político que preconizava a relação de efebia por sua possibilidade de admiração ao belo e encorajamento dos jovens ao cuidado de seus corpos, como também em formar atletas e guerreiros na defesa das cidades-estados.

No que se refere a Plutarco, Foucault (2014) traz a interessante análise de que, embora o filósofo reconheça o amor entre homens, ainda que concorde com o pensamento da época da superioridade dos mesmos em relação ao tido com as mulheres, preconiza a relação heterossexual na forma conjugal. Para tal, Plutarco embasa seu posicionamento entre outros, no fato de o amor entre homens necessariamente ter um período breve, na impossibilidade da concretização sexual, ou quando houver se dar pela violência ou consentimento de passividade, situação como vista anteriormente ser considerada antinatural, como também pela impossibilidade reprodutiva.

Ao se posicionar a favor do relacionamento conjugal, Plutarco ainda se opõe ao ideal do estoicismo que defende a abstenção de relações sexuais. Para o filósofo essas se dariam pela força natural de atração entre homens e mulheres, no entanto, mesmo defendendo as relações sexuais entre os casais, apontava para a parcimônia quanto às mesmas. A visão de que numa relação sexual entre seres de sexos opostos se dá pelo consentimento da mulher e sua capacidade receptiva não anula os valores da manutenção de temperança. Portanto se numa fase inicial da relação a volúpia e o prazer sejam majoritários

o caminho natural deve ser a amizade e afetividade entre o casal. Nesse ponto Plutarco migra o ideal de uma relação de amor entre homens, tida como digna, para o âmbito heterossexual (FOUCAULT, 2014). A ideia de reprodução deve ser de primazia para que se possam gerar herdeiros tanto em nível econômico, como em nível político, considerando o nascimento de futuros cidadãos para defenderem sua cidade-estado (quando homens). Mas Plutarco chega a dizer que mesmo que isso não ocorra, a mulher deve ser presenteada com o sexo.

Nota-se então que a valorização do homem se dá não só pelo fato de ter sido forte o bastante para renunciar a um amor entre iguais, como também por além de ser a figura mestre da casa e da relação, ainda concede o favor de copular com sua mulher, gerando a possibilidade de herdeiros para o clã e possíveis guerreiros para sua cidade-estado. Ainda como união ideal irá descrever as estáveis e monogâmicas, devendo ambos manterem amizade, sinceridade e fidelidade conjugal com relação ao coito. Uma caraterística bastante peculiar é o fato da fidelidade não ser considerada do ponto de vista de moralidade, antes da estética. Manter uma relação conjugal monogâmica e de dedicação ao outro, passando os dois serem um só, é vista nessa direção como algo de beleza estética e superior. Sendo assim, ao se posicionar defendendo a união heterossexual, Plutarco reivindica que os homens devam abrir mão das relações entre si em nome de um bem maior que perpassa por uma união em conformidade com a natureza dos sexos, sua anatomia e temperamentos do homem e da mulher, mas não apenas isso, haja vista tais características serem comum a quaisquer animais, mas pelo fato dessa união poder efetivamente ser duradoura, gerar herdeiros além do fato de em si só permitir uma evolução que vai da volúpia inicial da atração sexual para uma forma mais sublime de amor que evoca o ato sexual guiado pela temperança, a amizade, cumplicidade e de caráter monogâmico.

Observando os fatos até aqui estudados, concluímos que a homossexualidade, por si só não pode ser vista no período clássico da Grécia como um mecanismo transgressor; essa percepção só pode se dar em análise da sociedade em que tal orientação e comportamento sexual estão envolvidas,

assim como o período político a qual se designa. Dessa forma, desde que a relação entre homens se mantivesse dentro do que entendido como a efebia, com as normas estabelecidas para essa, não havia transgressão ou incômodo social. Porém, devemos levar em consideração que em algumas circunstâncias, tais relações poderiam fugir de tais regras, como por exemplo, o não respeito aos limites etários, a duração da relação após o efebo se casar, assim como o comportamento passivo desse já em idade adulta.

Ao fazer alusão ao homossexual, de forma mais generalizada observamos que a passividade parece ser sinônimo da própria homossexualidade. O que se delimitou como homossexual, ao longo do tempo passou a ser seu comportamento sexual, em um quadro em que o papel de ativo ocupa uma posição de superioridade, muitas vezes sendo desconsiderado tal ato como homossexualidade.

2.2 Ascensão do cristianismo

Se num período pós greco-clássico se afirma a visão da mulher como inferior ao homem, a lógica nos faz perceber que o homem que se coloca na posição de ceder à penetração, exercendo assim um “papel feminino por natureza”, transgride ao social, porque simbolicamente, mais que ceder a um outro que o penetra, abre mão da sua posição de superioridade masculina.

No período em que houve a ascensão do cristianismo essa visão de transgressão se estendeu, num movimento contrário ao da liberdade sexual, muito rechaçada em nome de um comportamento que deveria agradar a Deus. Interessante observar, assim como expõe Foucault (1984) que as normas ditadas para a temperança na sexualidade em período clássico grego e em parte na sociedade romana pré-cristã, diferem do cristianismo, a partir do momento em que , enquanto nas primeiras , tinha-se uma preocupação moral, estética , física, no segundo, a relação era a busca pela salvação da alma, o corpo tão cuidado anteriormente, passou a ser visto como abjeto, foco de

imundície pecaminosa; nesse paradigma a mulher passa ser demonizada, responsável pelo incitamento sexual dos homens.

Nesse período não só a homossexualidade, mas demais comportamentos sexuais, como masturbação, toques, felações e até mesmo atividades que envolviam a higiene do corpo, como tomar banho ou lavar-se chegou a ser repelido por eclesiásticos. O cuidado com a alma tinha uma importância preponderante à matéria. O próprio casamento para muitos religiosos deveria ser evitado, e, quando consumado, tinha uma característica mais de reprodução e manutenção de herdeiros, ou um caráter de negócio, haja vista os dotes pagos aos maridos pela família da esposa. A relação sexual assim deveria ser evitada e o amor não fazia parte da união conjugal (LINS,2013).

Nesse cenário, não poderíamos atribuir uma transgressão apenas à homossexualidade, severamente castigada, chegando a ser punida com morte, mas a quaisquer formas de vivência sexual. Um caráter mais vil pode ter sido atribuído a homossexuais, mas a observação é de que toda atividade sexual e até mesmo o caso da própria higiene pessoal podem ser vistos como certo grau de transgressão; assim se tínhamos uma convenção social mais flexível que precedeu a Idade Média, nesse período houve um retrocesso. Uma menor consciência de si enquanto sujeito, trazia a percepção que esse não se via desarticulado de um grupo, família, raça, povo (LINS, 2013). Ironicamente esse sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo submetia o sujeito às regras que o refreavam. Essas características de menor liberdade sexual mostram que não podemos considerar um período histórico de maneira linear, como se ao avançar na linha temporal fosse sinônimo de adiantamento de valores, direitos e desenvolvimento social.

O recrudescimento dos valores morais sob a ótica religiosa e suas influências sociais só arrefeceram a partir de um outro período histórico, a Renascença.

2.3 Renascença, Iluminismo e Considerações da ciência no século XIX

Novas transformações no quadro social, consolidando uma sociedade moderna e capitalista, assim como a afirmação da ciência e do racionalismo proporcionaram um afrouxamento da censura relacionada ao sexo, tão marcante na fase da Idade Média; no entanto, não podemos afirmar que tal assunto tenha tido uma total abertura nem no período renascentista, nem no período que o sucedeu, a Iluminismo.

O crescimento da ciência criticando o poder da igreja e as ideias baseadas na fé se articulavam muito mais com o quadro político e econômico que se instaurava, corroborando o crescimento da burguesia e do capitalismo, do que necessariamente do valor moral quanto à sexualidade, sobretudo se levado em consideração a homossexualidade. Borillo (2016, p. 54), afirma que até o final do século XVIII “todas as disposições penais, sem exceção, fazem referência ao mito de Sodoma para justificar a punição de gays e lésbicas”, mostrando a forte influência religiosa quanto aos assuntos de cunho sexual. Ainda que, apesar do código penal francês de 1791 e o de 1810 deixarem de considerar a sodomia como crime contra a natureza, em 1942, com vistas a proteger os jovens num cenário nazista, o marechal Pétain, o alterou, determinando a maioridade de 13 anos para heterossexuais enquanto para homossexuais era de 21; além disso, introduziu o delito de homossexualidade (BORILLO,2016, p. 57-58). Vale ressaltar que manter relações homossexuais foi considerado crime na Inglaterra e País de Gales até 1967, na Escócia até 1980 e na Irlanda do Norte até 1982.

Observasse-se assim, que a questão da homossexualidade passou por transformações ao longo do tempo, sendo mais aceita nas sociedades greco-romanas, até a ascensão do cristianismo, fato que foi crucial para a criminilaziação e punição de homossexuais.

Nessa perspectiva, poderíamos então dizer que se alguns movimentos sociais contemporâneos considerarem a identidade de gênero uma transgressão às normas estabelecidas, a homossexualidade, orientação que se opunha ao caráter reprodutor do binarismo heteronormativo, poderia ser

comparado às questões indenitárias atuais levando em consideração que à época, o próprio desejo por alguém do mesmo sexo o diferenciava dos demais atores sociais. Não havendo a larga escala de possibilidades identitárias contemporâneas, a orientação sexual “diferenciada” era posta como algo que ia de encontro ao estabelecido, entretanto, ao analisar o ato da homossexualidade como transgressão, se deve deixar de fora o período anterior à ascensão do modelo judaico-cristão. Não obstante, a homossexualidade, a partir do renascentismo e iluminismo começa a ter uma consideração diferenciada do período da Idade Média, muito embora as ideias religiosas ainda exercessem grande influência no período.

As mudanças sociais nos âmbitos políticos, econômicos e culturais impulsionam reavaliações de velhos conceitos. Tais mudanças propiciam movimentos e reflexões contestatórias aos que as antecederam. Esses questionamentos e movimentos de mudanças, todavia, sempre tem como base construções anteriores, sendo necessário que se volte para um passado em vistas à manutenção, mudança ou modificação futura. Assim, esse movimento de mudança está imbricado de memória, mesmo porque a negação e modificação social não representam por si só uma ruptura total uma vez que, o legado deixado por períodos passados se imiscui nos novos paradigmas. A mudança em termos de memória, desse modo, pode representar uma negação, mas não uma completa ruptura. A própria discussão a partir do que não deve ser repetido desperta movimentos de defesa às questões as quais se querem combater, reverberando-se em releituras e em novos paradigmas, envolvendo representações atuais. O legado de períodos precedentes ao nosso fomenta uma percepção atual em que práticas socias, discursos disseminados, transmissões orais, posicionamentos políticos, econômicos e religiosos são analisados no presente de maneira a se perpetuarem com concepções atualizadas nesses vieses, assim como busca-se, em outro sentido esse legado como forma de negação e resistência. Esse entrave do que nos precede gera uma dicotomia que é utilizada como embasamento para justificar práticas presentes ou requerer sua correção ou anulação. É assim que

no que se refere à memória, a sexualidade adquire um contorno em que a homossexualidade ou identidades de gênero que fujam ao binarismo masculino e feminino representam o estranho, por outro lado, as sociedades em que tais comportamentos eram tidos como essencialmente natural são utilizadas por movimentos de resistência no presente como registro dos que se opõem à rigidez desse binarismo. Ao surgir o entrave, grupos sociais diversos buscam em outros aspectos, como religioso e biológico outras justificativas para seus posicionamentos, assim, enquanto alguns utilizam-se de argumentos como reprodução, Deus, ou a natureza como elementos que constituem o posicionamento contrário à homossexualidade, por exemplo; outros apontam para razões políticas, de cunho econômico, estudos científicos que contribuem para a percepção do sujeito para além do seu contexto sexual, antevendo estudos de identidade de gênero. Esse jogo de recorrer ao passado em análises presentes, não obstante não se furta de projeções em relação ao futuro. E essa projeção, mais uma vez, baseia-se no passado, fazendo uma analogia com o tempo presente para argumentar um possível posicionamento ou situação *a posteriori*. A história é utilizada como um elemento de referência de análise, todavia, a utilização da mesma tende a ser em caráter fechado, de forma que as nuances temporais parecem ser segmentadas em períodos que se sucedem, dando o sentido de avanços e retrocessos. Ao transferir tais análises para um estudo de memória, os dados históricos são pensados em outro sentido, a saber, num contexto aberto, e é assim que o movimento de repetição do passado é analisado como tendo uma nova roupagem, adaptada ao contexto atual. Nessa perspectiva, as considerações acerca da sexualidade podem se tornar mais democráticas em um sentido de maior flexibilidade e aceitação, adaptando-se aos avanços e necessidades sociais vigentes, mas o legado de memória proporcionará tanto os requerimentos de alguns grupos a uma “correção histórica”, como de outros em posicionamentos reacionários.

O século XIX, afirmando ainda mais a ciência, se caracterizou pela classificação dos sujeitos sociais, interferindo categoricamente no que é considerado normal e anormal; a medicina se tornou autoridade, englobando a homossexualidade, como uma doença, um desvio. Foucault (2017) analisa o

período como tendo atribuído um poder à medicina, que ao incorporar a homossexualidade como perversão, cria especificações para o indivíduo. Para o autor, a homossexualidade deixa de se fixar necessariamente nas práticas sexuais de sodomia e é transferida para um estado latente, como uma "espécie de androginia interior, um hermafrodismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora é uma espécie" (FOUCAULT, 2017, p. 48).

Para tal estudo, foi necessário cada vez mais falar, analisar, classificar, e a medicina exerceu de fato esse papel. A homossexualidade assumiu majoritariamente um caráter de perversão, sendo passível de controle, embora não tenha sido dissociada do cenário jurídico. E, se a medicina com sua autonomia traz à tona possíveis explicações da homossexualidade ou pretende fazê-lo num âmbito em que esse desejo não depende unicamente da vontade do indivíduo, mas possui bases numa patologia do instinto sexual, o aparato jurídico também não deixou de infligir punições aos tidos invertidos.

Contudo, se a base para o julgamento da homossexualidade deixa de ser meramente religiosa, de cunho moral, tendo nesse novo paradigma uma forte inserção do campo médico que pretende explica-la num outro contexto, devemos nos perguntar o porquê da manutenção de uma responsabilização dos desejos e atos homossexuais como pecaminosos e criminosos.

Para Lantéri-Laura (1994), mesmo a ciência sendo rigorosa em seus critérios, os princípios que a regem podem estar fora dessa lógica. Em um contexto social, a ciência está atrelada ao seu desenvolvimento e ideias vigentes, assim, embora a homossexualidade tenha ganhado um outro significado, que transfere sua conceituação do ato sodomita, considerando possíveis disfunções biológicas, a ideia de inadequação estabelecida socialmente permanece.

> Mesmo que o conhecimento nos parecesse perfeito, não poderíamos esquecer que ele foi adquirido a partir da observação de múltiplos casos identificados como perversões por razões que nada têm a ver com esse conhecimento, e que sempre acabam por se revelar culturais. Mesmo que o saber levasse a conservar critérios que, como a renegação ou o sexo cromossômico, não são sociológicos em si,

> persistiria o fato de que os fundamentos empíricos desse saber decorreram de uma amostragem realizada por motivos culturais. Uma outra escolha dos casos clínicos teria, sem dúvida, levado a um saber diferente, e as certezas comumente aceitas continuam a sê–lo enquanto nos eximimos de examinar suas origens clínicas: poucos, aliás, manifestam vontade de fazê–lo" (LANTÉRI–LAURA, 1994, p. 137).

Ou seja, o autor defende claramente que, mesmo havendo um rigor científico, as escolhas do estudo da homossexualidade, pelo menos à época do século XIX e parte do século XX, foram feitas de forma que corroborassem os saberes estabelecidos; e que tal movimento se deu investido de um forte veio social. Dessa maneira, o homossexual, agora classificado cientificamente de muitas maneiras, aos olhos do julgamento social continua com estigmatização de sujeito inadequado, que deixou de exercer sua sexualidade unicamente por sua vontade, como o sodomita, para tornar-se vítima de sua própria sexualidade, tendo necessidade de interferência sob seu corpo, o que se manifesta em um tipo de poder. Essa interdição representará um enorme lucro pela medicina, prostituição, pornografia (FOUCALT, 2017, p.54). Nessa perspectiva, enquanto consideradas inferiores socialmente, esses tipos de sexualidades expandem-se por representarem possibilidades de lucro, sendo concomitantemente necessário uma maior atenção a esses movimentos.

Há uma mistura ambígua, com certo grau de moralidade que permeia as sexualidades tidas em Foucault como periféricas. Embora o autor defenda que no século XIX e início do século XX a moralidade não tenha tido papel tão determinante para os julgamentos sociais, projetando-se de forma mais efetiva o mecanismo da medicalização, não podemos desconsiderar o papel das instituições religiosas, sobretudo a igreja que utiliza o discurso biológico do ato sexual ligado à reprodução.

O avanço das ciências, a grande participação da medicina e da psiquiatria abriram um novo campo de análise de sexualidades. Contribuíram de fato para que essas fossem entendidas não apenas como infração às leis, todavia, as classificações da homossexualidade em diversas categorias, estabelecendo grupos, corroborou o julgamento daquilo que é considerado normal ou não

dentro dos ditames científicos. O amor e desejo entre homens que em época pretéritas como a da Grécia clássica e parte da romana eram vistos como belo e, em períodos de domínio do cristianismo apontavam para a demonização do ato sexual foram transferidos para uma instância de perversão e anomalia num cenário que classificava, mas se valia dessa classificação num contexto socioeconômico. No campo político, muito mais dependente do aparato social comum e fora do fechado mundo das ciências, prevaleceu ainda as considerações estabelecidas globalmente pelo social, atrelando-se ainda uma forte influência religiosa. A homossexualidade assim, pela primeira vez não foi entendida como uma forma de transgressão ou não, pois nesse contexto o que a determina não é a oposição a um contexto social, mas de onde ela é vista. Pelo aparato científico, até meados do século XX representará um distúrbio, portanto, uma não transgressão, devendo ser tratado no campo da psiquiatria; num aparato social mais amplo ou dentro do âmbito religioso, a transgressão se dará não pela homossexualidade, mas pela forma que é exercida. O desempenho do papel masculino ou a abstenção do ato sexual podem representar formas pelas quais o homossexual não é visto como um transgressor, aliando-se à ideia da medicina de ser uma vítima de uma androginia intrínseca.

A partir da medicalização e suas respectivas classificações, o que havíamos proposto até então não irá mais se sustentar, ou seja, se antes tínhamos na própria orientação sexual homossexualidade algo que pudesse também se referir ao gênero pela ausência de outros que fugissem ao binarismo masculino e feminino, as classificações do meio científico, ao estudarem a sexualidade e suas formas tidas como pervertidas, abriram o caminho para que muitas outras discussões fossem trazidas à tona. É nessa direção que a partir da segunda metade do século XX movimentos feministas e homossexuais começam a requerer o direito à igualdade, expandindo-se e caracterizando a exposição de diversas possibilidades de sexualidades não binárias, que ao longo do tempo migraram em suas expectativas do direito à igualdade para o direito à diferença. Dentro do direito à diferença serão viabilizadas uma grande variedade de identidades, desdobrando-se na

discussão de papéis, comportamentos, atividades sociais, físicas, entretenimentos e uma enorme gama do que é masculino e feminino ou do que é ser homem ou mulher. Na perspectiva da construção desses aspectos num modelo binário, iremos observar que aquilo que questionamos em termo de transgressão migrará da orientação ou ato sexual para um campo muito mais amplo, abrindo caminho para os estudos de identidade de gênero. Essa migração foca nas percepções, subjetividades e atitudes, arrefecendo a investigação de cunho de orientação ou desempenho no papel sexual. Ao mesmo tempo, como um legado de memória, tais discussões dentro do próprio âmbito LGBT, levam aos questionamentos que podemos entender como reinvenções de uma temporalidade pretérita, baseadas nessa para se afirmar, recrudescendo características comportamentais dentro do grupo, ainda apontando as falhas entendidas ao longo do processo sócio temporal como mecanismos de controle e sujeição dos atores sociais quanto seus papéis e sexualidades.

3 – LUTAS FEMININAS, MOVIMENTOS HOMOSSEXUAIS e TEORIA QUEER

Como visto na seção anterior, o século XIX e início de século XX foram marcados fortemente pelas ciências médicas, tendo sido responsável pela categorização sexual, sobretudo no que se refere aos homossexuais. A migração do entendimento do sodomita para o homossexual deu forma a um processo no qual a sexualidade foi dividida em comportamentos normais ou anômalos; assim na lógica da medicina, para o entendimento da sexualidade era necessário estudá-la de maneira que fossem agrupadas pelas vias de orientação sexual, dessa forma teremos dentre outros, o invertido, o homossexual, o perverso, o zoófilo, o pedófilo, o necrófilo (FOUCAULT, 2017) nesse paradigma o homossexualismo, tido como uma inversão da heterossexualidade passa a ter uma conotação de anomalia com base científica, ao mesmo tempo em que representa uma transgressão às normas jurídicas, que o criminalizou até o século XX. Vale lembrar que em alguns países, ainda hoje a homossexualidade representa uma transgressão que deve ser punida de diversas formas, inclusive com a morte.

No entanto, a própria ciência que ganhou ares de autoridade e poder também foi responsável por desenvolvimento social, desarticulando conceitos de caráter meramente religioso. Nota-se que a ciência e a religião nesse período travaram uma linha de embate buscando a afirmação de suas “verdades”, de forma que a primeira foi firmando-se mais efetivamente, muito embora a segunda não tenha perdido campo nas suas crenças, principalmente num âmbito social mais popular. Há então um hibridismo mais conciso, onde as percepções religiosas, majoritárias até então, vão misturando-se aos resultados obtidos em estudos científicos. Nessa perspectiva, se inicialmente a homossexualidade foi vista tanto pela ciência quanto pela religião como anomalia, o próprio desenvolvimento da primeira propiciou questionamento quanto aos posicionamentos sexuais. Porém, “a regressão do senso de pecado não impede que os médicos retomem, com argumentos muito diferentes, é

verdade, a ideia de que a sexualidade é profundamente perigosa e totalmente diferente para homens e mulheres” (LINS, 2017, p.108).

A necessidade de maior participação da mulher no trabalho fora de seus lares, o aparecimento da pílula anticoncepcional, o aumento delas no âmbito educacional, inclusive no meio acadêmico, dentre outros fatores contribuiu muito para o questionamento feminino a respeito do seu posicionamento e papel social. “As principais rupturas situam-se no final do século XIX...depois, durante a primeira metade do século XX, quando as classes médias, em pleno triunfo econômico e social, percebem a fissura do rigor que professam” (LINS, 2017, p.108).

As análises de Foucault em História da sexualidade I, a vontade de saber (2017) denunciou a medicalização como um instrumento de poder, categorização e determinação do que pode ser considerado normal ou não no que se refere à sexualidade; seus estudos focaram-se na esfera masculina, numa discussão que denuncia o jogo que envolve tanto o poder, como o discurso, que na construção social visa afirmar a heterossexualidade como predominante e autêntica. No entanto, o autor afirma esse mesmo poder como disseminado em diversas esferas, sendo assim, a sua afirmação no século XIX foi responsável por um movimento reverso, tendo como consequência a expansão do entendimento do que é homossexualidade sob sua própria perspectiva.

> Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, nós mesmo diremos, melhor que vocês. Toda uma literatura da homossexualidade, muito diferente das narrativas libertinas, aparece no final do século XIX: veja Wilde ou Gide. É a inversão estratégica de uma “mesma” vontade de verdade. (FOUCAULT, 2009, p. 234)

E se “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2017,p. 101), ligado ao discurso,que

pode estar associado a esse, representa sua própria afirmação como também “obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2017, p.110).

Partindo dessa premissa, devemos observar que, embora não tenham sido objeto principal de estudo no que diz respeito à sexualidade, as mulheres, a partir da sua própria condição de inferiorização mediante aos homens, aproveitaram as mudanças ocasionadas em virtude da ciência, majoritariamente masculina, para traçarem as estratégias no sentido de se fazerem ser ouvidas.

Embora possam ser contabilizadas conquistas femininas no âmbito social e político como o direito à escolarização, ao voto e a inserção no trabalho, foi efetivamente a partir da década de 1960, que no bojo do movimento conhecido como contracultura, associado ao feminismo, as mulheres obtiveram maior repercussão na luta pelos seus direitos. Nesse cenário, observa-se também o engajamento de mulheres lésbicas na busca de representatividade enquanto sujeito social e no respeito à sua sexualidade.

Concomitantemente no mesmo fluxo, homossexuais masculinos reivindicavam direitos e lutavam contra um sistema jurídico anti-homossexual. O mais importante desses movimentos, a rebelião de *stonewall* ocorreu em 1969, em Nova Iorque, Estados Unidos. A luta contra as batidas policiais constantes em bares que recebiam a população homossexual pode ser considerada um marco a partir do qual organizações gays começaram a se formar tendo como base o enfrentamento.

3.1 Movimento homossexual no Brasil

No Brasil, o movimento homossexual surgiu na década de 1970. Segundo Facchini (2002) esse processo se deu em três fases, ou “ondas”, como a autora define. A primeira delas em 1978, com a criação do grupo *Somos*, ainda sendo acompanhado de publicações voltadas para a população gay, como o jornal Lampião da Esquina e Revista Versus ambas com início de publicação

no mesmo ano. O grupo, de enorme importância para a militância gay, marco histórico dessa e inspirador no surgimento de outros, segundo Facchini (2002), possuía um forte viés político, com ideologia de esquerda, assim como também foi marcado por agressividade contra aqueles que não se enquadravam nas suas perspectivas.

> o igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo antiautoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. (FACCHINI, 2002, p.68)

Dentro de um contexto histórico-temporal ao qual se inseriam, talvez seja pertinente analisar a postura do grupo como um ato de resistência, assim a dita agressividade encontrada no mesmo possivelmente possa ser justificada pelo cenário social e político da época, cujo violência e autoritarismo eram comuns; tal agressividade pode ter sido comum não só no Somos como também em outros movimentos que preconizavam uma ideologia contrária ao governo ditatorial. O começo da abertura política, em fins da década de 1970 representou um cenário onde a militância se tornou possível mais eficazmente. No caso do *Somos* as características tidas como agressiva encontravam dois aportes: o posicionamento ideológico-político, numa direção esquerdista, como também a vivência homossexual debatida nos seus encontros, o que servia como base de uma busca pela ressignificação do ser homossexual, tendo no enfrentamento na sociedade aos quais estavam inseridos seu meio principal. O papel do movimento nessa primeira fase, ou onda, partia de uma realidade subjetiva, de narrativas de experiências pessoais, fazendo dessas o caminho para uma construção identitária do ser militante. A autora, traz em sua dissertação algumas características do grupo, ditas por MacRae.

O texto aponta para os seguintes posicionamentos:

> O grupo deveria ser formado exclusivamente por homossexuais; as palavras “bicha” e “lésbica” deveriam ser esvaziadas do seu conteúdo pejorativo, na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminados/masculinizadas a “bissexualidade”, enquanto identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras; a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados; o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo deveria ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora como dentro do grupo. (FACCHINI, 2002, p.68)

Observamos assim a clara intenção de ruptura com a construção socialmente vigente, não só na concepção da homossexualidade, mas com relação à própria construção no âmbito heterossexual, o que se configura na defesa de igualdade entre homens e mulheres, e negação do modelo de relações heteronormativas, em que monogamia e fidelidade eram vistas como ideais. Temos no início do movimento homossexual brasileiro um direcionamento de oposição à construção social no âmbito da sexualidade e, talvez já possamos falar em algumas características de gênero; tal posicionamento claramente deixa emergir a negação ao caráter limitador do período ditatorial, como das práticas de criminalização do homossexual adotadas no regime militar. Dessa forma, todas as práticas homossexuais que tinham uma percepção social pejorativa deveriam ser contestadas, mais que isso, combatidas. No entanto as reivindicações não se deram de forma organizada. A percepção do eu enquanto sujeito é que norteava as ações, perdendo-se uma visão mais ampla do homossexual enquanto grupo. As lutas partiam das identificações subjetivas, para um campo mais amplo.

Ao longo da história, principalmente a partir da afirmação do período judaico-cristão até então a homossexualidade foi atacada; entendemos que o rastro que levou séculos foi assimilado por de práticas discursivas e aparato jurídico, resultando em posicionamentos preconceituosos, como também em criminalizações que incluíam punições aos sujeitos cujo práticas sexuais

envolviam a homossexualidade; não obstante, o legado de tantos anos serviu para incutir normas de conduta social no que se refere a papéis que devam ser exercidos por homens e mulheres. Aqueles que não se enquadravam nesses ditames sofriam sanções em níveis diversos, podendo se manifestar em atitudes depreciativas, criminalização e punição com prisão, trabalho forçado, mutilação corporal e, eventualmente morte. A forma pela qual se deu a negação do sujeito homossexual, implicando na dissimulação de seus desejos, a perseguição ao seu sexo, a punição pelos seus atos, sua vigilância, posteriormente sua alocação numa categoria patológica, sem dúvida contribuíram na construção de sofrimento e dor. Essa premissa torna inelegível o posicionamento do movimento homossexual que se inicia, recorrendo ao questionamento dos papéis sociais, ao mesmo tempo em que requeria para si um posicionamento global que permitisse que a vivência homossexual pudesse ampliar, o que só poderia acontecer com a ruptura dos paradigmas vigentes. Deve-se ressaltar, porém, que o caráter mais introspectivo do movimento, que olhava da perspectiva de suas experiências e subjetividades para o social suscitou uma militância que antes da pretensão de políticas públicas voltadas para o grupo, representava mais a negação das práticas sociais no que tange às suas próprias sexualidades.

A postura iconoclasta e rebelde dessa primeira “onda” do movimento homossexual brasileiro marca bem o que Nietzsche (1986, p. 25) nos mostra em *Assim falou Zaratustra*, levantando a defesa do esquecimento na construção de novos valores. Consequentemente no processo de formação de novas memórias; o autor afirma que a criação só se dá pelo afastamento da conservação do doloroso, dos fardos, da rejeição. Na metáfora, o marco do início de movimento homossexual no Brasil poderia ser comparado ao leão, cujo característica é a revolta contra o passado; no entanto, o ato de constante negação ou contestação implica na sua memorização. A memória que precede o período temporal em que se inicia o movimento de militância homossexual no Brasil assume o principal meio de afirmação, buscando-se a partir delas elencar mudanças futuras e fazendo da fragmentação e da pulverização do que é antecessor ao movimento seu mote.

Devemos atentar para que, ao buscar o afastamento do que o precedeu, o movimento absorve características análogas ao que critica; para isso basta observar que os posicionamentos descritos por Facchini (2002) como o combate ao pejorativo, a despolarização de ativo e passivo assim como os estereótipos de masculinizadas e efeminados e o questionamento à monogamia e possessividade. Se tais posicionamentos não incorrem numa postura ditatorial com relação àqueles que visam fazer parte do grupo, dificultam a possibilidade da aceitação identitária de alguns atores desse movimento. Talvez, para alguns deles fosse importante até como forma de resistência e transgressão sua afirmação como “bichinha” ou “sapatão”, para outros ainda, se afirmar como o passivo, aquele que cede, que recebe o ativo, representasse a maneira mais contundente de assumir sua sexualidade. Um homossexual passivo e efeminado ou uma homossexual ativa e masculinizada podem fazer dessas características a estruturação das suas identidades.

Ao ir de encontro a tais aspectos com a consideração de que deva haver respeito a esse subgrupo, o grupo de militância em seu majoritarismo acaba por sufocar identidades, num movimento análogo ao que, enquanto minoritário perante ao contexto social é submetido. Obviamente que devemos considerar não só o contexto político e temporal à época, como também que qualquer movimento para se estruturar precisa de algumas regras e hierarquização, mas, salvo tais condições, o que pretendemos mostrar é como esses mecanismos podem incorrer no risco de aproximar-se daquilo de que quer se afastar. O retorno ao passado histórico e suas respectivas construções com vistas à sua modificação no presente ou mesmo sua total rejeição deve ser considerado inadequado, uma vez que no intuito de não a repetir podemos incorrer em seguir em sua direção. Assim, para que façamos um estudo no âmbito de memória, se faz necessário transcender esse as interpretações históricas, admitindo seu caráter fechado e pontual, assim como admitir o esquecimento.

O estudo de memória requer que olhemos para trás, mas, concordando com Nietzsche (2003, p.11) “ que se saiba mesmo tão bem esquecer no tempo

certo quanto lembrar no tempo certo; que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico, quando de modo a-histórico". O apego ao passado sem a devida relativização e contextualização à sua época faz com que o presente se torne mero espaço temporal de negação, sem que necessariamente busque-se novas perspectivas, exceto pela negação em si; a ruptura ou fragmentação com a memória que não se pretende reviver deve em certo momento ser esquecida, até porque o movimento de não revivê-la incide na postura paradoxal de repeti-las no presente.

Debruçar-se na memória sem o entendimento das percepções políticas, sociais e temporais pode induzir ao erro da estagnação cujo mudança se reflete no enquadramento historicizado, como *slides* que se projetam em sequências, eliminando os interstícios, onde geralmente se dão as grandes transformações. Dessa maneira, analisando historicamente a fase de instauração do movimento homossexual no Brasil, cremos que sua importância é incontestável, no entanto, incorreu na falta de discernimento de que a militância adotou alguns mecanismos como a agressividade, exclusão dos frequentadores do gueto, assimilação de estratégicas como criar internamente um subgrupo de iguais. Na perspectiva de que mesmo com o consenso de não criar "uma ditadura da maioria e uma "minoria oprimida" (FACCHINI, 2002, p. 68), a rigidez que embasava seu propósito desdobrou-se em rachas, com o surgimento de novos grupos. Do ponto-de vista da análise sociológica isso deve ser encarado primeiramente como positivo, uma vez que oportuniza a afirmação e disseminação de novas ideias, realidades e percepções; no entanto, recai numa luta de grupos, consequentemente no requerimento da satisfação de suas necessidades específicas, objetivando um movimento que abranja um maior número de atores sociais. Tal discussão será retomada posteriormente ao questionarmos o quanto a pluralidade de identidades de gêneros contribui ou não efetivamente para o reconhecimento social enquanto grupo.

A segunda fase do movimento deu-se na década de 1980. A abertura política com o final da ditadura e o surgimento da epidemia da AIDS (síndrome

da imunodeficiência adquirida) representaram marcos de grande impacto na nova etapa de movimento homossexual brasileiro. Nesse recorte temporal serão observados um certo encurtamento dos grupos militantes, a mudança de percepção daquilo pelo que deveriam lutar, uma maior aproximação com o poder público e flexibilização quanto a postura de oposição no que se refere às normas socialmente construídas.

Um outro forte impacto sob os grupos de militância foi o encerramento das atividades do jornal O Lampião da Esquina, que representou o final de um meio de comunicação que proporcionava a possibilidade de maior alcance no que se refere à mobilização em todo país. A publicação se pautava na luta pelos direitos homossexuais com o ataque ao regime ditatorial e o autoritarismo; o final desse período político enfraqueceu sua linha editorial. O novo modelo de abertura democrática também contribuiu para o fim de alguns grupos que, assim como o jornal tinham como principal referência a oposição ao autoritarismo e censura, ao mesmo tempo, levou os grupos sobreviventes a traçar novas estratégias de militância para que pudessem se adequar a esse novo contexto, assim como o surgimento de outros.

O sentimento de orfandade com relação ao fechamento do Lampião da Esquina imprime uma dupla interpretação no âmbito da memória. Para a análise desse impacto recorremos a Nora (1981) embasados no conceito de lugares de memória. O autor que desconstrói a importância dos estudos documentais e dos fatos históricos dando maior relevância à memória vivida e relatos orais, aponta para os arquivos, museus, cemitérios, datas comemorativas dentre outros como lugares de memória por exercerem uma tripla função: material, funcional e simbólica. Esse contexto permite a análise do deslocamento do Lampião da Esquina. Se num primeiro momento, enquanto era editado representava um meio pelo qual se expressavam as histórias da homossexualidade de seus entrevistados, transcrevendo uma oralidade e transformando-a num registro escrito, ao encerrar sua atividade midiática, passou a exercer um lugar de memória, cuja materialidade se apresenta no próprio jornal impresso, hipoteticamente uma

funcionalidade, ao permitir a cristalização da lembrança e sua transmissão, por fim, o simbólico uma vez que a linha editorial como dito acima, representava o caráter percussor nas lutas de movimentos homossexuais no Brasil, servindo também de recurso midiático para a disseminação desses em diversas regiões do país.

A lacuna deixada pelo Lampião da Esquina reflete bem as características de um movimento que precisava de base extrínseca para pautar suas lutas, fortalecendo grupos com a propagação de ideias e direções da militância. Por outro lado, deixa claro que sendo a sua influência fundamental para a sustentação do movimento, se fazia necessário que os grupos sobreviventes e aqueles que surgiram a partir de então pensassem em estratégias mais flexíveis, buscando o fortalecimento de suas bases nas suas próprias ações, juntamente com a associação a novos parceiros. A característica de ruptura social em vistas da transformação como um todo foi dando lugar a um pragmatismo que buscava “a garantia do direito civil e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais” (FACCHINI, 2002, p.80).

O Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro foram dois dos que nasceram na chamada primeira onda e que resistiram às mudanças políticas oriundas do fim do período ditatorial com também do enfraquecimento do movimento de militância homossexual em consequência do fechamento editorial do jornal Lampião da Esquina justamente por possuírem, já no primeiro momento do surgimento do movimento um distanciamento do caráter autoritário e comunitarista tão presente no Somos. Ambos tinham preocupações tais como a aquisição de uma sede própria (Grupo Gay da Bahia), a afiliação a grupos internacionais (Triângulo Rosa), além disso, esse último teve seu registro oficial em 1985, tornando-se assim uma pessoa jurídica. Tal evento representou uma oficialização do movimento, até então de caráter autônomo.

Muito embora a preocupação deles estivessem voltadas para uma agenda de políticas e ações públicas, o grupo Triângulo Rosa não foi atuante na luta

contra a AIDS. Já o Grupo Gay da Bahia e o Atobá, no Rio de Janeiro desempenharam esse papel. A justificativa do distanciamento de alguns grupos do movimento homossexual das questões que envolvessem a doença está relacionada com o interesse de dissociarem-se da imagem marginalizada atribuída aos homossexuais, Facchini (2002). Ainda, segundo a autora, os grupos que pertenceram à segunda onda do movimento buscavam a associação de uma imagem pública do homossexual, o que fazia necessária a desvinculação do caráter autoritário e dos "aspectos marginais" da homossexualidade.

Nessa etapa que corresponde à segunda onda do movimento faz-se mister a análise de memória por uma ótica que abrange sua discussão enquanto essencialmente individual ou social. Tendo superado a dicotomia que envolve tal discussão, acreditando que ambos movimentos são construtores de memória, haja vista num primeiro momento o movimento pautar-se sobretudo no debate descritivo de experiências pessoais, enquanto no segundo há uma aproximação da discussão em nível mais social. Proporia que os primeiros militantes se apoiavam nas experiências pessoais mas que essas poderiam incorrer no que Pollak (1992) chamou de "vividos por tabela". Embora não seja possível afirmar que os líderes e participantes da primeira fase não tenham vivido realmente os relatos que trocavam em suas reuniões, é possível afirmar levando em consideração o autor, que muito provavelmente alguns desses relatos ou todos eles tenham se apoiado num passado com o qual se identificaram, reforçando essas vivências numa ressignificação de identificação enquanto grupo. Pollak (1992, p.4) ao afirmar que "a memória é um fenômeno construído", observamos que a tentativa num segundo momento de movimento dos homossexuais no país foi de se organizarem de forma a se desvincularem da imagem pretérita de marginalização dos homossexuais, afastando-se assim do viés autoritário presente na primeira onda do movimento, ao mesmo tempo em que buscaram firmar sua organização em função de preocupações políticas, num cunho mais social. Ao tomar essa direção, a segunda fase do movimento, além de deixar claro as ideias as quais se identificavam ainda construíram sua própria imagem, distanciando-se das estratégias tomadas num

momento anterior ao seu, concomitantemente firmando representações as quais pretendiam ser percebidas e associadas pelos outros. Essas características se estenderam nos períodos posteriores à segunda fase do movimento, com o desdobramento em sua terceira fase marcada seja pela inclusão de novas identidades, seja pela extensão da associação do movimento a novas parcerias públicas, com a “diversificação de atuações e formatos institucionais” (LIMA, 2017, p. 35).

A década de 1980, principalmente em sua segunda metade foi bastante determinante para o movimento homossexual brasileiro; a partir desse período o surgimento da “peste gay”, como ficou conhecida a AIDS, influenciou sobremaneira não só em novas políticas para o movimento como também no surgimento de novos grupos, alguns deles voltados especificamente para a prevenção da doença. O surgimento de novos grupos e um novo olhar desses com relação aos direitos de homossexuais refletiu uma série de encontros nacionais, que a partir do final da década de 1980 e início de 1990 se tornaram anuais ou bienais (LIMA, 2017, p.33-40).

Em 1984, o II Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizado em Salvador, tratou de temas como casamento gay, tratamento positivo de homossexuais na mídia e inclusão da educação sexual nos currículos escolares, deixando claro que a postura do movimento até então, caracterizada fortemente pelo comunitarismo ampliava-se para um meio social como todo, postura bem marcada pela exposição da necessidade educação sexual nos currículos escolares. Pretende-se assim que a questão de sexualidades, incluindo a orientação homossexual seja discutida mais cedo, num âmbito de uma instituição que representa a ótica social não só da família como também do Estado. (LIMA, 2017, p.33-40).

Do ano de 1989 até o ano de 1993, ocorreram encontros nacionais anuais, havendo cada vez mais um número de discussões na direção de uma aproximação com a sociedade e o requerimento dos direitos civis e públicos dos homossexuais. No ano de 1993, já se faziam presentes nessas reuniões o público gay feminino, com grupos lésbicos, um grupo misto, sendo

representado por travestis (talvez por transexuais, que à época não tinham tanta visibilidade) e por entidade de organizações não governamentais (ONGs). Esse encontro teve como característica principal o maior alcance dos grupos com relação a seus direitos; buscou-se a partir de então também um novo direcionamento para as causas homossexuais, travando-se uma parceria com os direitos humanos. O diferencial desse encontro já pode ser notado no próprio nome que deixou de mencionar exclusivamente os homossexuais, incluindo outros segmentos sociais, assim, o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais marcou a inclusão de novos atores, o que num primeiro momento, pode ser visto como um fortalecimento, muito embora a centralidade estivesse com os homossexuais masculinos, fato comum até os dias atuais no que tange às causas LGBT. (LIMA, 2017, p.33-40).

A discussão presente no VII Encontro expressou preocupações da luta pelos direitos civis, englobando questões mais complexas como por exemplo, a necessidade da diferenciação entre gêneros, apontando para que essa seja permanente. Tal direcionamento, embora pareça marcar uma cisão entre esses dois grupos, preocupava-se com a natureza de abordagem e tratamento dos mesmos, não obstante representou uma chamada social de maior visibilidade para as lésbicas, em segundo plano para travestis (o que incluía também os transexuais). Em sua plenária discutiu-se a necessidade de estabelecer bandeiras comuns de luta para o Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas, se criasse uma comissão de direitos humanos para gays e lésbicas, ações conjuntas mais efetivas, efetuar intercâmbios de materiais, ações entre os grupos sobre violência. Ainda que os grupos de gays e lésbicas tivessem algum tipo de atuação em relação aos códigos civil e penal, que as ONGs de direitos humanos acompanhassem processos relativos a gays e lésbicas, referindo-se à impunidade, que se criasse um departamento jurídico de direitos humanos no Movimento Brasileiro de Gays e Lésbicas, que se utilizasse os meios de comunicação de outros movimentos sociais para veicular as lutas desse movimento, que se socializasse a mala-direta de agências financiadoras e que gays e lésbicas participassem do I Congresso de Movimentos Populares (FACCHINI, 2002, p. 90).

As lutas dos movimentos num momento inicial, marcado pelas questões mais subjetivas dos atores que ali participavam, nos remete à memória individual enquanto na segunda fase do movimento já se percebia uma maior preocupação com a aproximação mais efetiva do contexto social. A principal preocupação com o futuro, representada pelos direitos jurídicos e civis dividia espaço com questões relacionadas à AIDS, que se propagou a partir da década de 1980. Foi a doença que, ao nosso ver representou um caminho pelo qual os grupos constituíram uma maior aliança, contrariamente também representou um elemento de cisão entre eles. A epidemia, conhecida à época como “câncer gay” foi o cerne para discussões que envolviam a associação de grupos com entidades estatais e privadas, o surgimento de ONGs voltadas exclusivamente para seu tratamento e prevenção e das questões que envolviam o gênero. Ainda a epidemia de AIDS englobou número maior de travestis nesse trabalho. Outra discussão pertinente a esse contexto temporal foi a problemática da acusação de bissexuais serem responsáveis pela propagação da doença em meio heterossexual.

O novo paradigma dos movimentos não pode ser mais visto como uma luta apenas dos homossexuais. A principal característica do movimento, representado mais por uma orientação do que pelo gênero, sofreu alterações com a participação de lésbicas e travestis, que mesmo estando no patamar de homossexualidade possuíam movimentos próprios. Ao deixarem de olhar para si mesmos buscando uma amplidão nas questões referentes à homossexualidade, ou entendendo que as discussões não deveriam pautar-se apenas no comportamento sexual, abrangendo novas categorias e abrindo espaço para discussões que envolviam o gênero, os grupos tinham outra perspectiva de memória.

Se a historicidade de indivíduos que não se enquadravam num modelo binário e heterossexual foi a premissa para as primeiras organizações do movimento homossexual, a percepção mais efetiva de quadros políticos e a necessidade de uma adaptação à nova ordem vigente, com o final do período ditatorial abrindo espaço para um cenário mais democrático e o surgimento da

AIDS, corroboraram novas perspectivas para os movimentos posteriores. Ainda que na primeira fase de organizações de grupos homossexuais podemos entender que tenha havido uma aproximação do que se refere ao social na forma de negação a esse, fica claro que as percepções subjetivas dos atores definiam sua luta. Nos movimentos posteriores a transição da preocupação da maioria dos grupos com o contexto social deflagrou a mudança da abordagem de memória primordialmente individual para coletiva.

Certamente não podemos dissociar as duas, havendo interseções no que é criado socialmente e nas percepções de como essa construção afeta o sujeito. Não se trata nesse momento de entender qual dessas é mais importante ou mais presente, mas que as mudanças sociais e políticas interferiram diretamente na posição dos grupos, ou pelo menos nas suas constituições primárias. Quando falamos da memória e na sua perspectiva do olhar o passado no intuito de mudanças futuras, percebemos que o tempo presente representa o principal fator para a escolha do caminho a ser seguido. O foco nas políticas públicas e jurídicas, o englobamento de novos gêneros, a associação com instituições exteriores ao movimento demonstrou que, a partir da segunda fase de organização de grupos homossexuais o enquadramento estático das questões históricas que os envolvem tinha uma outra representatividade em relação momento que o antecedeu. Essa mudança reflete o posicionamento de que pautar-se apenas na história, fechada, acabada, construindo um discurso que visava apenas sua negação não traria mudanças significativas em nível social.

A apropriação no presente dos momentos históricos precedentes para a busca de soluções futuras sem que se encerre apenas na análise pretérita, antes, buscando sua interpretação no contexto atual, construindo-se daí um novo quadro de objetivos futuros vai ao encontro do movimento de construção de memória, pois “ o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2005,p.17). Isto posto, cremos que a primeira fase do movimento homossexual, vista de hoje, sirva de material a ser estudado no campo da memória, mas nos

parece também que enquanto movimento, à sua época, esses grupos discutiam mais a história do que a memória em si. Nessa análise, é possível entender que a partir da década de 1980 tenha se construído um estudo que utilizava a história para o entendimento do que é memória coletiva.

As apropriações do passado, as memórias vividas “por tabela”, (POLLAK,1992,p.3) a necessidade de um novo direcionamento, a apropriação da divulgação, prevenção e tratamento da AIDS, o cuidado individual com os sujeitos infectados por essa e a associação dos grupos com a esfera pública e privada, surgindo inclusive a organização de entidades não governamentais, engendraram um quadro mais complexo em que as percepções individuais eram diretamente afetadas pelo social e sua relação ao eu. Dentro desse âmbito de discussão, a luta pelo poder ganha destaque a partir do terceiro momento do movimento, em que há disputa dos grupos pelos recursos que sustentem sua manutenção. Não obstante, ao defenderem questões mais amplas, alguns desses grupos assimilaram um discurso de negação ao Estado enquanto outros viram nessa associação a possibilidade de obtenção de recursos para sua expansão de atuação. Importante ressaltar que os grupos de militância homossexual se formaram inicialmente com figuras representadas por intelectuais, acadêmicos e de classe média. Posteriormente, com a causa ganhando participação mais efetiva de travestis e um grupo tido como misto, notaremos um acirramento do entendimento das questões que devam representar a causa, principalmente quando surgem associações do grupo com ONGs ou apenas as organizações voltadas para política de prevenção e tratamento de AIDS.

A discussão que se colocava abordava se ao aliar-se a instituições privadas e do governo, recebendo recursos desses, não estariam se dobrando a interesses do Estado e colaborando com a sua política de dominação. A partir do momento em que tais alianças se desdobravam devia haver acordos em ambas as partes, porém, com a necessidade ou interesse da obtenção de recursos, cedia-se a forma pela qual o Estado pretendia discutir e fazer políticas públicas.

Facchini (2002) aponta para que a diferenciação entre os grupos que se associaram ao governo e empresas privadas, obtendo apoio financeiro e logísticos e aqueles que se opunham a tal direcionamento foi marcada por acusações de oportunismo e por discussões internas e externas.

A discussão em torno de posições políticas, sociais, econômicas e de gênero, ao nosso ver, pautam-se num contexto mais amplo: mesmo que tenha havido num segundo e terceiro momentos de maior conscientização das causas homossexuais, consequentemente unindo organizações que possuíam expectativas e perspectivas diversas, não podemos fazer uma leitura linear do movimento e de seus atores. As diferenças que marcam suas subjetividades e vivências sociais determinaram seus posicionamentos ideológicos. Nesse sentido é importante a análise do conceito de *habitus*[9] para o entendimento da evolução do movimento em suas fases, uma vez que esse demarca não apenas sua evolução, como também será bastante significativo no que tange ao posicionamento de identidade.

Ainda se pautando no conceito de *habitus* percebemos que os posicionamentos *a posteriori* à terceira fase do movimento homossexual se tornaram mais fragmentados. Tendo o claro entendimento que as discussões sociais acerca de direitos, maior flexibilidade política e legislativa e avanços tecnológicos engendraram mudanças, o que por sua vez, fomentaram o aumento de diferenças pelas lutas, causas e percepções subjetivas. O daqueles que não se enquadram na heteronormativdade deixou de se estabelecer na busca de direitos como cidadãos iguais para a busca do direito e respeito às suas diferenças. Ao se ampliar o campo em que batalhas são travadas pela legitimação de grupos diversos propicia-se que se estenda

[9] - Para a discussão de *habitus* utilizamos o conceito de Elias, para quem o indivíduo, apesar de um ser independente, se torna igual a outro por uma relação de interdependência entre o próprio indivíduo e a sociedade; assim, " a partir do estudo do processo civilizador, evidenciou-se com bastante clareza a que ponto a modelagem geral, e portanto a formação individual de cada pessoa, depende da evolução histórica do padrão social, da estrutura das relações humanas." (ELIAS, 1994, p.24). Consideramos também a conceituação de Bourdieu, que destaca a sociedade e as lutas travadas em campo social, em que "as diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforma aos seus interesses" (BOURDIEU, 1989, p.11).

também a manifestação de maior número de subjetividades. Essa amplitude, podemos argumentar, é algo que sempre existiu, uma vez que nenhum sujeito é igual ao outro em suas percepções, todavia, a manifestação dessa está atrelada às possibilidades de sua afirmação no recorte temporal a que se refere. Dessa forma, aos termos maiores avanços que envolvem economia, política, tecnologia podemos perceber um maior número de expressões subjetivas existentes como também que tais avanços contribuíram efetivamente para o surgimento de outras, uma vez que, ao mudar-se o quadro social, as percepções do indivíduo são afetas na proporção da vivência dessas mudanças.

A maior expressão de subjetividades pode ser delineada pelo “surgimento” de novas categorias de gênero (agêneros, drag queens, cross-dressings ...) ao mesmo tempo em que se relaciona com a subdivisão de grupos a partir do que consomem, como se vestem, lugares que frequentam etc. Seria o que pode ser entendido como estilo, quanto a isso Bourdieu aponta para que:

> As experiências (que uma análise multivariada pode distinguir e especificar pelo cruzamento de critérios logicamente permutáveis) se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do habitus de grupo ou de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo habitus, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe. (Bourdieu, 1983, p. 80-81)

Podemos ter um entendimento maior das diferenciações do movimento homossexual brasileiro, tendo representado em cada uma das suas fases não só o reflexo do quadro social e temporal ao qual estavam submetidos, mas que cada uma dessas mudanças se relaciona também com o subjetivo, que por sua vez está atrelado ao social. Essas tornam-se indissociáveis da análise de

memória, uma vez que ao fazer tais leituras estamos conscientes do dinamismo em que tais mudanças ocorreram, não obstante, percebemos que o entendimento do movimento nessa direção não se faz pautado em um estudo histórico fechado; é essa característica da memória que nos impele à reflexão e consequente conclusão de que estaríamos numa quarta etapa do movimento ou numa quarta “onda” , como chamaria Facchini (2002), iremos discuti-la no próximo tópico.

3.2 Quarta fase: movimentos LGBT pós epidemia da AIDS

Ao longo desse capítulo temos visto que a organização de sujeitos considerados minorias, como mulheres e homossexuais, em um recorte temporal que remete ao movimento de contracultura, década de 1960, pretendeu transgredir normas impostas pela sociedade. O desafio a essas normas e uma nova postura diante do quadro social estimulou a organização de grupos que buscavam maior visibilidade social, respeito e direitos enquanto cidadãos.

No Brasil, vimos que tais movimentos possuem, segundo Facchini (2002), três ondas. Analisado esses períodos, propomos um quarto, que dentro de nossa interpretação representa um momento mais atual das questões de gênero e de grupos tidos como minoritários.

A dissociação da imagem gay como único transmissor da AIDS e significativas descobertas no meio científico levaram a um relaxamento quanto à doença e consequente aumento na detecção do vírus HIV, que pode ser constatado com os números de ocorrência no Brasil entre os anos de 2007 e 2017. Segundo o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (BRASIL,2017a) os casos detectados subiram consideravelmente de 6.862 casos (2007) para 37.884 (2016), voltando a haver um decréscimo para 16.371 casos em 2017. O afrouxamento do medo da doença associado às melhoras de tratamento abriu espaço para novos

questionamentos, uma vez que a essa representou o fator principal da militância nas segunda e terceira fases do movimento.

As características da nova fase dos grupos de direitos homossexuais sofreram alterações no que se propunham; a busca pelo respeito ao direito deu lugar ao reconhecimento das diferenças. Nesse contexto surgiram vários outros que transcendiam a causa homossexual, o que poderíamos considerar como subgrupo até então passou a ter maior visibilidade dentro do meio LGBT. Acirram-se as discussões acerca de gênero. Nessa nova etapa ganha destaque a identidade, com abertura aos que eram menos evidentes, como transexuais e agêneros. Outros grupos ganharam mais destaque como como subgrupos, temos como exemplo os chamados “barbies”, homossexuais masculinos musculosos, os “ursos” homossexuais masculinos majoritariamente acima do peso e peludos, andróginos, cross-dresses (homens que se vestem como mulher no dia a dia), drag-queens (homens que se vestem de mulher para performaces), butch (mulheres homossexuais com postura tida como masculina dentro de suas relações), fem (mulheres homossexuais com postura tida como feminina em suas relações), drag-king (mulheres que se vestem de homem para performace), bigêneros, entre outros. O aplicativo Tindler, voltado para encontros afetivos registrou 37 opções de gênero no ano de 2017 (O GLOBO, 2017), em 2014 o facebook, maior rede social do mundo registrava 56 (CAPARICA, 2014), e, em 2016 a Comissão de Direitos Humanos em Nova Iorque oficializou 31 nomenclaturas de gêneros (GRANDIZ, 2016).

Os três momentos específicos do movimento homossexual no Brasil estudados por Facchini (2002) demonstram a inclusão de novos atores. Nota-se assim uma disputa entre diversas classificações de identidades de gênero que antes ficavam atreladas a um conjunto de orientação sexual. A emergência de travestis, bissexuais e, posteriormente transexuais determinam novas direções à militância e “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reinvindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória” (POLLAK, 1989, p.5).

A tomada do espaço público e a emergência das vozes caladas durante tantos anos requerendo respeito e visibilidade causou também uma mudança no quadro social e político. Não havia mais como esconder que esses atores fazem parte do contexto social, eles saíram de uma espécie de limbo, sobretudo guetos, espaços que lhes eram atribuídos socialmente.

Embora já tivesse ocorrido beijo entre pessoas do mesmo sexo , como de Vida Alves e Georgia Gomide, na novela Calúnia, exibida pela TV Tupi (1963), também de dois personagens masculinos em Mãe -de- Santo, exibido pela Manchete (1990), ainda os programas da MTV Fica comigo (2000-2003) e Beija sapo (2005-2007), o considerado primeiro beijo gay em telenovelas ocorreu em 2011, na novela Amor e Revolução, exibida pelo SBT. Outras produções trouxeram gêneros identitários diferente dos cisgêneros, como a travesti Sarita, em *Explode coração* (1995); em 2001, *Filhas da mãe* tinha como personagem a transexual Ramona; em *A força do querer* (2017) foram duas personagens de gêneros não binários: Ivana, transexual que na trama faz a transição mulher/homem e Nonato, motorista que se transformava em Elis Miranda em episódios performáticos.

Acompanhando essas aberturas também surgiram inúmeras reportagens jornalísticas abordando o assunto; em 2016, a emissora por assinatura GNT exibiu toda uma série abordando o gênero. *Liberdade de gênero* trouxe para a TV história de pessoas na sua condição de não binárias e inseridas num contexto social, familiar e profissional mais amplo. Publicações como os livros *Viagem Solitária* (2011), de João Nery e *O corpo da roupa* (2017), de Leticia Lanz contam as histórias de seus autores enquanto transexuais. As paradas do orgulho gay também são espaços bem plurais em que várias designações de gênero estão presentes.

Em 2013 os deputados federais Jean Wyllys e Erika Kokay apresentaram o projeto de lei requerendo diversos direitos à população formada por travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais; o deputado ainda apresentou em 2015 um outro projeto requerendo a mudança de nome das pessoas de acordo com sua identificação de gênero.

Em 2014 O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNDC) estabeleceram os parâmetros de acolhimento aos membros da comunidade LGBT privada de liberdade, objeto principal da construção desse trabalho.

A tentativa de afirmação de seus direitos na voz das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), no entanto, como em todo contexto político-social é marcada por discussões de outros segmentos que os apoiam ou vão de encontro a esses. Nessa disputa são expostas questões que se debruçam sobre um outro tipo de memória social, construída ao longo do tempo, marcando o poder do Estado, uma vez que são disseminados por aparelhos que os compõe. Os chamados Aparelhos Ideológicos do Estado, compostos pelos diferentes sistemas de igrejas, escolas, famílias, jurídicos, políticos, sindicais, de informação e culturais, teriam por função disseminar uma ideologia para a dominação de classes (ALTHUSSER, 1980). Essa ideologia, por sua vez é quem produz a memória tida como oficial, que na contemporaneidade se colocará em oposição às vozes subterrâneas desses atores sociais que ultrapassam o binarismo heteronormativo.

Dentro de tantas discussões acerca da identidade de gênero, sua negação ou aceitação, não podemos negligenciar maior visibilidade e lenta conquista de direitos. Na análise desses avanços Hardt e Negri (2006) postulam a nova ordem global definida pelos autores como Império. Defendendo que não há mais barreiras, o mundo contemporâneo, teria se tornado num grande Império cujas diferenças seriam eliminadas pelo mercado, assim

> A afirmação dos hibridismos e da livre atuação por cima de fronteiras, entretanto, é libertadora apenas num contexto onde o poder propõe a hierarquia exclusivamente por meio de identidades essenciais, divisões binárias e oposições estáveis. As estruturas e lógicas de poder no mundo contemporâneo são completamente imunes às armas “libertadoras” da política pós-modernista da diferença. Com efeito, o Império também está empenhado em abolir essas formas modernas de soberania e em permitir que a diferença atue através de fronteiras. (HARDT, NEGRI, 2006, p.160)

Segundo os autores não se sustenta mais o foco na dissolução da dicotomia entre grupos, em modelos pautados no binarismo, pois no momento contemporâneo estaríamos numa etapa de desenvolvimento em que todas as diferenças são englobadas; não que as diferenças tenham sido eliminadas, mas fariam parte de um mesmo cenário global, de forma que devem ir diminuindo ou sendo neutralizadas pela necessidade que o Império possui não só de trabalhadores, como de mercado. As culturas locais se manteriam mais na propagação das memórias do que pela dominação de uma sociedade sobre outra. “Os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo terreno social” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 216). A lógica do Império tem como aparelho do seu comando a inclusão, eliminado fronteiras para posteriormente, festejar as diferenças culturais, finalmente administrando-as. Percebemos assim que nesse novo paradigma contemporâneo as diferenças não só devem ser incorporadas ao Império, como devem ser festejadas. Não se trataria então de pensarmos em políticas inclusivas, mas que ao mesmo tempo tiveram um caráter separatista? Esse aspecto é essencial para pesquisarmos até que ponto as áreas destinadas à população LGBT privada de liberdade representam de fato um lugar que esteja dentro de uma lógica contemporânea ou representam apenas a uma nova forma de administrá-las.

Torna-se importante essa percepção em campo para analisar que aquilo que parecer em um primeiro momento uma atitude de inclusão e reconhecimento de direitos não implique na verdade numa nova divisão, que deixa de ser dicotômica para ter um traço mais plural, sendo mascarada pela forma em que se instala. Precisamos também estar atentos para a contextualização social em que estamos inseridos, há possibilidade de entendimento de ainda não termos atingido o novo paradigma proposto por Hardt e Negri na sociedade brasileira.

Nesse sentido, considerando que no Brasil estaríamos num primeiro momento da lógica do Império no que tange às diferenças de gênero, a saber,

a inclusão, cremos que não tardaremos a atingir os segundo e terceiro patamares, onde as normas jurídicas específicas à população LGBT, às diversas categorias de gênero, como os não binários ou ainda agêneros, desaparecerão, haja vista todos estarem incluídos, sendo necessário a partir daí apenas a administração dessas diferenças de forma que sejam atores que contribuam efetivamente com a manutenção desse Império Global.

Nos parece que estamos de fato nesse caminho, mas como o futuro não se pode prever, o que temos de concreto é que as múltiplas identidades de gênero são realidades e, enquanto tentamos entende-las elas se propagam. A maneira pela qual o Império anuncia seu englobamento incide na proposta de entendimento de gênero como apenas um de diversos traços subjetivos, assim toda manifestação se daria de maneira mais ou menos natural, sem que haja a necessidade inclusive de políticas que as sustentem, seria a aceitação pela aceitação, o englobamento, a eliminação do tratamento de diferenças.

Esse movimento de não se pautar em uma estrutura binária remete à uma subversão anterior, que anunciava embriologicamente um contexto contemporâneo e teve como representante a Teoria queer.

3.3 Teoria queer o início da subversão binária de gênero

Um importante marco do movimento queer foi a formação do Queer Nation, grupo formado em Nova Iorque na década de 1990 e caracterizado por práticas de enfrentamento e pela revelação da sexualidade de pessoas públicas sem seus devidos conhecimentos, prática conhecida como *outing* (SPARGO, 2017). No entanto, o movimento teve suas bases em períodos anteriores. Grupos de homossexuais femininas *butch-fem* (relações em que se observa uma homossexual com comportamento tido como masculino, exercendo esse papel na relação com outra homossexual que se comporta de forma tida como mais feminina), deflagravam na década de 1950 um posicionamento que além de anteceder movimentos homossexuais masculinos, iam de encontro aos contextos de sexualidade estabelecidos, requerendo menos repressão. Tal

movimento pode ser hoje considerado como muito próximo ao que chamamos de queer, uma vez que esse se opõe ao tido como “normal”, ainda que seja considerado o gay/lésbica. O queer representa, o excêntrico, aquilo que extrapola o aceito, numa perspectiva de transpor conceitos, subvertendo-os.

Se temos o queer como movimento que se posiciona fora daquilo que é tido como normal, perguntamos então por que se distanciaram dos movimentos homossexuais, já que esses também representaram ao longo de séculos sujeitos que não se enquadravam na heteronormatividade criada, discutida e apoiada pela sociedade como um todo, ficando de fora de políticas fomentadas pelo Estado, assim como da ortodoxia de religiões com base judaico-cristã?

Para que possamos responder a essa questão é necessário que revejamos a posição que os movimentos possuem com um determinado recorte temporal, considerando os aspectos políticos, econômicos e sociais inerentes a esse. Na década de 1960 a insurgência ao termo *gay*, originalmente usado para designar mulheres de comportamento suspeito (mulheres alegres), para dar lugar a homossexuais, designando-se gays e lésbicas pelo orgulho de sê-los, representou uma mudança no paradigma, havendo uma negação à taxação de patologia definida pela ciência médica. Concomitantemente foi o momento em que mulheres desafiaram as concepções de serem passivas, secundárias e inferiores. Spargo (2017, p. 25) afirma que nesse período “os dois movimentos tinham afiliações sólidas, embora, de modo algum universais, com a política de esquerda, e na academia se alinhavam com abordagens marxistas, socialistas e feministas”.

Na década de 1970 a abordagem dos grupos homossexuais foi a de se colocarem como minoritários, requerendo igualdade de direitos. Ainda segundo Spargo (2017), nesse período, os grupos realizaram campanhas que promoviam a identidade gay ao mesmo tempo em que criticavam as imagens homofóbicas e negativas em meios midiáticos, como também as estereotipizações. “Também poderíamos dizer que as campanhas e alianças construíram uma comunidade, oferecendo a gays e lésbicas uma cultura para chamar de sua” (SPARGO, 2017, p. 26). Tamanho benefício, porém, exigia que

para que se fizesse parte dessa cultura fosse feito o *outing* (posição de se declarar homossexual, conhecida em português como sair do armário).

Essa vertente do movimento que defendia o *outing* costumava excluir quem não o fizesse. A crítica a essa característica consistia no direito em que cada um tem de revelar-se ou não. Bissexuais e gays que buscavam um caminho mais assimilacionista eram tidos como pessoas que não deveriam ostentar seus desejos, justamente porque ao terem um posicionamento que de certa forma corroborava o modelo heteronormativo se tornavam comuns. Isso foi motivo de crítica também no sentido de assimilarem as campanhas gays e seus respectivos posicionamentos com a cultura branca; na década de 1980 as tensões cresceram, sobretudo entre grupos de ideologias diferentes, como lésbicas masoquistas, *buch-fem* e feministas anticensura. O posicionamento lésbico também atacava a cultura gay por acharem que essa tinha uma concepção masculina dominante. “Assim, enquanto a política gay e lésbica ganhava espaço considerável promovendo mais aceitação e se aproximando da igualdade, o ideal de identidade coletiva era desmantelado pelas diferenças internas” (SPARGO, 2017, p.28). A AIDS, como visto anteriormente foi um fator de maior cisão entre grupos ativista. Haviam aqueles dedicados exclusivamente à causa, aqueles que não queriam se dedicar e aqueles que faziam questão de desvincular-se da imagem que a doença representava: uma peste gay, ligada diretamente à ideia de promiscuidade. O que resultou disso foi que as causas gays mantiveram apenas o fato de terem como ponto em comum o desejo representado por pessoas do mesmo sexo, mas, não poderíamos falar de uma unicidade no que corresponde à imagem de de identidade; diversos grupos, cada um à sua maneira defendiam as causas que lhes eram interessantes, de acordo com as identidades com as quais se identificavam. Foi nesse contexto que a Teoria queer se afirmou, adquirindo o sentido atual. A Teoria queer se aproxima da reconceituação estudada por Foucault (2017) em que o autor defende que as pessoas devam questionar o poder e os discursos tidos como verdade (sobretudo as verdades impostas pelo iluminismo); segundo Foucault (2017) a própria subjetividade pode ser entendida como imposto, construído, havendo a necessidade de entendimento

do sujeito de que suas próprias mudanças dependem também de mudanças políticas, o que faria com que destruísse a internalização de subjetividade como algo construído por ele próprio, dissociado do contexto político que o implica.

O passo dado em relação a alguns atores deixarem para trás o uso de termos como gay ou lésbica e adotar o termo queer, assim como sua ideologia, decorre de quererem afirmar uma posição que questionam as ações políticas e discursos dominantes, tentando não só a mudança, mas causar uma inquietação no *status quo*. Nesse sentido, faz-se mister uma compreensão mais aprofundada e diferente das questões relacionadas ao poder e da própria identidade. Um dos seus primeiros e grandes questionamentos gira em torno do conflito entre heterossexualidade e homossexualidade, havendo a crítica da centralidade obtida pela primeira. Afinal, se a sexualidade é construída socialmente por que a homossexualidade, que desse modo também representa uma construção social, está em segundo plano?

Essa foi uma dessas questões abordadas por Foucault na trilogia de História da Sexualidade. O autor faz uma genealogia da sexualidade apontando para seus pontos diversos que corroboram os aspectos políticos e sociais que os envolvem. Se na sociedade grega a homossexualidade tinha uma conotação, durante a Idade Média uma outra, e nos discursos científicos, cartesianos e iluministas ainda outra, como visto no capítulo um desse trabalho, percebemos que as sociedades em recortes temporais específicos, priorizam formas determinadas de sexualidades em detrimento de outras.

Constata-se então que essa oposição representa um jogo de poder, uma vez que “nenhuma oposição existe em isolamento específico – todas elas atuam em relação aos demais... a oposição entre homossexual e heterossexual está presa numa rede de oposições auxiliares” (SPARGO, 2017, p. 37).

Como em toda construção social, o posicionamento de alguns grupos é criticado, ou no mínimo questionado, não é diferente com a Teoria queer. Alguns autores baseiam suas críticas no sentido de que, o movimento força as pessoas a saírem do armário, mas como defendem também a veia política para

a sexualidade, tais autores acreditam que sair do armário é de fato reconhecer uma centralidade da heterossexualidade, uma vez que não se pode fazer esse movimento sendo heterossexual. A Teoria ainda é criticada sendo acusada de "encorajar as pessoas a negligenciar ou a rejeitar o trabalho crítico ou teórico sobre gays e lésbicas" (SPARGO, 2017, p. 34).

Importante ressaltar a análise de Spargo (2017) sobre Foucault quanto à sua representatividade para a Teoria queer. Partindo da necessidade de entendimento do poder político e dos discursos na própria sexualidade, a questão de identidade é questionada se deve ser pensada como uma visão de fato subjetiva ou individual. A autora postula que:

> O que comum e casualmente concebemos como "eu" é, na verdade, visto como uma ficção (ainda que séria) construída socialmente, como um produto da linguagem e de discursos específicos associados a divisões do saber. Eu posso acreditar que sou, de certo modo, essencial e singularmente eu mesma e que estou empenhada em um processo contínuo, e muitas vezes frustrante, de tentar expressar para os outros, por meio da linguagem, tanto a mim quanto minhas intenções. Mas essa crença, esse senso de individualidade e autonomia é, em si, um constructo social, e não o reconhecimento de um fato natural. Da mesma forma que o gênero parece ser um componente fundador da minha identidade, também minhas preferências e desejos sexuais parecem ser, ou dão a impressão de ser, fundamentais para a percepção de quem sou. (SPARGO,2017, p. 40)

A identidade sendo representada pela sexualidade ou não, fazendo emergir diversas categorias, tem sido discutida por vários autores numa corrente pós-modernista ou estruturalista. A visão de que a identidade pode na verdade não representar a subjetividade, mas um constructo que tem base e consequência política implica no posicionamento teórico de que o social se sobreponha ao individual e, as representações subjetivas seria uma leitura desses.

Butler (2016 b) analisa gênero como algo imposto socialmente desde nosso nascimento, porém afirma que essa imposição tem sido revertida quando reconstruímos nossa matriz. Ao fazer tal afirmação, a autora avança no

contexto da análise, fazendo uma interface muito direta coma memória, defendendo que uma cronologia não seria capaz de determinar a origem e o fim da formação de gênero:

> Se o gênero, por exemplo, age sobre nós “desde o começo”, ele não deixa de agir sobre nós, e as primeiras impressões que começam e terminam com o tempo. Na verdade, são aquelas que estabelecem a temporalidade das nossas vidas enquanto conectadas com a ação continuada das normas, a ação continuada do passado no presente, e assim a impossibilidade de marcar a origem e o fim de uma formação de gênero como tal. (BUTLER, 2016b, p. 237)

Embora estejamos conectados com o social, descrito acima como “a ação continuada das normas”, e ainda que no que se refere ao gênero seria impossível marcar numa escala temporal a origem e o fim de gênero como tal, ou seja, embora para a autora seja impossível fazer uma cronologia, ou uma genealogia do gênero, há um diálogo com Foucault ao considerar a construção social de gênero, linguagem e poder. Butler vê a questão de gênero como performativo, afirmando que chegamos à identidade de gênero pela repetição dos padrões comportamentais estabelecidos.

> No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção. (BUTLER, 2016a, p.239)

Entretanto, a performatividade não deve ser entendida como simples performance, onde o sujeito escolheria um estilo ou gênero ao qual pertenceria. Talvez, tal pensamento possa ser até cabível em determinado estilo de vida, que na leitura da autora pode ser visto como mecanismo de subversão. Uma característica exagerada ou hiperbólica de algo pertence ao gênero ou, no mesmo contexto que se afaste da normatividade de gênero pode ser escolhido

ou utilizado como forma afirmar ou se rebelar contra tal normatividade muito embora “as críticas queer à normatividade não podem negligenciar a capacidade de os discursos e saberes dominantes se apropriarem da subversão e contê-la” (SPARGO,2017, p.46).

A ideia de não confundir a performatividade com a mera performance deve ser bastante observada; há críticas ao movimento queer quanto à questão, e o mesmo é acusado de ter enfraquecido suas credenciais políticas, intelectuais e sociais, se concentrando na transgressão e diferença com fins em si mesmo, ainda há acusação do movimento de incitar uma escolha de gênero baseado naquilo que você vai vestir, ou da forma que você se comporta, diria eu, afastando-se do rigor conceitual do início do movimento. Spargo, (2017, p. 50), cita uma das primeiras autoras a usar o termo queer, Teresa de Lauretis, e sua crítica de que esse perdeu seu conteúdo conceitual, passando a uma criação industrial. Tais aspectos leva Spargo (2017) a questionar se na sociedade de consumo tardio o movimento não teria se convertido em um espaço apenas de gays e lésbicas consumindo de acordo com uma moda.

Hardt e Negri (2006) já haviam postulado a questão da aceitação de todos os gêneros pelo novo modelo econômico, conceituado por eles como Império. O Império nessa concepção engloba a todos no movimento de aceitação, não deixando de haver diferenças, mas tirando-lhes o sentido, num movimento de neutralização e posterior administração das mesmas. Nessa perspectiva, a Teoria queer perderia o sentido, pois sua aceitação, seu englobamento no mercado, assim como nas questões jurídicas eliminaria as diferenças, tornando suas ações em simples performance ao invés de performativa[10].

[10] - Butler (2016 a) retoma a teórica feminista Monique Wittig para afirmar que gênero é resultado de uma linguagem instaurada num conjunto de atos “que produzem efeito de realidade que acabam sendo percebidos como fatos” (BUTLER, 2016 a, p.200); nessa perspectiva a repetição da diferença sexual criou a aparência natural de divisão. Usamos o conceito de performativo para designar a apropriação linguística e consequente determinação do que é ser homem e mulher. Embora a palavra performance dê origem ao termo performativo, é abordada no trabalho como a simples repetição de características atribuídas socialmente a papéis de gênero. Assim, ao nos referirmos a performance, o que queremos sinalizar são comportamentos, que tem como finalidade a mera repetição do que é característico em meio social do gênero masculino ou feminino, reforçando o binarismo, seja por uma idealização de pertencimento ao gênero, seja como forma de crítica aos estereótipos construídos.

Baudrillard (1990) defende não ser mais possível achar um argumento para a essência. A preocupação dos atores está focada em uma aparência rasa, em ser visto; para isso torna-se necessário aderir a um grupo, os ditames da moda ou do que é convencionado pelo grupo ao qual se pretende pertencer. Esse posicionamento, segundo o autor é uma performance que transcende a busca da beleza ou sedução em vistas da busca pelo visual. Chamando tal movimento de “regime travesti”, que se tornou a base de nossos comportamentos, onde “já não temos tempo de buscar identidade nos arquivos, na memória, nem num projeto ou no futuro. Precisamos de uma memória instantânea, de ligação imediata, espécie de identidade publicitária” (BAUDRILLARD,1990, p. 30). O autor avança apontando para o fato de que “passada a orgia, a liberação deixa todo mundo à procura de identidade genérica e sexual, com cada vez menos respostas possíveis, por causa da circulação de signos e da multiplicidade dos prazeres” (BAUDRILLARD, 1990, p.31).

A afirmação de Baudrillard (1990) pode ser entendida como uma crítica pós-estruturalista, indo ao encontro de Hardt e Negri (2006), pois não seria mais possível afirmar-se em nada fixo, enquanto o primeiro autor afirma impossibilidade de construção identitária mediante sua fragmentação e dissolução, Hardt e Negri (2006), afirmam a discussão de identidade ser enfraquecida mediante ao mercado global que engloba todas as diferenças. Ao postular ainda que não há mais tempo para a possibilidade de construção de identidade a partir da memória, na consulta de arquivos, Baudrillard foca sua construção em algo inerente a registros. Se pensamos que realmente há tamanha dissolução de tipos de gênero que talvez os torne turvo ou confuso, por outro lado entendemos a construção da memória para além do contexto abordado pelo autor. Cremos que o que pode haver no momento contemporâneo é o requerimento de memórias não vividas pelos sujeitos, como visto em Pollak (1989) para justificar uma postura mais performática. Ao pensarmos nossa pesquisa procuraremos em campo tentar entender de que

forma os sujeitos entrevistados se relacionam com suas memórias, no sentido de buscar sua vivência efetiva ou projetada a partir do passado não vivido; não obstante a tentativa de investigação também se dará no sentido de entendimento da importância da percepção subjetiva de identidade, buscando compreender o quanto o mercado com seu poder de arregimentação seduz o sujeito, capturando para um determinado estilo identitário, dando-lhes o sentido de pertencimento a um determinado grupo.

Ao analisar o contexto do movimento homossexual e a Teoria queer, cremos ter sido possível entender o desenvolvimento de suas estruturas, sobretudo ao requererem espaço e respeito dentro de quadros temporais e desenvolvimentos sociais específicos. Temos essas informações como base para uma análise histórica da figura do sujeito privado de liberdade, priorizando a população LGBT que se insere nesse contexto. A construção da imagem ou da percepção social em relação aos mesmos é o assunto de nosso próximo capítulo, que também serve de introdução para a apresentação dos dados coletados em campo e suas respectivas interpretações.

4 – A PERCEPÇÃO SOBRE PESSOAS LGBT PRIVADA DE LIBERDADE

Nos últimos anos observa-se o aumento de correntes reacionárias em todo o mundo. O crescimento de movimentos xenófobos na Europa, a eleição de Trump, nos Estados Unidos, a ascenção de candidatos de extrema direita no Brasil, são alguns dos exemplos que essa ideologia tem crescido. Com forte caráter conservador, o movimento de direita tem como característica uma política menos tolerante com grupos tidos como minoritários. Nesse contexto, temos ouvido diversas vezes pessoas que se levantam contra programas de distribuição de renda, discussão de gênero nas escolas, projetos de lei que visam reconhecimento de direitos à população LGBT, posicionamento dos direitos humanos quanto aos privados de liberdade, dentre outros. Nesse cenário pessoas condenadas por algum tipo de crime, ou mesmo aqueles que os cometem sem terem sido penalizados pela lei também enfrentam o ódio, sem que haja uma análise quanto aos motivos que os levaram à tal situação. Muito comumente temos ouvido de maneira generalizada pela população a expressão "*bandido bom é bandido morto*"[11].

A visão de que infratores devam ser punidos mais do que as normas judiciais cabíveis incide diretamente na culpabilidade em algum delito sem que seja levado em consideração o contexto social do praticante que o cometeu; dessa forma, mesmo estando sob tutela do Estado, cabendo a esse a responsabilidade sobre o privado de liberdade, os cuidados imprescindíveis à vida como alimentação, higiene, banho de sol, acomodação, são vistos como regalias, assim como o direito à educação, ao trabalho e a encontros íntimos com seus (suas) respectivos(as) cônjuges.

O posicionamento de sujeitos que se opõem a esses direitos baseia-se no discurso de que *bandidos* possuem regalias na cadeia, onde comem, dormem, tomam banho de sol, têm encontros íntimos, tudo de graça e às custas do Estado, gerando mais gastos, que são bancados pelo dinheiro público oriundo

[11] - A expressão foi popularizada e usada como slogan de campanha a deputado estadual pelo delegado de polícia José Guilherme Godinho, conhecido como Sivuca, na década de 1980. Nesse período era comum se ver nos postes públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro cartazes com esse slogan.

de impostos. O que se desconhece majoritariamente, no entanto é o fato de que a Lei de Execuções Penais (LEP/ Lei 7.210/84) define em seu art. 28, § 1d, que o fruto do trabalho do condenado deverá atender “ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores”. O problema passa a ter outra conotação: existe muitos presos provisórios no Brasil. Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstra que em 2017, 34 % (221.054) dos presos eram provisórios e 66% (433.318) eram condenados (BRASIL, 2017b), ou seja, uma vez ainda não condenado o preso não tem obrigação de ressarcimento ao Estado de seus custos. Esse quadro põe mais de 200 mil presos em desobrigação desse pagamento. A forma pela qual os condenados poderiam ressarcir o Estado seria com o trabalho na prisão, no entanto, dados do DEPEN de 2014, demonstram que apenas dois em cada dez privados de liberdade trabalham no Brasil, ou ainda que 80% das penitenciárias brasileiras não possuem marcenarias, padarias ou fábricas. Os dados de 2016 (DEPEN 2017) apontam para o fato que dos 15% de detentos que possuem atividades laborais, 75% ou não recebem remuneração ou essas estão abaixo dos ¾ do salário mínimo. Sendo assim, percebemos um grande paradoxo entre a lei que determina que o detento custeie seus gastos ou parte dele e a possibilidade efetiva de isso ocorrer.

A custódia vista como privilégio por grande parte da população também é uma determinação judicial, tendo em vista que a Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos 205 e 308 (BRASIL, 1988) determina a inviolabilidade dos direitos civis dos condenados presos, exceto pela perda de sua liberdade. Dessa forma, o Estado não presta nenhum favor ao apenado. A visão geral social pretende a dupla criminalização desse sujeito, defendendo que além da perda de liberdade haja também de alguns dos seus direitos civis. Esse posicionamento reforça a imagem de marginalização como uma escolha pessoal, fruto de falta de caráter, fraqueza, inclinação ou predisposição latente, sem que seja levado em consideração, ou que pelo menos sejam minimamente consideradas as mazelas sociais enfrentadas.

Num cenário de crescimento de movimentos conservadores a disseminação de tais ideias parece exercer maior impacto sob a população em geral, que com poucas informações no que se refere a legislações e direitos, acabam por internalizar tais discursos, compactuando com posicionamentos generalistas, e reacionários. No dia 06 de junho de 2018, o Senado Federal aprovou o projeto de lei nº 580/ 2015 (BRASIL 2015), que altera a LEP (1984), prevendo que o preso deva ressarcir o Estado das despesas com sua manutenção por meios próprios ou por meio do trabalho, levantando uma nova discussão se isso não incidiria numa dupla penalização (POMPEU,2018).

Diante de tais considerações torna-se imprescindível que façamos um levantamento histórico do nascimento e do desenvolvimento de unidades prisionais no país. Também se faz necessário inter-relacionar aspectos políticos, sociais e econômicos que forjaram um sentimento de desprezo com sujeitos que cometem delitos e são condenados, mesmo após o cumprimento de sua pena e reingresso em meio social mais amplo. Tal caminho, especificamente em nossa pesquisa serve igualmente de embasamento também para a associação da imagem discriminada da população LGBT estudada nos capítulos anteriores. A junção da imagem construída daqueles que transgridem leis e são condenados à imagem dos sujeitos que estão fora do contexto sexual binário e heteronormativo nos leva a crer que seja reforçada a rejeição e aumenta a crença de que devem gozar de menos direitos do que possuem ou que requerem para si.

4.1 Histórico das prisões no Brasil

No Brasil colônia, até que fosse promulgado o primeiro código penal no império, em 1830, foi regido pelas ordenações de D. Manunel I, posteriormente e de maneira mais efetiva as ordenações de Felipe IV. Essas regências jurídicas tinham como base a jurisprudência do direito romano e coloca o rei como uma figura central, representante direto de Deus, que também deveria se submeter às leis, mas não podendo ser penalizado por

essas. As ordenações filipinas defendiam que “o que resulta da ação da justiça é a *Pax et Concordia*, paz e concórdia da República porque **o castigo do mau é a conservação dos bons**” (MOTTA, 2011, p. 22, grifo meu). Os castigos das ordenações de D. Manuel I, foram reiterados por Filipe IV

> Marcados por um forte elemento de crueldade, compreendiam em primeiro lugar o acréscimo, a multiplicação e a intensidade do sofrimento que acompanhava a morte natural resultante dos flagelos e era também elemento complementar importante no uso do chicote nas penas de degredo e outras tantas penalidades. Aplicável mais genericamente aos peões, o castigo físico mostra sua presença de forma bem marcante. No arsenal das penas estavam: a “ morte natural” , a “morte natural cruelmente”, a morte pelo fogo até ser feito o condenado em pó para que não tivesse sepultura ou memória, açoites, com ou sem baraço, pregão pela cidade e vila, degredo para galés, África, Índia, Brasil ou, ainda Castro-Marim, para fora do Reino ou da vida do bispado, mutilação ou corte das mãos, da língua, queimadura com tenazes ardentes, confisco (como pena principal ou acessória), multas, capela de chifres (para maridos que condescendiam), polaina ou enxaravia vermelha na cabeça (usada para alcoviteiras que partiam para o deserto). Há, de um lado, a presença do castigo corporal na penalidade do período e, por outro, a presença da pena de degredo. Trata-se de uma sociedade que ao mesmo tempo castiga o corpo e o exila. (MOTTA, 2011, p.13-14).

Os castigos corporais descritos acima assim como as formas pelas quais eram aplicados, demarcam a relação de tais punições com a memória, envolvendo o esquecimento e o registro, devidamente pensados nas suas implicações de momentos posteriores; não obstante possuem relação direta com o conceito de suplício[12] postulado por Foucault (1997).

O fato que os condenados deveriam ter seus corpos queimados, com cinzas jogadas ao mar, sobretudo quando o crime era dirigido ao rei (lesa-majestade), mas ao mesmo tempo em que era providenciada a preservação dos registros de seu julgamento cria um jogo de memória. Pretendia-se num primeiro momento o espetáculo das execuções públicas como forma de firmar uma penalidade que deveria ser temida; logo após a memória do executado

[12] Foucault (*op. cit*, 1997, p. 36) define o suplício como: “uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”

deveria ser apagada com seu aniquilamento e descarte das cinzas, todavia, uma documentação devidamente preparada como registro daria conta da perpetuação da memória a ser contada de forma a promover uma manutenção e perpetuação de poder (SANT'ANNA, 2017). Assim, a memória devidamente catalogada transforma-se numa história documentada, corroborando aquilo que se pretende ter como verdade ou versão oficial, atravessando o tempo em lugares de memória (NORA,1981) e fomentando a assimilação de discurso. Também é possível observar uma hierarquização das punições, sendo aplicada cada pena de acordo com o status social exercido pelo sujeito.

Quando nos debruçamos na maneira pela qual a sodomia era punida segundo as ordenações filipinas, percebemos que além do próprio acusado e condenado, as determinações incluíam sua descendência. Temos no livro V das ordenações, título XIII "*Dos que commettem peccado de sodomia e, com alimárias*":

> 1- Caso de morte natural ou civil;
> 2- Qualquer pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de Sodomia, por qualquer guiza fizer, seja queimado, e feito por logo em pó... e mais, pelo mesmo caso seus filhos, e descendentes ficarão inhabiles, e infames, assim propriamente como os daqueles que cometem de leza majestade contra seu rey, e senhor. (Ordenações Filipinas, livro V,1998, p.1162)

O mesmo documento ainda impõe punições aos homens que se vestem de mulher ou vice-versa.

> Defendemos que nenhum homem se vista, nem ande em trajos de mulher, nem mulher em trajos de homem, nem isso mesmo andem com mascaras, salvo se fôr para festas, ou jogos, que se houverem fazer fóra das Igrejas e das Procissões. E quem o contrario de cada huma das ditas cousas fizer, se fôr peão, seja açoutado publicamente, e se fôr Scudeiro, e dahi para cima, será degradado dous anos para Africa, e sendo mulher da dita qualidade, será degradada trez anos para Castro-Mari. E mais cada hum, a que o sobredito fôr provado, pagará dous mil réis para quem o acusar. (Ordenações Filipinas, livro V,1998, p. 1184)

Na passagem acima observamos a diferenciação de penas relacionadas a gêneros e classes, além do incentivo aos delatores, premiados com sua delação. Uma outra informação bastante significativa é a condescendência para com os trajes e máscaras usadas em festas e jogos. Tais especificidades exemplificam costumes herdados de sociedades anteriores, até porque as leis filipinas como dito anteriormente, se baseiam no código romano. As leis expressas definem uma pena maior para mulheres, e reforçam a diferenciação de penas para classes como escudeiros e peões, mas é permissiva quanto ao uso de trajes tido como do sexo oposto em épocas de bailes e festas.

A representatividade desse comportamento em nível de memória está justamente na ratificação da mesma como um movimento e o legado que é deixado de forma a contribuir com esse movimento, por meio de sua reinvenção. Por outro lado, nessa reinvenção não podemos admitir que haja sempre um avanço no sentido de aceitação ou tolerância, tanto que, ao pensarmos nas penas atribuídas aos sodomitas e àqueles que tinham por costume travestir-se, vemos como as leis filipinas apropriam-se das normas religiosas, sem grandes alterações (ORDENAÇÕES FILIPINAS,1998). As transformações em termos de aceitação e mudanças de leis e costumes sociais são discutidas até hoje, a ponto de representar o tema principal não só desse trabalho, mas como também de outras teses, publicações, movimentos sociais e militâncias. A afirmação das ordenações filipinas para penas específicas de acordo com classes, gêneros, assim como a determinação de locais em que máscaras e trajes poderiam ser usados, excluindo a igreja como local possível, engendram um quadro nítido de diferenciações que incidem no poder exercido por cada um desses sujeitos e instituições, reverberando em construções de discursos que vão se propagando até que o devir irrompa em uma forma de transformação[13]. No entanto, mudanças também ocorrem para satisfazer

[13] - Utilizamos o conceito de devir baseado em Deleuze (1992b) no qual o autor define que o devir escapa à história. A história para Deleuze deve ser vista como um meio pelo qual desvia-se de determinadas situações estabelecidas para se chegar à construção do novo. Nessa interpretação, os movimentos de

necessidades políticas, ideológicas e econômicas, sem que necessariamente representem uma ruptura de valores defendidos até então.

A promulgação do primeiro código civil em 1830 expressou as mudanças sociais, políticas e econômicas advindas de um contexto em que a família imperial habita a colônia, refletindo na abertura dos portos, na elevação do Brasil de colônia para Reino Unido de Portugal, assim como em mudanças culturais resultantes desse processo. No próximo tópico analisaremos o novo código e buscaremos avaliar quais as mudanças significativas da imagem dos transgressores à lei, especificamente no que se refere aos sujeitos tidos como sodomitas até então.

4.2 O Código Penal do Império

Antes do código criminal de 1830, como visto acima, éramos regidos pelas resoluções filipinas. A mudança das leis, como veremos, não alterará em principio efetivamente a forma de punição. Fator bastante pertinente de ser considerado são as condições das prisões nesse contexto de nossa história. Capital do Brasil, O Rio de Janeiro, no século XIX tinha como locais de detenção os xadrezes da polícia, os fortes da Ilha das Cobras, de Santa Bárbara, Laje, Villegaignon, as fortalezas de São João e Santa Cruz, além do Calabouço e Aljube, principal cadeia da cidade (HOLLOWAY, 2009). Motta (2011,p.111) mostra que o encarceramento se dava em razão da natureza do crime ou delito cometido, assim, nos xadrezes ficavam aqueles que estavam sob custódia, no Aljube os que estavam indiciados e pronunciados, na fortaleza de Santa Cruz, os condenados as prisões simples, na Ilha das Cobras os condenados às gales. No entanto, a prisão também representava um mecanismo de diferenciação social. O calabouço, destinado somente aos escravos, permaneceu com essa camada da população mesmo após a construção da Casa de Correção. Ainda que existisse no prédio duas grandes

---

contracultura de 1968, a Revolução feminista, os movimentos homossexuais e a rebelião de Stonewall (1969) poderiam ser vistas como devirem suas respectivas ações. O autor não descarta o estudo da História como forma de condições para que se chegue ao devir, mas esse só pode ser expressado com a imersão em seu conhecimento, em passar "por todo os seus componentes ou singularidades". Para seu entendimento é imprescindível o reconhecimento que ainda dentro de um grupo, seus representantes possuem subjetividades, afastando-se da percepção do grupo como representatividade única, singular.

celas somente para os que não eram livres, com capacidade de até 300 homens e, no piso superior, haver uma cela menor com espaço para cerca de 30 a 40 mulheres (HOLLOWAY, 2009).

Tendo descrições de todos os espaços destinados a cárceres como em situações péssimas, todas as referências consultadas apontam para o Aljube como o pior. Motta (2011, p.91), ao transcrever uma descrição de inspeção feita na prisão, destaca a falta de separação de criminosos por delitos, a inexistência a boas condições de higiene, a condição dos presos vestidos com farrapos imundos. Em outra passagem. Holloway (2009) transcreve as impressões do chefe de polícia Eusébio de Queiroz Matoso Câmara, realizada em 1833:

> A cadeia do Aljube situada na baixa de uma montanha e por consequência mal arejada contém dentro de diversas prisões pouco espaçosas perto de 400 pessoas amontoadas, a maior parte delas sendo de baixa condição, conservam sobre o corpo pouca roupa e essa sumamente suja. As paredes quase sem cal se acham em um estado verdadeiramente nojento, o pavimento pela muita lama que é coberto mais parece habitação de animais imundos do que de homens. Os canos para esgoto das águas por mal construídos conservam-nas longo tempo empoçadas, o que produz exalações insuportáveis. Todas estas coisas reunidas fazem que se respire na cadeia um ar tão impuro e corrompido que se pode considerar como verdadeiro foco de moléstias contagiosas. (HOLLOWAY,2009, p.273)

As cadeias da capital do Império parecem refletir a própria condição da cidade. Lessa, ao fazer um estudo sobre a evolução urbana e social do Rio de Janeiro, afirma:

> O dinamismo do Rio explicita e dramatiza seus problemas urbanos. O Rio é uma cidade que condensa e expõe as insuficiências do país. Se a partir da Revolução Industrial a cidade é, por um lado, a porta da civilização e do progresso, é por outro, a antessala de um inferno social. Foi o pólo de compactação das misérias de uma sociedade escravagista. Ninguém é autorizado a fazer a idealização da qualidade de vida das cidades na partida da industrialização: para Londres basta reler Dickens, e para Paris, Victor Hugo, e abrir a janela para o inferno. O Rio imperial, como aquelas cidades, era sujo e enfermiço, tinha poucas facilidades urbanas e oferecia reduzidas chances de prosperidade individual. Apesar disto, no Brasil, para o povo a “loteria” da vida estaria cada vez mais no urbano. Em contraste com o país rural, o Rio acenava – ainda que de forma extremamente reduzida – com alguma mobilidade vertical. Esta cidade do Rio suja e infestada de doenças, assustava os ricos, que procuravam viver em chácaras, se possível nos altos. (LESSA, 2001, p.151)

Com relação à distribuição do espaço na cidade pela população pobre e livre no Rio de Janeiro do século XIX o autor afirma que:

> A residência padrão do homem livre e pobre no Rio de Janeiro do século XIX era o quarto de cortiço. Em 1869 os cortiços seriam 3% dos prédios da cidade, porém albergavam 10% da população. Luís Edmundo diz que no século XIX o Morro do Castelo já estava inteiramente encortiçado: “Solares (...) que o povo transformou em reles casas de alugar cômodos; palácios retalhados em cubículos, muitos deles com compartimentos mostrando divisões de aniagem, ou tabiques forrados a papel sem ar e sem luz, onde se reúnem inúmeras famílias (...)” Em *Cidade febril*, Chalhoub afirma que os cortiços do Rio de Janeiro cresceram a partir dos meados do século XIX, com a chegada em massa de imigrantes portugueses e o afluxo de libertos de todo o país para o Rio. (LESSA, 2001, p.176)

Ainda que os problemas inerentes ao crescimento da cidade, sua desorganização espacial, contribuindo com os temas de saúde pública e das questões de segurança, foram os principais a serem considerados pela elite, o que originou em uma preocupação com a cidade, burocratizando funções e fazendo com que à polícia da corte ganhasse grande prestígio. Concomitantemente médicos higienistas juntamente com engenheiros urbanos formaram um “núcleo especialista da cidade” (LESSA, 2001, p.139).

A questão de direitos sociais era de âmbito duvidoso, embora o código penal de 1830 tivesse pretensões mais humanistas era evidente a prioridade dada ao controle social. “No século XIX a polícia da Corte é fortalecida e é operacionalizada a legislação sobre vadiagem: inicialmente, o vadio era tipificado pela ausência de domicílio certo e justificável” (LESSA, 2001, p. 178). Essa operacionalização deu a polícia “o direito de detenção do indivíduo não pelo que faz, mas pelo que parece ser. Isto conferiu à polícia imenso poder, que foi utilizado para a execução de trabalhos públicos forçados. “Na verdade, o direito de livre circulação era restrito” (LESSA, 2001, p.179).

O caráter higienista do período mesclava-se com a visão preconceituosa com relação à população pobre, atribuindo-lhe a reponsabilidade pela disseminação de doenças, não obstante, o caráter moral incumbiu-se de

incluir na perspectiva negativa da necessidade de higienização inferindo diretamente no que a medicina classificava como aberrações: exibicionistas, necrófilos, sátiros, prostitutas, pederastas (MOREIRA, 2012, p.258). O poder atribuído à ciência, sobretudo à medicina no estudo de comportamentos, classificando-os como normais ou não, teve como percussor a obra do Dr. Francisco Ferraz de Macedo, intitulada *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da sífilis*, publicada em 1872. A obra destacou "personagens como: prostitutas, loucos, mundanos, celibatários, histéricos, negros, homossexuais, libertinos e adúlteros. Sobressaindo desse espectro social, os homossexuais ganharam notoriedade" (MOREIRA,2012, p. 258). O autor ainda destaca outra obra percussora na literatura que abordava de forma direta e objetiva a questão da homossexualidade, associando sua prática inclusive no militarismo, especificamente na marinha. O romance *O Bom-Crioulo,* de Adolfo Caminha (1895) descreve a relação de um marinheiro de origem escrava com seu amigo, obedecendo aos seus instintos e seduções de tendências homossexuais, tidos pelo autor da obra como torpe e degenerado.

> As personagens do romance de Caminha, o negro Amaro e Aleixo, ao desembarcarem no Rio de Janeiro, vão morar no sobrado de D. Carolina, "que alugava quartos na Rua da Misericórdia [...] não fazia questão de cor e tampouco se importava com a classe ou profissão do sujeito". Ao descrever o quarto, o autor informa que "o quarto era independente, com janela para os fundos da casa, espécie de sótão roído pelo cupim e tresandando a ácido fênico". (MOREIRA,2012, p.261).

A descrição da trama do romance evidencia as condições precárias e insalubres de moradia, pelo menos de uma parte significativa da população pobre descrita acima por Lessa (2001). Mais que isso, associa tais condições à imagem do homossexual, termo utilizado pela primeira vez pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869, não só à precariedade como também à responsabilização pela ofensa moral e à propagação de doenças. Nesse sentido, apesar do código penal de 1830 não fazer nenhuma menção direta à

sodomia, homossexualidade, pederastia ou qualquer termo que o valha como crime, possui brechas que tornam possíveis sua criminalização. O texto, no artigo 280 descreve como crime “praticar qualquer acção que na opinião pública seja considerada como evidentemente ofensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar público”, a pena para tal era de prisão de dez a quarenta dias, e multa correspondente à metade do tempo (BRASIL, 1830). Assim, pensamos que a visão humanista do código, embora tenha buscado mais brandas de punição, eliminando inclusive diretamente a homossexualidade da criminalidade, permitiu de maneira indireta que essa fosse interpretada dessa forma. Não obstante, a afirmação das ciências, sobretudo da medicina, as necessidades sociais e a moralidade constituíam fatores determinantes para que os homossexuais fossem alvo da investigação médica. Os classificando como degenerados (em alguns casos insanos), sujeitos que incidiam no comprometimento à moral, poderiam assim ser alvo de abordagem policial e reclusão. A criminalização da manifestação pública de comportamento tido como homossexual, em um primeiro momento leva a crer que tenham se restringido ao âmbito particular, no entanto, como veremos adiante, esse comportamento fazia parte do âmbito não só particular, como também do público e social da época. A análise bibliográfica nos permite observar que a homossexualidade era fato na sociedade brasileira do século XIX.

> Consagrada no ambiente teatral, a prática profissional do travestismo ocorria num contexto social nada inocente da disseminação da pederastia, que com certeza lhe adicionava conotações não exclusivamente profissionais. Vale lembrar que, já na primeira metade do século XIX, era comum e escandalosa, numa cidade como o Rio de Janeiro, a prática homossexual – sobretudo no baixo comércio, onde imperavam os imigrantes portugueses, que muitas vezes mantinham casos de amor com seus empregados caixeiros. Em 1855, ficou famosa a trágica história de amor de um português de nome Cândido, viúvo, de 26 anos. Por pretender se casar com uma senhorita com quem vinha namorando, ele foi assassinado a golpes de martelo por seu empregado e amante Alberico, brasileiro de 22 anos, com quem vivia (TREVISAN,2018, p.229).

Trevisan (2018) Mesmo havendo a possibilidade de sua criminalização, os arranjos sociais encontravam formas da manifestação de subjetividades, que perduram até a contemporaneidade, no que se refere à sexualidade e suas respectivas nuances, seja em caráter de orientação, seja em caráter de gênero ou identidade.

4.3 O Código Penal de 1890

O código de 1890 no que se refere à sexualidade, manteve um caráter moralista e messiânico, seguindo os ditames sociais da época. Traz ainda um artigo que trata do uso de nome ou título falso, o que poderia ser entendido como uma criminalização do que hoje chamamos de nome social, ou do conhecido em meio gay como “nome de guerra”. O artigo 379, intitulado *Do uso do nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces*, previa a pena de prisão celular por quinze a sessenta dias para “disfarçar sexo, tomando trajos impróprios do seu, e trazê-los publicamente para enganar” (BRASIL, 1890). O ato de travestir-se e/ou fazer uso de um nome que vá ao encontro a uma identificação identitária contrária ao sexo biológico incidia num ato passível de penalização.

A preocupação com a moralidade contrariava os novos ares sociais que se manifestavam em acontecimentos como o fim da escravidão ou a proclamação da República; no entanto, esses podem ser analisados como de maior necessidade do controle social. Ao serem libertos, a grande maioria dos escravos viram na cidade uma possibilidade mais promissora de sobrevivência, haja vista a região central ser mais propícia em oportunidades se comparada à área rural. A possibilidade de ganho nesse espaço se expandia para a venda de produtos como doces, iguarias, quitutes, lavar roupas para fora, engomar, catar as varreduras do mercado; ao mesmo tempo, poderiam vender demais serviços braçais; não obstante permitiam-lhes o contato com camadas sociais diversas que incluíam recém libertos e pobres, estrangeiros, comerciantes além de uma elite intelectualizada de quem buscavam certo clientelismo e proteção. Sobre o espaço urbano na cidade Lessa (2001, p. 173) descreve:

> As relações sociais de subsistência no espaço urbano tendiam a ser personalizadas. O pobre livre urbano, para subsistir, precisava estabelecer relações "paracontratuais" com fregueses e patrões. O caso do empregado doméstico é óbvio. Porém, tanto o prestador de serviços quanto o ambulante autônomo precisam de relações preferenciais com o fornecedor de vínculos com a clientela. Sendo a cidadania precária e insuficiente à cobertura social, o livre pobre é alguém em busca de protetor. Dele necessita para defender-se da arbitrariedade policial, para exercer seu ofício ou atividade sem sobressaltos etc. Dele necessita nos momentos de fragilidade. O clientelismo urbano, articulado com a proximidade intersocial personalizada, se desenvolve com atributo da cidadania restrita.

O grande fluxo de pessoas nas ruas era preocupante uma vez que, na cidade imperial havia o "toque de Aragão", determinado o recolhimento da população às 18h e 25 minutos. Apenas em 1878, havendo maior desenvolvimento da iluminação pública foi que o toque foi cancelado. As melhorias que a cidade vinha sofrendo refletiam na efervescência cultural e dinamismo populacional, mas em termos internacionais a capital do Brasil ainda era intimista. Festas religiosas como da Nossa senhora da Penha, teatros como São Pedro de Alcântara, São Francisco de Paula, São Januário, Constitucional Fluminense, Lírico, o circo Olympico e o café-concerto Alcazar eram exemplos da diversão da noite na capital do Império (Lessa 2001). A cena de crescimento cultural e desenvolvimento destoavam do quadro social vigente, porém...

> Algumas poucas ruas do Centro concentravam o comércio de luxo. Foi pelas vitrines destas ruas, e observando o comportamento dos diplomatas, que a elite carioca esforçou-se para mimetizar-se em europeia. As exigências de consumo da elite do Rio fizeram da cidade um centro de produção de bens e serviços artesanais sofisticados. Isto funcionou como um ímã para atrair as elites do resto do país, que podiam desfrutar de tais luxo e sentir-se nas proximidades da Corte. Há um aperfeiçoamento e uma diferenciação da vida metropolitana, e é progressiva a sofisticação dos hábitos urbanos na medida em que a cidade cresce e amplia seus contatos externos. Este processo é acompanhado de uma crescente heterogeneidade social. O Rio é o laboratório urbano do Brasil do século XIX, cuja elite incorpora, pela superestrutura, padrões modernos de consumo e conserva, de forma combinada, pautas e padrões tradicionais. (LESSA, 2001, p. 166)

Juntamente com a evolução urbana e social, crescia a prostituição. Em 1867, ocorreu a chegada de um grupo de 104 meretrizes vindas da Europa, sendo que dessa, todas oriundas da Europa ocidental 67, desembarcaram no Rio enquanto 37 tiveram como destino a rota do Prata. Essa proporção aumentou acentuadamente até que começasse a haver um decréscimo em 1893(ALMEIDA, 1906). A prostituição era crescente não só no Rio de Janeiro, como também em São Paulo, e, posteriormente na região norte, em virtude do ciclo da borracha. Dentro do quadro de prostituição havia também uma hierarquização de “classe” havendo aquelas que se poderiam ser consideradas prostitutas de luxo (que inclusive recebiam visita de clérigos), como também as prostitutas mais pobres que utilizavam as janelas de casa para atraírem clientes menos favorecidos, além de se exporem nas próprias ruas tendo como locais principais o Campo da Aclamação e Rua da Vala (SILVA, 2012). Sendo assim,

> A presença das famílias nas ruas pressiona a polícia a atuar cada vez com maior vigor na moralização dos costumes. À medida que a cidade se expande e se urbaniza, surge um comércio mais diversificado e se multiplicam os espaços de sociabilidade – restaurantes, hotéis, cafés, teatros, bordéis, praças e passeios públicos –, mudam-se as normas de comportamento e as relações entre os sexos. Cresce também a repressão contrabandos organizados que exploravam as mulheres, levando à criminalização do lenocínio pelo Código Penal de 1890 através dos artigos 277 e 278 (GRUMAN, 2006, p.86).

Tamanha preocupação com a sexualidade e com a moral deve ser investigada na propagação não só da prostituição feminina, como também da vida sexual que se desviava da heterossexualidade. Moreira (2012), num artigo que analisa a homossexualidade no Brasil no século XIX pela perspectiva da literatura, traz informações de obras como o já citado *O Bom-Crioulo*, e outras como *Atentados ao pudor : estudos sobre as aberrações dos instintos sexuais* , *Rameiras, ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*, Frescos trópicos: *fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil* ou

ainda *Bordados de João Cândido. História, Ciências, Saúde* como referências literárias retratando locais públicos frequentados por homens que buscavam sexo com outros homens, como exemplo o Largo do Rocio (atual praça Tiradentes), igrejas, botequins, cafés, casas de banho, ainda sinalizando para práticas homossexuais nas forças armadas, destacando a Marinha, e em ambientes refinados e intelectuais.

Ribeiro (1957, p. 135) discute a visão médica do homossexual, abordando um projeto da Comissão Legislativa, cujo artigo 258, intitulado de homossexualismo, previa que os atos libidinosos entre sujeitos do mesmo sexo, quando causarem escândalo público deveria ser punido com detenção de um ano, punindo-se somente o sujeito ativo. Tal critério teria como base só punir aquele cujo “os termos propostos para resolver a questão não estavam de acordo com as ideias então dominantes na explicação científica dos fenômenos da inversão sexual”.

Discutindo tais ideias, o Dr. Pires de Almeida escreveu em 1906 *Homossexualidade: a libertinagem no Rio de Janeiro.* Na obra, o autor expõe duas correntes distintas, a saber, uma que defendia essa orientação sexual como crime passível de detenção e outra que a defendia como uma anomalia, constituindo um estado patológico. Pires também considerava o homossexualismo pernicioso à sociedade, no entanto, ele próprio fazia uma distinção entre aqueles que eram considerados homossexuais invertidos e os pervertidos, segundo Pires:

> invertidos, distigâmos dêsde logo, são os que já nasceram coma a necessidade da homossexualidade, que, desde a infancia, nunca sentiram nem apresentaram tendência heterossexual; pervertidos, os que, depois de terem sido já sexuaes normaes, se tornaram invertidos por qualquer motivo (ALMEIDA, 1906, p. 254).

Baseado nessa convicção Pires de Almeida aconselha tipos de tratamentos diferenciados para cada uma das homossexualidades. No caso dos invertidos, “ deveria ser acompanhado desde a infancia, vigiado por uma especie de tutor

que, a feição de um apparelho ortophedico moral, fôsse-lhe obstaculo ao desvio, trabalhando pertinentemente para que a consolidação se effectue em absoluto.” (ALMEIDA, 1906, p. 255); quanto aos pervertidos:

> ... a perversão pode sarar, mas, para isso. cumpre que haja tambem, da parte do paciente, vontade, ou obediencia. Antes de tudo, devêmo-nos lembrar que taes desregramentos são puramente molestias mentaes; e por isso, aconselharei, quando não tenhamos acompanhado o individuo dêsde a infancia, e hajâmos iniciado o tratamento em idade tardia medical-o pela esthetica suggestiva ; isto e, por meio do magnetismo e da suggestão combinados: bem orientar-lhe o espirito, dirigindo sua attenção para a belleza das fórmas femininas, cêrcal-o de môdelos celebres em pintura, na estatuária principalmente, e obrigal-o á leitura de obras romanticas em que taes bellezas despertam as paixões tumultuosas. Facilitar-se-lhe-ha o encontro com mulheres plasticamente sensuaes, faceis ás caricias, graciosas, faceiras; não se hesitara até deante de certos subterfugios a principio, tal como, por exemplo, o de provocar o coito do invertido com mulheres vestidas de homem: ou mesmo obrigal-o a pernoitar com mulheres completamente núas, ainda que não as góze (ALMEIDA, 1906, p. 255).

Como se pode ver no texto descrito acima, ao mesmo tempo em que a prostituição tinha uma interpretação totalmente negativa por parte da sociedade, chegando a ser considerada crime pelo Estado, representava uma espécie de possibilidade de manter as normas sociais, haja vista serem as prostitutas consideradas ideais para iniciações sexuais de rapazes, sem que representasse perigo às moças de família, como também, aos olhos do doutor poderiam representar uma possibilidade de cura na questão dos pervertidos.

Marañon, pesquisador da homossexualidade e defensor que a sociedade não deveria punir o invertido sexual, mas corrigir seus erros acreditava que essa se dava em virtude de mal funcionamento das glândulas. Essa possibilidade seria plausível de desde que detectadas ainda na juventude. O que Marnõn propunha era o transplante testicular ovariano, chegando à tal conclusão a partir de experimentos animais em laboratórios, utilizando o que chamou de hermafroditismo experimental. Segundo ele era possível masculinizar fêmeas e feminilizar machos, utilizando tal método para o tratamento médico de homossexuais (RIBEIRO, 1957, p. 138) .

Podemos afirmar que o fato da “inversão sexual”, sodomia, como entendido até então ou a homossexualidade como hoje, ter sido retirada da categoria de crime no código penal de 1830 e manter-se assim no código de 1890 não representou efetivamente sua aceitação. A homossexualidade deixou de ser vista como demoníaca aos olhos da religião e passou a ser uma categoria médica, migrando de um campo de poder a outro.

A nova ordem social, em que o Estado se sente responsável pelo cidadão, dando uma nova configuração à família nuclear, atribuiu um poder às ciências no qual a sexualidade foi estudada exaustivamente, sobretudo quando pensamos em modelos sexuais que fugiam da lógica reprodutora.

> A sodomia - a dos antigos direitos civil ou canónico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX toma-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também, uma morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo, subjacente a todas as suas condutas, já que ele é um princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular. (FOUCAULT,2017, p. 47-48)

No Brasil, os estudos sobre homossexualidade tiveram influência europeia, destacando-se autores como Lombroso e Marñon. Eles foram os que mais influenciaram Leonídio Riberio, maior pesquisador criminalista da homossexualidade do início do século XX no país (PRESTES; VIANNA, 2008).

Na década de 1930, no Congresso paulista de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Criminologia e Medicina legal Leonídio Ribeiro e Aldo Sinisgalli, do Labortório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo, após realizarem pesquisas similares, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo apresentaram suas considerações. Elas eram baseadas em características físicas, resultante da comparação do fenótipo dos sujeitos estudados. Os pesquisadores atribuíram

características de forma generalizada aos homossexuais, numa analogia direta às ideias propostas por Lombroso. Ainda, tendo convicção de que os homossexuais eram anormais, defenderam que a reclusão em prisão por esse fato era inútil e injusta, todavia, defendiam que deveria haver um *instituto de pederastas* com o objetivo de tratá-los e reeducá-los por se tratarem de seres perniciosos e perigosos à sociedade (PRESTES; VIANNA,2008). Segundo tais autores,

> as discussões sobre o homossexualismo, na década de 1930, influenciaram a inclusão no projeto do novo código penal brasileiro redigido por Alcântara Machado de norma que punisse o homossexualismo. Frustrando alguns criminalistas, o Código Penal de 1940 não recriminalizou as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (PRESTES; VIANNA, 2008, p. 364).

A não recriminalização da homossexualidade no código de 1940, como até aqui estudado não representou sua aceitação em âmbito social. Nas décadas que seguiram a de 1930, ainda houve uma discussão intensa acerca da homossexualidade. Buscaremos no próximo tópico analisar o quadro evolutivo da homossexualidade às vistas das leis, assim como a forma ou as formas pela (s) qual (ais) obtiveram maior abertura e representatividade, evoluindo para a discussão que transcende a homossexualidade em si para a questão de gênero e identidade. Procuraremos ainda buscar de que forma a imagem do homossexual ou o sujeito que se afasta das normas de sexualidade impostas como “normais” continuou sendo marginalizada, havendo ainda na contemporaneidade a reminiscência da imagem da homossexualidade e das identidades de gênero que fujam ao binarismo masculino e feminino como uma doença ou um desvio de caráter psicológico.

4.4 Homossexuais no contexto pós 1930.

Os códigos de 1830 e o vigente até então, de 1890 não criminalizavam a sodomia, mas ao mesmo tempo tinham brechas em que poderia ser incluída, possibilitando a interpretação de ser um atentado ao pudor ou à sociedade. O mesmo não se dava com relação às normas que deveriam ser adotadas, referentes à execução penal. Em 1937, houve uma comissão presidida pelo jurista Cândido Mendes de Almeida, cuja pretensão era discutir tais normas, que não chegaram a ser votadas devido a implantação do Estado Novo. O regime político, por sua vez se alinhava a uma ideologia fascista que também não via com bons olhos a homossexualidade. Somente com a promulgação da lei nº 3.274 (BRASIL,1957) tivemos o primeiro código de ações penais, determinado o regulamento que deveria ser adotado na prisão. Nota-se que tal promulgação só se deu 17 anos após o código penal de 1940. O atraso demonstra a deficiência do sistema penal brasileiro, principalmente quando falamos em populações minoritárias, como as mulheres, que só tiveram efetivamente o direito garantido de locais prisionais destinados a elas após a lei acima descrita. Quando falamos em população LGBT, esse cenário ainda entendido apenas como homossexuais, temos uma situação mais agravante. Sendo feita a triagem de acordo com o sexo biológico, esses sujeitos presos estavam longe de terem um espaço destinado para si; além disso, o fato de serem na sua maioria oriundos de camadas mais populares fazia com que tivessem uma dupla marginalização.

Green (2000, p.220-221) demonstra essa realidade num contexto precedente ao das décadas de 30 e 40, referindo-se mais às finais do século XIX

> Os indivíduos de classes mais baixas e tez mais escura eram mais vulneráveis à detenção por vadiagem e prostituição ou acusados de atentado ao pudor que os homossexuais de classe média. Estes sofriam uma forma diferente de controle social. Sem nenhuma cura médica em vista, famílias de classe média, quando confrontados com um parente suspeito de ser “invertido”, muitas vezes buscavam outra forma de assistência. Se os manicômios não podiam curar o comportamento homossexual de uma pessoa, podiam ao menos proporcionar um lugar para conter propensões de seus entes queridos e controlar sua conduta.

No entanto, a primeira metade do século XX ainda foi marcada por forte discurso de cunho cientificista, que juntamente com a ótica jurídica defendiam que homossexuais deveriam sofrer intervenção médica ou serem punidos com a lei. O jurista, professor de direito criminal e desembargador da Corte de Apelação Francisco José Viveiros de Castro, falecido em 1906, teria em 1943 a quarta edição do seu livro *Atentados ao Pudor: Estudos sobre a aberração do instinto sexual,* primeira edição de 1895, em que seguindo a linha de Lombroso, fazia distinção entre homossexuais congênitos ou não, cabendo a cada um determinado tratamento.

> Quando se trata de debochado, de viciados, uns procurando excitante para a virilidade enfraquecida, outros vivendo do torpe comércio de seu corpo, a repressão sexual deve-se fazer sentir enérgica e forte, principalmente contra aqueles que corrompem menores. Mas quando se trata de uranistas, isto é, de indivíduos atingidos por inversão congênita ou psíquica a punição seria uma verdadeira crueldade, porque eles não podem furtar-se a estas inclinações, elementos integrantes de sua personalidade (CASTRO, 1943, p. 233)

Percebe-se assim que um livro escrito há 48 anos antes continuava em voga, o que ainda pode ser constatado em Riberio (1957,p.97) ao referir-se a um transexual com pretensão à mudança de sexo como psicopata " eis porque o psicopata Jorge Jorgensen não encontrou, nos Estados Unidos, um cirurgião que se dispusesse a realizar a operação radical de extirpação dos órgãos sexuais externos a que desejava submeter-se".

Lemos de Britto foi outro importante autor que descreveu o resultado de sua inspeção aos cárceres no Brasil. O trabalho foi escrito no início da década de 1920, reporta-se a décadas anteriores e tem uma publicação datada provavelmente de 1943. Em *A Questão Sexual nas Prisões* (1943?) Brito descreve cenários de prisões brasileiras e tem capítulo destinado exclusivamente à homossexualidade. A obra reafirma nosso ponto de vista de que, embora os códigos penais de 1830, 1890 e a essa altura o de 1940 não criminalizem mais a homossexualidade, a nova forma de poder em questão, a

saber os das ciências médicas, classificam esses sujeitos como anormais. Igualmente associa homossexualidade ao legado de memória de épocas remotas quando eram vistos como aberrações morais, a figura do homossexual continuou sendo muito discriminada. Embora tenhamos avançado no sentido jurídico, as concepções sociais demonstram um ranço de visão preconceituosa e discriminatória dos homossexuais, contribuindo inclusive para o pensamento de que esses deveriam ser punidos pelos seus atos sexuais por esses representarem um atentado ao pudor e à família.

No que se refere à questão nos cárceres a ausência de um código penal se faz sentir nas falas dos diretores, que sinalizam que não adianta reprimir as relações em suas dependências.

> Quando passei pela Bahia, durante aquella visita ou inspecção, assisti a uma sana violenta de pugilato entre reclusos que voltavam de um serviço qualquer sob a vista de seus guardas. Indagando as causas do conflicto, o Diretor apurou que se tratava de uma scena de ciume entre veteranos do seu presídio, e francamente me inteirou de “que aquillo era usual ali, não encontrando elle meios para extirpar o mal, sendo inutil a propria correcção cellular e o regimen a pao e agua” (BRITTO, 1943? p. 93 -94) ...os presos vivem em lamentavel promiscuidade, chegando os detidos a scenas sangrentas de ciume. Identica observação fiz em varios outros Estados. Aqui no Rio, o dr. Waldemar Loureiro, que dirigiu com clarividencia e firmesa a Casa de Correcção, deu-me o seu testemunho de que taes vicios ploriferam, mau grado a repressão no condemnado estabellecimento da Rua Frei Caneca (BRITTO, 1943? p. 94-95) ... O coronel Meira Lima, que com zelo e probidade dirigiu a Casa de Detenção do Districto Federal, fez-me identicas revelações, baseadas em perto de trinta annos de administração. Outra não é a opinião do general Julio Cezar, antigo e dedicado director ca Colonia Correcional de Dous Rios, na Ilha Grande, o qual me fez em carta a declaração que emtal presidio, mesmo durante a sua administração, reputada por bastante severa pelos combatiam, os vicios solitarios e as praticas homossexuais chegaram a extremos increditaveis e resistiam a todas as medidas postas em pratica para as combater (BRITTO, 1943? p. 95-96)... Quanto à Fortaleza de Santa Cruz... apurou-se que ali se celebrava áquella epoca o casamento de sentenciados para o que estes elegiam o “seu sacerdote” ou juiz. E os casamentos assim realisados obrigavam os conjuges pra a vida e para a morte, tal qual é constatado entre os presidiarios da Argelia (BRITTO, 1943? p.96)

As narrativas mostram que não só a homossexualidade era mal vista, mas também que práticas como uniões entre homossexuais consistiam numa realidade próxima do que hoje consideramos casamento ou união entre pessoas do mesmo sexo, não obstante, as declarações quebram o tabu de que tais uniões ocorram apenas entre homens efeminados, deixando claro que existiam entre homens de conduta bruta. No entanto, no imaginário popular a imagem do homossexual estava atrelada à feminilização, adquirindo ares ora de repúdio, ora de comicidade.

A visão de formalidade e defesa da família, que entendia a homossexualidade ao mesmo tempo como anomalia e prejuízo à sociedade e bons costumes persiste até hoje, mas começou a mudar efetivamente quando movimentos homossexuais surgiram, concomitantemente aos movimentos feministas e queers. Se antes mantinham-se em guetos e em ambientes particulares, começaram a buscar o espaço público de maneira mais democrática como forma de direito objetivando serem ouvidos mais concretamente. A efervescência cultural em fins da década de 1950 e ao longo da década de 1960, no movimento conhecido como contracultura foi responsável por uma maior visibilidade social de sujeitos tidos como LGBT. Nesse período, mais especificamente em 1966 o hospital Jonhs Hopkins anunciou a formação da clínica de identidade de gênero, embora o termo transexual já tivesse sido usado por D.O Caudwell em 1949. Foi também em 1966 que o livro *O fenômeno transexual* do clínico Henry Benjamim, conhecido como “pai da transexualidade” foi lançado (RAMSEY, 1998). A conceituação de transexualidade demonstra que a discussão com relação à sexualidade obteve avanço, considerando que essa se pautava na discussão de orientação sexual. O período que se iniciou a partir de então iria causar uma grande mudança na perspectiva de estudos e discussões no campo da sexualidade, abarcando identidades de gêneros e, concomitantemente questionando papéis sociais quanto à heteronormatividade e regime binário. Todavia, tais movimentos tiveram repercussão mais concisa apenas no final da década de 1970, com a criação do grupo Somos, em São Paulo, e jornal

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, ambos em 1978, como visto no capítulo anterior.

Aproveitando o fim do ato institucional nº 5 [14], decretado em dezembro de 1968, assim como o processo de início de abertura política do governo de Geisel, iniciado em 1974, movimentos homossexuais juntamente com publicações destinadas a esse público buscaram trazer à tona questões relativas ao grupo. Entretanto, Cabral (2016) ressalta que nesse período a visão dos militares com relação à população LGBT como ofensiva a moral e aos bons costumes era compartilhada por grande parte da sociedade conservadora assim como por aqueles classificados como subversivos, classe perigosa ao sistema político, dessa forma, os esquerdistas "consideravam questões de diversidade sexual e de gênero como um vício pequeno burguês, enquanto o regime fazia com que homossexuais presos sofressem mais pelo agravante do seu comportamento, condição, estética e prática imorais" (CABRAL,2016,p. 141).

Em termos de memória a simples sinalização de cumplicidade na visão política, no caso representada pelo alinhamento da esquerda por grupos de movimentos homossexuais e grupos de resistência ao regime militar, não possui relação direta com o posicionamento de grupo acerca de valores sociais. Talvez essa oposição pretenda demarcar de forma bem delimitada o distanciamento das causas defendidas por cada grupo. Como Cabral (2016, p. 143) entendemos que "a visibilidade coletiva é um processo que depende de vontades individuais sustentada pela consciência de que se trata de um empreendimento de pessoas livres e autônomas". Tal fato se relaciona

---

[14] O ato institucional nº 5 (AI5) consagrou a expressão mais dura do governo ditatorial. Sua promulgação se deu em 13 de dezembro de 1968 e durou até dezembro de 1978 e autorizava o Presidente da República (à época o militar Artur da Costa e Silva) decretar o recesso do congresso nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos de parlamentares, suspender por 10 anos direitos políticos de qualquer cidadão, decretar confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia de *habeas-corpus*, sem que houvesse a necessidade de apreciação judicial. Para, mais ver: D'ARAUJO, Maria Celina. O AI 5. **FGV CPDOC**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 21.ago.2018

diretamente com a questão de discussão que envolve a memória coletiva e individual. Halbwachs (2006, p.55) postula que a memória só possui importância enquanto grupo:

> Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que eu mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitem do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influência que são, todas, de natureza social.

Podemos nos alinhar a esse pensamento no sentido de construção da imagem reacionária de moralidade e de valorização de aspectos relacionados à religião e família, com o posicionamento de que a atividade sexual deveria se dar entre sujeitos de sexo biológicos opostos com vistas à reprodução. A assimilação em meio social desse aspecto cristaliza a imagem daqueles que fogem ao regime binário como anormais, imorais, indignos. Mas num cenário em que grupos de militância diversas lutam dentro de um mesmo espectro ideológico não seria de se esperar que houvesse maior união entre esses grupos?

As considerações de Halbwachs (2006) quanto à memória coletiva, são primordiais para que entendamos os movimentos sociais que estão em constante devir; no entanto, ao considerar a memória social se sobrepujando à individual, o autor coloca a subjetividade em segundo plano, e justamente pautada nessa é que entendemos a consciência que se refere à pessoa livre e autônoma. Talvez Halbwachs a considere secundária por desacreditar a liberdade e autonomia individual, que seria sempre o reflexo de uma construção social.

> Se essas duas memórias se penetram frequentemente, em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisa-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com ela. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais consciência pessoal. Consideremos agora a memória individual. Ela não é inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 2006, p. 57-58)

Ao analisarmos o contexto político da ditadura militar observamos que grupos que lutam contra o mesmo, e que, portanto, não estariam distanciados, pelo menos nesse contexto histórico, não podem ser considerados aliados de maneira global, embora pensem próximos ideologicamente. Essa questão poderia ser entendida pelo reflexo da cristalização do discurso disseminado ao longo de séculos, uma vez que, se por ora aproximam grupos ideologicamente, os distancia a partir da interpretação de que não formam identidades. Essa objetificação ideológica nos parece ceder à construção da imagem do homossexual, inferindo diretamente no posicionamento de sujeitos heterossexuais. Esses ainda que tenham um pensamento que se aproxima dos grupos de movimentos homossexuais no que tange ao político-ideológico, marcam um distanciamento no que se refere à sexualidade, deixando claro sua posição heteronormativa. Tal postura possui um aspecto ambíguo uma vez que questiona o regime autoritário ditatorial, concomitantemente compactuando com construções sociais que o fortalecem.

Assim, a imagem do sujeito homossexual e de suas lutas foram rechaçadas não apenas pelo regime militar como também pela sociedade civil. Os posicionamentos são notórios quando analisados documentos da época. Isso pode ser percebido tanto pelo relatório nº 128 da DSI (Divisão de Segurança Interna) para o Ministério da Justiça, em que em referência ao tabloide *Flagrante Livre*, o classifica como publicação nanica, sendo caracterizado "pela radical posição contestatória ao governo, ainda que na edição de novembro de 1978 desta publicação constam duas reportagens "atentatórias aos bons costumes, divulgando assuntos como prostituição e homossexualismo" (CABRAL, 2016,p.137). No âmbito civil, a percepção da imagem negativa para com homossexuais ou pessoas que fugissem às expectativas a serem desempenhadas de acordo com o gênero pode ser atestada em uma reportagem do jornal O Lampião da Esquina. Na matéria jornalística intitulada *alô alô classe operária, e o paraíso, nada?* as entrevistas a operários na região de São Bernardo do Campo e com trabalhadores da construção civil, no Rio de Janeiro demonstram que a opinião dos entrevistados é de ausência de posicionamento, com a negação que conheçam homossexuais no meio. Há também anuência sobre a existência de homossexuais nas classes, no entanto, sempre que confirmado, reforçam de que esses devem levar porrada ou manter-se de forma a não incomodar. Abaixo, ressaltamos algumas falas da reportagem divulgada pelo Lampião da Esquina nº 14, de julho de 1979: "homossexualismo na classe operária? Não conheço! (Lula - Jornal o Lampião da esquina, nº 14, 1979, p.9).

Quando perguntado sobre os *biônicos*, forma pela qual o jornal tratava as travestis e homossexuais que usavam hormônios e punham silicone, Lula responde que considera "uma vergonha nacional", quanto ao feminismo ... "eu acho que é coisa de quem não tem o que fazer" (jornal o Lampião da esquina, nº 14, 1979, p.9). Outros relatos de entrevistados, todos da classe operária da região do ABC de São Paulo corroboram o olhar preconceituoso. Deve-se considerar também que o jornal resolveu editar a matéria a partir de uma tese da USP (Universidade de São Paulo) provando que não havia

homossexualismo na classe operária. Esse fato reforça nosso posicionamento de que a sociedade civil tratava o homossexualismo como uma orientação menor, isso se tivermos uma interpretação complacente, pois como vimos tais sujeitos eram considerados anormais. A defesa e aprovação de uma tese na maior universidade do país demonstra o preconceito em classes de formação acadêmica superior, engendrando um quadro que leva à aceitação da ideia de que o operário não é homossexual, nas entrelinhas do pensamento, tal profissão é coisa de macho. Como vimos um grande valor foi dado à ciência a partir do final do século XVII. A aprovação da tese em meio acadêmico corresponde à chancela da universidade em relação a tal afirmação. E se, em meio que consideramos a nata da formação acadêmica no país essa visão tem espaço, não é diferente na fala dos operários:

> " **Viado** aqui no ABC? Tem sim. Só que eles dão duro tanto quanto nós, eles têm família também, né? E **lá na produção nem tem tempo para viadagem** não. Viado aqui trabalha duro". (João Borges da Silva. Nº14,1979, p. 9, grifo meu)
>
> " Olha lá na minha secção tem uma moça meio assim né, **ela usa umas roupas meio de homem**, **não se pinta nem nada**. Uma vez ela veio com uns papos meio estranhos pra cima de mim , mas eu não dei muita conversa né? **Fora isso**, ela é uma pessoa legal né, até o chefe da secção tem respeito por ela. **Dizem que ela briga muito bem**". (Marinete de Moraes, montadora. Idem, idem, grifo meu)
>
> " **Fresco**? Olha esse negócio de fresco é lá em São Paulo. Aqui não vi não. É talvez tenha, mas **não põe o nariz pra fora da porta não**" (Jorge Luiz da Silva, ferramenteiro. Idem, idem, grifo meu)
>
> " O que garota? Viado? **Olha aqui, viado comigo é na porrada**! Não, nunca me fizeram nada, mas é bom eles nem tentar!" (Luiz Duarte da Rocha, operário, idem, idem, grifo meu)
>
> "Mulher **macho**? Xi menina, **vira essa boca pra lá**! Nunca vi disso não" (dona de casa, não se identificou, jornal o lampião da esquina, nº 14, 1979, p. 10, grifo meu)
>
> " Feminismo? Olha uma vez veio umas meninas estudantes com esses papos. Só que na conversa delas eu não caio. Queria ver elas pegar na fábrica às cinco da manhã. Chegar em casa de noite, lavar e passar roupa e ainda cuidar das crianças, com o marido no INPS, Elas volta é correndo para a faculdade" (Olga Maria Bastos, embaladora, idem, idem)

A reportagem também mostra maior conscientização de travestis no Rio de Janeiro que habitavam um sobrado conhecido como *casa de Irene*. Em frente ao sobrado, do outro lado da calçada, havia um dormitório para peões pedreiros. A proximidade de ambos fazia com que houvesse uma relação amistosa, porém não sexual. A ausência de relações sexuais entre esses peões de obra e as travestis se davam principalmente por esses não possuírem dinheiro para os programas. É interessante também observar a clareza do discurso de uma das travestis que atenta para a questão da união da classe trabalhadora, assim como do peão que, ciente da sua condição financeira reconhece a impossibilidade de ter relações sexuais, apontando que as travestis só atendiam gente pertencente a uma classe social superior. Em um outro depoimento, temos um pedreiro que confessa ter tido relação sexual com uma travesti, a quem chama de *boneca*, outro, no mesmo diálogo defende que quem "come" pode vir a ser passivo, fazendo com que o primeiro reforce sua fala, dizendo que é macho! Por fim, temos o depoimento de Vanusa, travesti que trabalha no canteiro de obras da estação de metrô de Botafogo e um dos seus colegas de trabalho endossando o discurso de que apesar de travesti ela possui muita disposição para o trabalho duro, vivenciando uma feminilidade após seu turno, mas podendo emergir uma masculinidade agressiva se for incomodada, Vejamos:

> " Os peões? É tudo gente boa, malandra. Ficam do outro lado, com esse olho comprido pro lado da gente, mas não perturbam. De vez em quando chega um aí, às quedas de bêbado, mas nem sequer toca na gente. Sabe de uma coisa? Deve ser isso o que chamam de **consciência de classe**: eles são trabalhadores, não é? Sabem o que é trabalhar. No fundo, eles entendem que esse é o nosso trabalho; **tanto faz ficar carregando saco de cimento ou ficar batendo perna na calçada. A exploração é a mesma.** (Abigail, moradora do sobrado de Irene, jornal o Lampião da esquina, nº 14, 1979, p. 11, grifo meu)

> "Aquilo lá? **Não é pra gente não, meu chapa. Parecem umas rainhas. Vê os carros que ficam parados aí: é de Opala para cima. A gente tem mesmo que se virar com o pessoal do mangue..**. a gente fica olhando porque é divertido: parece um teatro, de vez em quando elas cantam, dançam, um dia desses bateram num cara muito folgado aí, num corcel azul". (Lotário, pedreiro na porta do dormitório na Rua do Lavradio, lado oposto ao sobrado casa de Irene, jornal Lampião da esquina, nº 14, 1979, p. 11, grifo meu)

> “ – Viado? Não: **quando eu vejo um, dá logo vontade de dar porrada**. /- Também não é assim né cara? / Vai me dizer que você gosta? / - bom gostar não sei... (LAMPIÃO: - mas já transou?) – Quer saber de uma coisa? Já. E não me tirou pedaço, **nem deixei de ser homem por isso**. / - **É, mas quem come acaba dando..**./ **Eu sou é macho cara!** (mudando de tom). Foi em São Paulo: **lá tem cada boneca**...tava muito frio, ela me levou para casa dela. A gente saiu várias vezes. Depois tomei um porre, quando vi, estava trabalhando em Paraná, em Itaipu. (Geraldo, o contra e Carlinhos, a favor. Trabalhadores de obra na Rua Buenos Aires, idem, idem grifos meus)

> “ Pode botar aí no jornal: meu nome é Vanusa, eu sou a rainha do metrô. Trabalho feito uma f.d.p, mas não tem peão que me ganhe na hora de dar duro. Agora, quando a sirene toca, eu tomo banho, me perfumo fico toda dengosa...” (Vanusa, peão do metrô Botafogo, idem, idem)

> “Vanusa? **Cara perigoso tá aí**, fica andando pra lá e pra cá com essa bunda toda empinadinha, mas quem quiser que mexa com ele. **Dá porrada!** (Sebastião, peão do metrô no lote Botafogo, idem, idem, grifo meu)

As falas, mesmo nas situações em que percebemos maior conscientização política deixam claro que os entrevistados reproduzem aquilo que o campo social atribui em termos de atividades, vestuário, comportamento e papéis masculinos e femininos; assim uma travesti que dá porrada causar espanto, o homem que faz papel ativo não ser considerado homossexual, a atribuição de comicidade à pessoas com orientação homossexual, até mesmo o adjetivo boneca, fazem parte do imaginário social do que é ou não ser homossexual, da sua rotina, dos ritos que marcam sua condição.

Cabral (2016, p.140), acusa os meios de comunicação da época de postura preconceituosa, disseminando matérias que desvalorizavam homossexuais, dentre esses o próprio Lampião da Esquina. Como exemplo de tais posturas a autora cita o jornal Luta Democrática por depreciar a população LGBT com adjetivos que se referem aos mesmos como “sapatão”, “sapatismo”, “veados” e outras palavras chulas e de baixo calão, ainda nessa mesma linha editorial o jornal Luta - o jornal do povo também fazia associações depreciativas aos sujeitos abordados; como exemplo, a publicação de 02 de junho de 1981 que trazia em sua publicação “Bicha pode fazer coisa mole virar popoca”. Não diferentemente, há acusação ao Lampião da Esquina de tratar de forma desrespeitosa travestis e homossexuais que faziam uso de hormônios. Quanto a isso há no jornal, na edição nº 14, de julho de 1979, p.19, na secção *cartas*

na mesa a queixa de Jairo Ramos, assinante do periódico, quanto à forma a qual as publicações se referiam a travestis, como também de valorizar os LGBTs internacionais em detrimento da comunidade local.

Esses apontamentos mostram o modo pelo qual a imagem dos LGBTs, sobretudo homossexuais e travestis é disseminada de forma negativa e depreciativa, sendo absorvida pelo imaginário popular. Cremos que a relação governamental juntamente com o aparato midiático contribuiu de maneira bastante substancial para que tais pensamentos preconceituosos se fixassem no meio social, criando um ambiente hostil à recepção ou aceitação não só das pessoas LGBTs, como também no discernimento dessas como cidadãos de direitos.

Embora tenhamos nesse tipo de exposição midiática algo que tenha contribuído muito negativamente com assuntos relacionados à sexualidade, devemos apontar que ainda assim, as matérias traziam à tona a discussão com maior frequência e abertura que nos períodos anteriores. No período o projeto de lei nº 1.909 de 02 de outubro de 1979 (BRASIL, 1979) acrescentava parágrafo ao artigo 129 do código penal, instituído pelo código penal de 1940 a não punição por ablação dos órgãos genitais e partes do corpo humano desde que considerada necessária por uma junta médica e o paciente fosse maior de idade.

Diante de tal quadro, o jornal Lampião da Esquina, em sua edição nº 35, de abril de 1981, trouxe como manchete “*a bicha que virou mulher*”, levantando a questão do transexualidade, abordado por entrevistas a famosas travestis e transexuais da época. Na década de 1980, especificamente em 1984, surgiu Roberta Close, transexual que explodiu na mídia, fazendo muito sucesso. Foi a primeira transexual a posar nua para a revista playboy, reconhecidamente a maior revista de conteúdo de nudismo destinada à população masculina, além de aparecer inúmeras vezes em outras revistas e na mídia televisiva. Roberta faria em 1989 a operação de redesignação sexual fora do país, porém só conseguiria oficialmente mudar de nome e obter novo registro de nascimento com nova designação de gênero em 2005, 16 anos após a operação e 15 após

sua primeira tentativa na justiça. Essas novas discussões marcam um novo período em que a homossexualidade passa a ser discutida por um outro ângulo, abarcando ainda que de maneira incipiente a questão de gênero.

A década de 1980 como dito anteriormente marcou uma fase de continua abertura de discussões a respeito de sexualidade e gênero, porém a questão ainda estava muito atrelada à orientação, no campo da homossexualidade. As travestis, por exemplo só iriam ter uma organização formal, com uma associação na década de 1990. Como discutido ao longo desse trabalho, também foi observado no período o arrefecimento dos movimentos gays em virtude de um novo contexto político. Houve também uma nova orientação dos grupos remanescentes e dos novos que se formaram voltando-se para a conscientização e combate à AIDS. Tal movimento foi representativo no sentido da aproximação entre travestis e homossexuais, embora tenha se dado alguns episódios de maneira conflituosa (FACCHINI,2002).

Outro aspecto de grande significado foi o fato de na década de 1980 os grupos de movimentos gays e lésbicos lutarem pela nova nomenclatura quanto às suas sexualidades, buscando o uso do termo orientação sexual ao invés de opção. Ainda em 1987 o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro requereu a inclusão do termo “orientação sexual” na Constituinte no artigo que veta discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade” e o que proíbe diferenças salariais motivadas por “sexo, idade, cor ou estado civil” (FGV, 2017, p.162). Ainda que não tivesse êxito em sua pretensão com relação à inclusão na constituinte, o requerimento foi acatado em diversas legislações municipais. A perspectiva no que se refere aos direitos LGBT em termos jurídicos ainda que viesse avançando encontrava entraves tanto dentro do âmbito do Estado, como em âmbito social.

Rodrigues (2006) compila o texto do pastor e deputado Salatiel Carvalho, evangélico e filiado ao PFL de Pernambuco, defendendo a inclusão do parágrafo 3 ao artigo 226 a noção de família como união apenas entre uma mulher e homem; nesse sentido buscavam se precaver quanto futuras

reinvindicações por parte dos homossexuais, abaixo a transcrição da explanação oral do parlamentar, durante o Congresso Constituinte de 1986:

> Eu vejo até que isso [a extensão da proteção contra discriminação aos "homossexuais" é uma porta aberta para que no futuro os grupos homossexuais possam reivindicar , exatamente, os mesmos direitos do homem e da mulher, os mesmos direitos, inclusive, da própria família e aí, talvez, seja até uma porta aberta para que tenhamos no futuro, por que não, a legalização de uniões homossexuais, já que nossa Constituição vai dar cobertura, exatamente, a que ninguém será prejudicado por orientação sexual. (...) eu vejo essa solicitação também como passo inicial para que, amanhã ou depois, inclusive, ter um confronto com as próprias leis, com as próprias normas que vão definir a preservação da moral, da ética, dos bons costumes. Até porque, amanhã ou depois, nos próprios meios de comunicação, ou em qualquer aspecto em que os homossexuais se sentirem prejudicados, eles terão cobertura constitucional para garantir que seus direitos sejam respeitados. (RODRIGES, 2006, p.28)

No âmbito civil, o surgimento da epidemia da AIDS vinculou a propagação da doença aos homossexuais, chegando a ser denominada *peste gay* ou *câncer gay,* o que resultou numa série de ataques e agressões físicas a homossexuais e travestis. Colaço (2012) fez uma análise do tema e trouxe à tona a vinculação de diversas matérias de jornais apontando a violência a esses sujeitos, assim como a postura preconceituosa do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Cláudio Américo de Miranda, processado pelo grupo carioca Triângulo Rosa, pela entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 2 de julho de 1987. Na entrevista, o juiz afirmava que, se dependendo de sua vontade, nenhum homossexual se tornaria juiz de direito ainda que toda comunidade se voltasse contra ele. Colaço (2012) ainda demonstra que o religioso R.R. Soares dissidente do "Bispo" Edir Macedo e, tendo aberto sua própria igreja em ambiente carioca reconhecidamente tido como ambiente frequentado por gays (a galeria Alaska em Copacabana), prometia em anúncio no Jornal O Globo de 13 de fevereiro de 1987 a "cura" ao homossexualismo, atribuindo tal comportamento a um mal espiritual. Não obstante, a autora comenta a luta do ativista e antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da

Bahia na denúncia ao jornal A Tarde, da cidade de Salvador, contra os constantes ataques aos homossexuais no periódico.

> A solução para acabar com a AIDS é a erradicação dos transmissores da peste gay (BERBERT, jornal *A Tarde*, BA, 14/01/1985, *apud* Colaço 2012)
>
> Matar veados não é homicídio, é caçada... (BERBERT, jornal *A Tarde*, BA, 01/04/1985, *apud* Colaço 2012);
>
> Mantenha Salvador limpa: mate uma bicha todo dia (BERBERT, jornal *A Tarde*, BA, 15/11/1988, *apud* Colaço 2012).

A dicotomia marcada pelo período do final da década de 1970 e durante a de 1980 mostra uma transitoriedade tanto nos aspectos jurídicos como sociais. Embora a sodomia e práticas homossexuais não fossem mais consideradas crime, o posicionamento de alguns parlamentares, na representação do poder legislativo da União tinham como pretensão não apenas a desvalorização do sujeito homossexual ou LGBT, com também tentar impingir-lhe uma punição a partir do não reconhecimento pleno de seus direitos como cidadão. Por outro lado, a mesma sociedade que via avançar a discussão acerca da comunidade LGBT, tomando contato com publicações em revistas, periódicos e mesmo na televisão, assimilou o discurso médico científico de que a AIDS tinha como grupo de risco homossexuais, usuários de drogas e hemofílicos, o que contribuiu para a rejeição a esse grupo e o extremismo de preconceito. Diante da dúvida à sua transmissão, muitas pessoas negavam-se compartilhar, compartilhar ambientes, beber em mesmo copo e até mesmo a dar um simples aperto de mão naqueles que consideravam um portador em potencial da doença.

O movimento com relação a essas questões avançou para a década de 1990. Em um período em que já se tinha a detecção de casos em heterossexuais, ainda havia o questionamento se tais héteros não haviam contraído a doença a partir de relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Esse quadro acirrou a discussão quanto à bissexualidade e a contaminação de mulheres heterossexuais por seus parceiros bissexuais. Nesse contexto, a

epidemia serviu para trazer à tona uma maior discussão sobre sexualidade, maior participação das travestis em movimentos contra a doença, como também a formação da primeira associação de travestis, a ASTRAL, Associação de Travestis e Liberados (RJ,1992) e maior visibilidade à bissexualidade, pouco discutida até então. Em 1995 a articulação entre gays, lésbicas e travestis foi reforçada com a criação da ABGLT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Tida como a maior associação LGBT da América latina, associou mais de 200 organizações de todo o Brasil. A instituição além de se mobilizar no combate à AIDS e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), ainda lutou pelo fim de diferentes formas de discriminação, assim como pelo reconhecimento da união civil entre casais do mesmo sexo PL 1151/95 e pela criminalização da homofobia, PL 122/2006 (LIMA, 2017, p. 33-38).

Entendemos que esse foi um marco quanto à interpretação de todas as sexualidades que se distanciavam de um parâmetro normativo, antes entendido apenas como homossexualidade. Avançamos para um nível em que o reducionismo não cabia mais na pluralidade existente. Os quadros contemporâneos, traduzidos em uma doença que mediante sua impactação não poderia ser escondida ou desconsiderada, engendrou modificações significativas na percepção de sexualidade, abrindo um espaço efetivo para as questões híbridas da bissexualidade. É nesse sentido que propomos que as análises de memória devam ser entendidas de formas diversas.

A associação dos homossexuais como responsáveis pela contaminação e transmissão do vírus da AIDS dentro dos ditames científicos da época, representam indubitavelmente um acontecimento extremamente ruim para o grupo corroborando um aumento das posturas discriminatórias e preconceituosas. Porém, foi a partir desse mesmo caráter negativo que travestis tiveram maior destaque (mesmo que pejorativamente), buscando maior participação em movimentos que requeriam não só o reconhecimento para além de suas respectivas orientações sexuais, abarcando um contexto de identificações e gêneros, como também se articularam para se fazerem

representar por uma associação própria. Por outro lado, a detecção da doença em pessoas declaradas não homossexuais representou negação de que essa lhes era exclusiva. Isso, por sua vez, causou um grande desconforto social, uma vez que tiveram que se deparar com a bissexualidade de sujeitos que tinham um comportamento que se coadunava com as expectativas estabelecidas, mas que diante desse cenário não poderiam ficar alheios aos novos acontecimentos.

A representação da memória diante desse novo contexto deveria então ocupar-se também de um novo grupo, que estaria pautado em sujeitos cujo representações sociais não denotavam nenhum mal-estar diante de suas posturas de sexualidade, todavia suas orientações sexuais representavam um lado obscuro na bipolaridade tão mal-entendida e interpretada tanto por heterossexuais, como por homossexuais.

Trazer à tona tal discussão representou um dilema para a sociedade, acostumada com a visão binária não só no sentido comportamental, como no sentido sexual. Os bissexuais, com o deslocamento de suas classificações de hétero ou homo, dentro do contexto social passaram a ser percebidos como sujeitos que ainda não haviam se resolvido. A sociedade ainda não digerira a possibilidade da atração sexual por ambos os gêneros biológicos, alocando o bissexual numa posição de indefinição.

Tal locação social, por assim dizer, foi responsável por grande preconceito. O jornal do Brasil, em edição de 10 de fevereiro de 1987, 1º caderno, página 5, exemplifica bem esse tipo comportamento preconceituoso em matéria que expõe cartaz colocado em um parque de diversões popular, na cidade de Curitiba, Paraná. O outdoor continha a seguinte mensagem: “Atenção bissexuais, façam sua escolha ela ou ele. Não seja o transmissor de AIDS” (grifos originais).

Lewis (2012) traça uma análise pormenorizada das narrativas de bissexualidade. A autora, atribui ao final da década de 1960 e início do movimento queer o marco percussor da discussão de bissexualidade, tendo no nosso entendimento maior ênfase a partir da década de 1980. Não nos opomos

ao fato que a visibilidade bissexual, assim como da discussão de outras identificações de gênero tenham tido como marco temporal histórico a data proposta pela autora, no entanto, cremos que a maior visibilidade tenha decorrido em virtude do descobrimento e propagação veloz da AIDS, tendo com característica bastante marcante a detecção de pessoas não declaradas homossexuais. No diálogo com Lewis, temos o fato da bissexualidade trazer à tona uma nova conotação de sexualidade à sociedade até então pouca discutida.

Estando presente em sociedades que nos antecederam, como a Grécia antiga, a Roma antiga, o Shudo (Japão) e em tribos e povos indígenas, a bissexualidade historicamente pode ser atribuída a três aspectos específicos: incialmente, do século XVIII ao século XX, usada para descrever quem possuía anatomia considerada masculina e feminina, o que chamamos hoje de hermafroditas. Num segundo momento, ao final do século XIX, a psicanálise utilizou o termo para descrever um aspecto psicológico em que haveria uma suposta combinação de masculinidade e feminilidade, posteriormente, na contemporaneidade, bissexualidade é usado para designar pessoas com sexualidade que inclui a prática sexual tanto com pessoas do seu mesmo sexo biológico, quanto do sexo biológico oposto. Entendemos assim que o termo bissexual coloca o sujeito numa posição sexual que envolve tanto a heterossexualidade como a homossexualidade, podendo ser vista em última análise como uma posição tríade de hétero, homo e a própria bissexualidade (LEWIS, 2012, p.25-36).

Essa interpretação ainda nos remete à sexualidade entendida a partir do comportamento sexual, ou seja, das relações sexuais. A perspectiva de gênero por esse prisma não caberia na bissexualidade porque o fato de um sujeito ser bissexual não implica num posicionamento identitário, mas sim objetal. O bissexual pode estar num espectro considerado como normativo dentro do âmbito social (o que é muito comum), ou, requerer para si uma outra interpretação subjetiva, colocando-o inclusive numa questão identitária fora desse. Assim, a bissexualidade cabe tanto dentro de uma identificação de

gênero masculino como feminino a partir dos papéis que esses sujeitos representem, como também pode incluir-se numa identificação de gênero diferenciada da normatividade binária e heteronormativa, não pelo foco de posicionamento sexual em si, mas pela representação do sujeito no seu papel social, que pode transcender às expectativas sociais de gênero. Essa característica leva a um não entendimento, uma vez que a sociedade, grosso modo, pauta os comportamentos de gênero por um discurso binário, gerando uma cobrança para com o sujeito bissexual no sentido de seu posicionamento dentro de uma pauta discursiva e comportamental.

Lewis (2012, p.37) aborda os estudos de Kinsey de 1948, em que construía uma escala sexual, variando de zero a seis, na qual as extremidades representam a total heterossexualidade (0) e exclusiva homossexualidade (6), havendo maior propensão à uma ou outra a partir do resultado numérico obtido. Seguindo a proposta de Kinsey, a real bissexualidade estaria no ponto 3 (igualmente homossexual e heterossexual). Klein em outro estudo pulicado em 1978, propõe uma escala com sete variantes, onde levava em consideração a atração sexual, o comportamento sexual, as fantasias sexuais, a preferência emocional, a preferência social, a preferência de vida e a auto identificação. Esse estudo pode ser considerado um avanço com relação à discussão da bissexualidade, embora ainda se centre muito na questão de preferência genital, ainda analisando todas as vertentes em separado, como se não fizessem parte de um todo no que se refere à sexualidade humana. Mas, embora tais problemas sejam significativos na análise, o autor foi retomado nas discussões na década de 1990, justamente por propor que não devemos rotular o sujeito por suas práticas ou preferencias, ou que não há rótulos que sejam capazes de uma classificação exata no que se refere à sexualidade. Lewis (2012, p.35) também aborda que na década de 1990 Garber, propôs a inversão da visão de bissexualidade. Pautada na ideia de que o ser humano tem sua sexualidade fluída, defende de que o bissexual não deve ser classificado a partir da heterossexualidade ou homossexualidade, mas da própria bissexualidade. Nesse sentido, é criticada pelo fato de que, embora proponha uma fluidez sexual humana, ao apontar que a as categorias homo e

heterossexual partem da bissexualidade, acaba por repetir uma lógica heteronormativa, pois inverte o status de dois pontos binários, trazendo para a bissexualidade o foco da questão sexual, mas que reverbera igualmente o primeiro.

Numa escala social, os bissexuais sofrem porque não se enquadram dentro das perspectivas normativas binárias; assim podem ser apoiados por homossexuais a partir do momento que, dentro de sua bissexualidade estejam se relacionando com homossexuais. Isso, por sua vez, despertaria o preconceito de heterossexuais, que considerariam esse bissexual como alguém que pretende disfarçar sua homossexualidade. Do ponto de vista inverso, os bissexuais seriam cobrados dos homossexuais um comportamento ou posicionamento que destacasse comportamentos e identidades. Lewis (2012, p.36) analisa essa questão da seguinte forma:

> A bissexualidade é frequentemente concebida simplesmente como uma combinação de vários graus de heterossexualidade e homossexualidade. Isso não somente reforça o binário heterossexual/homossexual, como também reforça preconceitos: a visão da bissexualidade como nada mais de uma fase transitória antes de uma pessoa "se tornar" heterossexual ou homossexual, o/a bissexual como uma pessoa homossexual não assumida, o/a bissexual como uma pessoa que não quer abrir mão dos privilégios da heterossexualidade, o/a bissexual como uma pessoa (patologicamente) promíscua etc. Tais preconceitos refletem em parte a ideia que o banimento da "ameaça" heterossexual alimentará a identidade coletiva (homossexual) do grupo e a força política do movimento. Quando a bissexualidade é considerada uma combinação de heterossexualidade e da homossexualidade, as pessoas que se identificam como bissexuais se tornam potenciais "ameaças heterossexuais".

Em 23 de Setembro de 1999 Wendy Curry, Michael Page e Gigi Wilbur, três ativistas de direitos bissexuais dos Estados Unidos, criaram o dia de visibilidade bissexual, ou dia do orgulho bissexual, iniciando oficialmente um movimento próprio, que embora atue na esfera LGBT, ainda se queixa, pelo menos no que pesquisamos em nível nacional, de baixa visibilidade e

preconceito tanto da comunidade LGBT, quanto da sociedade heteronormativa (ESTEVES,2018).

Spargo (2017, p.29-30) analisa essa questão como um fato que perpassa pela formação de identidade. Em um primeiro momento, marcado pelos movimentos de contracultura, e movimentos queers, ambos vinculados à resistência, a formação de identidade entre grupos de diferentes orientações se deu pelo fato de, mesmo tendo diferenças comportamentais e de orientação sexual, diríamos que mesmo nas suas respectivas sexualidades, todos eles tinham um eixo em comum, que era a diferenciação da normatividade social e heteronormativa. No entanto, como coloca a autora, todo esse movimento e associações cobravam uma postura expositiva. Para que se fosse aceito ou fizesse parte desse movimento, fazia-se também necessário se autodeclarar alguma coisa, fazer sua "saída do armário", se alocar em um determinado grupo. Podemos entender essa cobrança às políticas da época em que surgiam os movimentos; num contexto totalmente negativo e da própria criminalização da homossexualidade em muitos países, " por a cara à tapa", se fazer presente, "sair do armário", fazer barulho, nos parece fazer certo sentido quando se tem como objetivo mostrar a existência desses grupos e requerer seus direitos. Mas essa postura acabava por excluir aqueles que não se sentiam à vontade ou não tinham coragem para tal como também anulava aspectos de diferença que estivessem fora de um eixo central de orientação sexual.

As décadas que se seguiram ao surgimento da AIDS, fez um retorno da união de grupos em torno de uma causa comum. Essa postura, que pode ainda ser entendida como propiciadora de maior educação sexual criou uma situação dicotômica uma vez que, "o impacto provocado pela educação sexual levou a uma ênfase renovada nas práticas, e não nas identidades. A questão central era o que se fazia, não o que se era" (SPARGO, 2017, p.29-30).

As cisões em torno da questão identitária engendraram um quadro em que surgiram novas associações, cada qual representando um grupo identitário diferente, focado nas suas reivindicações. Facchini (2016) cita sete redes

LGBTs no ano de 2007: a ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (ANTRA), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT. Há ainda a criação de redes locais, como é o caso do Fórum Paulista GLBT, que nasceu com a missão de congregar todos os grupos, de todas as tendências existentes no estado de São Paulo. Ainda nesse período, houve um aumento da visibilidade na mídia e na sociedade.

A diversidade de representatividade tende a se multiplicar, uma vez que a questão identitária tem sido um tema de bastante discussão na sociedade, sobretudo nos congressos, simpósios e encontros LGBTs, como em trabalhos acadêmicos e publicações voltadas para o tema. Se tal diversidade de gênero pode evocar uma dissolução em nível de poder dos grupos, como discutiremos *a posteriori,* notamos incontestavelmente que, a partir do final da década de 1990 vem crescendo as conquistas em nível de reconhecimento na sociedade civil da comunidade LGBT. Tais conquistas podem ter como alguns exemplos, dentre outros: a realização da primeira marcha gay no Rio de Janeiro em 1995, (para alguns autores a primeira parada gay), a realização da primeira parada gay em São Paulo (1997), a oferta pelo Sistema Único de Saúde de cirurgias de mudança e redesignação sexual (2008), a eleição do professor Jean Willys, militante homossexual, para deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (2010) e sua reeleição (2018), o reconhecimento do primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo biológico no Brasil (2011), a Resolução nº 175 do CNJ proibindo cartórios do Brasil a se recusarem de celebrar casamentos homossexuais e de converter o casamento em união estável (2013), a determinação do Conselho Federal de Medicina (CFM) de incluir casais homoafetivos em processos de reprodução assistida (2013), a permissão do uso do nome social em crachás e formulários por funcionários públicos federais, em inscrições no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), e por médicos e advogados ligados ao Conselho Federal de Medicina (CFM) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 2016, a eleição de Edgar de Souza, primeiro prefeito assumidamente homossexual eleito e casado com

outro homem no Brasil (2017), o reconhecimento que pessoas transexuais possam alterar o nome e o sexo no registro civil sem que precisem se submeter a cirurgias de redesignação (2018).

A partir dos exemplos descritos podemos observar que grandes avanços foram conquistados do ponto de vista jurídico, no entanto, na publicação da revista veja on line (2017), Maria Berenice Dias, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e especialista no tema, aponta para problemas inerentes à questão LGBT: a homofobia não é considerada crime em todo o Brasil; os avanços em termos jurídicos são resultados do poder judiciário; sendo nulo os avanços no legislativo; avanços como o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, que apesar de ter sido reconhecida pelo STJ ainda não foi transformado em lei; podendo ser contestada . A adoção de crianças por casais homossexuais não é proibida, mas também não é regulamentada. A participação dos LGBTs na política brasileira ainda é muito pequena pelo preconceito da sociedade e própria descrença da comunidade gay.

A questão do preconceito social, indo em direção oposta aos avanços conseguidos até aqui se tornou bastante clara nos comentários que seguem à publicação comentada, assim como de um vídeo do youtube (plataforma de compartilhamento de vídeos) que traz como informação a gratuidade da cirurgia de “mudança de sexo” pelo SUS. Atentando para as datas de postagem da revista veja on line (2017) e do youtube (2016), vemos que apesar de estarmos já no século XXI, antigos discursos discriminatórios são disseminados, trazendo à tona não um posicionamento conservador, reverberando antigas ideias, que diante de um contexto contemporâneo pode ter modificado a forma, mas repetem o conteúdo:

> Se alguém tá com câncer o Sus demora um tempão até que morram e essas pestes andando atrás de ser mulher o inferno já tá aceso só esperando esses (Mara Maravilha, youtube, 2016)

> Toma vergonha na cara mudar o que Deus fez correto é tanta pessoa doente procurando medicina e tá uma porcaria e vcs preocupado no prazer próprio (idem, idem)
>
> Porque a insistência dessa revista no tema gay? Vende mais, expor de forma excessiva esse assunto ou trata-se de matéria paga? Para mim isso configura-se desrespeito aos que não são do “gênero” (Antonio Cralos dos Santos, veja on line, 2017)
>
> Veja era minha preferida leitura, mas agora com essa insistência com temas gay eu tô pulando fora. (Moacir Vasconcelos, idem, idem)
>
> A proxima conquista vai ser o quê? O direito de engravidar.Reclamam de igualdade,mas sempre reclamam querem mais direitos que os Heteros. (Marcio, idem, idem)
>
> O que eles querem mais?Engravidar.Todos somos iguais perante as leis. Opsss…so o fato que eles gostam de dar a Rosca. (Marcio, idem, idem)

Os comentários se referem à conquista e direitos LGBT. Somos levados a pensar na opinião de espaços reservados a população LGBT em privação de liberdade sob o prisma da discussão de direitos e da própria subjetividade do detento. Os fatores discutidos na representatividade do espaço prisional reservado aos sujeitos LGBT, tanto na interpretação dos mesmos, quanto aos olhos da sociedade, sua efetiva importância, assim como sua relação com a memória e construção de identidades trava um diálogo com as realidades pesquisadas em campo que discutiremos no próximo capítulo, com a exposição e análise dos dados levantados dentro da perspectiva teórica-conceitual abordada até então.

5 – O CAMPO

Para que chegássemos ao campo, partimos de informações na pesquisa de Barreto (2016). Embora o autor não tenha se debruçado exclusivamente no Projeto Dignidade e população LGBT, contribuiu para o desenho de nossa pesquisa, entre outras, por apresentar um quadro estatístico e informações bastante relevantes da forma pela qual o detento é visto pelo quadro administrativo e por demais servidores como um todo no CRC. Tais informações puderam consubstanciar nosso direcionamento de pesquisa para a unidade por sabermos que teríamos grande chance de encontrar as respostas que gostaríamos de obter.

Buscando nossas respostas na unidade, coletamos os dados necessários ao desenvolvimento de mais uma parte da pesquisa para que possamos posteriormente utilizá-los de forma mais direcionada ao alcance dos objetivos.

Passamos então de um microcosmo representado pela realidade de uma unidade com caráter bastante específico com relação ao tratamento de pessoas LGBT privadas de liberdade para uma discussão em nível de macrocosmo, representado pelo sistema carcerário e penal brasileiro. Importante notar que, embora tenhamos especificidades, quando fazemos uma analogia cruzando os dados recolhidos em campo com os estatísticos em âmbito nacional, as desigualdades, preconceitos e problemas nos parecem comuns; isso, por sua vez reforça a nossa ideia inicial que tais distorções representam um constructo social, em que o grupo pesquisado é penalizado duplamente, por sua sexualidade e posicionamento de orientação sexual e gênero , assim como por sua transgressão às leis, marcada pela sua reclusão e perda de liberdade.

A realização da observação direta no campo e das entrevistas numa perspectiva da reconstrução de trajetórias individuais nos proporcionou o que intencionávamos a princípio, ou seja, a utilização do conceito de Norbert Elias , no que se refere à interação da psicogênese da fase adulta do indivíduo com a sociogênese da nossa civilização, contrapondo com a visão de Bourdieu, que

privilegia as estruturas sociais[15]. Se as entrevistas privilegiam a primeira forma de análise, a observação do campo como um todo, refletindo-se nas rotinas e normas institucionais levam o foco para a segunda.

Nesse sentido, a investigação no que se refere ao tratamento dado à população LGBT privada de liberdade no CRC, à importância do espaço destinado a essa no âmbito institucional e pessoal, à relevância da discussão de gênero para os sujeitos as quais se destinam a ala arco-íris como também para os profissionais que desempenham suas funções laborais no espaço prisional e a visão dos demais detentos quanto ao projeto puderam ser analisadas substancialmente. Foi possível estender as percepções da população LGBT, para além de suas considerações, mesclando-se com impressões e considerações de profissionais e demais detentos. O levantamento garantiu maior entendimento da construção social e jurídica no que diz respeito à discussão de gêneros, sexualidades e direitos.

As práticas de campo combinadas permitiram a percepção dos sujeitos entrevistados no que se refere à sua construção subjetiva, como também as impressões de legado de memória social. As narrativas expressaram tanto os anseios e posicionamentos na busca de respeito por parte dos LGBT privados de liberdade, as considerações por vezes generalistas, com respeito à desinformação das categorias de gênero (confundindo-se com orientação sexual) como também os posicionamentos dos demais atores presentes na unidade prisional. Esses posicionamentos nos parecem possuir um traço nítido da construção social e da estrutura de vida de cada um como, formação profissional, escolaridade, religiosidade e posicionamento ideológico – político.

A partir dos dados coletados buscamos analisar pontualmente, visando contribuir e tentar responder às questões iniciais desse trabalho. Começamos com a descrição física do campo, a rotina e recepção dos profissionais da unidade concomitante às percepções de observação direta; posteriormente trazemos o posicionamento das pessoas LGBT em suas entrevistas, traçando paralelamente um perfil dessas pessoas. Finalizamos nossa descrição de

[15] Tal discussão foi abordada de maneira mais específica no capítulo 1 desse trabalho.

campo com um breve disgnóstico de dados, que servirá de base introdutória para as considerações finais desse trabalho.

5.1 Características do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC)

O CRC é um espaço público estadual construído no bairro do Novo Mato Grosso, próximo ao bairro Carumbé, nome pelo qual o presídio também é conhecido pelos habitantes da capital. Construído em 1978, essa área era distante da urbanização; posteriormente, com o crescimento da metrópole, a área da unidade prisional foi abarcada pelo complexo urbano, passando a fazer parte de bairro periférico da cidade. Os contextos de seu planejamento e construção devem ser analisados com o perfil histórico desses, inicialmente com características rurais, passando a fazer parte posteriormente (JUNIOR,2013).

Em alguns casos unidades prisionais são transferidas para áreas mais distantes à medida que a cidade avança. O CRC, que inicialmente se encontrava em uma área rural quando inaugurado passou a ser parte de uma área urbana, com entorno empobrecido. Almeida (2014) aponta para o fato que “alguma das ocupações residenciais ao redor do presídio do CRC foram incentivadas pelo poder estadual quando buscava retirar moradores do bairro Alvorada, antigo Quarta-feira”. Para o autor, tal prática baseia-se na lógica da produção das moradias populares, que é a exclusão, realocando moradores em áreas mais distantes e empobrecidas, à medida que ocupam áreas que vão se valorizando com o crescimento urbano e valorização imobiliária. Deve-se ressaltar que inicialmente o antigo presídio do Carumbé, inaugurado em 1978 deveria ser uma cadeia pública, tornando-se penitenciária e, em 2005 transformando-se no Centro de Ressocialização de Cuiabá (ALMEIDA, 2014).

O fato de ter se tornado Centro de Ressocialização incide inicialmente no tratamento dado aos detentos, que segundo a lógica de ressocialização, abordada na introdução desse trabalho, implica numa tentativa mais

contundente de “recuperação” do sujeito, defendida pela administração da unidade como baseada no tripé educação, trabalho e religião.

Barreto (2016) e a administração do CRC em virtude de nossa pesquisa afirmam que a unidade tem capacidade para 300 detentos; no trabalho de Almeida (2014), a informação é que a capacidade de lotação é de 397. Com relação à lotação, Barreto (2016) afirma que na ocasião de sua pesquisa o quantitativo era de 773 detentos, Almeida (2014), de 900 e nós, em visita à unidade, ano de 2018 observamos 1036. Esse quantitativo muda diariamente em virtude de transferências tanto da unidade para outras, como no sentido inverso de outras para o CRC. Dessa forma, o que podemos afirmar é que nos trabalhos anteriores que utilizamos como referência o quantitativo sempre esteve maior que o inicialmente pensado. Essa estatística interfere diretamente na lógica de ressocialização pensada para a unidade, como veremos posteriormente. Ainda segundo Almeida (2014), com a expansão da unidade II, também chamada de contêiner por ser uma estrutura metálica, a capacidade aumentou para 470 detentos, informação que não foi confirmada pela direção da unidade. Como dito, em ocasião da nossa pesquisa o número de capacidade informada foi de 300 pessoas.

O CRC é composto por uma área externa, onde familiares e demais visitantes aguardam a entrada e pela guarda externa, já no interior do prédio, mas que antecede a unidade prisional. É onde se dão as revistas e controle de pessoas que entram na unidade I e II. Atualmente os detentos idosos, de baixa periculosidade ou que que progridem do regime fechado habitam o que é chamado ala fraca, que fica na Unidade I, contígua à área administrativa. Aqueles que progrediram ao regime fechado são monitorados por tornozeleiras eletrônicas, podendo sair para trabalhar, voltando ao final do dia.

A Unidade I é destinada a membros da igreja (Templo da Fé, Deus é amor, Assembleia de Deus, Universal e Espiritual), é nessa unidade também que são realizadas semanalmente reuniões de evangelização da igreja católica e de grupos espíritas Kardecistas. A unidade I abriga ainda ala de convívio (facção

do Comando Vermelho), trabalhadores extra e intramuros e a ala fraca. É composta por dois corredores, com 7 alas cada, contendo cada uma 21 cubículos (celas). A ala fraca é composta por 11 cubículos e 1 cozinha administrada pelos detentos. Essa é usada para serviços sob encomenda, como pães e pizzas. Na Unidade I funciona toda a administração do CRC, serviços de psicologia, assistência jurídica e social, mercado interno, parlatório e ainda possui uma área destinada à construção de uma faculdade que pretende se instalar com parceria com instituição particular.

A Unidade II é destinada a trabalhadores internos (trabalham na marcenaria), alguns membros da igreja evangélica e população LGBT (ala arco-íris). É composta por 1 igreja evangélica, 2 corredores, com 2 alas, contendo cada uma 8 cubículos (celas). Na Unidade II funcionam ainda a secretaria do setor de educação, ligada à Secretaria de Educação Estadual, biblioteca, a enfermaria, consultório médico e dentário, marcenaria, lavanderia, minhocário, horta, criação de aves e serviço de artesanato. Ambas as unidades são munidas de refeitório, banheiros e salas de aula.

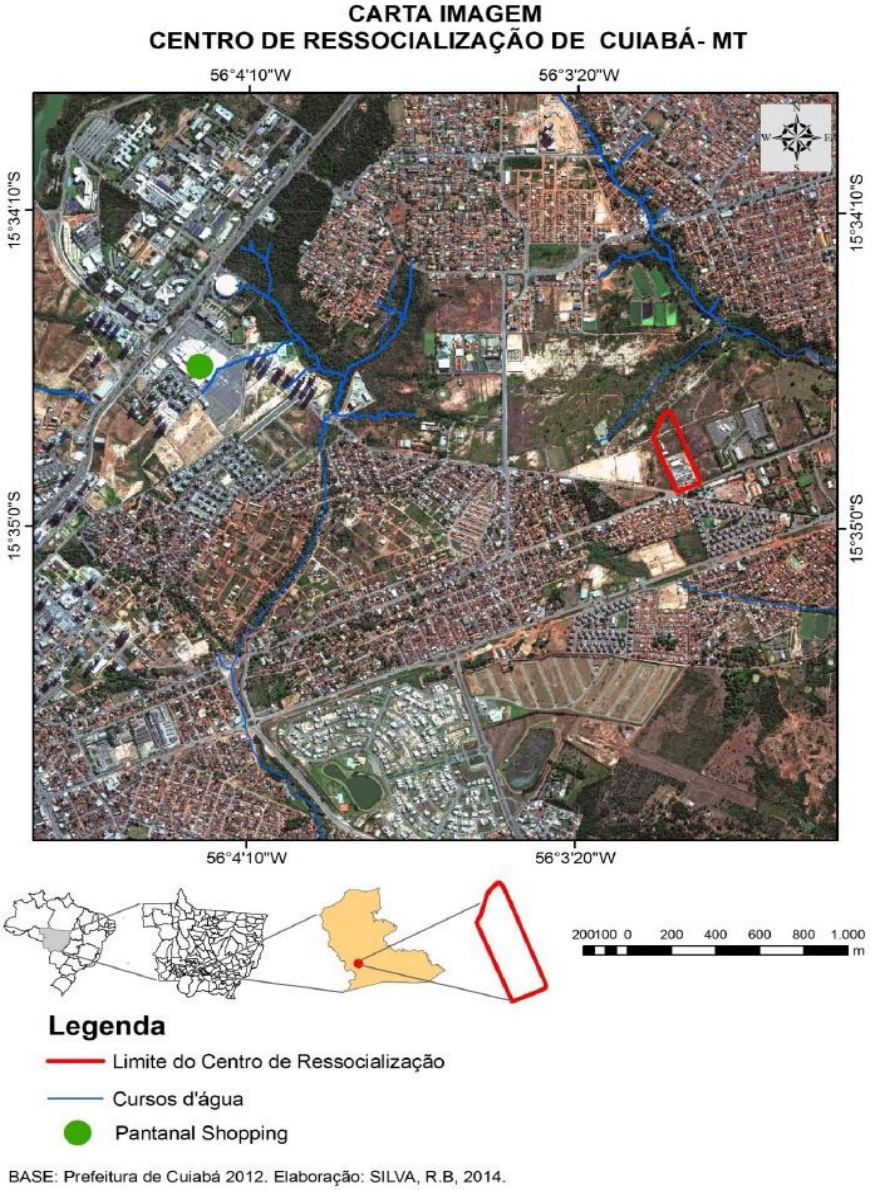

Figura 1– Carta de Imagem CRC, Fonte : Prefeitura de Cuiabá, 2012.

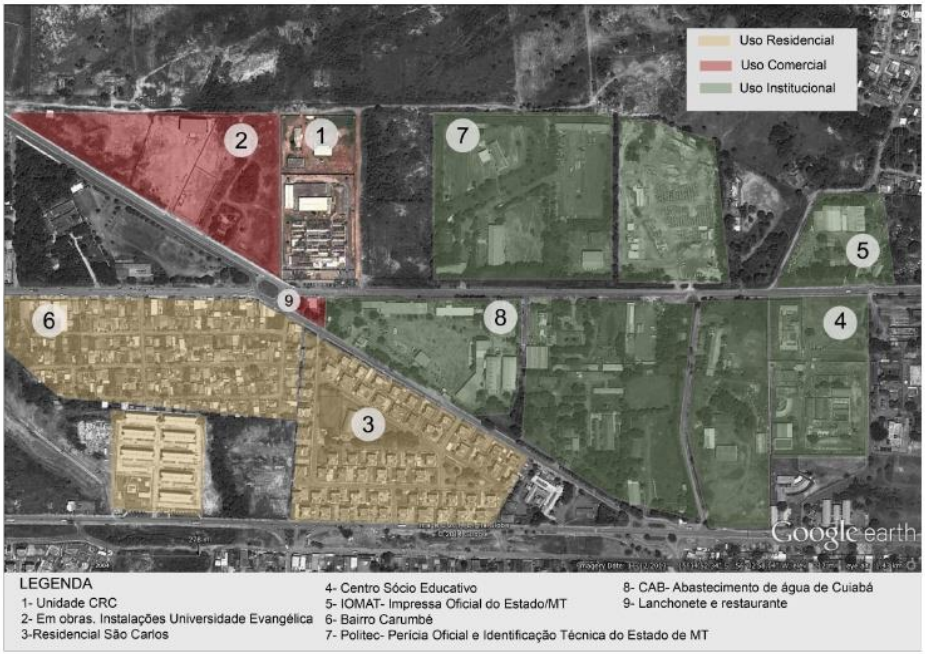

Figura 2 – Espaço em torno do CRC. Fonte: Almeida, 2014.

5.2 Recepção e a rotina no campo

Após feito os contatos iniciais via internet, cumprir as burocracias referentes ao processo de autorização para a pesquisa e obtê-lo, me desloquei ao Mato Grosso com vistas à realização do trabalho de campo. O primeiro encontro se deu com as formalidades de praxe, observando as regras internas da unidade prisional. Ficou acertado dias e horários de pesquisa, havendo restrição apenas nos dias em que houvesse visitação. Durante o percurso da pesquisa também houve dois dias em que os agentes prisionais fizeram uma paralização por melhores condições de trabalho, e, embora inicialmente esses também fossem dias considerados inadequados para a entrada na unidade, com a

interação entre mim e demais profissionais do CRC pude estar no campo. Assim, visitei a unidade prisional durante todos os dias da semana compreendido entre 9 de julho de 2018 e 20 de julho de 2018, entre 8h e 16h.

A pesquisa oficialmente se iniciou no segundo dia, após a apresentação dos documentos comprobatórios de autorização. Recebido pela assistente jurídica, psicólogo que substituía o coordenador do Projeto Dignidade que se encontrava de férias e pelo chefe dos agentes penitenciários e de segurança, percorri com esses dois últimos todo o espaço físico do Centro de Ressocialização.

Em cada unidade do prédio tomei conhecimento da realidade local, dos serviços e espaços que os compunham. Nesse sentido a única restrição foi a entrada na ala de convívio, habitada por integrantes da facção Comando Vermelho, por precaução exposta pelo chefe de segurança e agentes penitenciários. Assim, na Unidade I apenas observei os detentos da ala do convívio, mas adentrei nas alas religiosas, igrejas, na ala fraca e, sem que houvesse constrangimento ou restrição dos detentos me foi concedida a possibilidade visitar seus cubículos para observar a realidade local de cada ala, já que o número de habitantes de cada uma delas é variado, o que por sua vez, pode me ajudar no entendimento das relações da ala arco-íris, visitada posteriormente na unidade II.

Foto 1 – área administrativa, unidade I. Constitui o primeiro espaço do contato entre o CRC e o mundo extra muro. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 2- Ala fraca, unidade I. Primeira ala após entrada na unidade. Ela é destinada aos detentos de menor periculosidade e/ou melhor comportamento.Fonte: Werneck, Keka. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/brasil/presidiarios-apostam-na-selecao-e-vibram-com-gols-em- cuiaba,30f47c55b8bc6410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html. >Acesso em: 16.set.2018.

Foto 3 – Igreja Evangélica, Unidade I. Nas igrejas evangélicas são realizados cultos diários, em diversos turnos. Todas pertencem à corrente neopentecostal. Fonte: Cosme, Alan. 2016. Disponível em: <www.hipernoticias.com.br> Acesso em: 16. set. 2018.

Foto 4 – Ala do Convívio, Unidade I. Reprodução, 2017. Ala destinada aos integrantes da facção criminosa Comando Vermelho. Fonte: Disponível em: <http://mtmaisnoticias.com.br/noticias/cidades/detento-passa-mal-e-morre-no-centro-de-ressocializacao-de-cuiaba-53219>.Acesso em: 16.set.2018

Na unidade II visitei as oficinas de trabalho de marcenaria, lavanderia, secretaria da área de educação, enfermaria, minhorcário, criação de aves e horta. A unidade II é habitada por detentos tidos com melhor comportamento. Na marcenaria são fabricados móveis e há uma parceria com a prefeitura de Cuiabá; na ocasião de minha visita estavam sendo construídos 2 brinquedos destinados a creches municipais. Próximo à marcenaria alguns detentos trabalhavam na confecção de quadros artesanais sendo utilizada areia colorida, alguns outros trabalhavam na fábrica de cadeiras. A horta e minhocário tinha como responsável um detento que solicitava a ajuda de um outro, no entanto, deixando claro que esse deveria ter aptidão para trabalho com a terra, já que o atual, segundo o detento, não possuía.

Na área destinada à educação pude conversar com os profissionais responsáveis pelas matrículas e acompanhamento dos discentes. A unidade possui cinco salas de aula, oferecendo educação em níveis fundamental e médio, distribuídas em 14 turmas, em 3 turnos. Nos dias de visita não há aulas. São 10 professores e 5 pedagogos que acompanham as 300 pessoas em atividades escolares e as 15 que estão no programa de remição por leitura, tida como atividade educacional complementar. O contato com o pessoal da educação, cujo vínculo é com a Secretaria de Educação foi de grande importância, haja vista terem cedido sala para que fossem realizadas as entrevistas, que inicialmente se realizavam na sala da psicologia, unidade I. Posteriormente as entrevistas foram realizadas na sala dos professores, facilitando a locomoção dos detentos, uma vez que nesse espaço não havia a necessidade de serem acompanhados por agentes penitenciários. Assim, após o início da realização das entrevistas no primeiro dia, fui alocado na sala dos professores, tendo contato constante com os funcionários da Secretaria de Educação como também com a ala arco-íris, o objeto de pesquisa. Ainda na área da Secretaria de Educação existe espaço destinado a curso em parceria com SENAC, onde fui inicialmente apresentado às pessoas LGBT participantes do projeto dignidade, expondo o trabalho que pretendia realizar.

A recepção tanto por parte dos profissionais da unidade prisional como por parte dos participantes do Projeto Dignidade, ala arco-íris, como também com demais detentos que não fazem parte do projeto e se declaram heterossexuais, se deu de maneira bastante amistosa. Como dito anteriormente, o diretor do presídio, psicólogo e agente de segurança representaram o contato mais próximo. Pude utilizar uma das salas da psicologia em virtude do período de férias de um dos psicólogos. Nesse espaço escrevia o diário de campo, guardava pertences pessoais e aguardava o intervalo do horário de almoço, em que os detentos são recolhidos. Os profissionais da educação e da enfermeira da unidade mostraram-se bastante receptivos e curiosos com relação à pesquisa e, os demais detentos declarados heterossexuais, não participantes do projeto, também se mostraram receptivos e amistosos. Uma observação pertinente é que no que concerne a esses sujeitos, tive contato apenas com aqueles que realizavam trabalho interno, voltados diretamente para a parte administrativa, os chamados “amarelinhos”.

No final do segundo dia na unidade prisional fui apresentado pelo chefe de segurança às pessoas que fazem parte do Projeto Dignidade com o intuito de conversarmos a respeito do trabalho que pretendia realizar, sanar possíveis dúvidas, esclarecermos a importância da pesquisa e do projeto. Nessa conversa informal pude listar aqueles que concordaram em participar, traçando um plano para a realização das entrevistas. Dois dos participantes estavam em regime de trabalho extra muro, com uso de tornozeleira eletrônica, sendo necessário adaptar o horário da entrevista ao de trabalho dos mesmos, e ao permitido para permanência na instituição. Uma das grandes vantagens nesse contato foi ter proximidade com um ex integrante do projeto, hoje habitante da unidade I, mas que conhecia toda a rotina dos participantes a serem entrevistados. Sandro, conhecido como Ana Hickman disse ter saído do projeto e abandonando a ala arco-íris por razões de desentendimento pessoal com duas participantes. Encontrava-se habitando a Unidade I, e era um dos “amarelinhos”. Foi, sem dúvida, das pessoas LGBT com quem mantive maior contato. A articulação com as pessoas LGBT que trabalhavam extra muro foi facilitada pela ajuda de Ana Hickmam; também quando havia a necessidade de

algum recado ou contato com profissionais da administração quando esses não se encontravam no CRC ou quando eu estava lá.

Foto 5 – Biblioteca, Unidade II. Um espaço de leitura e pesquisa amplo. Os trabalhadores internos da biblioteca possuem nível superior completo e, um deles é professor. Fonte: Sejudh/MT. Disponível em: <http://www.noticiasdematogrosso.com.br/atras-das-grades-30-dos-detentos-de-mt-cursam-do-ensino-fundamental-a-faculdade/>. Acesso em: 16.set.2018.

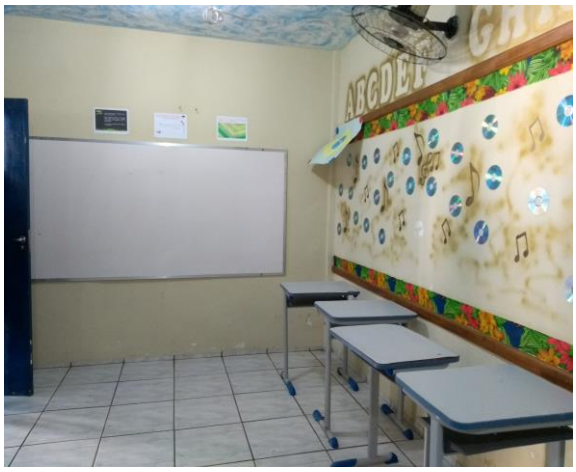

Foto 6 – sala de aula, unidade II. As salas foram visitadas em um dos dias de visita (em que não há aula); por isso, encontrava-se desarrumada. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

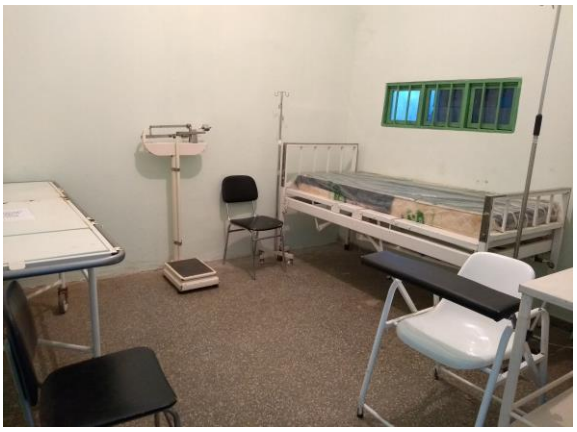

Foto 7 – Enfermaria, Unidade II. Fonte: A enfermaria atende a casos emergenciais e algumas consultas ambulatoriais, além de acompanhar e distribuir medicação. Os casos mais graves e especialidades que não existem na unidade são tratadas em hospitais externos. Fonte:SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 8 – Marcenaria, Unidade II. Nessa [área são fabricados móveis e mobiliários que são comercializados externamente. Em ocasião de nossa visita estavam sendo produzidos dois brinquedos destinado a creches municipais. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 9 – Lavanderia, Unidade II. Espaço destinado à lavagem de roupas dos detentos. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 10 – Fabricação de cadeiras, Unidade II. Nesse espaço são fabricadas cadeiras que são posteriormente vendidas no comércio local. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 11 – Horta, Unidade II. A horta ocupa grande área no espaço externo. A produção é utilizada pelos detentos na cozinha e outra parte é vendida para o comércio local. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 12 Minhocário, Unidade II. Fonte: O minhocário faz parte de um projeto desenvolvido por uma professora no local. Nele são produzidos húmus e chorume (húmus líquido), que são comercializados pela autora do projeto, com parte da renda destinado aos detentos. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Foto 13– Criação de aves (galinhas, gansos e pato), Unidade II. Nesse espaço são criadas aves (patos, gansos e galinhas). A comercialização dessas aves é pequena, tendo mais caráter de “criação doméstica” que comercial. Fonte: SANT’ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

A unidade prisional com capacidade para 300 reclusos tinha, segundo Barreto (2016) 773 privados de liberdade, o que fazia com que a taxa de ocupação da unidade, 257,66% estivesse acima da média estadual, que, segundo os dados estatístico do DEPEN (2014) era de 172%. Em nossa pesquisa constatamos que o número de reclusos aumentou para 1036, permanecendo a mesma capacidade de lotação. Consultando os dados do DEPEN (2017) referentes ao ano de 2016, constatamos que a taxa de ocupação do estado diminuiu para 162,7%, enquanto a taxa da unidade aumentou para 345,33%, representando cerca de 10% de toda a população privada de liberdade do estado do Mato Grosso.

5.3 O Projeto Dignidade, a ala arco-íris e as pessoas LGBT na unidade.

5.3.1 O projeto

Para que pudéssemos entender melhor o projeto, buscamos cruzar as informações dos responsáveis pelo mesmo (diretor da unidade e psicólogo responsável) com as obtidas das pessoas LGBT participantes. As informações

foram obtidas com entrevistas semiestruturadas, apoiada em um questionário específico para cada um dos grupos desses atores (diretor, psicólogo e detentos), de maneira que à medida em que as perguntas eram respondidas pudessem ser estendidas ou levadas a outros aspectos considerados importantes pelos entrevistados. Os posicionamentos das pessoas entrevistadas puderam também ser avaliados com a observação direta de suas posturas ao longo do tempo em que a pesquisa foi realizada. O psicólogo Mauro, responsável pela implantação e administração do projeto encontrava-se de férias e sua entrevista foi realizada fora da instituição, num ambiente menos formal, um shopping center da cidade, durante um almoço. Dessa forma, suas práticas e posturas tanto pessoais como profissionais não puderam ser observadas.

Segundo o diretor da unidade Winkler Freitas e o psicólogo Mauro Falca o projeto foi motivado por questões de abusos sofridos em tempo pretérito pela população LGBT. A importância fundamental do projeto na visão de ambos se dá pelo direito à integridade física e emocional das pessoas participantes e da perspectiva de segurança. Winkler, destaca em sua fala o tratamento digno às pessoas LGBT e o respeito à sua identidade de gênero como um direito : “ *existia violência num passado distante e para a gente resguardar a integridade física e moral das pessoas foi criada a ala LGBT para dar oportunidades, não é que isso seja uma regalia, é um direito que está na instrução normativa*”.

O projeto consiste na separação de uma ala específica para pessoas LGBT, local em que são observadas as instrução normativa do estado do Mato Grosso, que determina que a população LGBT privada de liberdade tenha o direito de: ser chamada e identificada pelo nome social, ter espaço específico para população nas unidades penitenciárias masculinas, ser transferida para esse espaço condicionada à vontade da própria pessoa, ter a possibilidade do cumprimento da pena em instituição próxima a seus familiares, pessoas transexuais masculinas e femininas que fizeram cirurgia de readequação genital serem encaminhadas para unidades prisionais femininas, usar roupa conforme o gênero de identificação pessoal, manter de cabelos compridos,usar

maquiagem e tintura de cabelo, ter atenção integral à saúde, manter tratamento hormonal e acompanhamento de saúde específico em consonância com o SUS, ter a vedada a de transferência compulsória entre celas ou alas como forma de punição, ser revistada de forma a não causar constrangimento ou exposição a situações vexatórias, ter acesso à continuidade de formação educacional e profissional, contar com programas de educação permanente e continuada aos profissionais dos estabelecimentos penais na perspectiva dos direitos humanos e princípios de igualdade e não discriminação, ser vedada qualquer forma de discriminação por parte dos servidores do sistema penitenciário do estado fundada na orientação sexual ou identidade de gênero, possuir igualdade em condições do acesso ao requerimento do benefício auxílio-reclusão aos dependentes do seguro do recluso, inclusive conjugue ou companheiro (a) do mesmo sexo, considerando as regras desse. (BRASIL, 2017d).

Foto 14 – Vista da ala arco-íris, Unidade II. Espaço destinado para ala arco-íris (primeira ala do corredor) e a alguns evangélicos (segunda ala). Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Para além da simples separação das pessoas LGBT em alas específicas, são realizadas reuniões semanais para discussões acerca do espaço, mais especificamente para discussões que envolvem as necessidades, reclamações e conflitos interpessoais.

Tanto Winkler como Mauro apontam para a autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero serem a principal forma de triagem; no entanto, Mauro reconhece que nem todos os declarados LGBT ocupam vaga na ala específica ou sejam participantes do projeto. Em entrevistas às pessoas LGBT foi perguntado se conheciam algum outro LGBT que não queriam fazer parte desse projeto; na grande maioria a reposta foi positiva. Nesse aspecto foram observadas duas possibilidades: a da não participação pela não autodeclaração ou pelo fato de não identificação. O grande questionamento das pessoas LGBT foi com relação ao perfil que deveriam ter para habitarem a ala arco-íris. Mauro Falca, a esse respeito declarou a que as pessoas deveriam ter clareza de sua identidade e declará-las, entretanto, diante da pouca quantidade de vagas nas alas são priorizadas travestis e transexuais; sendo assim, o fato

de algum detento manter relações afetivas com algum participante do projeto não lhe garante vaga na ala.

Ao chegar na unidade, algumas pessoas já vêm com determinação judicial para ocuparem a ala arco-íris. Aqueles que não as possuem, uma vez autodeclarados homossexuais ou com identidade transexual ou travesti passam por uma experiência de até 30 dias, sendo observadas sua conduta e disciplina, sendo feito também um diagnóstico a partir de contato com pessoas próximas e familiares das mesmas.

Esse procedimento desrespeita a instrução normativa do estado. No entanto, embora a instrução determine alocar todas as pessoas LGBT em ala específica observando sua vontade, não garante que haja vagas para toda a demanda apresentada; a instrução aponta para o respeito e cuidado à essa população sem que necessariamente proporcione condições para que tais medidas sejam implementadas. Nessa perspectiva, a fala das pessoas LGBT

é a de que nem todos podem participar do projeto, exceto as que possuem determinação judicial, geralmente vindas em transferências de outras unidades ("*vindas de bonde*"), havendo o acompanhamento do pretenso participante ou ocupante quanto ao perfil determinado pelo coordenador para sua inclusão.

Como visto acima, Mauro Falca justifica tal postura devido à falta de vagas para todos e a necessidade de que seja garantido vagas para travestis ou transexuais que cheguem à unidade; segundo o psicólogo essa é a população mais vulnerável e tem de ter garantia de que estarão em espaço seguro.

Winkler informou que está sendo construída uma nova unidade prisional em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, com capacidade para cerca de mil vagas. Isso por sua vez desafogaria o CRC, abrindo possibilidade de expansão para o Projeto Dignidade e aumento do número de vagas nas alas arco-íris.

"*a gente tem um objetivo de aumentar o projeto, aumentar o máximo, colocar mais pessoas no projeto. Se tiverem vagas a gente vai aumentar; assim, de acordo com a diminuição da população carcerária; nós temos que estar esperando, vai ter uma unidade prisional em Várzea Grande para mil e poucas vagas, aí vai dar uma desafogada aqui na unidade. No Pascoal Ramos também. Com isso, nós vamos ter a oportunidade de aumentar o projeto , que é uma visão nossa, no caso aumentar o projeto e colocar as pessoas pra trabalhar, pra estudar, pra ocupação".*

Um dos maiores conflitos por nós observados, é a questão de ser ou não alocado na ala arco-íris ou fazer parte do projeto; parece-nos que tais problemas transcende a possibilidade de disponibilizar vagas para todos na unidade, dependendo diretamente da diminuição da população carcerária para que sejam disponibilizadas mais vagas. Fora a possibilidade de diminuição da população carcerária com a construção do presídio em Várzea Grande, citada por Winkler, os parágrafos §3 e §4 , artigo 3º da instrução normativa determina a implantação de polos regionais para o acolhimento da população LGBT nas cidades de Água Boa, Sinop, Rondonópolis, além do próprio CRC (BRASIL,2107 d). A implantação efetiva desses polos obedece ainda ao

parágrafo terceiro, que determina que a pessoa tenha aceso direto ao direito de cumprir pena em local próximo ao município de seus familiares. Tal medida nos parece bastante pertinente uma vez que, em nossas entrevistas observemos um número elevado de pessoas oriundas de outros municípios ou encaminhadas diretamente para ala por ordem judicial (9 das 17 pessoas entrevistadas).

Foto 15 – Vista do interior de uma cela na ala arco-íris, Unidade II. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

As determinações a respeito do uso de trajes segundo identidade de gênero, uso de cabelos compridos, podendo haver uso também de tinturas foram observadas em seu cumprimento na íntegra. Todas as travestis e transexuais declararam ter esses tipos de direitos respeitados, sendo confirmado também na nossa observação direta. Em entrevista a direção e as pessoas participantes do projeto disseram ter havido um curso de manicure em parceria com o SENAC e aguardavam a implantação de um curso de cabelereiro, com área já destinada para tal.

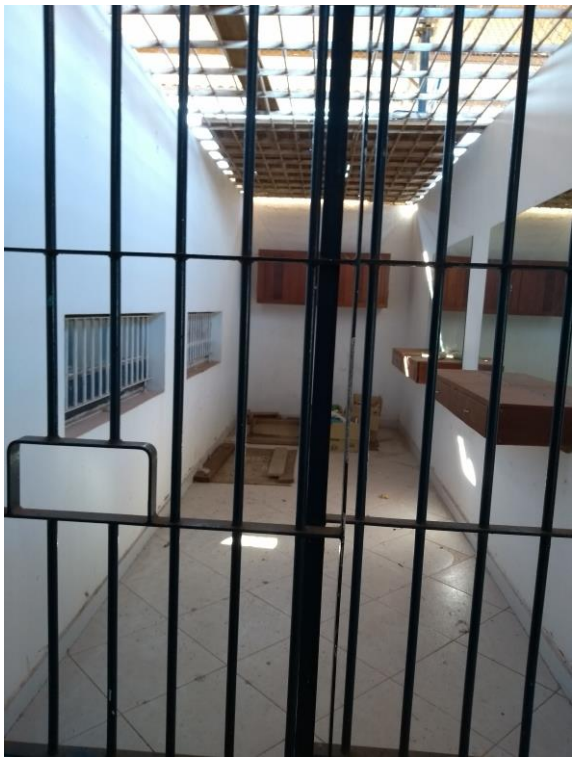

Foto 16 – Área destinada à construção de futuro salão de belezas e concomitante curso de cabelereiros destinado à população da ala arco-íris, Unidade II. Fonte: SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Tanto a direção da unidade quanto profissionais envolvidos no projeto utilizam o nome social para lidar no cotidiano com as pessoas LGBT. Uma queixa recorrente foi constatada no sentido da não documentação oficial com tais nomes. Consultada a respeito, a assistente social A diz que a questão é difícil porque muito dos detentos dão entrada sem documentação completa, o que segundo a mesma, pode ser bastante facilitada caso eles possuam a numeração de tais documentos ; ocorre, entretanto, que as queixas mais comuns da população LGBT com relação ao nome social se dá em virtude de não conseguirem o RG com sua grafia. Segundo o serviço social isso só é possível mediante entrada de pedido judicial. Apenas o CPF pode conter o registro de nome social sem que haja a necessidade do cumprimento dessa burocracia. O serviço social, responsável pela primeira triagem e entrevista com o novo detento assinala a dificuldade de obtenção de novos documentos pela própria história dessas pessoas, que os perdem em transferências, não

guardam sua numeração; alguns possuem cópias com a família, que está distante.

Uma das garantias expressas na instrução normativa que diz respeito às visitas íntimas também não foi observada na ala arco-íris. Nas demais alas da unidade as visitas ocorrem na própria cela; um acordo entre os detentos marca as construções de regras sociais e de convívio dentro das prisões: nos dias de visitação aqueles que não possuem visita íntima não ocupam as celas para que haja maior privacidade aos que recebem. Na ala arco-íris não tomei conhecimento dessa prática, possivelmente pelo fato de 9 dos 17 entrevistados declararem-se casados (leia-se aqui que as relações se travam dentro do próprio grupo).

Algumas das pessoas LGBT declararam que estavam em relações afetivas, mas com detentos que ocupavam outras alas na unidade. Há uma pressão nesse sentido de que tais companheiros subam para a unidade II e passem a fazer parte do grupo habitante da ala arco-íris. Essa prática era contumaz; houve inclusive a realização de dois casamentos homoafetivos na unidade apoiados pela administração da instituição. Na ocasião de nossas entrevistas as queixas a respeito da não inclusão de parceiros na ala foi contundente; questionado sobre o fato, o diretor da unidade Winkler Freitas disse que existem homem heterossexuais que se declararam homossexuais para fazerem parte do projeto e, consequentemente serem transferidos para a ala arco-íris, mas não são. Perguntado como poderia testar a veracidade da autodeclaração de orientação sexual ou de gênero, Winkler responde:

"*Tem várias situações que quando a gente chega lá vai tomando conhecimento, o pessoal, realmente ele não está no projeto...tem a unidade II, que hoje é o container, é a unidade que hoje todos querem ir pra lá, porque é uma unidade de trabalho, pouca superlotação, então assim, às vezes falam que são homossexuais, tudinho, para subir pro projeto, entendeu? Aí chega lá ele vai pra outra ala, pra outro lugar"* (referindo-se à pequena ala evangélica que a unidade II possui ou à ala destinada aos trabalhadores).

Mauro Falca, psicólogo responsável pelo projeto, nesse sentido diz ser necessário o acompanhamento dessas pessoas ainda na unidade I; observar sua postura assim como investigar junto à sua família e demais pessoas próximas para atestar se tal declaração é verídica ou não. Além de se colocar favorável que as vagas não ocupadas devam ser prioritariamente guardadas e destinadas a travestis e transgêneros, o coordenador acredita ainda que um homossexual na condição de cisgênero está menos vulnerável que o primeiro grupo. Assim, as pessoas LGBT que mantém relações afetivas e ocupam a mesma ala podem ter encontros íntimos ao longo do dia, (em horário de almoço ou em dias de visitas, por exemplo), uma vez que a distribuição pessoal não permite que casais habitem a mesma cela ou cubículo.

A lógica para que uma pessoa que se declara homossexual não ter necessariamente vaga garantida na ala arco-íris é a mesma que não permite que casais ocupem a mesma cela. Se no primeiro caso a dúvida da declaração leva à possibilidade de não transferência para a ala, ou pelo menos da transferência imediata para essa, baseada na pouca quantidade de vagas e na hipótese de que se o sujeito não for realmente homossexual ocupará uma vaga que não lhe é destinada .Isso causa problemas com o grupo a quais as vagas se destina, no segundo caso, o coordenador do projeto teme que haja algum tipo de desarmonia no grupo, uma vez que as celas tem capacidade para quatro pessoas . Nessa hipótese, colocar um casal na mesma poderia deixar os demais em situação constrangedora ou de desvantagem em relação às regras de convívio nesse espaço. As celas são habitadas segundo a declaração do sujeito enquanto sua identidade: cisgêneros habitam as mesmas celas enquanto travestis e transexuais habitam outras.

Esse arranjo espacial não pareceu causar problemas segundo minhas observações do grupo. Como a ala permite o contato entre as celas, seus habitantes podem travar encontros durante o dia, assim como em dias de visita. Thays, com relação à dificuldade de encontros de travestis e seus maridos que não habitam a ala diz:

“Porque tem dois do lado de cá que a gente tá passando perrengue com isso, dois do lado de cá que a gente deixa até tirar visita no barraco da gente, sendo que eu tenho meu namorado né, que mora no corredor B e no dia de visita nós se relaciona, entendeu? Então tipo, assim, aí os meninos... e eles tem visitas que vem da rua. Tem dois que tem visitas da rua e não pode ir pro projeto, ter lá o espaço dele para quando a esposa dele vim visitar ele, ele já tá no lugar dele, né?”.

Assim, percebe-se que a dificuldade que se reflete em ter o marido ou namorado fazendo parte do projeto ou morando na mesma ala (essa relação está mais presente no quadro travestis-transexuais / companheiros cisgêneros) é driblada com o empréstimo de cela para os encontros nos dias de visita.

O maior problema observado e mais polêmico é o não cumprimento do artigo nono da instrução normativa (BRASIL 2017d), parágrafo único, por motivo de aplicações de sansões disciplinares. O parágrafo determina que a pessoa LGBT não deve ser exposta a qualquer tipo de violência física, moral, psicológica e ideológica. Tanto as entrevistas como as observações em campo mostraram que ocorrem transferências das pessoas LGBT para alas evangélicas como mecanismo decorrente de punição, que podem acontecer inclusive quando há conflitos entre o grupo, chegando à agressão física. Esse mecanismo conhecido na unidade como “castigo” ocorre com a permanência da pessoa na ala evangélica por determinado período, que varia e pode chegar a um mês. O mesmo mecanismo foi verbalizado e observado com pessoas LGBT que chegam à unidade sem que haja determinação judicial para sua locação imediata na ala arco-íris, fato que foi confirmado por Mauro Falca, psicólogo responsável.

Em decorrência da transferência, pessoas LGBT acabam perdendo seus direitos adquiridos pela instrução normativa e participação no projeto, haja vista que, transferida deve se submeter às regras construídas pelos próprios evangélicos em seu ambiente prisional. As queixas são recorrentes e apontam para a tortura moral (os LGBTs são impedidos de usarem roupas femininas, pintarem unhas, usarem maquiagem...), psicológica (são obrigados a

participarem de cultos e jejuns), e físicas (relatos falam de agressão quando há a recusa em se submeterem às normas). Com relação a abusos na ala evangélica ouvimos:

“ *... esse tempo atrás eu desci de castigo, fiquei lá na igreja...um monte de irmão querendo abusar de mim mais uma vez, eu tive que me cortar toda de gilete para sair de uma ala de 66 presos”... “Na ala evangélica eu fui toda mordida , toda machucada, o homem me puxou na marra pra dentro do banheiro, eu vim aqui toda roxa e mostrei as marcas pra ele”* (Natasha, 26 anos).

“só *sair do sufoco lá debaixo e tudo e poder ser o que você é né?”* (André,26 anos)

“eu *já fiquei na ala dos irmãos , onde pegaram minhas coisas, acabaram com todas as minhas coisas, agora eu tô sem nada aqui dentro de novo*” (Nathalia, 21 anos)

Rogério Wagner, chefe dos agentes penitenciários e de segurança, admite que “*...eles são tratados muito mal aqui embaixo pelos outros reeducandos, pelos demais colegas... por exemplo, por estar na igreja eles não aceitam por ter esse papel lá, papel religioso e tal que não aceita, que condena esse tipo de ação”*.

A difícil e confusa relação entre as diferenças motivadas principalmente por razões religiosas representam o grande nó que compromete substancialmente o desenvolvimento do Projeto Dignidade. Se por um lado o Centro de Ressocialização possui o compromisso com pessoas LGBT, considerado percussor no estado e um dos percussores no país no tratamento dispensado à população, por outro, não pode desconsiderar os demais “reeducandos”; sendo assim , até pelo caráter que implica a ideologia de ressocializar ou reeducar tais sujeitos, são isentos de medidas coercitivas. Poderíamos entender a transferência temporária de pessoas LGBT como uma via de mão única no sentido de penalização por atos que vão de encontro às normas estabelecidas na instituição. Em uma leitura mais aprofundada entendemos tal prática muito

mais como uma forma da pessoa LGBT valorizar o espaço que ocupa na ala arco-íris que como uma medida que visa penalizá-la propriamente dito. Nesse aspecto ocorre uma incongruência pois, na tentativa de forçar uma valorização do projeto e da ala, incide-se no descumprimento da instrução normativa. Entendemos tal prática numa analogia dos castigos de crianças que precisam "ir para a cadeira do pensamento", com o objetivo de refletir sobre um mau ato.

Na impossibilidade de medida coercitiva para os evangélicos, a tentativa de "conserto" de determinado ato por pessoss LGBT acabam por penalizá-las numa via de mão única. Em minha observação não notei nenhuma postura coercitiva com os evangélicos. O quadro que se instaura é o de uma tênue linha entre a permissividade e a ausência do Estado. Ao permitir em nome da manifestação da fé que se construam igrejas em presídios e que haja alas específicas para essa população, corrobora-se que a mesma assuma um papel de controle com relação a demais reeducandos em virtude de representarem a maioria quantitativa de detentos. Diante dessa situação o chefe de segurança afirma que a constante negociação entre as partes administrativa e evangélica se faz necessário, pois sendo os religiosos a grande maioria, acaba por intimidar os detentos da ala convívio (Comando Vermelho), tendo como consequência para a instituição a minimização da possibilidade de rebeliões e fugas.

Nota-se que se por um lado os evangélicos representem determinada garantia da manutenção da ordem e tranquilidade na unidade, por outro, que esses ao assumirem e terem consciência desse papel acabam por cometerem práticas abusivas tanto com relação às pessoas LGBT como com as demais. Minha observação revelou situações em que um detento foi proibido de fazer seu café pois esse era vendido pelo pastor da ala, ainda um senhor que se encontrava em uma das alas evangélicas e se declarava católico implorar para ser remanejado para outra ala porque não aguentava mais orar "dia e noite". A observação ainda me mostrou a insatisfação de alguns profissionais da unidade com relação à intromissão de pastores em assuntos que não lhe

cabiam, como escolher em que função laboral um dos seus seguidores deveria desempenhar.

Quanto a esses aspectos, entendemos que a relação que se trava na unidade é altamente complexa. As pessoas LGBT só vão para as alas evangélicas, denominadas por eles como “castigo” em função de desentendimentos e agressões que possam por sua integridade ou a de outro participante do projeto em risco, mas, ao serem transferidas mesmo que por tempo determinado, acabam também passíveis de serem agredidas e sofrerem danos em sua integridade física, moral emocional, sexual e psicológica. A lógica e justificativa da transferência das pessoas LGBT para as alas evangélicas incidem na necessidade de separação temporária dos membros LGBT um dos outros, ao mesmo tempo, o único espaço possível para que essa transferência seja realizada são as alas evangélicas, haja vista as alas de comando não aceitarem pessoas LGBT, representarem maior risco para essas pessoas e não haver vagas em outras alas onde a convivência com pessoas LGBT possam ser mais amenas. Uma tentativa se sobrepõe a outra naquilo que poderia ser considerado o menos pior.

Por notarmos na observação que as práticas e formas pelas quais os profissionais se dirigem aos “reeducandos”, fato que se confirmou nas entrevistas, cremos que a direção e o chefe de segurança do presídio acabam por assumir um papel muito delicado em que se situam entre duas correntes que precisam ser respeitadas e protegidas em seus respectivos direitos, mas que se opõem uma às outras. Admitem, porém, que as alas evangélicas nessa disputa acabam em vantagem devido ao seu poder de negociação dentro da unidade. Um fato importante de ser mencionado é o de que em minhas observações percebi que o diálogo entre o chefe de segurança, psicólogos e assistentes sociais e as pessoas da ala LGBT me pareceu mais fluído. Há a nítida percepção por parte desses profissionais que a população LGBT é mais aberta a negociações e reconhecem de forma global maior importância no trabalho que é realizado com elas. A percepção é de que, embora sejam passíveis de tais “castigos” acabam por acatar tais práticas quase que com

aceitação, pois enxergam no seu real retorno à ala arco-íris vantagens tais como receberem tratamento adequado às suas condições identitárias e certo conforto mediante a condição de superpopulação nas demais alas da unidade, diferentemente do local destinado às pessoas LGBT.

5.3.2 O olhar dos profissionais com relação ao projeto

Para a percepção dos profissionais do CRC com relação ao projeto foram feitas entrevistas com questionários semiestruturados com o diretor da unidade, um dos três psicólogos (dois encontravam-se de férias), uma das assistentes sociais e chefe dos agentes penitenciários e de segurança. Ainda foi realizada uma entrevista com questões pontuais com o psicólogo coordenador do projeto; essa foi mais direcionada para problemas apontados pelos demais entrevistados (tanto profissionais como população LGBT) e se deu fora da unidade prisional. Para além de entrevistas, foi realizada observação direta desses profissionais, sua rotina de trabalho na unidade e relação desses com os privados de liberdade. A observação permitiu que se estendesse tais percepções para outros profissionais, não centrais no que tange ao projeto, mas que corroborou a análise das relações interpessoais no campo. Esses profissionais são representados por: técnica jurídica, pedagogos e pessoal administrativo da educação, enfermeira, atendente do mercadinho localizado na unidade, alguns agentes penitenciários e secretárias do diretor e diretor adjunto. Sempre que possível, em momentos de diálogos informais com esses profissionais, procurei manter o diálogo de maneira que eu abordasse, ainda que de maneira indireta as questões investigadas nas entrevistas.

Para cada um dos profissionais entrevistados foi elaborado um roteiro que abordavam questões comuns (visão da importância do projeto, o que entendiam por sexualidade e gêneros, qual a posição de cada um sobre homossexualidade, o que entendiam por crime e criminoso, o que entendiam por ressocialização, pontos negativos e positivos observados no projeto, o que poderia ser feito para a melhora dos pontos negativos),e questões relacionadas

diretamente à posição que ocupavam na unidade prisional e ao desempenho de suas funções.

Todos os profissionais relataram considerar o projeto importante no sentido de contribuir na garantia de direitos e proporcionar maior dignidade à população LGBT privada de liberdade. A posição de fragilidade desses foi destacada em todas as entrevistas "*algumas queixas nos atendimentos de situações de violência , de violações de direitos e uma das questões que mais preocupava dentro da população LGBT era com relação às travestis porque elas chegavam, quando elas chegavam, elas passavam por situações onde não era permitido elas se expressarem da forma que elas tinham direito de expressar o jeito de ser delas né*"

(João – nome fictício, psicólogo da unidade).

A fala de João marca bem que a questão dos direitos de expressão de gênero. De maneira global a fala dos profissionais apontam a importância que atribuem ao fato da pessoa poder expressar sua identidade, que parece refletida numa conduta performática, focada no uso de roupas femininas, uso de nome social, utilização de cosméticos, comprimento de cabelo etc. A expressão de gênero fica bem marcada pelos atributos externos, definido padrões, uma vez que esses seriam inicialmente relacionados às mulheres. Nesse contexto, o gênero se desloca para a percepção da pessoa quanto a si mesma para a forma estética que ela apresenta, firmando-se na performance e não na perfomatividade.

Migrada a concepção de gênero para as características estéticas ou performativas (BUTTLER, 2016 a) da pessoa LGBT, o que na verdade marca o posicionamento dos profissionais quanto ao seu entendimento de gênero é o fato das pessoas pertencentes a um sexo biológico fazerem uso de atributos destinado socialmente a outros. Essa percepção, presente nos profissionais entrevistados e observados parece fomentar o engano de que travestis e transexuais tenham que se portar necessariamente como mulheres, enquanto homossexuais cisgêneros são vistos como "normais". O deslocamento do entendimento de gênero para as expressões desempenhadas em nível

performativos na unidade leva não só a priorização do espaço da ala arco-íris para transexuais e transgêneros, como parece criar uma classificação onde tais atores ganham uma posição de maior destaque na escala que define a necessidade, a vulnerabilidade e cuidados para com os mesmos, colocando em segundo plano homossexuais declarados cisgêneros, ou tidos como menos efeminados.

> o gênero adquire uma conotação de “uma identidade tenuamente construída no tempo, instituído num espaço exterior por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito gênero se reproduz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como uma forma corriqueira pela qual gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero” (BUTTLER, 2016 a, p. 242)

O não entendimento acerca da diferenciação de gênero para orientação sexual se mostrou presente em todas as entrevistas aos profissionais, que tiveram dificuldade em responder suas respectivas percepções de gênero quando perguntados a respeito. Em todas as entrevistas foi necessário explicar a diferença entre a percepção ou classificação de gênero e a postura de orientação sexual, facilmente confundida uma com a outra:

P: Com relação a gênero como você se definiria?

E: gênero...

(Rogério Wagner, chefe de agente penitenciário e de segurança).

E: é..., identidade de gênero eu não tenho muito conhecimento sobre essa parte.

(Winkler Freitas, diretor do CRC)

E: Identidade de gênero...? Você está me complicando (risos), eu não estudo muito a temática.

(João, nome fictício, psicólogo)

E: Agora fiquei confusa.

(Assistente social A)

O entendimento do que é ser homossexual também pareceu confuso, muitas vezes deixando transparecer que tal orientação parece ser mais uma escolha do que orientação. A principal postura dos entrevistados foi de acenar para o fato de que acham normal ser homossexual, de não fazerem diferenciação entre esses e demais privados de liberdade ou de terem aceitação e contato social com pessoas que divergem de suas respectivas orientações sexuais, haja vista todos os profissionais se declararem heterossexuais; exceto o coordenador do projeto, que por ter sido inclusive militante e, ocupando o cargo central dentro do projeto, tinha uma visão mais clara sobre o assunto.

P: Qual sua consideração sobre o homossexual, bissexual ou sobre a orientação sexual que foge do binarismo homo e hetero?

E: Eu percebo que isso é algo da pessoa, a pessoa dá início a essa expressão que é dela, que surge no momento da vida dela e que há uma dificuldade da sociedade aceitar essa diferença.

(João, psicólogo)

P: Qual a sua consideração ou o que você pensa como homossexualidade?

E: Qual a minha opinião, no caso?

P: É sua opinião ou sua percepção.

E: Homossexualidade, eu... o projeto que nós implantamos aqui no CRC tem que respeitar né? É muito válido ter esse projeto que traz dignidade para a pessoa; às vezes a pessoa quer ser chamada pelo nome social, no caso tem vários educandos aqui na nossa unidade que sempre quis ser chamado pelo nome social mas existe essa instrução normativa, na qual também ele/ela é chamado pelo nome social, então a nossa visão é de importância para a maioria porque tem que é ter esses projetos e a homossexualidade vem da pessoa né, a pessoa às vezes nasce com isso né, já tem essa visão, não é que seja homem/mulher.

(WinKler Freitas, diretor do CRC)

P: Qual a sua consideração sobre homossexualidade?

E: Eu acho normal, acho que as pessoas devem ser livres e tal, ter a sua escolha, tenho vários amigos homossexuais, inclusive já fui até criticado por abraça-los e estar junto.

(Rogério Wagner, chefe dos agentes penitenciários e de segurança)

E: Para mim o homossexual é aquele que não é hétero e não se identifica numa relação homem/mulher. Ele vai se relacionar com alguém do mesmo sexo que ele.

(Assistente social A)

Na mesma linha de analogia, se podíamos esperar maior entendimento quanto ao gênero, baseado no fato de que tais profissionais trabalham em uma unidade que se tornou referência no tratamento as pessoas LGBT, percebemos, com uma certa perplexidade o fato de haver também uma consideração difusa acerca do que é crime ou do que é ser criminoso.

P: O que você entende como crime e criminoso?

E: Eu acredito que criminoso, a pessoa ser criminoso é a pessoa que tem várias reincidências, no caso, ela passa pela unidade prisional várias vezes, foi e voltou. O crime é inerente à pessoa né? A pessoa comete um crime numa situação de emoção, pode ser alguma coisa como a família; ele não é criminoso, mas comete um crime né? Já o criminoso é aquela pessoa que se configurou reincidente, em vários outros sistemas penitenciários inclusive.

(Winkler Freitas, diretor do CRC)

E: É... tem como dar uma pausa? (pausa de aproximadamente dois minutos) ...em relação ao crime é meio abrangente, mas no resumo é alguém que cometeu uma infração mais alta né? Uma infração maior. Em relação ao criminoso são pessoas que cometem uma infração maior e continuam cometendo, não para, mais ou menos por aí.

(Rogério Wagner, chefe de agentes penitenciários e de segurança)

E: O crime é quando ela que praticou, ele tá sendo acusado de um crime. No momento em que eles entram, eles são julgados. O entendimento pra mim é assim: depois que ele foi julgado dentro de um crime e às vezes ele toma uma lista grande de infrações né? Ele praticou vários tipos de crime. O reincidente, ele já tá naquele mundo.

(Assistente social A.)

Nessa questão a única resposta que associa a imagem do criminoso como uma construção social foi do psicólogo:

E: O crime penso que aquilo que é a infração daquilo que está determinado na nossa lei, no código penal. Seria crime. O criminoso eu penso já que é um termo construído, uma construção social, uma construção de nossa sociedade. ... então a gente não vê a pessoa como aquela pessoa que cometeu o crime, a gente vê a pessoa na sua história de vida, nas suas relações, nas suas interações para ir além porque se a gente ficar no crime, a gente vai focar na

pessoa naquela dimensão dela... essa pessoa tem outras questões, outros interesses, habilidades, aptidões, sonhos, desejos, necessidades e é para isso que a gente tem que apontar, para isso que a gente tem que ver no sentido de acreditar no potencial humano dessa pessoa.

(João, Psicólogo)

As duas categorias distintas gênero/sexualidade e crime/criminoso, diretamente associadas ao trabalho desempenhado na unidade pelo Projeto Dignidade perdem sua associação no que tange à construção das mesmas no cunho social. Entendendo que tanto a primeira como a segunda refletem construções sociais, consideramos a posição dos profissionais um tanto quanto como generalistas, expressando um posicionamento que indica as suas internalizações de discursos e políticas disseminadas. Foucault (1999) postula um sistema de apropriação social do discurso. Tal conceito determina apropriações que envolvem um sistema de ritualização da palavra, qualificação e fixação dos papéis dos sujeitos que falam, constituição de um grupo doutrinário, distribuição e apropriação dos discursos, com seus poderes e saberes. Essa apropriação, segundo o autor teria na educação sua principal representante. A não percepção tanto do gênero e posicionamentos identitários como algo que possa ter como objetivo mais que a expressão de subjetividades, indicando um posicionamento político contrário à construção heteronormativa, assim como a não percepção do crime como algo construído socialmente pode incorrer na interpretação que a identidade de gênero e a criminalidade são categorias inerentes ao sujeito, aflorando a partir de determinado momento nos mesmos, sem que haja a consideração de que fatores externos a esse incidem em suas práticas. As leis ganham uma interpretação social em uma escala de periculosidade de forma similar às pessoas que se afastam do comportamento heteronormativo são julgadas a partir do seu grau de afastamento. A escala do comportamento de gênero aponta para o julgamento do sujeito a partir do quanto eles se distanciam ou não do que é socialmente entendido como “normal” no desempenho esperado de seu papel, levando em consideração seu sexo biológico. É por esse prisma

que um homossexual cisgênero é considerado menos vulnerável que transgênero ou travesti; a proximidade do seu posicionamento subjetivo com aquilo que é aceito ou determinado para o posicionamento do que é do âmbito masculino o coloca num patamar de aceitação social não observado diretamente, ou observado em menor escala naqueles (as) que se opõem aos papéis definidos para sua condição biológica. As práticas e posturas sociais dentro do que é estabelecido pelo binarismo masculino e feminino tornaram-se condições para a avaliação do grau de vulnerabilidade ao qual a pessoa LGBT está submetida. Desloca-se a condição da aceitação de uma condição de orientação sexual para formas identitárias em que a problemática parece centrar-se mais no papel performático que ela desempenha do que propriamente em suas relações sexuais. Isso, por sua vez, cria a sensação que homossexuais cisgêneros são mais aceitos, respeitados e menos vulneráveis se comparado a travestis e transexuais ou a homossexuais e agêneros que possuam postura identitária mais transgressoras.

De forma análoga o crime ou o registro de criminoso ganha conotação a partir do grau de infração cometido, havendo uma escala de periculosidade em que crimes tidos como de menor infração parecem ser mais tolerados e as pessoas que os cometeram gozam de maior complacência social. Crimes tidos como de maior periculosidade, (estupros, homicídios, latrocínios...) levam à interpretação de seus agentes como criminosos enquanto os de menos periculosidade podem levar à interpretação de seus agentes como infratores. A conotação de criminoso remete à maior periculosidade social enquanto infratores são vistos como menos perigosos ou aqueles que praticam crimes de menor gravidade. Tais concepções tanto da vulnerabilidade da pessoa LGBT como do quanto um sujeito é visto ou não como criminoso estão atreladas à apropriação do discurso em nível social, ou seja, os discursos constroem tais percepções de forma a difundi-las pela palavra e construção de saberes em que atribuem papéis aos sujeitos. Em nossa pesquisa, no ambiente carcerário tais valores adquirem uma escala inversa, os detentos cujas penas são de maior periculosidade tendem a ser mais respeitados (exceto no caso de

estupros e crimes considerados hediondos a partir da classificação dos próprios condenados); no caso das pessoas LGBT ficou nítido que as travestis e transexuais se posicionavam mais criticamente, com uma espécie de "afronta" a valores construídos socialmente e refletidos na própria percepção dos profissionais com quem interagiam. Esse grupo assumiu certa liderança, obtendo maior respeito ou pelo menos o reconhecimento de líderes por parte dos demais LGBTs, sobretudo dos cisgêneros que, embora de maneira global acreditassem que seus comportamentos aproximados das normas heteronormativas fossem mais adequados, atribuíam as mudanças mais significativas no espaço e no projeto como parte do posicionamento das travestis e trans.

No entanto, a construção social que parece ter um menor peso no que se refere aos posicionamentos de gênero ou no julgamento do que é crime ou ser criminoso ganha destaque por parte dos profissionais do CRC quando perguntados a respeito do que entendem como ressocialização. Nesse aspecto, exceto o diretor da unidade que marca sua resposta de maneira bem definida, atrelando ressocialização ao pilar religião, trabalho e estudo, os demais profissionais apontaram para o caráter dúbio que o termo pode adquirir, uma vez que as pessoas privadas de liberdade não poderiam ser socializadas novamente, como se partindo de um ponto zero de socialização.

P: O que você entende por ressocialização?

E: Ressocializar, eu questiono, já começa por aí! Como você vai ressocializar se a pessoa já passou por um processo social? De socialização? E assim, a gente está sendo socializado o tempo todo, então é um processo que é contínuo, é como se a gente ressocializar, a gente apagasse, a gente pudesse apagar algo que foi feito na socialização e a gente construísse uma outra socialização. Meio complexo esse termo, não é? Eu acho que as pessoas estão sendo socializadas, tanto quanto elas estão sendo socializadas, que a gente percebe na experiência da gente que elas passam por aqui e elas voltam, a reincidência no sistema prisional é muito alta, então isso é o processo de ressocialização, ***mas oficialmente o que a gente entende, oficialmente a ressocialização seria possibilitar a pessoa que ela não cometesse mais crime, possibilitasse à pessoa novas oportunidades de vida, para que ela tivesse, para que repensasse a sua vida, para que ela não voltasse mais a cometer aquela infração que trouxe ela pra cá, então, nesse sentido mais oficial existe mais algumas possibilidades, que é o que a gente acaba***

fazendo aqui para que isso aconteça. *Mas assim, eu não entendo como uma ressocialização, entendo como um processo, de socialização onde a gente pode ofertar algumas condições para essa pessoa, para essa pessoa repensar a sua vida e continuar a sua socialização.*

(João, Psicólogo. Grifo meu)

E: Ressocialização para existir de fato e de direito, existe 3 causas que tem que existir de fato e de direito para a ressocialização né? O trabalho...tem que andar junto... o trabalho, o estudo e a religião. São 3 coisas, 3 pilares que formam a ressocialização; isso tem que existir: a pessoa tem que estudar, tem que trabalhar e tem que ter uma religião, seja ela católica, seja ela evangélica, seja ela espírita.

(Winkler Freitas, diretor do CRC)

E: É outro tema bem ...(risos) é bem complicado, porque... ressocializar, né? Gera várias... tem uma temática imensa, uma dimensão... ***não tem como ressocializar alguém que já foi socializado****, então, toda essa questão, mas a gente acredita no trabalho, eu volto a repetira gente acredita muito no trabalho, no ser humano em si, o trabalho aqui é diário, a gente conversa muito.*

(Rogério Wagner, chefe dos agentes prisionais e de segurança. Grifo meu)

E: Eu não acredito na questão de ressocializar a pessoa mediante o que vejo hoje politicamente né? Há tentativas de inserir essas pessoas na sociedade, mas a ressocialização ela é muito profunda, ela vai além de você fazer um RG; não tem ainda como garantir trabalho para todos, não tem como garantir o direito de todos concluir o ensino fundamental ou médio interno, mas há tentativas! E para você também buscar uma ressocialização, você trabalha aqui dentro, mas e quando eles atravessam e ganham a liberdade? A sociedade está preparada para ajudar eles a ressocializar? Então é muito profundo, eu não acredito numa ressocialização de fato. Há uma tentativa aqui dentro do CRC, ele busca ressocializar; no momento em que ele sai da unidade eles vão se deparar com inúmeras dificuldades.

(Assistente social A)

Ressocializar assim, parece ser um termo inadequado quando pensado que uma pessoa já é socializada, ou que esteja em um processo contínuo de socialização; dessa forma, ressocializar adquire ares de garantia de direitos com vistas à não reincidência.

A inquietação na não reincidência marca uma preocupação com o detento no sentido de não retornar ao sistema. A reincidência ou constante rotatividade na posição de extra muro e retorno à unidade nos pareceu ser uma das bases para a caracterização das pessoas como criminosas; dentro da população atendida pelo projeto houve um número significativo de entrevistados que já haviam passado pelo sistema, ou seja, não são primários. Na perspectiva do entendimento de criminoso como aquele que é reincidente, a observação de campo proporcionou a análise de que em se tratando da população LGBT nenhum dos participantes do projeto Dignidade/ala arco-íris era visto por parte dos profissionais como um elemento de alta periculosidade. O significado de criminoso e criminalidade foram compactuados pelos próprios participantes do projeto, que na sua maioria não se sentiam como tal, embora muitos deles afirmaram a consciência de terem cometido um crime.

Essa primeira parte de entrevistas trouxe-nos como contribuição mais importante a possibilidade de, juntamente com a observação das posturas profissionais dos entrevistados, detectar o seu envolvimento com o tratamento dado aos detentos, sobretudo quando se trata da população LGBT. Como visto acima, esse grupo ainda que esteja em situação de privação liberdade em decorrência de algum crime, tende a ser visto como de menor periculosidade e mais passíveis de serem “recuperado”. Todavia, tal característica também parece ser oriunda de uma possível imagem de fragilidade que o grupo representa. Não notamos efetivamente algum posicionamento ou discurso que apontasse para a discussão da construção social no que se refere aos papéis definidos para homens e mulheres, do gênero representar uma categoria que transcende tais papéis, como também nos pareceu que o entendimento acerca do crime como algo socialmente instituído não ser considerado pelos entrevistados. O não reconhecimento de crime ou gênero como categorias resultantes de constructo social, mas, concomitantemente a defesa de políticas públicas voltadas para a população LGBT privadas de liberdade em função da sua reconhecida vulnerabilidade gera um paradoxo onde há a defesa de um grupo, mas se desconhece de forma mais profunda suas histórias, construções

e posicionamentos subjetivos, criando uma perspectiva mais de preservação de vida do que reconhecimento efetivo de direitos.

5.3.3 O olhar do grupo LGBT em relação ao projeto

A dicotomia observada nos profissionais entrevistados parece se estender para as pessoas LGBT que, em campo mostrou que embora requeiram para o si o reconhecimento de suas necessidades e expansão do projeto, não possuem unidade do entendimento de gênero, sexualidade e orientação sexual. De maneira análoga não se enxergam na sua grande maioria como criminoso. Essa percepção parece se dar por uma interpretação pessoal, desconsiderando contextos sociais mais amplas enquanto grupo. Isso também pode levar ao questionamento o quanto desse pensamento individual é parte do social. Hall (2014) afirma que na visão sociológica de identidade o sujeito internaliza os significados e valores culturais; cultura e identidade estão reciprocamente unificados. Num contexto pós-moderno, essa se torna fragmentada e móvel:

> o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2014, p. 11-12).

O não entendimento de si mesmos enquanto criminosos, o deslocamento da imagem de criminoso para aqueles que comentem delitos considerados graves, o não posicionamento claro de gênero refletem essas identidades deslocadas, gerando falta de coesão e percepção social do grupo nesses aspectos. Essa falta de coesão representa em primeiro momento um ponto de fragilidade, levando ao entendimento do projeto no sentido global mais como uma benesse do que como um direito adquirido.

O trabalho de campo com os participantes do Projeto Dignidade se deu com a entrevista em que foi aplicado questionário de estrutura semiaberta e observação direta dos entrevistados. A observação se deu com o acompanhamento da rotina na ala, principalmente na movimentação que essa permitia com as pessoas que trabalhavam internamente. Fora isso também foram observadas a movimentação dos entrevistados na unidade carcerária, nos seus requerimentos junto aos profissionais, como também na postura que mantiveram durante a entrevista. Com relação à essa que mantiveram foi de fundamental importância a observação se seus comportamentos, gestos, entonações, interesses e questionamentos. Procuramos observar se tais aspectos indicavam coerência com suas narrativas ou se apontavam apenas para a satisfação do entrevistador, uma espécie de resposta programada para dar destaque às mesmas, chamar atenção ou omitir possível problema gerado nas suas posições de LGBT com a direção e equipe de profissionais da unidade. Também buscamos observar o quanto poderíamos extrair das vivências reais dos entrevistados ou o quanto esses poderiam expressar nas memórias “vividas por tabela” (POLLAK, 1992). Embora não seja possível aferir o quanto as narrativas estivessem baseadas em experiências vividas por outras pessoas, lidas, ouvidas, percebidas, concordamos que possam estar internalizadas de maneira que a fala individual constrói uma memória coletiva, que, por sua vez ao difundir-se em narrativas sociais caracterizando um determinado grupo, passa a fazer parte de uma memória individual daquele que se identifica com esse. Levando em consideração Hall (2014) e sua análise de identidade pós-moderna na visão sociológica, a instabilidade identitária e o deslocamento dessas podem produzir narrativas nas quais o sentimento identitário pode torna-las fragmentadas, envolvendo situações reais, hipotéticas ou ainda ambas como se tivessem sido realmente vivenciadas.

A interação dos entrevistados com o entrevistador dada principalmente a partir da reunião com o grupo e a exposição da intencionalidade da pesquisa proporcionou maior liberdade de expressão dos primeiros, sobretudo quando se sentiram confortáveis, tendo como base de confiança o termo assinado por ambos. Os termos garantiam que só seriam identificados de acordo com seu

desejo e suas entrevistas não seriam expostas, exceto na elaboração do trabalho acadêmico. Tendo ambas as partes assinado os termos que expunham o caráter de confidencialidade, as entrevistas transcorreram com mais confiança e objetividade. De maneira geral a população LGBT afirmou nas entrevistas o bom relacionamento em grupo e com os profissionais da unidade de maneira bastante objetiva e clara.

Especificamente em uma entrevista percebemos que houve uma certa intenção do entrevistado em “dar respostas corretas”, o que ficou claro a partir de seus questionamentos quanto à pesquisa (se seria publicada, onde seria exposta, se estaria disponível na internet). Em outra entrevista especificamente uma entrevistada (se posicionou como travesti e disse querer ser tratada no feminino) não quis responder à questão que considerava problemática que se referia a pontos negativos no projeto e o que poderia ser feito para melhorá-los.

Ainda com relação às entrevistas ficou bastante nítido que enquanto alguns e algumas entrevistados (as) respondiam às questões com fôlego, indo muitas vezes além do que lhes foi perguntado, em outras ocasiões as repostas foram lacônicas, muitas vezes expressadas monossilabicamente. Interpretamos tais situações com duas possibilidades especificas: como uma forma de demonstrar certo incômodo com as perguntas ou pelo pouco ou total desconhecimento do assunto. Ainda sendo possível o desacredito na perspectiva da pesquisa contribuir efetivamente para alguma mudança de suas realidades. Em algumas questões foi necessário que se refizesse a pergunta de uma maneira mais clara para seu entendimento da questão, após as perguntas originais não terem sido respondidas claramente. Essas se referiram mais especificamente ao posicionamento enquanto gênero, identidade, sexualidade e orientação sexual. Isso reforçou a nossa hipótese de que o gênero ainda é um assunto pouco claro mesmo para a população LGBT, o que incorre na dificuldade de se posicionarem com clareza.

Para fins de melhor interpretação dos dados obtidos optamos por traçar um perfil dos entrevistados e fazermos as devidas observações partindo das perguntas do questionário, expostas abaixo.

Modelo de questionário aplicado aos entrevistados

● Com relação à sua orientação sexual como você se define?

● E com relação à identidade de gênero?

● Você que decidiu participar do projeto, foi colocado lá ou foi encaminhado para cá?

● Você se importa em falar de seu crime ou condenação?

● Você se considera um criminoso (a)?

● Como se dá sua convivência aqui no CRC com os profissionais (psicólogos, assistente social, diretor, agentes...)?

● E como se dá sua relação com demais pessoas da ala arco-íris?

● E como se dá sua relação com demais detentos que não fazem parte do projeto, que não estão na ala arco-íris?

● Você acredita que existam outros LGBTs que são declarados e não querem fazer parte ou não façam parte do projeto? Por quê?

● E que existam outros LGBTs não declarados na unidade? Por que você acha que não se declaram se ao fazerem poderiam participar do projeto?

● As diversas identidades que tem aqui na unidade (travestis, trans, “gays” ...) atrapalham a sua relação com eles? Você acha que a diversidade dessas identidades atrapalha as relações na ala em geral?

● Você tem família?

● Qual seu estado civil? Mantém algum relacionamento afetivo?

● Estudou até que série?

● Antes de ser preso(a) você trabalhava?

● Para você o projeto é importante, sim, não e por quê?

● Antes de ser preso(a) você fazia parte de algum movimento, ONG, grupo de direitos LGBT?

● Você acha que enquanto pessoa você melhorou em algum aspecto a partir do momento em que passou a fazer parte do projeto e foi para a ala arco-íris?

● Para você quais os pontos negativos do projeto (se acha que existe) e o que poderia ser feito para melhorar?

● Quais são suas expectativas para o futuro?

● Deixo aqui em aberto para fazer alguma consideração que queira e eu não tenha abordado.

SANT’ANNA, S.C.M. (2018).

5.3.4 Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 17 dos 20 participantes do projeto na ocasião da pesquisa; esse quantitativo de entrevistados corresponde a 85% da população LGBT das ala arco-íris. Dos 3 não entrevistados 1 não se sentiu confortável para conceder a entrevista, 1 não pode participar em virtude de seu horário de trabalho fora da unidade e o outro participante foi incluído no projeto exatamente no último dia do pesquisador em campo; em que já se havia previamente estabelecido uma confraternização com o grupo, incluindo os 3 não entrevistados que se encontravam na unidade caso quisessem e pudessem participar.

A estatística foi elaborada com o uso de regra de três simples, considerando os 17 participantes da entrevista como o todo (100%), dessa maneira o cálculo para agrupamento das respostas levou em consideração que o total de respostas em número de 17 corresponde a 100%, sendo esse quantitativo referência para o cálculo das demais porcentagens. Para a obtenção do cálculo as perguntas tiveram caráter fechado, com a possibilidade de respostas sim e não ou foram feitas de forma a permitirem agrupamentos, como tipo de crimes, etnia, orientação e tempo de prisão.

5.3.4.1 orientação sexual e identidade de gênero

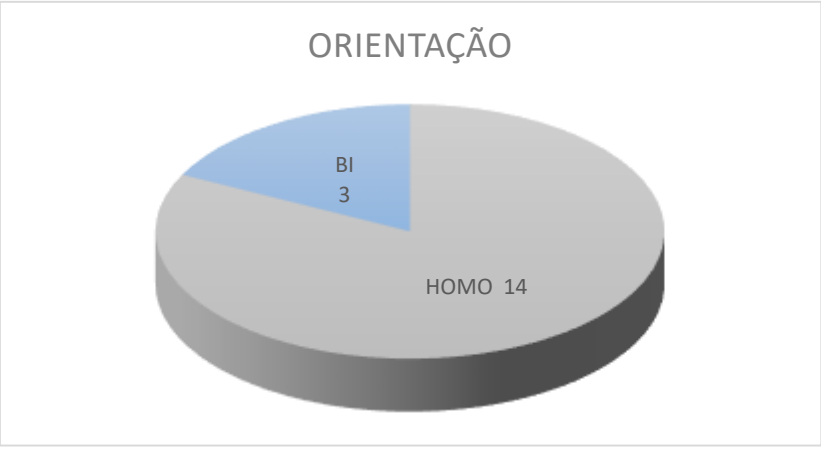

Gráfico 1: Orientação sexual dos entrevistados. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

O gráfico acima mostra que a grande maioria do grupo se declarou homossexual. No que tange à orientação sexual, uma travesti confundiu a orientação com a identidade de gênero se colocando como tal, no entanto após ser questionada se mantinha relação com homens, mulheres ou ambos e afirmar manter relação sexual com homens procuramos identificar se sentiam-se homossexual ou não. Essa percepção foi bastante importante para entendermos se a entrevistada tinha como característica a transexualidade. Embora compactuemos da premissa de que a identidade de gênero seja subjetiva e deva ser considerado primordialmente o que foi declarado na entrevista, entendemos como controverso uma pessoa se declarar transexual e ao mesmo tempo homossexual pelo fato de manter relações com alguém do mesmo sexo biológico, pois isso pressupõe que essa pessoa se percebe dentro desse mesmo sexo e não como pertencente a outro, o que descaracterizaria sua transexualidade. Percebemos existir uma linha muito tênue entre travestis e transexuais. Tal singularidade apontou para a necessidade de uma investigação mais apurada assim como maior relativização nas interpretações de dados.

Numa análise global todos (as) entrevistados (as) tenderam se posicionar de forma clara com relação à sua orientação. Dois casos de bissexuais que se declararam *bi-gays* nos chamou a atenção. Quando perguntados o porquê dessa colocação já que a posição de bissexual anularia a homossexualidade e a heterossexualidade ou contemplaria as duas, os dois disseram que eram *bi-gays* porque em suas relações homossexuais desempenhavam também o papel passivo. Essa consideração por parte dos entrevistados deixa bastante clara a associação da hierarquização do papel sexual, atribuindo ao desempenho ativo a dissociação da homossexualidade, uma vez que não é penetrado. O sentimento de ser gay ou de destacar essa orientação ainda que tenham se declarado bissexuais pelo fato de se deixarem ser penetrados dialoga com o que Foucault (1984, p. 269) define como isomorfismo entre relação sexual e relação social:

> a relação sexual sempre pensada a partir do ato modelo da penetração e de uma polaridade que opõe atividade e passividade – é percebida como do mesmo tipo que a relação entre superior e inferior, aquele que domina e aquele que é dominado, o que submete e o que é submetido, o que vence e o que é vencido. As práticas de prazer são refletidas através das mesmas categorias que o campo das rivalidades e das hierarquias sociais: analogias na estrutura agonística, nas oposições e diferenciações, nos valores atribuídos aos respectivos papéis dos parceiros. E pode-se compreender, a partir daí que há, no comportamento sexual, um papel que é intrinsicamente honroso e que é valorizado pelo direito: é o que consiste em ser ativo, em dominar, em penetrar e em exercer, assim, a sua superioridade.

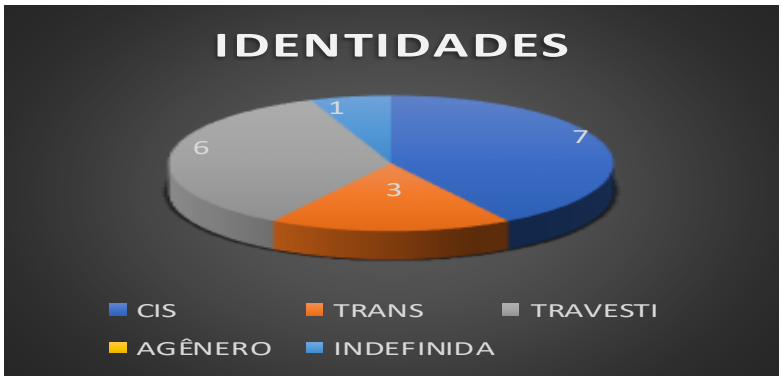

Gráfico 2: Identidade de Gênero dos entrevistados. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

A identidade de gênero constituiu um maior esforço para que obtivéssemos respostas mais objetivas. Percebendo em primeiro momento de reunião com os LGBTs a dificuldade ou o desconhecimento do que seria a identidade de gênero, foi explicado de forma mais simplista a tais atores o conceito de identidade como a percepção da pessoa com relação a si mesma no que se refere ao gênero. As respostas que envolviam as questões de gênero sempre foram confusas e necessitaram de um aporte para que fossem entendidas e respondidas de maneira que pudessem localizar a percepção das pessoas entrevistadas.

P: Como você se vê com relação a sua identidade de gênero?

E: Masculino (Ana Hickmann)

E:Me vejo como uma mulher né? Mas sou um travesti (Thays)

E: Como um homem normal (Ray)

E: Eu me vejo como eu sou (Reeducando)

E: Gay, homem, mas gay (Adonis)

E: Eu me acho um gay (Adriano)

E: Um bissexual mesmo (Yara)

E: gay (Ricardo)

E: Eu tenho meu corpo masculino, mas gosto também de ficar com outro homossexual e sentir também a atração dele (Eder)

E: Eu nem sei de gênero (André)

E: homo, homossexual (Nathalia)

Dentre as 17 pessoas entrevistadas, 11 delas relacionaram gênero ao sexo biológico ou à orientação sexual. As demais respostas estavam dentro do espectro conceitual de gênero: Travesti (Tamires), Travesti (Eduarda), Transexual (Bianca), Transexual (Rayka), Travesti (Natascha), Travesti (Keyla). É nítido que no que se refere a questão, travestis e transexuais responderam com maior clareza, dissociando suas condições de gênero das suas orientações sexuais.

Para tal abordagem utilizamos as categorias cisgênero, transgênero, travesti e agênero. Não trabalhamos, portanto com categorias mais elaboradas como *cross-dressing, ursos, leather, drag queens* dentre outras. Propomos que a identidade de gênero parta de uma análise primária, com as quais trabalhamos, para formas secundárias mais elaboradas, algumas delas descritas acima. Para justificar nossa posição cremos que possa ser feita uma comparação com as categorias de orientação sexual. Assim como todas as pessoas se encaixam em uma das categorias de orientação heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual, defendemos que também todas as identidades de gênero, sejam quais forem, encontram em sua base a identificação cisgênero, transgênero ou agênero. Entendemos as demais identidades de gênero como formas complementares a essas primárias uma vez que seja qual for o posicionamento com relação ao gênero, recairá sempre na identificação subjetiva relacionada ao seu sexo biológico ou não. Não se

trata na defesa de nos pautarmos em masculino e feminino, macho e fêmea, homem e mulher, o que seria contraditório ao nosso posicionamento ao longo desse trabalho, mas de afirmar que as construções sociais pautadas nesse binarismo e partindo desse para a construção de gênero adquirem uma importância que torna difícil sua dissolução no entendimento de sexualidade; dessa maneira, ainda que tenhamos como pauta maior flexibilidade quanto posturas heteronormativas e binárias, não podemos dissociar sujeitos LGBTs dessa construção pois as vivem em sociedade. Se uma pessoa ao nascer é classificada em um gênero masculino ou feminino e com base nessa classificação será educada por sua família e condicionada a regras sociais construídas pautadas nessa classificação, entendemos que mesmo na negação desse contexto binário e heteronormativo recorre-se a ele ainda que para seu questionamento ou negação. Dessa forma é que pensamos que ainda que se pretendendo uma ruptura com os condicionamentos sociais no que se refere à construção de papéis definidos para gênero, partimos desses no requerimento ao direito de exercer uma subjetividade ainda que se afastando desse alinhamento como forma de negação.

Nessa linha de análise vamos ao encontro da memória como um conjunto de construções sendo repassadas às gerações que se sucedem. Independente da maneira de como se construa, seja pelo registro oral ou se debruce sobre uma materialidade documental, patrimonial ou linguística, recorrem ao passado como aporte. Nessa sucessão de legado memorial, deve-se entender, todavia que, ao fazer o caminho de disseminação dos valores de determinada sociedade ou cultura, ainda que no intuito de sua negação, buscamos nesses aportes a base para suas justificativas que se oponham a tal legado. Traçando o caminho de manutenção ou ruptura estamos sempre voltados ao conjunto de construções anteriores adequando-os às transformações sociais inerentes a temporalidade vivida. Gondar (1997, p. 56) associa essa necessidade de lembrança ao pensamento platônico para quem a lembrança perpetua a memória. No entanto, a necessidade da lembrança nesse paradigma adquire sentido contrário à negação, pois “é necessário lembrar para que a forma possa se manter contra a força da matéria, para que os modelos possam

persistir contra as forças das cópias que os degradam, para que a imutabilidade possa se perpetuar contra a força do devir".

A perspectiva da significação do respeito à subjetividade de gênero associa a discussão a essa subjetividade tendo como base as características biológicas marcadas pela classificação binária do masculino e feminino. Assim, acreditamos que as identificações de gênero as quais chamamos de primária (cisgênero, transgênero, agênero) relacionam-se diretamente com as classificações biológicas as quais esses atores estiveram submetidos anteriormente e que fazem num momento posterior requererem o direito se afastarem ou de se perceberem nelas. O movimento de associação a um determinado gênero às vivências sociais dos quadros performativos inerentes a esse para posterior questionamento tanto do que é o gênero em si e suas respectivas representações, como observadas na teoria *queer*, são quadros inter-relacionados na construção de memória pautadas em legados de sociedades que nos antecederam transformados ou ressignificados para a contemporaneidade. Essa associação do estudo de gênero ao de memória demonstra que ambos devem ser percebidos como categorias fluídas pois "a história de um sujeito, individual ou coletivo, será a história dos diferentes sentidos que emergem numa relação onde o presente reescreve o passado, impulsionado por um futuro aberto" (GONDAR,1997, p. 61-62).

Nas entrevistas pudemos aferir que todos os posicionamentos de gênero, mesmo que confusos para a população LGBT entrevistada, também estavam pautados primeiramente na conformidade ou desconformidade com relação aos papéis destinados aos seus sexos biológicos. O contato com as referências bibliográficas e corpo teórico que adotamos nos permitiu a reflexão acerca da possibilidade da divisão de identidade de gênero em categorias primárias e secundárias, ainda que tais referências não façam essa divisão. Ambas estariam em conformidade ou não com o sexo biológico, cabendo ainda identificações e não identificações parciais com relação aos papéis sociais destinados a esse. As identidades colocadas como secundárias não devem ser percebidas como periféricas. Elas representariam os desdobramentos da

inadequação de conceitos rígidos estabelecidos no binarismo masculino e feminino estendendo-se a partir de um centro representado pelas categorias de gênero por nós entendidas como primárias para órbitas performativas relacionadas diretamente com esses questionamentos. Podemos assim pensar num movimento orbital em que as diversas percepções de gênero giram num eixo central primário e, em radiações que se fundem num espectro que envolve tanto esse eixo central como entre si mesmas, possibilitando uma constante movimentação e fluidez perceptiva, levando consequentemente a reinvenção, ressignificação e ao surgimento de novas categorias. Esse movimento leva à interpretação de que o gênero é algo instável, baseado na linguagem performativa em que signos adquirem novos significados. Tal característica vai de encontro ao que temos proposto como memória ao longo do trabalho, haja vista termos defendido a memória como algo em transformação; no entanto, deve-se atentar para o fato que ainda que estejamos trabalhando com categorias variantes (prisão, memória, identidade e gênero), as referência sobre as quais nos debruçamos admitem um caráter genealógico de seu estudo. Essa genealogia nos serve de ponto de partida para o entendimento de construções, imbricadas em suas próprias releituras, modificações e pretensões futuras. Assim, as proposições de uma genealogia não podem ser entendidas como verdades ou erros em absoluto, o que de certa forma, daria uma característica fixa à memória. A escolha de categorizar os gêneros partiu do pressuposto que ao fixar bases primárias de gênero (cisgêneros, agêneros, travestis, transexuais) facilita o entendimento desses, abrindo espaço para novas identificações ainda que essas partam da negação.

A hipótese da pouca clareza com relação às questões de sexualidade, gênero e orientação sexual pode ser associada ao discurso com objetivo de difundir e incutir papéis definidos a cada sexo biológico, refletindo relações de poder e construções heteronormativas. Como dito anteriormente, Foucault (1999, p. 44) defende que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Mais adiante o autor questiona:

> O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

A educação tem uma correlação direta na disseminação de fixação de papéis e comportamentos. O Projeto de Lei nº 7180, de 2014, do ex-deputado Erivelton Santana, que pretende alterar o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa (BRASIL, 2014 c) traz à tona o enfrentamento de camadas conservadoras e progressistas. Nesse embate, a escola que vem por anos disseminando conceitos fortemente associados à moralidade e religiosidade, descaracterizando a premissa de que pelo menos enquanto pública deveria manter a laicidade, tem representado um palco de interesse de disputas ideológicas que se contrapõem. Hartweg (2014, p.29) afirma que “muitas escolas utilizam a fé e uma religião específica para domesticar as crianças, controlando a disciplina e trazendo “paz e silêncio” para as escolas”. Essa doutrinação envolve o conceito binário homem e mulher, seus respectivos papéis socias e sexuais (baseados no conceito biológico de reprodução), indo de encontro ao requerimento da discussão de identidade de gênero, evocando discussões que acusam tal corrente de pregarem e incentivarem a homossexualidade nas escolas.

Em campo constatamos que o grau de escolaridade da população pesquisada está acima da observada no contexto geral da população carcerária no Brasil, que segundo DEPEN (2017,p.33) é de: acima do superior completo 0%, superior completo 0%, superior incompleto 1%,médio completo 9%, médio incompleto 15%, fundamental completo 14%, fundamental

incompleto 51%, alfabetizado 6% e analfabetos 4% [16]. No gráfico nº 3 podemos fazer a comparação entre a estatística apresentada pelo DEPEN (2017) e a constatada em campo. Embora seja nítido o maior índice de escolarização formal dos entrevistados em campo, não observamos que essa tenha contribuído efetivamente com o entendimento de questões relacionadas ao gênero e sexualidade.

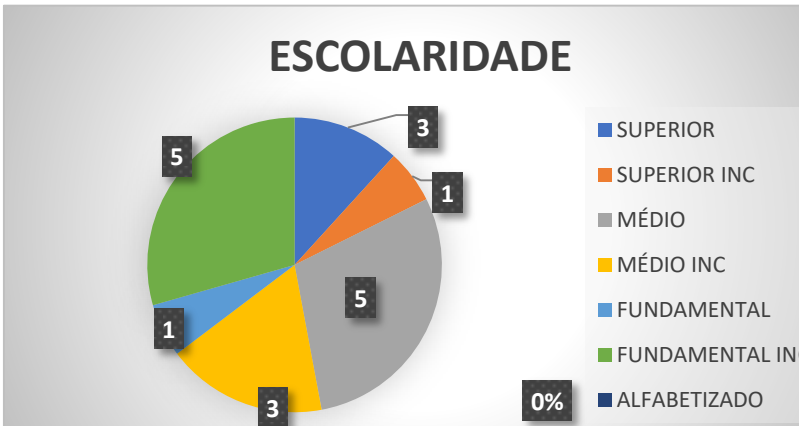

Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

5.3.4.2 Sobre a vulnerabilidade

Nas entrevistas tanto com a direção quanto com integrantes da ala LGBT, houve sempre a sinalização da importância do projeto no sentido de proteção à vulnerabilidade dessa população como também na possibilidade de livre expressão de gênero, envolvendo aspectos que refletem suas respectivas subjetividades como indumentária, corte de cabelo, maquiagem e nome social.

P: Para você esse projeto é importante, sim, não e por quê?

E: Sim, o projeto é importante sim por causa que muitas pessoas vêm ficam na ala evangélica onde que a gente somos oprimidos, cortam cabelo, fazem muito mal pra gente e ainda abusam da gente sexualmente. (Natacha)

[16] - Para esse levantamento o DEPEN utilizou informações obtidas de cerca de 70% da população carcerária no Brasil.

E: Sim, eu considero porque a gente tem a integridade física da gente, a gente pode expor o que a gente é, entendeu?

(Thays)

E: É muito importante porque pelo fato de ser gay, pra enfrentar uma condena num presídio dentro da ala evangélica é muito complicado e, principalmente na área de convívio, aí eles não aceitam muito, muito criticado, muito humilhado.

(Ray)

E: Com certeza porque todas as crasses sociais no mundo existe algum grupo defendendo elas, certo? E esse nosso grupo é um grupo fraco, ele necessita dum... requer uma atenção, porque se a gente for analisar por ano, no mundo são mais de 30 mil mortes de homossexuais no mundo gay. Então graças a LGBT no Brasil e no mundo, a gente temos um grupo que pode lutar pela gente, pela nossa dignidade e pelos nossos direitos.

(Reeducando)

E: Sim porque nós, querendo ou não, a gente é discriminada lá fora. Dentro da cadeia, com esse projeto, a gente fica mais liberal.

(Tamires)

E: Muito importante sim, principalmente por conta da segurança física e psicológica de cada um de nós

(Ricardo)

E: É importante porque eu já sofri demais no interior, vim passando em 4 cadeias aí tocando bosta na gente tudinho. Se nós tá nos irmãos, os irmãos mostra o pênis pra gente, começa um trem ali, eles batem na gente, então aqui tem seu espaço. Aqui eles tratam a gente super bem. Pode usar...quem quiser usar maquiagem, usa maquiagem, sua roupa adequada

(Eder)

E: Sim, pra poder, como eu posso dizer? Pra trazer como segurança uma estabilidade pras pessoas né? Que são homossexuais porque chegam em outros sistemas, outros lugares, muitas vezes passam por humilhação, né, só passam agressões, violência né? Então aqui é um lugar que não vai ter isso, não vai ter discriminação, então até a própria segurança de cada um

(André)

E: Ui! Muito importante! Por causa que antigamente a gente sofria abuso nas alas, entendeu? A gente era obrigada a fazer coisas pros boys, a gente era obrigada a cortar cabelo, orar, andar igual homem. Até Jesus voltar, a gente tinha que orar. E a gente era muitas coisas separada, antigamente muitas coisas separada. Meu prato era meu prato, meu copo era meu copo, minha

colher era minha colher. E depois que saiu a ala arco-íris as coisas mudou. Eu acho que a ala é pra mim, que eu posso me vestir do jeito que eu sou

(Eduarda)

No que se refere à vulnerabilidade pensamos que o estudo de trajetórias dessas pessoas deva ter relativo destaque; assim, pensar em questões como suas classes sociais, etnias, se tem ou não família como também se já sofreram abusos ou não é significativamente importante para a elaboração de políticas públicas para essa população.

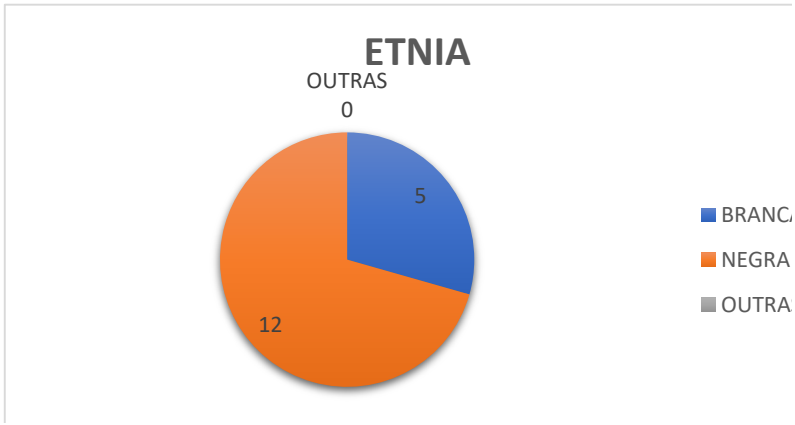

Gráfico 4: Etnia dos entrevistados. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018. Para contabilização de negros foi utilizado mesmo critério que o IBGE, somando-se negros e mestiços ou pardos.

A importância da análise da etnia no que diz respeito às populações privadas de liberdade aponta para a desigualdade histórica existente entre negros e mestiços e população branca. Isso de reflete na grande diferença entre tais etnias nas unidades prisionais; segundo o DEPEN (2017, p.32) 64% da população carcerária no Brasil é negra[17]. Considerando ainda que o departamento informa que 53% da população acima de 18 anos era negra no ano de 2015, há uma "sobre-representação desse grupo populacional no sistema prisional". A confluência na análise de vulnerabilidade dessa

[17] - Tal estatística foi feita a partir do levantamento de 72% da população carcerária total, sendo a categoria negra o somatório de negros e pardos, critério também adotado em campo. E, ambos os casos essas variáveis são cadastradas pelos gestores responsáveis pelo preenchimento do formulário de coleta do Infopen e do campo, não havendo controle sobre a auto declaração das características.

população se dá nas suas características étnicas e de orientação sexual e identitária, dessa forma, entendemos que pessoas LGBT estão em situação de maior vulnerabilidade num espectro mais amplo, que além de se instituir sobre sua condição LGBT tem relação direta com sua etnia. Dados coletados pelo Grupo Gay da Bahia sobre homossexuais e transgêneros assassinados no Brasil no ano de 2016 a 2017 (SOUTO, 2018) registrou um aumento de 30%. Segundo o levantamento, brancos são as maiores vítimas (66%), seguidos de negros e pardos (34%). Porém, analisada a categoria sexológica e racial, os dados apontam que as maiores vítimas são as travestis e transexuais negras (38%), seguidas por negros gays (31%) e negras lésbicas (21%). Esse quadro corrobora a maior vulnerabilidade de transexuais e travestis apontada pelo psicólogo Mauro Falca, responsável pelo Projeto Dignidade no CRC. O posicionamento do psicólogo nos leva à interpretação que tal vulnerabilidade também se apresenta em condição de privação de liberdade, coadunando com as narrativas das entrevistadas e entrevistados, que afirmam que a condição de um homossexual cisgênero representa menor risco de sofrerem abusos em ambiente carcerário.

Quando perguntados se já sofreram abusos, quase 60% dos entrevistados responderam que sim; no entanto, as respostas focaram na questão do abuso relacionado à orientação sexual ou de identidade de gênero. Observamos que muitos dos entrevistados entenderam abuso como abuso sexual, inviabilizando as considerações do que seja abuso coercitivo, psicológico ou étnico-racial.

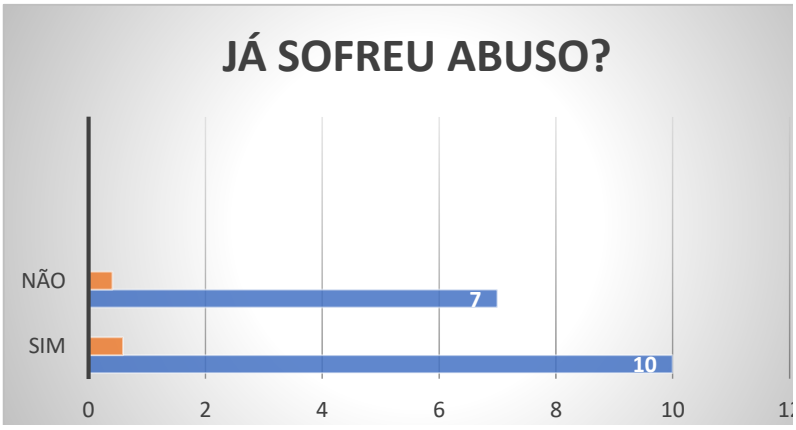

Gráfico 5: Porcentagem de entrevistados que afirmaram ter sofrido abusos ou não na unidade prisional. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

A referência ao quadro familiar apontou para aproximadamente 88% dos entrevistados (15 pessoas) afirmarem ter família enquanto 2 pessoas terem dito não (aproximadamente 12%).

Gráfico 6: Porcentagem de entrevistados que afirmaram ter família ou não. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

As narrativas familiares foram marcadas majoritariamente por histórias de certo distanciamento das relações ou pelo convívio em ambientes cujo posicionamentos tradicionais levavam as pessoas a mascararem sua homossexualidade sua expressão de identidades. O quadro de entrevistas apontou apenas para uma entrevistada como tendo um relacionamento familiar com aceitação da sua sexualidade, sem que houvesse conflito imediato ou cobranças. Nas demais entrevistas as narrativas foram no sentido de que os homossexuais cisgeneros na sua maioria escamoteavam suas respectivas orientações sexuais; já no caso das entrevistas com travestis e transexuais, as narrativas indicam para histórias de saída de casa cedo e de pouco contato familiar. Essa característica foi marcante quando perguntamos aos entrevistados se eles conheciam LGBTs na unidade prisional que não queriam fazer parte do projeto, embora no espaço da ala arco-íris gozassem de melhores condições.

P: Você conhece pessoas que mesmo sendo LGBT não quis fazer parte do projeto? Por que você acredita que não quiseram fazer parte?

E: Assim, bom nós conversamos ela disse que era por causa da mãe que pedia né? Pra não vim e tal. Que preferia lá mesmo, junto com os irmão. Para ela... a família dela também eu acho que é evangélica né? Aí preferia ficar lá e ela puxou a cadeia dela tudo lá (referindo-se à ala evangélica) . (Thays)

E: Bem se procurar tem muitos, porque na verdade muitos não assumem com medo da prisão ou de família, de outros detentos, porque sempre tem aquele preconceituoso, principalmente na ala evangélica (Ray)

E: Pode ser vergonha ou pode ser uma coisa assim também né; que não se identifica com nós, que já se acostumou ficar daquele jeito, a coragem de ser assim o que é né? (Rayka)

E: Conheço, tenho 3 amigos que tão lá embaixo, são gays eles, mas não teve a capacidade assim. Não teve assim, como posso falar? A atitude de se manifestar no escondidinho, a fazer coisas só no escondidinho (Keyla)

E: Não sei, fica meio em cima do muro, meio com vergonha da família, dos amigos né. Aí fica sofrendo (Adriano)

E: Ele é homossexual, veio pra cá junto comigo, o nosso coordenador Mauro, que é quem coordena o projeto subiu ele pra cá junto comigo; por uma questão afetiva ele se sentiu com medo de receber os pais dele numa ala gay onde tem travesti. (Ricardo)

E: Eles têm vergonha da família deles, da mãe, dos pais, eles quer ficar escondidos (Eder)

E: Tem vergonha. Eles têm vergonha de si próprios. Eles não assumem o que são... as pessoas não sabem, mas todo mundo sabe que ele gosta da fruta (Eduarda)

E: Não sei. Por medo, por preconceito, sei lá. Teve um caso de uma bi... de uma homossexual subir pra cá e pedir pra descer de volta. Hoje tá na igreja (Nathalia)

Observa-se que 8 das 17 entrevistas relacionam o fato de outros LGBTs não reivindicarem seus direitos, adequando-se a alas evangélicas ou do convívio, a questões de vergonha e preconceito, sobretudo da família.

A falta de identificação de LGBTs com o grupo parece refletir um posicionamento de preconceito desses LGBTs com os demais. Tendo que se declarar LGBT para participarem parte do projeto, muitas vezes preferem escamotear suas sexualidades vivendo-as sigilosamente, ou, não desejando se incluir no grupo por não compactuar das regras estabelecidas para a ala arco-íris.

As declarações nas entrevistas mostraram que algumas pessoas não quererem fazer parte de uma ala com travestis e transexuais. Essa discussão remonta à assimilação e aceitação de comportamentos tidos como ideal e do caráter marginal que posturas transgressoras assumem. Não obstante, foram citadas como possibilidade do não entrosamento de outros LGBTs com o projeto o fato de a ala ser um espaço de muito conflito, geralmente envolvendo questões afetivas das travestis e seus companheiros.

Os participantes do projeto, no entanto, apesar de manifestarem ter uma boa auto aceitação enquanto LGBTs e de suas respectivas sexualidades não indicaram uma preocupação com participação em grupo de direitos homossexuais ou de militância na busca de garantia por seus direitos. Enquanto grupo que compunha o projeto, afirmaram não haver conflito entre identidades de gêneros diferentes, embora tenha ficado nítida a maior preocupação com travestis e transexuais por parte da coordenação assim como o posicionamento de liderança das travestis comparado com os cisgêneros. Essa peculiaridade nos fez concluir que a situação de privação de liberdade em que se encontravam contribuiu para um sentimento de maior unidade, mas que em situação extra muro o sentimento de grupo era mais disperso, principalmente entre os cisgêneros. Esses, de acordo com sua adequação às normas sociais construídas no que se refere ao papel que cabe a cada gênero, entendiam que podiam conviver mais harmonicamente no contexto social. As travestis e transexuais tendo maior dificuldade de adequação ao que é esperado no sentido comportamental para os gêneros masculinos (originalmente de seu nascimento) tiveram narrativas que demonstravam maior proximidade com grupos de outras travestis; esses laços tendiam ser mais fortes quando envolviam posicionamentos profissionais (ganhando maior destaque a prostituição).

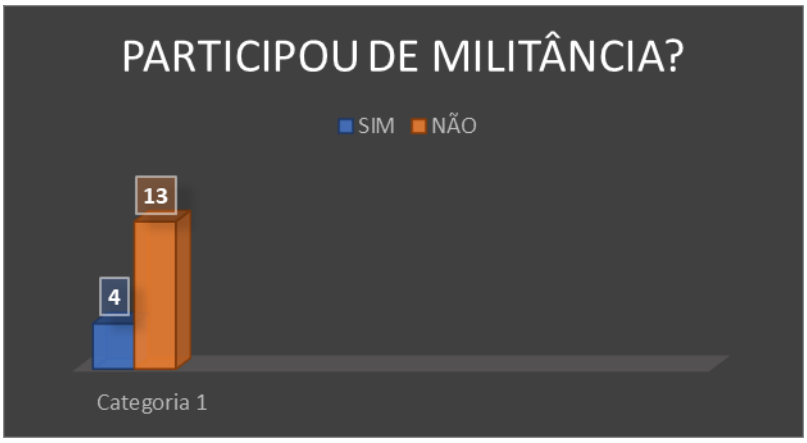

Gráfico 7: Número de entrevistados que afirmaram terem participados de movimentos ou grupos de direitos homossexuais ou não. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

O grupo de travestis relatou se conhecerem mais e terem maior contato com outras travestis na sociedade extramuros.

Se por um lado a preocupação de cisgêneros que se pautava na sua adequação às normas sociais, tendo como objetivo maior sua aceitação enquanto "normal" levou a um distanciamento de grupos homossexuais, por outro, travestis tendo um olhar mais incisivo quanto ao preconceito por parte da sociedade, também não relataram participação em grupos de lutas por direitos.

A não participação da população LGBT entrevistada em grupos que buscam direitos homossexuais e LGBT que lutam por desenvolvimento de políticas pública para essa população pode representar um sentimento de não pertencimento aos mesmos. A discussão acerca das políticas públicas e o posicionamento desses atores militantes e representantes LGBTs de maneira geral não arregimentou um número significativo de entrevistados enquanto pessoas que gozavam de liberdade. Não cremos, no entanto que tal fato ocorra pela falta de percepção da importância desses movimentos para LGBTs; as narrativas e formas de expressão dos entrevistados nos levam a crer que as pautas dos grupos de movimentos sejam afastadas da realidade intelectual dos atores do campo. Como discutido anteriormente, a escolaridade ou grau de instrução da população LGBT do Centro de Ressocialização de Cuiabá está acima da média observada em âmbito nacional, levando em consideração as

estatísticas do DEPEN (2017). No entanto, a escolaridade informada não contribui com efeito na capacidade de entendimento e expressão das perguntas das entrevistas. Isto posto, a investigação em campo nos leva a crer que uma possível intelectualização nos movimentos pode incorrer no afastamento de pessoas LGBTs pertencentes a uma camada social mais simples e com menor escolaridade formal, ou ainda escolaridade mais precária. A postura dos entrevistados nos remeteu à primeira onda do movimento, estudada no capítulo 3 desse trabalho (FACCHINI,2002).

Quando perguntados se fizeram parte de movimentos de lutas homossexuais ou grupos voltados para esse fim, alguns responderam que participavam das paradas gays ou atos públicos de natureza semelhante. A relação entre tais atos e maior participação da população LGBT nos fez nos refletir se tal participação não se dê em maior número em função da característica mais popular dessas manifestações. O sentimento de festa, de liberdade de expressão, de união entre diversos grupos de segmentação LGBT em um mesmo espaço denotam que a popularização da linguagem mais formal e de discursos com embasamento mais acadêmico adquirem maior apelo popular, arregimentando maior número de participantes. Tal peculiaridade se manifestou durante o campo nas observações participantes e entrevistas realizadas tanto com os componentes da ala arco-íris como com a equipe de profissionais; sendo assim, foi preciso que mantivéssemos uma postura mais próxima e popularizássemos nossas perguntas com a intencionalidade de maior aproximação e desenvolvimento do sentimento de pertencimento da pesquisa, uma vez que representam o nosso objeto.

5.3.4.3 Da percepção do que é crime e o sobre o sentimento de ser criminoso

Quando abordamos o tema crime tentamos ser o mais cauteloso possível. Adotar uma abordagem muito direta com uma população detenta, com a maioria já julgada e cumprindo pena, poderia ocasionar medo, desconfiança ou desconforto. Dessa forma, procuramos uma conversa mais fluida com os entrevistados, incentivando as narrativas de vida e rotina dentro da unidade

prisional, objetivando alcançar um sentimento de maior confiança e certa descontração.

O grupo é composto em sua maioria de pessoas jovens, cerca de metade delas com menos de 30 anos e a outra metade composta de pessoas com até 45 anos.

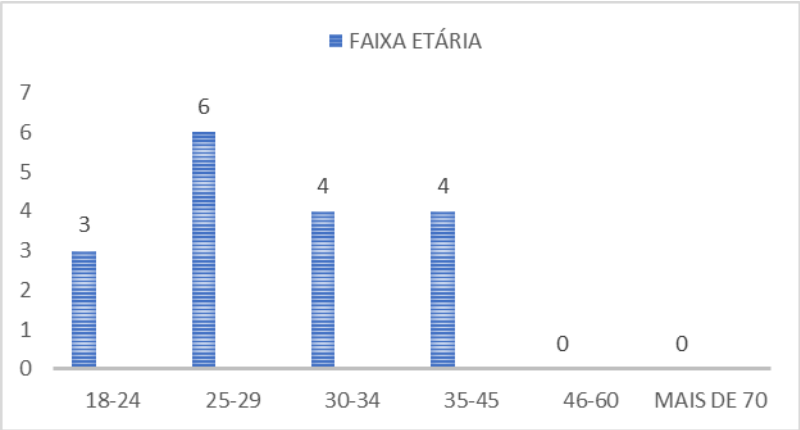

Gráfico 8: Faixa-etária da população LGBT participante do projeto. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Somam quase metade das condenações penas que variam entre 4 e 20 anos; 5 pessoas já passaram pelo sistema prisional e possuem outras condenações, 4 estão em prisão preventiva e 8 estão no sistema prisional pela primeira vez.

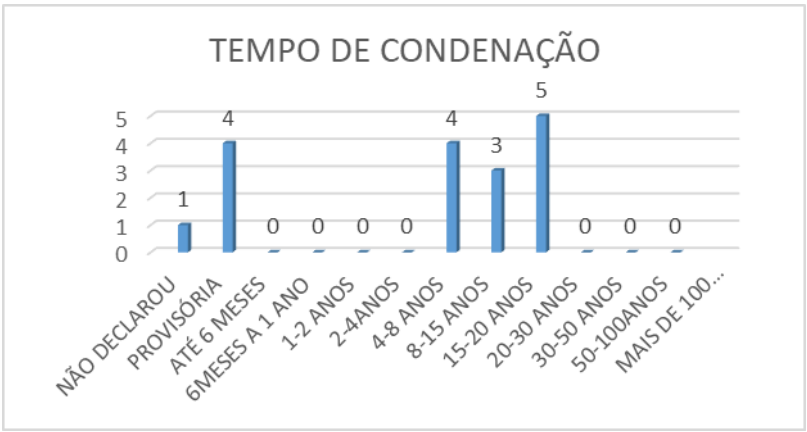

Gráfico 9: Tempo de condenação da população LGBT participante do projeto. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Dentre a tipologia de crime cometido os assaltos (6), furtos (2), roubo (5), estiveram associados ao tráfico, segundo as narrativas, além das próprias condenações por tráfico (2) e tráfico, furto e mão armada (1). Quando os entrevistados declararam que haviam sido condenados por homicídio (4) ou tentativa de (1), não nos aprofundamos nos detalhes do crime por entender que tal postura poderia fragilizar nosso contato, sendo inclusive verbalizado por um entrevistado que não gostaria de falar a respeito por se sentir mal ao rememorar o crime cometido.

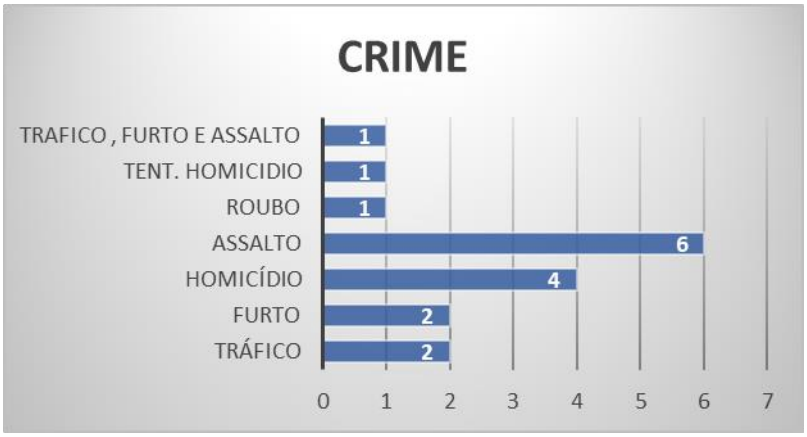

Gráfico 10: Tipos de crimes cometido pela população LGBT participante do projeto. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Os dados apontam para o fato de termos uma população condenada ou em restrição preventiva de liberdade jovem e, os condenados com penas que variam majoritariamente de média a longa. A fala das pessoas (exceto as que envolvia homicídio), associaram seus crimes às drogas. Os entrevistados atribuem seus atos infracionais ao uso ou necessidade de uso dessas, e nos casos de tráfico, a sua comercialização. A droga assim, assume ponto nevrálgico nas análises. Em consonância com as estatísticas do DEPEN (2017, p.43) assumem a principal causa de encarceramento no Brasil, alcançando entre homens o índice de 26% dos casos, igualando-se quantitativamente aos roubos e 62% entre as mulheres.

A droga em seu consumo, distribuição e como porta de entrada para outros delitos abre um debate sobre a percepção das pessoas privadas de liberdade

quanto suas responsabilizações acerca de seus crimes. A ideia é de que esses cometidos dos pelo envolvimento com as drogas. Perguntados a respeito de seus crimes e se consideravam-se criminosos ouvimos:

E: Você se vê como criminoso(a)?

P: Eu não me vejo até porque, assim, eu nunca vendi droga, nunca tive participação alguma com isso; infelizmente era envolvido com um ex companheiro que tinha... que era, tava traficando e fui acabar ajudando ele e nessa fui preso (Ana Hickmann)

E: Não me vejo como uma criminosa porque tenho minha formalidade, tenho minha profissão, sou operador de máquina, tenho meu curso, meu diproma de agrônomo (Keyla)

E: Não consigo me enxergar como uma criminosa, até porque esses atos de furto que foi ocorrido aí eu fiz na necessidade de usar droga né? Então foi essa necessidade mesmo né? Não que eu me considero uma criminosa, daí apenas o furto de droga (Bianca)

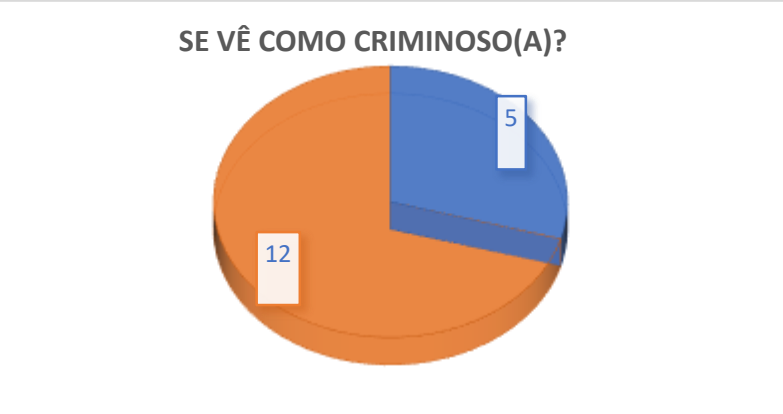

Gráfico 11: Percepção de criminalidade da população LGBT participante do projeto. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Gênero e criminalidade, duas categorias centrais nesse trabalho foram determinantes no entendimento do posicionamento dos entrevistados LGBTs. A noção que que não são criminosos em sua maioria como também a falta de entendimento quanto ao gênero possui noções distintas, se pensarmos que a categorização de gênero pode estar atrelada a dificuldade de categorização desenvolvida por estudos na área. Quando pensamos na categoria crime o não entendimento ou percepção de si mesmo como criminoso nos leva a crer que seus posicionamentos se confundem com a gravidade que o crime representa.

Os crimes que incidem numa menor gravidade ou periculosidade levam não só os participantes da ala arco-íris não se perceberem criminosos, como a própria administração da instituição ter um olhar mais condescendente para essas pessoas. Em termos sociais, tal característica pode ter um correspondente análogo em gênero quando notamos que sujeitos LGBTs que tendem ter um comportamento que se aproxima mais do tido como “normal”, ou que não trazem traços de correspondência transgressoras às suas condutas de gênero. A visão de criminalidade e de posicionamento de gênero encontram uma hierarquização associada à sua relação com o campo social, seja na periculosidade que um ato criminoso possa representar, seja no quanto se afastam do regime binário, com as construções de papéis e comportamentos definidos para o masculino e feminino. Como ambas as categorias são construções sociais, crime e gênero adquirem concepções diferentes em sociedades específicas como também dentro de um quadro temporal específico.

Homossexualidade, identidades de gênero distanciadas do binarismo não constituem crime em nossa sociedade contemporânea, mas sofrem marginalização à medida que se afastam da hetronormatividade. Esse escalonamento de comportamento e posicionamento é construído com base no quanto contestam as construções instituídas para comportamentos masculinos e femininos. O híbrido torna-se mais estranho porque foge ao entendimento de conceitos bem definidos para essas categorias. Entender o *cross dressing é* mais difícil porque envolve o desprendimento da determinação de vestuário masculino e feminino sem que a utilização cruzada desses represente assumir homossexualidade, por exemplo. A evolução sócio-temporal e a emergência de grupos que reivindicam para si liberdade de posicionamento e expressão e até mesmo de não posicionamento quanto ao gênero trouxeram à tona uma grande diversidade que não comporta mais o velho paradigma homem, macho, mulher, fêmea, gay, efeminado e passivo e “*giletes*” ou bissexuais. O efeito dessa emersão no que se refere ao entendimento de posicionamento de gênero é o não entendimento dessa categoria tanto para as pessoas heterossexuais como para os próprios LGBTs em sua grande maioria.

As transformações sociais incidem também em revisões jurídicos legislativas, modificando-as de forma a se adaptarem a um outro contexto, assim como na percepção dos atores sociais quanto a esse. Nesse sentido o uso de drogas, largamente consumida na sociedade e em alguns casos até o tráfico (como em uma das entrevistas) ou pequenos furtos que não tem relação direta com violência física não despertam nos infratores entrevistados o sentimento de criminalidade.

A falta de noção ou o não entendimento de criminalidade e de identidade de gênero detectado nas pesquisas em campo nos levou a interpretação que tais realidades, encontram embasamento mais nas vivencias sociais adquiridas que nas suas respectivas formações intelectuais. Se a dificuldade de posicionamento de gênero pode ter como causa a falta de espaço de discussão da temática no âmbito social, a criminalidade passa a ser medida pelo dano que pode causar ao outro. Tendo em vista a diminuição ou eliminação dessa última, o CRC adota um modelo de ressocialização, em que pretende que educação, religião e trabalho assumam o papel de redentora do sujeito, fazendo com que seja capaz de internalizar as regras que infringiu e não as repita.

Entendemos que o que a instituição entende como ressocialização, pautada no tripé educação, trabalho e religião, deveria incluir de forma mais efetiva as discussões a respeito de gênero e criminalidade, ao menos para participantes do Projeto Dignidade, haja vista serem tópicos que se relacionam diretamente com a realidade dessas pessoas. Estender o que se entende como ressocialização para o exercício de cidadania em direitos e deveres de maneira mais ampla requer que haja entendimento de ambos. Constatamos que os participantes do Projeto Dignidade em sua maioria têm religião (82,4%), 35% trabalhavam antes da detenção, e enquanto detentos apenas, 5% não trabalham nem estudam.

Gráfico 12: Quantitativo de participantes do projeto que trabalhavam antes da detenção. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Alinhando os dados da escolaridade dos participantes do projeto com o gráfico acima, observamos que 65% chegaram ao ensino médio e 47% o completou, ou seja, o nível de escolaridade se levado em consideração uma população privada de liberdade nos parece razoavelmente satisfatória, ainda mais se percebido que em nível fundamental completo essa porcentagem sobe para o índice de 69%.

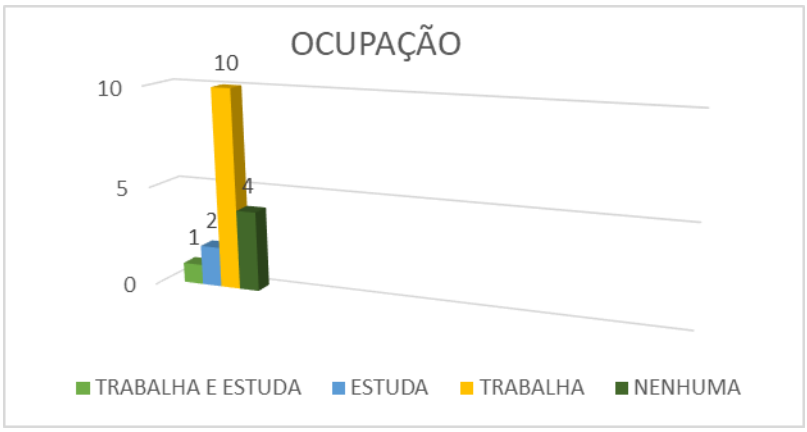

Gráfico 13: Ocupação das pessoas LGBT participantes do Projeto Dignidade. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Os dados mostram ainda que apenas 4 pessoas das 17 entrevistadas não exercem nenhuma atividade e, podemos estender essa estatística aos 18 participantes, haja vista 1 deles não poder participar da pesquisa justamente por trabalhar extramuro e o horário impedi-lo.

Outro pilar da ressocialização citado e considerado por Winkler Freitas, diretor da CRC é a religião.

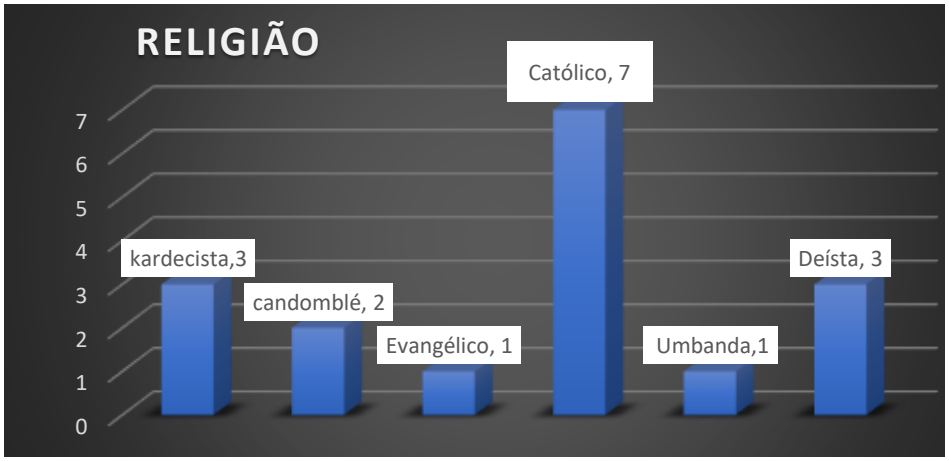

Gráfico 14: Religião das pessoas LGBT participantes do Projeto Dignidade. SANT'ANNA, S.C.M. arquivo pessoal do autor, 2018.

Considerando o tripé educação, religião e trabalho, citado pelo diretor da instituição penal como condição indispensável para a ressocialização do privado de liberdade, nos questionamos o quanto esse modelo funciona e o quão é importante cada um desses elementos. Se a premissa que o tripé é a base para o que a direção do CRC chama de ressocialização, nos questionamos por que tais pessoas embora tenham um índice razoável de escolarização, e a maioria tenham religião, havendo apenas 4 pessoas que não exerçam nenhuma atividade, ainda não sejam considerados "ressocializados". O entendimento da ressocialização já discutida na Introdução desse trabalho nos direciona ao papel destinado ao privado de liberdade.

Educação, religião e trabalho combinados em uma instituição penal possibilita o total aproveitamento do tempo. Foucault (1997) afirma que as instituições penais têm um caráter mais normativo e disciplinar que punitivo, dessa forma, é necessário extrair dos sujeitos o máximo que seus corpos permitam. Essa normatização pretende reaver um estado pré-transgressor, em que o detento obedecendo a normas institucionais retome um comportamento que remeta a um ponto em que ainda não tivesse transgredido normas socias e jurídicas (SANT'ANNA, 2014). Nesse sentido, entender o contexto de

ressocialização requer considerar que se pretende por meio dessa normatizar o sujeito de maneira que o faça retomar um ponto de não transgressão, direcionando esforços para sua melhor formação intelectual e proporcionando emprego. Essas duas fontes por si só já seriam responsáveis pela ocupação do tempo e por adequá-lo a normas vigentes tanto no âmbito escolar, como no âmbito laboral somando-se às regras da instituição. Não obstante, para que se firme de maneira mais efetiva valores ligados à moral e à ética, a combinação de religião representa uma ferramenta importante pois essas tendem reafirmar e repetir regras determinadas, incutindo valores morais e éticos.

Concordamos ser de grande valia o aumento de escolaridade, o que além de permitir o crescimento de capital cultural, é instrumento imprescindível a quem pretende uma melhor inserção no mercado de trabalho; causa primeira de pretensão extramuros de todas as pessoas entrevistadas. O trabalho, possui maior importância para os detentos no mundo intramuro, havendo uma prospecção para as pretensões de retomada de vida após o cumprimento da pena. O trabalho em primeiro plano e o estudo em segundo são os principais meios que a população investigada enxerga como ferramentas para mudança de vida. Agrega-se a importância desses como ocupação a possibilidade de remição da pena.

Quando pensamos em religião, apesar das entrevistas determinarem que o grupo em quase 80% possui alguma e os demais acreditem em Deus, a percepção que possuem de não criminosos nos leva a crer que não necessariamente tenha havido uma introspecção dos valores religiosos. O sentido de colocar a religião como componente no tripé de ressocialização nos parece ser o de buscar na mesma disseminar a introjeção de valores morais e éticos, contribuindo assim para a normatização.

Sant’ Anna (2014) ao analisar a ressocialização pelo viés educacional afirma que:

> Partimos do pressuposto que o encarcerado já é um sujeito socializado, tanto num sentido pretérito ao seu encarceramento, quanto durante o mesmo. Tanto fora das prisões quanto dentro delas, existe um complexo mecanismo de socialização, no qual regras são construídas pelos atores que fazem parte de um determinado grupo ao segmento social; assim, as normas são extremamente subjetivas, sendo equilibradas pelo mecanismo legal. Quando pensamos na reintegração do detento na sociedade, o que queremos, na verdade, é fazer com que esse seja capaz de enquadrar-se num espectro comportamental que não tange só a sua não reincidência criminal, mas que seja capaz de internalizar, assim como obedecer às regras estipuladas pela sociedade em que vive. Encontramos assim, a similaridade entre reintegração social e ressocialização, pois o que entendemos é que o poder público espera que a educação cumpra o papel não apenas de ajudar na reintegração do detento na sociedade, mas que também seja capaz de incutir valores estabelecidos, normatizando esses sujeitos que, em virtude de um delito, são vistos não só pela lei, mas também pela sociedade como indivíduos transgressores. (SANT' ANNA, 2014, p. 57-58)

Fazendo uma analogia dessa reflexão para a religião percebemos o mesmo sentido. Em todas as religiões declaradas pelas pessoas entrevistadas, os gêneros são classificados como masculino e feminino. Esse binarismo é bem demarcado no conceito religioso, sobretudo nas religiões de base cristã, que adicionam a esse um valor biológico reprodutivo, em que homem e mulheres são estimulados a associarem seus sexos à procriação e constituição familiar.

A inclusão da religião como parte integrante do tripé que mantém a pretensa ressocialização aos detentos do CRC reflete um paradoxo, se considerarmos que as pessoas que fazem parte do projeto Dignidade, ala arco-íris em sua grande maioria são travestis e transexuais, portanto, representantes do gênero que foge ao sistema binário homem, mulher, macho e fêmea. Não diferentemente, mesmo as pessoas que podemos classificar como cisgêneros possuem orientações sexuais que se afastam do papel procriador tão difundido nas religiões. Focar na religião representa que mesmo que haja um projeto que pretende o respeito à subjetividade e diferença das pessoas que deles participam, há ainda um resquício de memória de que a incorporação de valores religiosos pode tornar a pessoa melhor. Assim, a religião representa o elemento com a possibilidade de exercer controle sobre as pessoas,

determinando o pecado disseminado, o sentimento de culpa, importantes aliados ao processo de normatização.

5.3.4.4 Diagnóstico do campo

Mesmo sendo notada a superlotação na unidade, todo quadro de funcionários que, exceto o número de defensores públicos, terapeuta ocupacional e estagiários de direito e psicologia, contempla a Resolução nº 9 de 13/11/2009 da CNPCP, se levado em consideração o número da capacidade total de reclusos; no entanto, com a superlotação, alguns desses profissionais tornam-se deficitários, ainda assim, o número de pedagogos, psicólogos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, médicos e assistentes sociais atendem à Resolução mesmo com o número excedente de reclusos.

Barreto (2016) relata em seu trabalho de pesquisa não haver facção criminosa na unidade, fato que na ocasião da nossa pesquisa comprovamos o contrário; integrantes da facção criminosa comando vermelho ocupavam alas da unidade I, juntamente com reclusos evangélicos, devidamente separados por ala dentro dessa mesma unidade. O que notamos, no entanto, é que esses reclusos são minoria se comparados aos evangélicos, o que segundo o chefe de segurança da unidade daria uma certa estabilidade à mesma, uma vez que sendo os participantes da facção menor em quantitativo, não possuem força para comandar a prisão, o que fica a cargo dos evangélicos. Esse quadro incide num problema recorrente nas entrevistas, que são “castigos”. Em situações em que o integrante LGBT da ala arco-íris comete alguma infração referente às normas institucionais é retirado da ala como forma de coerção, sendo posteriormente retornado à ala. Nesse ínterim a direção afirma não poder alocar essas pessoas nas alas do convívio (Comando Vermelho) alegando preocupação com sua integridade física, haja vista tais reclusos não aceitarem homossexuais no seu meio. Cabe ainda ressaltar que aos olhos dos integrantes do convívio todos aqueles que não se desempenham os papéis destinados ao masculino e feminino, fugindo à lógica binarista de gênero são considerados homossexuais.

A narrativa das pessoas da ala arco-íris atestou nossa hipótese de um espaço pensado para LGBTs em virtude da violência sofrido por essas e sua vulnerabilidade no sistema. As respostas mais afirmativas no sentido de ser suscetível a atos de violência em níveis psicológico, sexual e físico foram majoritariamente percebidas em transexuais e travestis, tendendo a diminuir quando a entrevista era feita com homossexuais cisgêneros. Todos os gêneros ressaltaram a importância do espaço e respeito ao projeto, embora tenham havido algumas divergências quanto algumas regras a serem cumpridas e questionamentos quanto ao perfil adequado para participar do mesmo.

O paradoxo no posicionamento da direção quanto à coerção com integrantes do Projeto Dignidade se dá no seu posicionamento. Ao afirmar que zelam pela integridade dessas pessoas, as alocam nas alas evangélicas como mecanismo coercitivo, contrariando o art. 9º da instrução normativa 001/2017/GAB-SJUDH do estado do Mato Grosso (2017) . Entretanto os relatos nas entrevistas foram quase unânimes em afirmarem a rejeição dos integrantes das alas que, principalmente por razões religiosas condenam as práticas da população LGBT, seja em suas orientações sexuais, seja em sua maior liberdade de expressão de gênero. Os relatos das entrevistas declaram haver abusos psicológicos, físicos e sexuais. Questionados a respeito de tais situações, a direção diz entender que tais questões precisam ser resolvidas, argumentando que com a superlotação da unidade e indisponibilidade de espaço mais adequado, as alas evangélicas representam o que podem oferecer de melhor no sentido de zelo pela integridade física da população LGBT, mas não se posicionando quanto as transferências ferirem a legislação estadual para esse grupo quando privados de liberdade.

O problema de espaço infere em outro problema detectado, que é a indisponibilidade de alocar na ala arco-íris todos aqueles que se declaram homossexuais. Mauro Falca, psicólogo coordenador do projeto ressalta que gostaria de receber todos aqueles que por razão de orientação sexual, ou de identidade de gênero buscam participação no projeto e consequente alocação na ala, mas que é necessário traçar e estudar um perfil dos pretendentes. A

prioridade é dada a travestis e transexuais, seguida de gays cisgêneros. Nessa condição alguns companheiros de travestis não são autorizados a morar nas alas. Essa situação, segundo Mauro se dá pela necessidade da manutenção de vaga ociosa com vistas a possível chegada de algum travesti ou transexual na unidade. Também afirma que alguns homens buscam relações afetivas com pessoas participantes do projeto, visando a sua transferência para a arco-íris, rompendo o relacionamento após conseguirem a transferência. Essa situação causa um problema maior à direção, uma vez que tendo assumido um relacionamento homoerótico são impedidos de voltarem às celas do convívio e também não são bem recebidos nas alas evangélicas.

Os agentes penitenciários, em sua maioria também não recebe bem o projeto ou demonstra empatia com as pessoas LGBT. Em entrevista o chefe de segurança e dos agentes verbalizou que mais da metade desses servidores não veem o projeto com bons olhos, não se identificam com os reclusos e, em alguns casos solicitam não prestarem serviço na ala. Nas funções que envolvem o quadro administrativo e acompanhamento médico, psicológico, jurídico e educacional a observação é de que aceitação se dá de maneira mais abrangente, sendo percebida como respeitosa na observação direta de campo.

As identidades de gênero reconhecidas em campo : cisgêneros, transexuais e travestis em primeiro momento representam uma amostragem pobre, se levado em consideração diversos gêneros reconhecidos no âmbito do de seu estudo; no entanto, a relativização de que muitos desses gêneros são abordados apenas em grupos específicos, assim como no meio acadêmico e/ou científico, afastando-se de camadas populares, nos leva a crer que a não percepção do entrevistado ou da entrevistada em determinado gênero possa se dar por desconhecimento desse. Outra hipótese seria a de que toda a variedade de gênero estaria associada a gêneros primários; dessa forma, crossdressings, drag queens, drag kings, ursos, entre outras seriam estariam englobados nas categorias de cis, trans ou travestis.

Concordamos com Barreto (2016) com relação à unidade apresentar

“uma nova experiência na prática de um encarceramento “modelo” de instituição prisional”. Afirmamos isso não só pelas condições diferenciadas no sentido de apresentarem um olhar a respeito do detento que visa sua inclusão na sociedade extramuro, como também no tratamento de respeito com os mesmos; não obstante, se a unidade tivesse sua lotação normal, todos os reclusos teriam frentes de trabalho e estudo à sua disposição. Nesse sentido, a administração mesmo lidando com uma superpopulação, em alguns quadros ainda consegue se manter dentro do tido como ideal na relação profissional/ recluso na Resolução nº 9, de 13 de novembro de 2009 do CNPCP (BRASIL, 2009). Acreditamos que os problemas detectados se dão em decorrência majoritariamente da falta de espaço e da superlotação. Isso incide, como vimos, em práticas que podem ser entendidas como desrespeitosas, como a impossibilidade de casais formados na unidade prisional serem impedidos de habitarem a mesma ala. O maior dos problemas reflete-se na alocação das pessoas LGBT nas alas evangélicas (castigos).

A falta de oportunidade de trabalho para todos os reclusos também se manifesta em problemática mais abrangente.

A instrução normativa do estado do Mato Grosso datada de 2017 e apresentada ao longo do trabalho, ao determinar a descentralização da população LGBT no Centro de Ressocialização de Cuiabá, com a implantação de alas específicas para essa população em mais três unidades, em municípios específicos do estado: Água Boa, Sinop e Rondonópolis, pode minimizar os problemas observados; ao pulverizar a concentração de LGBTs no CRC. Atualmente referência tratamentos a reclusos de tal grupo, o estado pretende desafogar o Centro de Ressocialização, propiciando maior possibilidade de desenvolvimento do projeto nas unidades, cumprindo também a determinação que quando julgados devam cumprir suas penas preferencialmente próximas às suas famílias.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso trabalho movidos pela alarmante situação das unidades prisionais no país. Dados do DEPEN dos anos de 2014 e 2017 demonstram as inúmeras dificuldades encontradas no sistema, refletindo-se muitas vezes no descumprimento da Lei de Execução Penal (BRASIL,1984) no que se refere ao direito dos privados de liberdade. A falta de oferta de educação, saúde, condições de higiene, casos de violência e contágio de doenças, representam alguns dos problemas enfrentados; esses, por sua vez, ocorrem majoritariamente em decorrência da superpopulação prisional.

O caso de superpopulação é tão alarmante que a Corte Interamericana de Direitos Humanos recomendou em dezembro de 2018 que o Instituto Plácido Sá de Carvalho, complexo de Gericinó em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, deixasse de receber novos presos. Tal decisão pode ser estendida a outros presídios no território nacional (HAIDAR, 2018). A realidade brasileira no que se refere à capacidade de detentos e números desses numa instituição prisional representa um grande desafio a ser cumprido, pois, é com base nessas que são justificadas pelas instituições o descumprimento dos demais direitos, como os supracitados.

Não diferentemente, observamos que a superpopulação representa um gravíssimo problema em nosso campo de pesquisa, o CRC. A falta de vagas nos cubículos foi verbalizada tanto pelo agente de segurança, diretor e psicólogo da unidade como pelos detentos entrevistados.

Voltando aos dados do DEPEN (2014, 2017), observamos que não existe menção à população LGBT, havendo apenas a classificação de gêneros em masculino e feminino. Esse fato causa certa estranheza, uma vez que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), reconhecido pelo próprio DEPEN como órgão que deve ser preconizado em território nacional, e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT) já haviam estabelecido em abril de 2014 os parâmetros de acolhimento aos membros da comunidade LGBT em privação de liberdade.

Ainda que os parâmetros tenham sido estabelecidos no ano de 2014, portanto inviabilizando dados a respeito dessa população pelo DEPEN nesse ano, era de se esperar que essas informações aparecessem nos dados de 2017. A incongruência existente entre o reconhecimento de uma determinada população e de informações que se referem a ela, especificamente pessoas LGBT, implica na necessidade de investigação da realidade dessas pessoas em âmbito prisional.

As referências consultadas apontam para a construção de leis que se não criminalizavam diretamente as orientações sexuais, posteriormente posicionamentos identitários que não estivessem dentro das expectativas heteronormativas ou do papel a ser desempenhado pelo masculino e feminino, fomentavam possibilidades de criminalização e práticas discriminatórias.

A construção de leis com essas características, por sua vez, pode ser tida como um dos mecanismos que serviram para o fortalecimento do julgamento social pejorativo a respeito desse grupo. Quando pensado nesse posicionamento social preconceituoso, se coaduna a visão negativa com respeito a pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, pessoas LGBT privadas de liberdade sofrem duplamente o preconceito, o de serem pessoas que cometeram algum tipo de crime passível de sua detenção e o de sua condição de orientação sexual ou identitária. Essa dupla penalização social abre espaço para a discussão das categorias de prisão e gênero. Não obstante, o levantamento de informações que contribuam com a discussão de tais categorias, nos levou a uma terceira, que é a memória.

Os principais questionamentos que envolvem as três categorias estudadas imbricam-se em um ponto nevrálgico de discussão que vem a ser a investigação de se, e como a memória social pode produzir um legado que contribua para os posicionamentos discriminatórios para com o objeto estudado em um quadro contemporâneo. A busca dessa análise, propicia uma outra discussão, já na categoria de memória, se essa deve ser vista prioritariamente como social ou individual. Se considerarmos a memória como prioritariamente social podemos incorrer no erro de menosprezar subjetividades, no sentido

contrário, ao priorizarmos a memória como individual, a possibilidade se volta para a diminuição de valor da esfera social como fator contribuinte para a construção de identidades. Forma-se assim uma equação binária que, analogamente à discussão de gênero, assim como da responsabilização do sujeito por um crime sem a devida relativização do mesmo, podem levar à uma generalização. A dicotomia entre memória social e individual, masculino e feminino, heteronormatividade e pluralidade, delinquente e idôneo requer um aprofundamento que possibilite o estudo que transcenda a tal binarismo, abrindo possibilidades à hibridez característica de processos culturais, sociais e subjetivos.

A possibilidade de diversas interpretações a respeito das categorias analisadas nos levou ao estudo das mesmas a partir de autores que trazem contribuições de maneiras diversas, por vezes contraditórias, o que poderia em um primeiro momento ser visto como um problema de cunho epistemológico. No entanto preconizamos um caráter híbrido de apreciação, abrindo caminho para um maior alcance reflexivo, ainda que na busca por contribuições diversas tenhamos tentado alinhar os autores estudados. Esse posicionamento teve como objetivo extrair dos conceitos a possibilidade de diálogo entre eles, na tentativa de que em meio a pensamentos diversos possa haver um cerne que sustente as interpretações de dados adquiridos em campo. Dessa forma, nossas perspectivas teóricas estão embasadas de maneira que notamos o desenvolvimento de pensamentos a partir de autores prioritários em nosso trabalho: Foucault, no que se refere à gênero, Wacquant, no que se refere à prisão e Halbwachs e Gabriel de Tarde no que se refere à memória, ao mesmo tempo buscando em referências paralelas autores que dialoguem com esses.

Ao traçar uma genealogia da sexualidade, Foucault (1984, 2014,2017) permite que façamos um estudo dessa categoria de maneira a entender seus meandros sociais. Partindo de sociedades clássicas como Grécia e Roma antiga, analisa os papéis desempenhados por homens e mulheres e relações que os envolvem, como também a relação entre homens. O amor entre homens tido como ideal perde paulatinamente essa característica, sendo

criminalizado em sociedades posteriores, principalmente na Idade Média. Nesse período o entendimento do estudo da sexualidade poderia ser de caráter repressivo, no entanto o autor afirma a reverberação do assunto a partir do século XIX, falando-se cada vez mais de sexualidades, sobretudo no âmbito da medicina. Assim, o sodomita até então vira uma categoria classificada por adjetivos diversos. A ideia é a de que o sujeito reincidente em suas práticas passa a ser considerado vítima de seus desejos latentes. A sexualidade passa a ser categorizada; o homossexual vira objeto de inúmeros estudos, sempre apontando para uma inadequação, em princípio biológica, refletindo-se na social.

A medicina nesse entendimento é responsável por consolidar a imagem de pederastas, uranistas, homossexuais e demais termos referentes a homens que mantenham sentimentos e relações sexuais com outros, como criminosos ou doentes. A discussão nesse período era gerada entre a condenação ou tratamento psiquiátrico desses sujeitos. Observamos que sequer era discutida a homossexualidade feminina, o que reforça a falta de visibilidade da mulher como pessoa sexual.

O advento de movimentos feministas, de contracultura, queers, efetivamente mudam o cenário de sexualidade no contexto contemporâneo. É nesse espaço temporal que observamos não só mudanças mais significativas, como também a afirmação de movimentos nas lutas feministas e homossexuais, expandindo-se para a população LGBT como um todo, envolvendo várias identidades de gênero. A partir de então, teremos autores que discutirão sexualidade e gêneros sob perspectivas diversas, entre elas a intensificação da discussão de gêneros sob a perspectiva identitária, médica, biológica e psicológica (STOLLER, 1982), linguística (BUTLER, 2016), mercadológica (HARDT e NEGRI,2006), como também a desconstrução do papel identitário e de gênero (BAUDRILLARD, 1990, 1996).

A genealogia de Foucault tornou-se um ponto inicial de discussões posteriores. Essas, por sua vez, em nosso trabalho estiveram atreladas à discussão de como tais visões relacionam-se com a memória. Nesse sentido,

traçamos nos capítulos iniciais de nosso estudo um levantamento histórico de como a homossexualidade era vista em sociedades diversas, ao longo dos séculos, até que chegamos, na contemporaneidade, momento em que é possível estender a discussão para questões mais complexas como identidade de gênero, dissociando a necessariedade de orientação sexual e gênero.

A historicidade tanto da sexualidade quanto da categoria prisão, envolvendo sujeitos privados de liberdade indica a possibilidade de tentativa de entendimento de como as pessoas que não se adequam às expectativas de orientação sexual (baseada na reprodução biológica), às de gêneros (papéis construídos para masculino e feminino), assim como aquelas que infringem leis são discriminadas, tendo como contribuição o legado histórico. Esse ponto gera a discussão entre história e memória em que a primeira é entendida de forma mais fechada e pontual, enquanto a segunda é entendida como uma construção a partir de relações socias, não implicando em verdades ou certezas do que se é ou do que se passou (GONDAR, 2005).

Buscamos ter a história como aliada ao entendimento de devir que pressupõe a construção da memória, até pelo caráter transdisciplinar que ela implica. Nessa perspectiva os movimentos por direitos homossexuais devem estar assentados no desdobramento de anos de lutas, que representam o próprio devir. As construções que surgem sobretudo a partir do final da década de 1960 não podem nem devem ser entendidas como um rompante de sujeitos insatisfeitos em dado momento, antes precisam ser analisadas como uma arquitetura estruturada em tempos pretéritos, ainda que de maneira incipiente, por atores que ousaram transgredir valores morais e éticos consolidados. Assim a história contribui para o entendimento do desenvolvimento dos quadros sociais e políticos e respectivas análises relacionadas ao julgamento de pessoas que não se enquadram nessas perspectivas morais e éticas em determinado espaço temporal. Entretanto, ao pensarmos que ainda nessa temporalidade desenvolve-se movimentos de resistência e memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), a linearidade deixa de ser um aspecto principal, não podendo ser confundida como um caminho pelo qual chegaremos a um

ponto em que transformações virão à tona apenas como resultado de um trabalho de etapas evolutivas. A memória requer que entendamos movimentos internos nessa pretensa linearidade, irrompendo em situações representativas para a continuidade. Pensando nessa não linearidade, buscamos mostrar na historicidade de sexualidades e do desdobramento de leis e aparatos jurídicos, avanços e arrefecimentos no qual a cronologia e desenvolvimento científico não podem ser considerados como fatores únicos para a evolução na consolidação de direitos. Muito embora, ao desenvolver-se, a ciência e tecnologia propiciem elementos constitutivos de novas análises e discussões, muitas vezes, como mostrado ao longo do trabalho, esse adiantamento reforça velhas considerações, pautadas em nossa pesquisa no julgamento acerca das pessoas LGBT e de infratores da lei.

Foucault (1999) supõe que em toda sociedade o discurso controla, seleciona, organiza e redistribui procedimentos, cujo funções conclamam poderes e perigos. Ainda que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Essa premissa dialoga com Buttler (2016 a, p. 235) ao afirmar que questão de gênero possui um núcleo interno ilusório “ com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora”.

Ao longo da história discursos são construídos de maneira a fortalecerem um modelo ideal, que exclui os sujeitos que não estão alinhados ao mesmo. Essa construção, porém, não impede que resistências ocorram, e, mesmo que haja um maior desenvolvimento de um discurso que prima por normas instituídas socialmente, a história nos mostra que um contradiscurso se faz presente como forma de resistência, extravasando em memórias orais e documentadas. Essa memória em devir pode ser entendida como responsável para que em dado momento as transformações ocorram como resultado de um fluxo que avança e retrocede, mas que não deixa de existir.

Ao analisarmos a questão do gênero ao longo do trabalho, temos a certeza de que o embate de discursos se deu e se dá desigualmente. Pessoas inicialmente marcadas por seu posicionamento de orientação sexual resistiram, tendo muitas vezes marcas em seus próprios corpos e pagando com sua vida. Essa resistência mais do que determinar uma história que serve de testemunha que nem todos os grupos são capturados pela apropriação social do discurso, aponta para o que Foucault (1999) nos mostra, a saber: que os discursos sofrem processos de rarefação, reagrupamentos e unificação. Talvez os interstícios desse processo representem os espaços nos quais se afirmam novas direções de resistência. Ou seja, se o discurso muda, é necessário que se mude formas de enfrentamento, ou que elas sejam ressignificadas. Dessa maneira, os interstícios, analogamente à memória podem ser entendidos como campos em que se manifestam o devir, mediando novos significados. Na análise da categoria gêneros, entendemos que essa grande ressignificação se dá na transição do julgamento do indivíduo prioritariamente por sua orientação sexual, estendendo-se para subjetividades que requer uma análise mais pormenorizada de posicionamentos identitários.

Essa transição se apropriou também do deslocamento do discurso, primeiramente pautado em sua grande maioria por tratados religiosos, para posteriormente ter embasamento em descobertas científicas e tecnológicas. O exercício da mudança de posicionamento de grupos de resistência se faz mister para que não fiquem presos a historicidades como propulsora de requerimentos de diretos, incorrendo na possibilidade de se perderem na busca de retratação, sem que haja especificamente o olhar para o que se quer no futuro. A necessidade de certo esquecimento em nome de novas perspectivas é bem exemplificada em Nietzsche (2003, p.15) ao afirmar que homens históricos “só olham para trás a fim de, em meio à consideração do processo até aqui, compreender o presente e aprender a desejar o futuro impetuosamente”. Ou seja, embora a história seja imprescindível no entendimento de construção do presente, assim como no auxílio do entendimento de memória, seus legados e movimentos de transformação, é

preciso pautar o que se quer extrair. Deve-se atentar para o que é de fato significante quando pensado em perspectivas futuras mais efetivas.

O capítulo 3 desse trabalho traz em seu desenvolvimento a historicidade das lutas femininas, homossexuais e queers. Percebemos que todas elas possuem como ponto de partida um passado remoto ou não em que sujeitos pertencentes a esses grupos se debruçam para alçarem suas estratégias de reconhecimento e políticas que abarquem seus direitos enquanto cidadãos. Ao traçar a cronologia histórica das ações das associações estudadas, percebe-se que a organização e evolução das mesmas crescem na proporção em que se afastam do posicionamento de requererem reparação em nome de prejuízos sofridos ao longo do processo temporal. Ao posicionarem-se de forma que tais reparações estejam agregadas a ações de união dentro dos grupos e de grupos diversos da população LGBT, ganham maior notoriedade. O engajamento em torno de uma causa comum, representado majoritariamente na luta contra a AIDS, é entendido como o grande divisor de águas na história dos movimentos LGBT.

As mudanças de estratégias, ainda que recorram a narrativas de trajetórias individuais, levantamento de discriminações e preconceitos, ao estenderem seu foco para questões mais representativas enquanto grupo se fortalecem na emergência de suas necessidades. Assim, ao apontarem a vulnerabilidade LGBT mediante práticas de violência, a ausência de travestis e transexuais no mercado formal de trabalho, a exposição dessas de maneira pejorativa e a tentativa de interferência em seus corpos de maneira alheia às suas vontades, a estereotipização de homossexuais efeminados, o não reconhecimento de uniões entre sujeitos do mesmo sexo, dentre outros problemas enfrentados, recorrem à história, ao mesmo tempo em que fortalecem um caráter negativo no processo de desenvolvimento da mesma, mostrando que a desigualdade observada em termo de gênero possui base no seu processo de desenvolvimento.

No entanto, analogamente a essa postura, há a necessidade de algum grau esquecimento e se faz mister atentar para as formas de negação. Ao requerer

a transcendência do binarismo masculino e feminino e dos papéis sociais atribuídos a eles, desenvolvidos ao longo do tempo por um prisma heteronormativo, corre-se o risco de não atentarmos para a realidade de que, ainda dentro de sua negação, vivemos todos dentro desse paradigma. Assim, colocar-se extremamente a esse modelo é ilusório. A negação à forma de que tal realidade é conduzida deve partir da vivência nesse contexto, projetando ações questionadoras, mas entendendo que resistir pressupõe reinventar de maneira a não se cair na armadilha de reprodução remodelada de padrões.

Nesse ponto é de grande importância que ao se requerer direitos que esses se deem pela diferença e não pela equalização. Embora os movimentos LGBT já tenham esse posicionamento, pensamos ser pertinente voltar a esse assunto, haja vista termos notado em campo as analogias feitas entre os entrevistados e a esfera de pessoas heterossexuais. Em alguns casos era explícita a explanação de LGBTs que moldavam suas perspectivas pela heteronormatividade, requerendo a assimilação de suas uniões à uniões heterossexuais, definido papéis desempenhados por homens e mulheres, posicionando-se na formação de famílias como as tradicionais, buscando a partir de aceitação trilhar caminhos traçados por um grupo que contraditoriamente representavam à primeira vista um ponto de negação.

A dicotomia expressada nessas narrativas preocupa justamente por representarem a possibilidade da perpetuação da memória sem que haja necessariamente sua reinvenção. O movimento de devir estaria relacionado à mudança de um quadro heteronormativo e binário, porém, o alicerce dessas transformações permaneceria inalterado na sua forma, uma vez que a nova modelagem de relações não romperia nem ressignificaria conceitos ascendentes, apenas lhe dariam uma nova roupagem.

Esse rompimento requer a consciência da vivência em um modelo estabelecido, sua negação com vistas à sua ressignificação, o que por sua vez implica abraçar novas identidades. A provocação da emergência de novas identidades e expressões subjetivas, todavia deve ultrapassar a afirmação de

sua existência por si só e debruçar-se no seu elã buscando formas de sua sobrevivência em um modelo construído fora da assimilação que o precede.

Como defendido até aqui, a constituição de novas identidades pela mera negação nos parece um movimento frágil, pois a tentativa de se afastar de determinado paradigma pode incidir na sua repetição numa nova modelagem ao invés de sua ressignificação. Mas, mediante a tantas formas de expressão subjetivas e identitárias no cenário contemporâneo, cabe a investigação da representatividade dessas identidades em cenário social. Hall (2014, p.11-12) entende a identidade no cenário pós-moderno como "celebração móvel, transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". Essa perspectiva traduz a identidade como uma introjeção mutável em que as percepções individuais são constantemente afetadas em função das transformações sociais. A interpretação é que o subjetivo é moldado pelo social. Entretanto, em um mundo cada vez mais individualizado em que as relações interpessoais sofrem cada vez mais a interferência dos aparatos tecnológicos, parece haver uma necessidade constante de se reconhecer em algum grupo. Para Maffesoli (2006, p.153) "a pós-modernidade tende a favorecer, nas megalópoles contemporâneas, ao mesmo tempo o recolhimento no próprio grupo e um aprofundamento das relações no interior desses grupos". O entendimento de Mafessoli relaciona-se com Hall (2014) no sentido de que sujeitos socias possuem a necessidade de reconhecimento de grupo, e tal necessidade pode levar à manifestação de diversas formas identitárias, mudando não apenas de acordo com as mudanças sociais, mas pela necessidade do próprio reconhecimento de si dentro de um determinado grupo e desse para consigo. Posto isso, Maffesoli (2006) e Hall (2014) dialogam quanto ao caráter interino de identificações. Para o primeiro,

> a pessoa (*persona*) representa *papéis*, tanto na sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos que participa. Mudando seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas

> diversas peças do *thetrum muni*. (MAFFESOLI, 2006, p. 133. grifos do autor).

Hall (2014, p. 12) se posiciona afirmando que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificados ao redor de um “eu” coerente”.

As identidades adquirem nessas interpretações não um julgamento de falácia, mas a noção de que não são fixas. O entendimento de identidades como algo móvel e fluido abre espaço para a discussão de que ainda que de maneira primaz se constitua a partir do aparato social, são sempre remodeladas e pensadas num contexto subjetivo. Ou seja, as identidades podem ser entendidas como interpretações do social e da necessidade abrangente de pertencimento e reconhecimento de um determinado grupo. Talvez por isso quando demarcada na questão de gêneros seja tão comum a negação ao contexto que antecede à pluralidade. Ao mesmo tempo, como afirma-se ainda um grande resquício de modelos conservadores, por vezes é percebido o hibridismo de posicionamentos de determinados LGBTs na manutenção comparativa a esses, requerendo ao mesmo tempo o respeito às diferenças e individualidades.

Esse paradoxo pode encontrar seu cerne em legados de memória que tenderam afirmar modelos e expectativas de gênero, tendo no discurso e na disseminação institucional e posteriormente midiática desses o meio principal de sua articulação. A pós-modernidade, em princípio, poderia representar um contexto temporal em que tal assimilação de expectativas difundidas por meio de construção de normas sociais se anularia. Todavia, cabe analisar as razões reais pelas quais tendemos para maior aceitação de diferenças. Devemos investigar se essa se dá em virtude dos avanços sociais, tecnológicos e científicos pelos quais estamos passando ou se representariam uma nova reorganização de mercado, de maneira que a anuência às diferenças propiciaria a manutenção da lógica mercadológica.

Quanto a isso, Hardt e Negri (2006, p. 170) acreditam que estamos cada vez mais transcendendo normas tradicionais e tal aparto se reflete nos próprios corpos. Essa característica, por sua vez, produz populações cada vez mais híbridas e diferenciadas, com capacidade prolífica de atender a novos mercados. “o marketing pós-moderno reconhece a diferença de cada mercadoria e de cada segmento da população, elaborando suas estratégias apropriadamente. Toda diferença é uma oportunidade”. Visto por esse ângulo, a mobilidade identitária pode ser levada ao erro de interpretação de que caminhamos para o englobamento de diferenças são resultados de lutas por processos mais democráticos, quando na verdade, seria um rearranjo mercadológico, classificado pelos autores como Império, no intuito da manutenção da lógica global pós-moderna.

Baudrillard (1996, p. 36) acusa que somos reféns de nossas identidades. Para o autor, somos exigidos a assumi-la, nos posicionarmos, falarmos cada vez mais de nós mesmos, “a nos revelar como tal somos”. Ainda que “a hipervisibilidade das coisas é também a iminência de seu fim, o sinal do apocalipse” (BAUDRILLARD, 1996, p. 49). O autor avança ao afirmar que “o mito da libertação sexual permanece vivo sob várias formas na realidade, mas no imaginário é o mito transexual que predomina” (BAUDRILLARD, 1990, p. 29). Categorizando esse regime como “regime travesti”, Baudrillard (1990, p.30) defende que:

> já não temos tempo de buscar uma identidade nos arquivos, na memória, nem num projeto futuro. Precisamos de uma memória instantânea, de ligação imediata, espécie de identidade publicitária que possa acontecer no mesmo instante.

Ao denunciar tal fato, Baudrillard faz uma referência nostálgica da memória enquanto sua representatividade, alicerçamento e produtora de ressignificações. Analogamente ataca o imediatismo de interpretações e crescimento desgovernado de classificações identitárias, o que levaria a um

grau tão grande de especificidades, que por sua vez nos colocaria em um hibridismo em que tudo se anularia. Não haveria, em sua análise mais a possibilidade do discurso identitário, uma vez que tudo é englobado, tudo é representado de maneira tão intensa que gera a representação de um nada. Não haveria mais espaço para as diferenças uma vez que tudo se apresenta igual.

A mudança bastante repentina do ponto-de-vista histórico dessas últimas cinco décadas parece ser responsável por essa busca em torno do que somos ou daquilo que nos representa mais efetivamente. O grande avanço nas configurações sociais, tecnológicas e científicas parecem ter engendrado um campo em que não temos mais tempo para a análise e busca de memórias. Tudo é digerido com muita rapidez. A necessidade de nos posicionarmos com relação as mudanças cada vez mais constante que surgem, por um lado dificulta o requerimento de memórias, enquanto por outro atrela grupos ao seu resgate. Nesse cenário, cada vez menos temos percebido flexibilizações, antes posturas ativas em resgates baseados em tempos, comportamentos e narrativas pretéritas, enquanto por outro lado, a negação e busca de distanciamento do processo ocorrido até então. Em meio a esse turbilhão, aquilo que é posto e o que se pretende romper parece, ao menos na questão identitária promover certa confusão em que determinados atores situam-se no meio dessa questão, sendo levados ora para a intimidação de se posicionarem em um tipo específico de identidade, ora para a tentativa desse posicionamento na forma de negação a outros. O próprio discurso que acusa o binarismo pressupõe que haja o pluralismo, mas se remete à diferenciação geralmente de maneira muito polarizada. Assim, constrói-se cada vez mais categorias identitárias porque há um requerimento constante de classificações em que eu enquanto sujeito possa me enquadrar. O homossexual é levado a posicionar-se como ativo, passivo, versátil, másculo, efeminado; a lésbica como feminina, feminista, caminhoneira, masculinizada, butch, femme, bissexuais a terem inserção maior em um grupo, na perspectiva que essa bissexualidade seja passageira. Esses requerimentos deslocam a orientação para uma categorização de gênero, e de maneira análoga as identidades de gêneros são

requisitadas ao posicionamento de orientação sexual; assim, a drag é investigada em sua orientação, devendo apontar sua condição, o (a) *crossdressing* que se coloca como heterossexual sofre a investigação dessa heterossexualidade e, não raro é acusado(a) de querer manter as normas sociais conservadoras. A percepção de que existem tantas identidades quanto sujeitos é substituída pela necessidade de classificações em que esse possa se enquadrar.

Tendo como objetivo principal o estudo de impactação da presença de espaços destinados à população LGBT em meio prisional, especificamente no CRC, passamos à análise de outra categoria que engloba a pesquisa, a prisão, para posteriormente retornarmos à de gênero, associando as considerações efetuadas à interpretação de dados em campo.

6.1 – Prisão

Ao iniciarmos nossas considerações a respeito da categoria prisão, pensamos ser necessário sinalizarmos para uma importante característica que envolve o assunto. A prisão deve ser entendida como o espaço destinado ao encarceramento de pessoas à espera de seu julgamento ou condenadas no cumprimento de sua sentença. Dessa forma, o nosso trabalho não considerou outras possibilidades de prisão determinadas em lei, como prisão domiciliar ou em regime aberto. A grande maioria das pessoas entrevistadas cumpriam suas penas em regime fechado, havendo duas pessoas que saiam da prisão para trabalho externo, retornando ao final do dia.

Outro importante ponto a ser esclarecido, embora pareça óbvio, é que devemos fazer uma separação entre esses espaços prisionais e as leis referentes ao Código Penal, Códigos Criminais, Lei de Execução Penal, Instruções Normativas, Decretos e demais formas jurídicas destinadas a sujeitos que transgridem as leis, suas penas e regimentos institucionais.

Ao fazermos tal separação, podemos constatar que, por um lado percebemos avanços no que se refere aos direitos instituídos em lei para

aqueles que aguardam ou cumprem penas, seja em instituição prisional, seja fora delas. Por outro, a condição de quem tem necessariamente que aguardar pelo julgamento ou, uma vez condenados precisem encarar o regime fechado, nos parece ter evoluído muito pouco, se não retrocedido no que se refere ao respeito às mesmas leis.

Dessa forma, a evolução de leis que nos rege pode ser percebida com a substituição das ordenações Afonsinas (até 1512) e de D. Manoel (até 1569), substituídas pelo Código de D. Sebastião (até 1603), quando entraram em vigor as ordenações Filipinas, efetivamente a partir de 1603. Nessa primeira fase de transições não notamos grande diferença entre tais ordenações. Todas eram marcadas pelas punições severas e por diferenciações entre a aplicação das leis, considerando-se as castas sociais do período. No entanto, a partir da promulgação da independência do Brasil, em 1822, as ordenações filipinas foram paulatinamente sendo revogadas, ainda que os novos textos mantivessem as influências daqueles que os precediam. Assim, surgiram o Código Penal (1830), o Código de Processo Criminal (1832), o Código Civil e Comercial (1850). As normas relativas ao Código Civil só foram revogadas definitivamente com a sua substituição por um novo, em 1916. A tradição das ordenações teve um longo tempo de aplicação no Brasil, que foi ainda muito influenciado pelo direito romano (MACIEL,2006).

O entendimento da aplicabilidade dessas duras leis por um grande período no Brasil se faz importante no reconhecimento de como nossa sociedade foi marcada e influenciada por um sistema jurídico rigoroso e que fazia distinção entre classes sociais. Novos códigos surgiriam como o do Império (1830), o Penal (1890 e 1940), o de 1969 revogado em 1978 e a Lei de Execução Penal (1984) (DUARTE, 1999). Tais códigos traziam cada um à sua época a reformulação de leis ou a criação de novas, de maneira que, hoje o Brasil é considerado um dos países com uma das legislações mais avançadas no que se refere ao direito penal; no entanto, as prisões do país são inadequadas, “que se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com

instituições jurídicas servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção” (WACQUANT,p. 13, grifos do autor).

A Lei de Execução Penal (1984) define de forma concreta e efetiva o tratamento e direitos do privado de liberdade, pensando na sua ressocialização. Julião (2012, p. 115) substitui o termo ressocialização por reeducação; entendendo que para tal fim “a execução penal deve promover a transformação do criminoso em não criminoso, possibilitando a criação de métodos coativos para operar-se a mudança de suas atitudes e de seu comportamento social”. Porém ele mesmo aponta para o fato de que embora as Lei de Execução Penal seja louvável, há uma grande dificuldade de seu cumprimento na íntegra, “a LEP é inexequível em muitos dos seus dispositivos, principalmente porque, por falta de estrutura adequada, pouca coisa será aplicada na prática quanto ao cumprimento das penas privativas de liberdade” (JULIÃO, 2012, p. 107).

As considerações de Wacquant e Julião possuem inúmeros exemplos que as ratificam. Estudos de Motta (2011) sobre as prisões no Brasil no período desde seu nascimento até a década de 1930 trazem informações das condições da prisão dentro desse espaço temporal. Dentre essas a Albergaria de Mendigos destinadas a ociosos e à população de rua é definida por Rosa e Silva , em 1879 como “um depósito geral de todas as misérias que exigem aliás, conforme os preceitos da ciência e da humanidade, remédio, tratamento, higiene e regimes muito diversos”; Bandeira Filho, sobre sua visitação a Fernando de Noronha, em 1880 afirma haver “meninas de 8 a 9 anos já pervertidas e depravadas com ciência e consciência dos seus pais”; sobre a situação da Colônia Correlacional de Dois Rios, na Ilha Grande, uma comissão inspetora dos anos de 1860, 1870 e 1880 concluem que essa “ se acha em abandono e desmantelamento um dos mais delicados e importantes ramos da administração , complemento do sistema penal estabelecido pelo Código de 1890”; o Relatório da Casa de Correção de 1905 denuncia que o velho Aljube “foi um depósito de presos, onde tudo é primitivo e desordenado, sem plano, sem conhecimento de um sistema penitenciário que tem de ser executado em

todas as partes” e Lemos Brito, em 1920 refere-se à Casa apontando para acontecimentos de revoltas curiosas ou sangrentas, como a revolta das quebra-tarimbas, em 1915 e das panelas, em 1916 (MOTTA, 2011, p. 241-340).

Não obstante, em cenários mais contemporâneos , de acordo com a Folha de São Paulo (2018) podemos destacar rebeliões em presídios como o da Penitenciária do estado de São Paulo (1987), com 31 mortos; Carandirú, São Paulo, (1992), com 11 mortos; do Presídio de Urso Branco, Roraima,(2002), com 27 mortos; da Casa de custódia de Benfica, Rio de Janeiro, (2004), com 33 mortos; do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, (2010), Maranhão, com 18 mortos, das Penitenciárias Agrícola de Monte Cristo, no Acre e de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, ambas em 2017, com 33 e 26 mortos, respectivamente e do Centro Penitenciário de Recuperação do Pará, (2018), com 22 mortos.

Todas as rebeliões estavam associadas às péssimas condições nas prisões, como superlotação e higiene; em algumas delas os motins foram controlados por facções criminosas; e, em vários casos os próprios presos carregaram os corpos dos mortos durante os conflitos.

Muitos são os exemplos de maus tratos a detentos que evidenciam as péssimas condições das prisões no Brasil, além dos comentados até aqui, queremos destacar o caso emblemático do catador de materiais recicláveis Rafael Braga, condenado por portar duas garrafas de água sanitária e uma de desinfetante, consideradas material para preparação de coquetel molotov durante manifestações populares no centro do Rio de Janeiro. Preso em Bangu 2, Rafael foi contaminado por tuberculose. Diante da repercussão do caso foi feita vistoria no presídio e a conclusão foi de que:

> O ambiente parece mais propício para servir de morada para insetos, baratas, ratos, percevejos, do que para humanos que lá habitam, situação recorrente nos presídios do sistema prisional carioca e sintomática de um completo descaso com os internos que se encontram sobre responsabilidade do Estado. (Relatório da Defensoria Pública sobre Bangu 2, In: Fernandes, 2017).

Outro exemplo assustador exibido em reportagem do Jornal Nacional, da Rede Globo de televisão, denuncia o caso de pessoas presas em uma delegacia em Barra do Corda que ficam em uma espécie de jaula, conhecida como gaiolão, expostas a sol e chuva, por vezes por mais de 24 horas (PORTAL G1, 2017). Apresentamos ainda na Introdução desse trabalho os dados estatísticos do DEPEN, datados de 2014 e 2017, em que podemos constatar outros aspectos que corroboram a situação das instituições penais brasileiras. A breve exposição desse quadro, mais do que comprovar que efetivamente a Lei de Execução Penal não é cumprida na íntegra, permite-nos observar que predominantemente a população carcerária é composta por pessoas pobres, negras e de baixa escolaridade. Essa realidade cria uma sensação inversa de criminalização da pobreza, em que ao invés desses sujeitos serem vistos no âmbito social como um grupo de vulnerabilidade, acabam por serem tidos como criminosos em potencial.

Em todas as entrevistas consultadas, os comentários acerca das mesmas expunham majoritariamente a posição de que esses tipos de castigos eram pouco. As considerações eram de que, se não quisessem estar lá que não cometessem crimes, que as famílias da vítimas é que deveriam ter consideração do Estado, que o ministério público ao solicitar a soltura deveriam levar os presos para casa, que cadeia não é spa, e demais afirmações no sentido de que presos devem ser punidos ao máximo.

As opiniões expostas quando a questão penal é levantada demarcam bem que os crimes que incidem na esfera privada possuem uma conotação mais repugnante do que quando cometidos contra a esfera pública. O sentimento de perda pessoal perfaz um cenário em que o individual ganha mais destaque que o coletivo, assim,

> O crime cometido pelos pobres é o crime contra a propriedade privada contra o patrimônio capitalista, por isso ele incomoda tanto. A classe dominante não pode permitir que os símbolos de sua soberania e posição social sejam atingidos. O crime de corrupção, sonegação, fraude, desvio de verbas públicas acontecem com a mesma frequência, mas não são reprimidos, pois afetam somente a ordem pública, não representam uma ameaça a sociedade privada. (LEMOS, 2015, p. 70).

A construção histórica leva a uma assimilação de que pessoas mais abastadas são vistas como “de bem”. Ainda que estejam envolvidas em corrupção, uma vez que seus crimes não incidem diretamente em uma outra pessoa, mas em um meio social geral, diminui a percepção individual desses sujeitos como criminosos é amenizada.

> Observa-se que a ausência de indignação pode ser, também, o indicador de um processo de exclusão moral, que ocorre quando pessoas, que normalmente valorizam e respeitam as leis, aceitam ações bárbaras contra indivíduos ou grupos que estão encarcerados. Nesse processo, verifica-se que certos grupos são colocados fora da comunidade moral e, como consequência, as relações com eles não envolvem princípios de justiça. (GUINDANI,2015, p.53)

Tomando pessoas LGBT como exemplos daqueles pertencentes a grupos que são colocados fora da comunidade moral, o julgamento social costuma também ser dicotômico, adquirindo uma maior aceitação ou menor crítica a LGBTs tidos como comportados, respeitosos, “que não dão pinta”, que não são excessivos, enfim, que se mantém dentro de um posicionamento comportamental dentro da expectativa social, ou no limite do que a sociedade como um todo entende como aceitável.

Grupos de LGBTs que vão de encontro a tais expectativas, como mostrado ao longo do nosso trabalho, sofrem coerções sociais em graus variados, que incluem preconceito, discriminação, violência verbal, humilhação e física tanto em âmbito social como familiar. Não obstante, o aparato midiático teve e ainda hoje tem grande contribuição com a construção e afirmação de visões negativas de sujeitos pertencentes a esse grupo, seja com publicações que contribuam para a construção discriminatória ou com a inclusão de personagens estereotipadas, o que por sua vez, alimenta o imaginário popular de que todo LGBT possui um tipo específico, desconsiderando a pluralidade subjetiva inerente ao ser humano.

Quando confrontamos pessoas que sejam LGBT e que por razões diversas aguardam ou cumprem penas em instituições prisionais, a postura discriminatória por parte da sociedade extramuro e até mesmo de outros

detentos heterossexuais aumenta em grande escala. Enquanto que para a sociedade extramuro essas pessoas são marginalizadas pelo seu crime e também por sua condição de orientação sexual ou identidade de gênero, dentro das instituições prisionais, pessoas LGBT são excluídas pelo grupo de heterossexuais, sendo impedidas muitas vezes de se usarem os mesmos talheres, espaços comuns como refeitórios e áreas para banho de sol no mesmo horário que os demais, sendo relegados a espaços mais desprezíveis, como dormir no chão; além disso, não raro, sofrem violências corporais com agressões físicas e estupros.

Tal realidade constitui a razão pela qual o CNPCP e o CNCD/LGBT instituíram em 2014 os parâmetros de acolhimento à comunidade LGBT em privação de liberdade. Como forma investigativa, traçamos objetivos a serem alcançados em campo; passamos às considerações traçadas a partir de nossa experiência.

6.2 – Considerações finais a partir da experiência de trabalho de campo

Nosso questionamento a respeito das principais razões que levaram o CNPCP e o CNDC/LGBT a estabelecerem parâmetros de acolhimento à população LGBT em meio prisional foram respondidos quando analisada a historicidade da sexualidade ao longo de sociedades diversas, assim como da história das prisões no Brasil. Na primeira análise constatamos que a figura inicialmente de homossexual (termos usado somente no século XX) e, posteriormente daqueles que se distanciam das expectativas dos papéis a serem desempenhados por pessoas enquadradas no gênero masculino e feminino sofreram com leis impostas, baseadas sobretudo em uma visão religiosa. Ainda é perceptível que a expectativa da perpetuação da espécie, através da reprodução, desempenhou um forte argumento para que se proibisse e punisse pessoas que ousassem exercer sua sexualidade por prazer, independente se essa forma de expressão representasse o amor entre seres biologicamente pertencentes ao mesmo sexo.

A construção desses quadros sociais precedentes ao nosso influenciou de maneira contundente o posicionamento de preconceito e depreciação daqueles que mantinham relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo e, que em época futura, diga-se, a partir da década de 1960, seriam classificados em gêneros que extrapolariam o binarismo masculino e feminino. A partir de então, com novos estudos que abarcavam mais do que a orientação sexual, a hostilidade foi estendida para pessoas que, por razões diversas, ainda que vivendo numa sociedade ditada pelo binarismo heteronormativo se opunham a esses, não se reconheciam nesse quadro, ou ainda requeriam a livre expressão de suas respectivas subjetividades.

No que se refere à outra categoria estudada, a prisão, pudemos observar que as leis no país até o século XIX, com a promulgação do Código Penal de 1890 tinham um forte veio de violência, por vezes comparados aos suplícios estudados em Foucault (1997). Até a promulgação da carta, constatamos ainda que homossexuais eram punidos com a morte seguida da queima dos seus corpos, devendo ser espalhadas as cinzas para que não houvesse registro. Tal crime incluía sua descendência que era considera inapta e infame. O jogo de memória que se fazia em tais casos consistia na eliminação dos corpos dos sodomitas, ao mesmo tempo em minuciosa documentação, indo do esquecimento à necessidade de lembrança para que crime igual não fosse cometido. Os Códigos Penais de 1890 e 1940, mesmo descriminalizando a sodomia ou, em tempos atuais a homossexualidade, deixava brechas interpretativas para que pudesse haver punições a esses sujeitos; não obstante, criminalizavam sobremaneira a pobreza.

A associação da figura do homossexual com ambientes hostis e pertencentes a uma baixa casta os tornavam mais vulneráveis de serem presos por vadiagem ou prostituição, em contrapartida, homossexuais de classes média sofriam um outro tipo de controle social, sendo assistidos por médicos ou enviados a manicômios (GREEN, 2000). Esse mecanismo atravessa o tempo, tomando outra configuração em momento contemporâneo. Homossexuais,travestis, transexuais pertencentes a classes menos favorecidas

economicamente tendem a sofrer maior preconceito, ou, como inerente a toda sua classe social, sofrem mais quando condenados pela justiça. A impossibilidade de contrarem um advogado, a ausência do Estado representada em número insuficiente de defensores públicos ou ainda pelo baixo poder de permutas e negociações aloca esse grupo a espaços considerados como os piores pelos demais detentos.

Os problemas apresentados nas bibliografias consultadas são exacerbados quando nos deparamos com registros e a narrativa dos profissionais do CRC e pessoas LGBTs entrevistadas. Todos apontam para o alto índice de violência para com essa população. Tais atos contribuíram de forma principal e primária para que o CRC destinasse, antes mesmo dos parâmetros estabelecidos pelo CNPCP e CNDC/LGBT, local específico para o grupo, nomeado de ala arco-íris, concomitantemente, criando o Projeto Dignidade. Nas palavras de Winkler Freitas, diretor da unidade prisional, “existia muita violência no passado distante e para a gente resguardar a integridade física e moral das pessoas foi criada a ala LGBT”.

A fala do diretor pode configurar a preocupação com a integridade física como um cumprimento do dever do Estado com a integridade de seus custodiados. Nessa concepção a criação tanto da ala como do projeto não representaria necessariamente o respeito ao detento, mas um cumprimento legal. Nossa investigação procurou inquerir se o posicionamento por parte dos profissionais envolvidos no tratamento dispensado aos mesmos tinha uma atenção para além desse fator.

Constatamos que a ala destinada às pessoas LGBT é apenas uma parte do Projeto Dignidade, que se amplia para outras especificidades, que estão representadas no direito às expressões subjetivas e elementos que a compõe, como uso do nome social, cabelo comprido, uso de maquiagem. As ações no Centro de Ressocialização e os resultados obtidos no projeto levaram a Secretaria do Estado de Justiça e de Direitos Humanos a adotarem tais práticas e estenderem-na através da Instrução Normativa 001/2017, que estabelece parâmetros de acolhimento e atendimento a lésbicas, gays,

bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, privados de liberdade no sistema penitenciário do estado do Mato Grosso. Além disso, com a perspectiva de que os (as) detentos (as) possam cumprir suas penas mais próximas às suas famílias, as instruções criaram três polos regionais, além do próprio CRC, onde tais normas devam ser observadas: unidade Major PM Zuzi Alves da Silva, município de Água Boa, Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira, cidade de Sinop e Penitenciária Major PM Eldo Sá Correa, cidade de Rondonópolis.

No que se refere aos direitos dos detentos, se estendem para o reconhecimento de uniões, possibilitando visitas intimas, a alocação nos espaços específicos condicionados à vontade da pessoa, o direito das mulheres transexuais a tratamento isonômico às demais mulheres em privação de liberdade, garantia de tratamento hormonal e acompanhamento específico em consonância com o sistema de único de saúde (SUS), a proibição de transferência compulsória entre celas ou alas como forma de punição, a proibição de exposição a qualquer forma de violência física, moral, psicológica e ideológica, revistas de forma que não exponha a pessoa LGBT a constrangimentos e situações vexatórias, qualquer forma de discriminação por parte dos servidores do sistema penitenciário do estado do Mato Grosso ou particulares fundada na orientação sexual ou na identidade de gênero e acesso ao requerimento do benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado, inclusive ao cônjuge ou companheiro (a) considerando as normas específicas (BRASIL, 2017 d).

Entendemos assim que o Projeto Dignidade foi percussor no que se refere aos direitos de LGBTs em privação de liberdade, abrindo caminho para que políticas públicas que envolvem tais atores em suas condições específicas. Nosso entendimento além de se pautar efetivamente nas leis que orientam o tratamento e determinam a forma pela qual tais pessoas devam ser acolhidas e tratadas, também considerou as narrativas dos entrevistados (as), que por unanimidade o consideraram importante.

As narrativas sempre determinaram o respeito às suas subjetividades e a segurança encontrada na ala arco-íris, onde estavam livres de sofrerem abusos. Uma das entrevistadas levantou a discussão do projeto ser importante numa via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo que propiciava a possibilidade de expressões subjetivas e garantia de maior segurança, servia como uma espécie de “cartão de visitas” para a unidade: “ele (o projeto) é importante para nós que tá ali, como ele é importante pras pessoas que trabalham e que se mantêm ali também”.

A separação dos LGBTs não foi observada de forma compulsória, muitas vezes sendo requeridas vagas que não eram destinadas aos requerentes. Assim, percebemos que nem todos os declarados LGBT gozavam o direito de estarem em espaços específico designado a esse grupo. Também notamos o não cumprimento de outras normas, como o direito a visitas íntimas e a transferência compulsória para alas evangélicas como forma de reprimir participantes que burlavam as normas estabelecidas e regras de convívio. Como exemplo de passíveis de transferência podemos citar aqueles que são pegos com drogas ou celular ou os que brigam dentro da ala. Ao burlarem essas normas passam um tempo nas alas evangélicas, designado como “castigo” para posteriormente retornarem à ala arco-íris.

Questionados quanto a esses descumprimentos, o diretor Winkler Freitas e o psicólogo responsável pelo projeto, Mauro Falca, associaram o não direito a todos declarados LGBT e à visita íntima por falta de espaço. De maneira análoga, disseram que viam diante da necessidade de separação da pessoa LGBT da ala, não como forma de coerção, mas como de manutenção de códigos de convivência e das normas da unidade; a não separação em determinados casos, segundo os Rogério Wagner, chefe de segurança, pode levar à insurgência dos demais detentos não participantes do projeto, por possível interpretação de que os LGBTs são protegidos; pois a visão por parte de um grupo de heterossexuais como de alguns dos servidores do sistema é de privilégio e não de direito.

Cremos que a observação de Julião (2012) de que a Lei de Execução Penal é inexequível em muitos dos seus dispositivos devido principalmente à falta de estrutura adequada, aplica-se também à instrução normativa do estado do Mato Grosso. Pautamos nossa afirmação nos problemas encontrados no CRC, unidade que aplica o projeto desde 2012, portanto antes mesmo dos parâmetros de acolhimento em nível nacional (2014) e da instrução normativa estadual (2017). Tendo se antecipado a tais normas e estando desenvolvendo o projeto há 6 anos problemas recorrentes foram encontrados, pensamos que o prazo dado para adequação das demais unidades previstas na instrução, que é de 120 dias torna muito pouco viável sua concretização de forma a cumprir as exigências previstas. Incorremos, assim, em uma característica habitual no que se refere às leis no Brasil, que é a de sua criação sem observar necessariamente os requisitos fundamentais para sua aplicação. A preocupação com o grupo LGBT foi uma realidade percebida em campo tanto nas narrativas dos profissionais envolvidos no projeto, quanto de maneira global na observação direta, entretanto, tal método para levantamento de informações, aliado às narrativas dos habitantes da ala arco-íris nos mostram que existem hiatos entre o considerado ideal e a real situação, ou seja , entre o que determina a instrução e o que é possível ser feito.

Ao traçar um perfil dos detentos do CRC envolvidos no Projeto Dignidade encontramos similaridade entre esses atores e os demais privados de liberdade em território nacional, expressos nas estatísticas do DEPEN (2014, 2017). Dos entrevistados, 71% eram negros, mais da metade deles (59%) já haviam sofrido abuso, a maior parte dos entrevistados eram jovens de 18 a 29 anos (53%). Dentro das diferenças encontradas nesse grupo em relação aos dados estatísticos oficiais, destacam-se o maior índice de escolaridade, 43% do grupo apresenta nível fundamental completo ou superior a esse, 82,3% trabalhavam antes da detenção e 76,4% possuem alguma ocupação na prisão (trabalham, estudam ou ambos). Outros aspectos que buscamos aferir foram se possuíam religião (82,5% sim), se se consideravam criminosos (70% não), se já haviam participado de algum tipo de militância ou grupo de lutas por direitos homossexuais (76,4% não), se possuíam família (88,2% sim).

Embora tenhamos encontrado uma situação atípica em que o nível de escolaridade é maior que a média nacional, não podemos necessariamente considerar que tal aspecto seja efetivamente um fator de diferenciação. A questão da formação escolar deve ser analisada em sua qualidade, que percebemos ser ruim pelas dificuldades de entendimento das perguntas, de expressão nas respostas e na própria fala dos sujeitos. Ou seja, o nível de escolaridade representa mais uma estatística do que um real conhecimento, se levado em conta a expectativa dos níveis escolares declarados. A deficiência em suas formações escolares foi por nós interpretada como uma razão significativa para a falta de percepção dos entrevistados quanto a seu posicionamento como criminosos, ou como alguém que cometeu um crime. A mesma falta de percepção foi notada quando solicitamos que se posicionassem quanto ao seu gênero.

A não inserção de discussões que envolvam sexualidades nos currículos escolares deixa de oportunizar que as pessoas tenham um maior entendimento da diferenciação entre orientações sexuais e identidades de gêneros, em sua grande maioria confundindo uma com outra ou fazendo associações entre as mesmas. O que nos parece mais preocupante é o fato das pessoas entrevistadas não saberem nem mesmo se colocarem diante do assunto. De maneira análoga, dos profissionais entrevistados na unidade prisional, apenas um, Mauro Falca, coordenador do projeto se posicionou de forma clara, demonstrando um conhecimento mais elaborado. Assim, as pessoas LGBTs entrevistadas deixam de ter um elemento básico no requerimento de seus direitos, que é o entendimento daquilo que elas mesmas são. Obviamente que quando fazemos essa interpretação nos referimos a uma perspectiva de entendimento oficial no que se refere a gêneros. Não estamos afirmando, portanto, que os integrantes desse grupo não saibam e nem reconheçam seus desejos, mas, diante da necessidade de participação em discussões que envolvam práticas e políticas públicas destinadas ao grupo podem ser prejudicados.

Sendo todo sistema de educação “uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e poderes que trazem consigo” (FOUCAULT,1999, p. 44), não é de estranhar que hajam tentativas de impedir ou neutralizar que discussões a respeito de sexualidades e gêneros nas escolas. O Projeto de lei nº 7180/2004, de autoria do então deputado federal Erivelton Santana pelo PSC, tem como objetivo entre outros, a proibição que tais discussões sejam levantadas em sala de aula, sob a justificativa que os professores, exercendo papéis de liderança podem influenciar na sexualidade de seus alunos, como se isso fosse possível.

Ao se posicionar quanto ao assunto, o deputado desconsidera que sexualidades são construções subjetivas. Dessa forma, ainda que a construção da sexualidade se dê de maneira que envolva a vivência sócio-cultural, a interpretação das normas e valores instituídos pela mesma é sempre pessoal. Essa discussão ainda abre espaço para outra análise de Foucault (1999, p. 43), quando afirma que “a doutrina religiosa liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros”.

Pastor evangélico da Assembleia de Deus, a maior designação pentecostal do mundo, Erivelton Santana marca o seu posicionamento de ordem religiosa tentando fazer com sua proposta de lei que tais visões sejam oficializadas. Ao apresentar seu projeto, fica nítido que sua intenção é reverberar antigos julgamentos no campo da sexualidade, baseados sobretudo no entendimento de sua funcionalidade como mecanismo de reprodução.

Torna-se mister o levantamento desse aspecto especialmente quando notamos em campo uma realidade em que a unidade prisional é controlada por 6 igrejas existentes em suas dependências e por seus líderes religiosos. Esse domínio religioso, por assim dizer, é responsável por inúmeros equívocos, que para além da concepção do que é gênero ou do papel somente reprodutor ligado à sexualidade, impinge comportamentos e valores contrários ao Projeto Dignidade. Por isso, ser transferido mesmo que temporariamente para espaços que são designados aos evangélicos representa um castigo que incide na perda de direito da possibilidade de livre expressão subjetiva, refletida não

apenas na impossibilidade de uso de acessórios, roupas, corte de cabelo e maquiagem, como também do uso do nome social; além disso há a obrigatoriedade de participação de cultos e grupos de oração. Os LGBTs ainda são passíveis de agressões verbais e físicas. As violências vivenciadas em todos os âmbitos na área de domínio evangélico ilustram um jogo de poder em que o Estado se torna insuficiente na garantia de direitos, ao mesmo tempo em que a direção e chefe de segurança do presídio precisam constantemente desenvolver intermediações no sentido de minimização de conflitos, ou na busca de soluções para esses.

A narrativa dos entrevistados nos fez entender que os mesmos se submetem aos chamados castigos sem questioná-los à direção. Na verdade, o entendimento por parte dos participantes do projeto é de que por ferirem alguma norma interna ou de convivência são suscetíveis de mecanismos de coerção; na grande maioria das narrativas não há o entendimento do espaço destinados aos LGBTs como um direito, sendo interpretados como uma benesse. Mesmos nas situações em que ouvimos relatos que expunham o esclarecimento de que aquele espaço era um espaço de pertencimento LBGT por direito, era nítida a compreensão de que se sentiam privilegiados em função de usufruírem da ala quando outros atores não gozavam da mesma por falta de espaço.

Na tentativa de resolução desse problema, a equipe responsável pelo projeto precisa priorizar aqueles que julgam mais vulneráveis, considerando travestis e transexuais como tal. Percebe-se assim que a questão de vulnerabilidade está associada ao estético performático. Nesse contexto também há uma forte evidência de que, ao lidarem com travestis, transexuais e gays efeminados há o julgamento de que são mais frágeis, como também importam paradigmas heteronormativos ao relegarem papéis femininos aos mesmos. No entanto, dentro do grupo LGBT propriamente dito, ainda que haja também introduzido um modelo heteronormativo fazendo divisões binárias entre os bofes e as bichas, travestis ganham destaque, sendo reconhecidos como figuras centrais na representação coletiva.

Essa representatividade de gênero que se expressa em papéis em que a travesti, transexual ou mesmo o gay efeminado atribui ao sujeito com características tidas como mais masculinas pode se expressar como efeito de um conjunto de regras linguísticas, associadas a um discurso muito bem amarrado de significações de papéis.“Compreender a identidade como uma prática, e uma prática significante, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como resultantes de um discurso amarrado por regras e, que se insere nos atos disseminados e corriqueiros na vida linguística” (BUTLER, 2016 a). Eis que as pessoas LGBTs entrevistadas podem, na verdade, expressarem seus gêneros de forma a disseminar uma construção linguística pregressa, marcada por um binarismo, consolidando assim um modelo heteronormativo. Nos perguntamos então, se travestis ao optarem pelo uso de substantivos masculinos para si mesmos não estariam de fato descontruindo a noção de gênero como desenvolvida até então.

A prática de desconstrução implica num posicionamento que vai de encontro à uma construção entendida em nosso trabalho como genealógica, a partir da leitura de Foucault. Ainda que Butler (2016 a) faça críticas à genealogia, defende o que pode ser resultado dela, a saber, os interesses políticos e culturais vivenciados por uma pessoa, o que inevitavelmente influencia no seu posicionamento de gênero. Em problemas de Gênero (2016 a, p. 21) Butler afirma que “se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Apontando ainda que essas interseções são imitadas, poderíamos traçar uma outra interpretação aos comportamentos de transexuais, travestis e gays efeminados ao imitarem um modelo heteronormativo. Ao relegarem a outros sujeitos LGBTs substantivos masculinos, podem querer afirmar que esse paradigma pode ser apreendido por um grupo que não se identifica com ele, mas subvertem valores por eles instituídos.

Seja como for, percebemos que tal prática reforça um caráter de gênero binário tão criticado por movimentos LGBT. A concepção de que todo gênero é construído socialmente, portanto priorizando o coletivo em comparação ao

individual se torna preponderante diante de que, ainda que seja dessa forma, as leituras desse conjunto de normas estabelecidas pela genealogia, pelo discurso ou pela linguagem se dão sempre subjetivamente.

No ambiente prisional do CRC, as narrativas ainda que em partes possam decorrer de experiências pretéritas vividas por outras pessoas e assimiladas pelos sujeitos que compõem o grupo entrevistado (as experiências vividas por tabela, Pollak, 1989), expressaram o paradigma da crítica e reprodução do modelo binário ao mesmo tempo em que se afirmam a partir desse. Portanto, questionamos se o posicionamento do grupo de fato requeira o reconhecimento ao diferente. Para além da imitação de grupos heterossexuais em seus relacionamentos afetivos, notamos ainda que existe a expectativa por parte de alguns do casamento nas formas que caracterizam a família tradicional (casar, morar juntos, ter filhos). A fala do reconhecimento e respeito parece então se debruçar sob o aspecto performativo apresentado por Butler, ou seja, que tenham direitos a se expressarem subjetivamente por substantivos femininos, assim como o de poderem se apresentar com vestes femininas e com uma estética que remeta a esse campo. Teríamos um cuidado maior com essas considerações nas identidades transexuais pelo fato delas se caracterizarem pela interiorização de pertencimento a um gênero diferente do seu biológico; no caso de travestis e de gays efeminados, como dito anteriormente, o entendimento por respeito à diferença pelo grupo entrevistado se dá por vias de poderem expressar-se de maneira que contrarie ao que é esperado do gênero ao qual pertencem biologicamente, entretendo sem que houvesse efetivamente sido percebido a preocupação de uma descontinuidade subversiva ao papel de gênero.

Ao expressarem suas necessidades subjetivas, do lado de gays voltadas mais para a aceitação na família e âmbito social preconizando o trabalho, e em travestis e transexuais na possibilidade do uso de acessórios e roupas tidas como femininas e uso de nome também feminino, cremos que excluindo as considerações de cunho religiosos, tendemos à integração de grupos diversos,

não necessariamente pela tolerância, mas pelo mercado que essas pessoas representam.

Hardt e Negri (2006, p. 160) ao analisarem as correntes pós-modernistas, caracterizadas pela ruptura com a soberania moderna, o que inclui a redução do binarismo e a aceitação de multiplicidades como alternativas ao problema, concluem que " o perigo das teorias pós-modernistas concentram sua atenção tão resolutamente em velhas formas de poder das quais estão fugindo, de cabeça voltada para trás, que acabam involuntariamente nos braços acolhedores do novo poder". Esse novo poder é representado pelo que os autores determinam como Império, um lugar em que diferenças são cada vez mais eliminadas com a perspectiva da formação global. Nesse novo cenário "normas convencionais de relações corporais e sexuais entre gêneros e dentro deles estão cada vez mais abertas a desafios e transformações" (HARDT e NEGRI, 2006, p.235). A aceitação e inclusão nesse modelo se dá de maneira que a captação tanto para o mercado de trabalho quanto para o mercado de consumo se dê imprescindivelmente, pois é essa lógica de trabalho e capital, aberta a todas as diferenças que sustentam o Império.

As considerações dos autores eliminam a necessidade até mesmo da luta por direitos, pois esses seriam inerentes ao desenvolvimento do Império, por prescindirem da inclusão. Nossa sociedade talvez esteja de fato caminhando para esse modelo. É notável que determinadas empresas se mostram bastante receptivas em contratarem pessoas pertencentes aos grupos considerados como minorias, como negros e LGBT, por outro lado percebemos também o crescimento de marketing voltados para esses últimos. Todavia, ainda lutamos por esse reconhecimento nas esferas jurídicas, sobretudo legislativas assim como é preocupante o crescimento de intolerância religiosa, que por meio de uma postura muito conservadora contribui para atitudes de cunho reacionário. Nesse entrave entre formas obsoletas e pós-modernas de lidar com a questões referente a sexualidades e identidades crescem as classificações de identidade de gênero sem que ainda tenhamos digerido a comparação constante entre essa e a orientação sexual.

A dificuldade de definição de gênero aos quais pertenciam ou se percebiam e o constante entendimento dessa definição como uma postura de orientação sexual se fez presente praticamente em todas as entrevistas, mostrando que, na unidade do CRC, ainda que já exista há 6 anos um projeto em andamento que aborde diretamente uma população LGBT, as informações acerca desse grupo ainda são muito incipientes.

Baudrillard (1996, p. 36), ao propor que estamos em um tempo de excessos com uma hipervisibilidade dos signos, defende que somos reféns das nossas identidades “intimados a assumi-la, intimados a responder por elas jurando por nossas vidas”. Mas se a identidade é entendida como algo fluido, esse aprisionamento à necessidade de definir-se constantemente incorre no risco paradoxal de não nos reconhecermos em nada, ou nos reconhecermos em tantas identidades que essas poderiam perder o sentido, é que “ a hipervisibilidade das coisas é também a iminência do seu fim” (BAUDRILLARD, 1996, p. 49).

Ao buscarmos os conceitos de identidade de gênero e prisão especificamente tendo como objeto pessoas LGBT para nosso campo de pesquisa, revertendo-as para nosso trabalho como tese de requisito ao título de doutorado, procuramos analisar autores de campos epistemológicos diferentes. Nesse sentido o caminho traçado foi do entendimento de memória como algo que se constrói e se reconstrói constantemente em movimentos de devir, os quais nem sempre temos consciência, mas que irrompem em determinados momentos trazendo à tona velhos conceitos e transformando-os. Todavia as formas de confrontamento podem requerer o esquecimento para a transformação dos velhos conceitos. Esse movimento manifesta-se num interessante jogo de memória onde esquecer e lembrar tornam-se importante a partir daquilo que se pretende reconstruir. De qualquer maneira, ainda que tenhamos como base a rememoração nostálgica de memória passadas, essas sempre se dão em um momento presente, sendo impossível sua rememoração de maneira literal.

Assim o enfrentamento tanto em grupos de posições a favor da manutenção de conceitos binários e heteronormativos, construídos ao longo da história do campo social, como aqueles que se opõe a esse paradigma requerendo transformações, partem de um mesmo ponto inicial. Em muitos casos, pode-se justificar tais transformações com referências em vivências pretéritas que foram assimiladas no presente, causando a sensação de que tais memórias são referentes a um processo de vivência pessoal, quando na verdade não fizeram parte da história de determinado indivíduo ou grupo.

Uma outra discussão presente ao longo do trabalho se deu em função da determinação da identidade como algo subjetivo ou como sendo resultado do processo de construções, normas e expectativas sociais referentes ao gênero. Nesse ponto, entendemos que as duas posições não são oponentes. A conclusão foi a de que a memória é socialmente construída, mas interpretada subjetivamente, assim, mesmo que hajam expectativas para papéis a ser desempenhados por gêneros distintos, a interpretação dos mesmos se dá de forma subjetiva. É essa subjetividade que permite a pluralidade existente.

No âmbito prisional constatamos que a interpretação social daqueles que transgridem as leis ainda são fortemente marcadas pela memória que se construiu em campo social. Esse forte legado de memória fomenta a discriminação desses sujeitos, desresponsabilizando a sociedade como um todo e também o Estado. Não existe a percepção do crime como uma construção social. A tendência ao preconceito é maior quando o crime praticado incide no âmbito privado que ao público.

Os LGBTs privados de liberdade tendem a sofrer preconceitos em duplicidade: na sua condição de LGBT assim como de pessoas criminalizadas pela lei. A forte influência de legislações e normas sociais que nos precederam contribuíram efetivamente para esse quadro. Essas considerações se dão quando fazemos um estado da genealogia em Foucault. Para além dessa interpretação concordamos com Butler no sentido de que não haja um gênero inicial, mas que esses foram criados com expectativas específicas que

tangenciam o campo do performativo e se desenvolvem numa categoria pré - linguística.

Esses dois autores trouxeram a contribuição para nossa conclusão de que no grupo entrevistado todo requerimento a direitos estava basicamente enquadrado dentro de uma lógica binária e heteronormativa às quais as narrativas iniciais se opunham. No entanto, entendemos que as narrativas sofriam uma forte influência de discursos produzidos ao longo do tempo, traduzindo uma negação a esses como forma de embate e enfrentamento e resitência.

A produção desses discursos, porém, disseminados em instituições associadas ao Estado, como por exemplo a escola, negaram o direito de uma discussão mais efetiva com relação ao gênero e isso se reflete na dificuldade de dissociação de gênero à orientação sexual, assim como na predominância do caráter reprodutivo sempre tido como função principal dessa.

O surgimento recente das discussões de gênero deve ser considerado como resultado de um devir que irrompeu em meio a movimentos de contarcultura, liberação sexual, movimentos feministas e de teoria queers provocando o aparecimento de movimentos e associações de grupos de direitos diversos, cada vez mais plurais ao longo do tempo. A intempestividade da forma como essa pluralidade eclodiu em meio social num curto espaço de tempo dificultou a assimilação tanto por parte do grupo LGBT como da sociedade em geral no entendimento acerca da identidade de gênero. Outra característica que deve ser analisada é de inicialmente esses movimentos terem como representantes principais intelectuais, havendo maior preponderância das discussões nesse meio, e o distanciamento de camadas mais populares, fator que foi se modificando paulatinamente.

Pensando especificamente na população LGBT privada de liberdade o histórico desse segmento da sociedade é do enfrentamento de preconceito e violência dentro do âmbito prisional. A incidência de tais atos após anos de luta levou com que se criasse normas específicas para acolhimento dessa população e de normas que permitissem a expressão subjetiva dessas

pessoas de acordo com o gênero ao qual se identificam. Estando as mesmas sob a custódia do Estado o questionamento a ser feito é se essas normas visam o reconhecimento de direito à diferença ou refletem apenas a obrigatoriedade de responsabilidade pela vida dos detentos custodiados.

As interpretações dos dados colhidos em campo tanto nas entrevistas como na observação direta nos fazem concluir que no CRC essa preocupação acerca dos direitos é efetiva, embora tenhamos percebido hiatos entre os objetivos do projeto e a real situação de seus participantes do mesmo. De maneira global podemos dizer que os LGBTs que se encontram na ala arco-íris estão em melhores condições que os demais, tendo inclusive maior acesso à educação, preparação profissional e trabalho. Embora as condições não sejam perfeitas, o tratamento dado a essas pessoas prima pela dignidade, motivo pelo qual a unidade serve de referência a demais unidades do estado do Mato Grosso, contribuindo também para que fosse aprovada a instrução normativa no acolhi mento e tratamento de pessoas LGBT na jurisdição estadual.

No que se refere ao posicionamento dos integrantes da ala arco-íris, seu entendimento de gênero ainda é incipiente, como nos pareceu ser também seus respectivos posicionamentos políticos tanto na busca de seus direitos, como no exercício de seus deveres enquanto detentos. O não reconhecimento majoritário de que sejam criminosos aponta para o fato de que se eximem de suas responsabilidades com relação aos crimes cometidos. Mas a sinalização que nos deram foi a de que o projeto é de importância fundamental para a preservação de sua integridade física, para a expressão de subjetividades como também representa uma forte contribuição na possibilidade de realizações na perspectiva de uma mudança de vida futura quando egressos.

REFEÊNCIAS

A Bicha que virou mulher. **O Lampião da Esquina**. Ano 3, n.35, abr. 1981. Disponível em: < http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2015/11/39 lampiao-da-esquina-edicao-35-abril-1981.pdf >. Acesso em: 27.mai.2018.

ALMEIDA, Guilherme Rosa de. **As territoridalilades e o cotidiano da prisão: estudo de caso no Centro de Ressocialização de Cuiabá**. Cuiabá. UFMT,2014,201p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso.MT,2016. Disponível em:< https://www.academia.edu/9431659/As_Territorialidades_e_o_Cotidiano_da_Pris%C3%A3o_Estudo_de_Caso_do_Centro_de_Ressocializa%C3%A7%C3%A3o_de_Cuiab%C3%A1_MT >. Acesso em: 15.ago. 2018

ALMEIDA, josé Ricardo Pires de. **Homossexualismo:** a libertinagem no Rio de Janeiro: Laemmert e C. Editores, 1906. Disponível em: < http://acervobajuba.com.br/arquivos/rio_de_janeiro_homossexualismo.pdf>. Acesso em: 19. mai. 2018.

Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada? **O Lampião da** Esquina. Disponível em: < https://www.yumpu.com/pt/document/view/39585117/18-lampiao-da-esquina-edicao-14-julho-1979 >. Acesso em: 27.mai.2018.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. **A transparência do mal:** Ensaios sobre fenômenos extremos. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

BARRETO, Marcilei Eduardo Cintra. **Os sentidos de ressocialização para os sujeitos segregados em uma unidade prisional de Mato Grosso**. Cárceres: UNEMAT,2016,136p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso. Cárceres/MT,2016. Disponível em:< http://portal.unemat.br/media/files/Mariclei-Eduardo-Cintra-Barreto.pdf>. Acesso em: 10.abr. 2018

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autentica, 2016.

BOURDIEU, Pierre.O **poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus,1996.

_____. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu.** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.80-81.

BRASIL, 2017a. Ministério das Saúde, Secretaria de vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico Aids-Ist: ano de 2017**, Brasília, 2017. Disponível em: < http://file:///C:/Users/sebas/Downloads/boletim_aids_internet.pdf>. Acesso em: 17. mar. 2018.

_____, 2017b. Conselho Nacional de Justiça. **Reunião Especial de Jurisdição**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/02/b5718a7e7d6f2edee274f93861747304.pdf>. Acesso em: 02.abr. 2018.

_____, 2017c. DEPEN/ Infopen. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- Dezembro 2014**, Brasília, 2014. Disponível em: < http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de- informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 20.ago.2018

_____, 2017d. SEJUDH. Secretaria de Direitos Humanos/MT. **Instrução Normativa nº 001/2017/GAB- SEJUDH**, Cuiabá, 2017. Disponível em: <http://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/15045/#e:15045/#m:962527>. Acesso em: 20.ago.2018

_____, 2016. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013**, Brasília, 2016. Disponível em: < http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf >. Acesso em: 06. jan. 2018.

_____,2014 a. DEPEN/ Infopen. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- Dezembro 2014**, Brasília, 2014. Disponível em: < http://www. file:///C:/Users/sebas/Downloads/Infopen_dez14.pdf >. Acesso em: 12. dez. 2017.

_____,2014 b. **Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014**. Presidência da República, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Brasília,2014. Disponível em: < http:// http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/ resolução -conjunta -no -1 -cnpc -e -cncd_lgbt -15 -de -abril -de -2014 . pdf >. Acesso em:05.set.2017.

_____,2014 c. **Projeto de Lei nº 7180 de 24 de fevereiro de 2014**. Câmara dos Deputados, Brasília,2014. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722#marcacao-conteudo-portal >. Acesso em:25.dez.2018.

_____,2009. **Resolução nº 9 de 13 de novembro de 2009**. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-9-2009_111343.html>. Acesso em:15.out.2018.

_____, 1988. **Constituição da República do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 05. dez. 2017.

_____, 1984**. Lei de Execução Penal nº 7.210**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 1984. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12. dez. 2017.

_____, 1957. **Lei nº 3.274 de 02 de outubro de 1957**. Normas Gerais do Regime Penitenciário. Senado Federal, Secretaria de Informação Legislativa. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em:<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=545051&id=14232966&idBinario=15639861&mime=application/rtf>. Acesso em: 10.jun.2018.

_____,1941. **Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Rio de Janeiro, 1941.Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 18. dez. 2017.

_____, 1940. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 18. dez. 2017.

_____, 1890.Decreto **nº847 de 11 de outubro de 1890.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Rio de Janeiro, 1890 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm >. Acesso em: 14.mai. 2018.

_____, 1830. **Código Criminal. Lei de 16 de dezembro de 1830.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos.Rio de Janeiro, 1830 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 11.mai. 2018.

_____,1824. **Constituição Política do Império do Brazil de 25 de março de 1824.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 18. dez. 2017.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. **A questão sexual nas prisões**. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, [1943?]

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016 a.

_____ .**Quadros de guerra**.2.ed.Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2016 b.

_____. Corpos que pesam. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. **Revista Periodicus**. Universidade Federal da Bahia. Salvador. v.1, n.4, p.127-150 nov. 2015 – abr, 2016. Disponível em <http:// file:///C:/Users/sebas/Downloads/15428-50324-1-PB.pdf / >. Acesso em: 27 mai. 2018.

CAPARICA, Marcio. Entenda as 56 opções de gênero do facebook. **Lado bi, Uol**,21 fev.2014.Disponível em: < http://ladobi.uol.com.br/2014/02/56-opcoes-genero-facebook/ >. Acesso em: 18 mar. 2018.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Atentados ao Pudor:** Estudos sobre a aberração do instinto sexual. 4ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 1943.

Cirurgia de Mudança de Sexo é gratuita pelo SUS, mas número de pacientes atendidos ainda é pequeno. **Youtube.** 14.jun.2016. vídeo (147 min), son, color. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=d7zt--SnzzE >. Acesso em: 04 mar. 2018.

COLAÇO, Rita. Os sombrios anos da “Peste Gay”. **Memória/ História MHB – MLGBT.** 2012. Disponível em: < https://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/11/os-sombrios-anos-da-peste-gay.html >. Acesso em: 29.mai.2018.

Com 37 opções de sexualidade, Tindler tem 250 mil novos encontros em 6 meses. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14.mar.2017. Disponível em: < http:// https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/com-37-opcoes-de-sexualidade-tinder-tem-250-mil-novos-encontros-em-6-meses-1-21056701>. Acesso em: 17 mar. 2018.

Conselho Federal de Psicologia. **Resolução 001/99 de 22 de março de 1999.** Brasília, 1999. Disponível em:< http:// https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 26 mai.2018.

D’AJUDA, Celina Maria. O AI 5. **FGV CPDOC**. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5. >. Acesso em: 17 jun. 2018.

Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health. Sexual health documents series. **World Health Organization**. Geneva, 28 -31 jan. 2006. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/gender_rights/defining_sexual_health.pdf >. Acesso em: 30 jan. 2018.

DELEUZE, Gilles. “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”. In: **Conversações (1972 – 1990)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. “Controle e Devir”. In: **Conversações (1972 – 1990)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 b.

Direitos Humanos. **Fundação Getúlio Vargas, FGV.** FGV, Faculdade de Direito. Rio de Janeiro, 2017. 291p. Disponível em: < https://direitorio.fgv.br/sites/direitorio.fgv.br/files/u1882/direitos_humanos_2017-2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

Do homem que se vestir em trajos de mulher, ou mulher em trajos de homem, e dos que trazem máscaras. In: **Ordenações Filipinas on-line.** 1998 Disponível em: < http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm >. Acesso em: 06.abr.2018.

Dos que commetem peccado de sodomia e, alimarias. In: **Ordenações Filipinas on-line**. 1998.Disponível em: < http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm >. Acesso em: 06.abr.2018.

DUARTE, Maércio Falcão. Evolução histórica do Direito Penal. **R 7 – Portal de notícias Record**. São Paulo. ago. 1999. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/932/evolucao-historica-do-direito-penal/2>. Acesso em:23.dez.2018.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. 4.ed. Lisboa, Portugal :Edições 70, 2008.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar editor,1994.

ESTEVES, Eduarda. A invisibilidade bissexual dentro do movimento LGBTI+. **Leia já**, 23.set.2108. Disponível em: <http:// www1.leiaja.com/noticias/2018/09/23/invisibilidade-bissexual-dentro-do-movimento-lgbti/>. Acesso em: 21.nov.2018.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. Revista **pré-UNIVESP**. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. n. 61, dez 2016 – jan 2017. Disponível em: <http://pre.univesp.br/historico-da-luta-lgbt-no-brasil#.WxR2-EgvzIU>. Acesso em:03.jun.2018.

_____. **“Sopa de letrinhas”?** – movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas. 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2002. Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 20.mai.2018.

Falta de informação prejudica debate sobre gêneros nas escolas, aponta especialista. **ONU/BR, Organizações das Nações Unidas no Brasil**, 10 de abr. de 2107. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/falta-de-informacao-prejudica-debate-sobre-genero-nas-escolas-aponta-especialista >. Acesso em: 20 nov.2017.

FRENANDES, Marcella. Presídio de Rafael Braga tem superlotação, ratos e baratas, alega a defensoria. **Huffpost Notícias**. Rio de Janeiro. 30. ago. 2017. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/2017/08/30/presidio-de-rafael-braga-tem-superlotacao-ratos-e-baratas-alerta-defensoria_a_23191159/ >. Acesso em: 25. dez.2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **História da sexualidade 3:** o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 27 ed. São Paulo: Graal, 2009.

_____. **A ordem do discurso**.5. ed. São Paulo: Loyola ,1999.

_____. **Vigiar e punir:** História das violências nas prisões. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **História da sexualidade 2:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal,1984.

HAIDAR, Diego. Corte Interamericana de Direitos Humanos recomenda que presídio de Bangu deixe de receber novos presos**. Globo.com,** Rio de Janeiro, 17.dez.2018. Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/17/corte-interamericana-de-direitos-humanos-proibe-presidio-em-bangu-de-receber-novos-presos.ghtml >. Acesso em: 18. dez.2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p.11-26.

_____. Memória, Poder e Resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENCHEA, Miguel Angel de (org). **Memória e Espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003. p.32-43.

_____. O esquecimento como crise do social. In: WEHLING *et al.* (or). **Memória Social e Documento:** uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, Mestrado Memória Social e Documento, 1997. p.53-62.

GOUVEIA, Marcelo. Rio de Janeiro pode ter presídio exclusivo para população LGBT. **Jornal Opção**. 25. mai. 2018. Disponível em: <https: // www. Jornal opcao. com. br/ultimas-noticias/ rio-de-janeiro-pode-ter-presidio-exclusivo-para-populacao-lgbt-126249/>. Acesso em: 12. jun. 2018.

GRANDIZ, Adele. Você já conhece os 31 gêneros reconhecidos em Nova Iorque? **A coisatoda.com**, 27jun .2016. Disponível em: <httphttp://acoisatoda.com/2016/06/27/voce-ja-conhece-os-31-generos-reconhecidos-em-nova-iorque/>. Acesso em:18.mar.2018.

GREEN, J.N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000.

GRUMAN, Marcelo. A Prostituição judaica no início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. **Artigos**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro. v. 7, n. 1, p.83-89,2006. Disponível em: < https://revistas.ufpr.br/campos/article/viewFile/5446/4001>. Acesso em:18.mai.2018.

GUEDES, Débora do Carmo Martins; OLIVEIRA, Karina Rosalina de; OLIVEIRA, Roberta Gonçalves. O trabalho nas alas LGBT das unidades prisionais masculinas na região metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais. **Revista CAAP**, Belo Horizonte, v. XXI, n.2, p 65-80, 2015. Disponível em:<file:///C:/Users/sebas/Downloads/426-822-1-SM.pdf>. Acesso em: 21.mar.2018.

GUINDANI, Miriam Krenzinger. As expressões de violência no sistema prisional brasileiro. In: FACEIRA, Lobébia da Silva; FARIAS, Francisco Ramos de (org). **Punição e Prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 45-62.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina,2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **Império**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HARTWEG, Fátima Bandeira. **O Respeito à laicidade da escola pública na perspectiva da gestão democrática**. 2014. Brasília: UNB, 2014,66 p. (monografia) Curso de especialização em gestão escolar. Brasília, 2014. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9211/1/2014_FatimaBandeiraHartwig.pdf > Acesso em:10.jun.2018.

HOLLOWAY, Thomas. O Calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no século XIX. In: MAIA, Clarissa et al. (orgs). **História das prisões no Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema prisional brasileiro:** a educação e o trabalho na política de execução penal. Petrópolis: FAPERJ,2012.

JUNIOR, James Alberto Zomignhani. **Desigualdade espaciais nas prisões na era da globalização neoliberal: Fundamentos da insegurança no atual período**. São Paulo. USP,2013,436p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universaidade de São Paulo. SP,2016. Disponível em:< file:///C:/Users/sebas/Downloads/2013_JamesHumbertoZomighaniJunior.pdf >. Acesso em: 02. set. 2018

LANTÉRI–LAURA, Georges. **Leitura das perversões:** história de sua apropriação médica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LEMOS, Amanda dos Santos. Criminalização da pobreza e a culpabilização dos pobres. In: FACEIRA, Lobébia da Silva; FARIAS, Francisco Ramos de (org). **Punição e Prisão: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 63- 76.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os brasis:** uma reflexão em busca da auto-estima. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEWIS, Elizabeth Sara. **"Não é uma fase". Construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais**. 2012. Rio de Janeiro: PUC, 2012, 267p. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2012.
Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=especifico&nrSeq=20671@1>. Acesso em: 10.jun.2018.

LIMA, Andréa Moreira. **Política sexual: o**s direitos humanos LGBT entre o universal e o particular. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor:** do Iluminismo à atualidade. v.2. 4.ed. Rio de Janeiro: Bestseller,2017.

_____. **O livro do amor:** da Pré-História à Renascença.v.1. 3.ed. Rio de Janeiro: Bestseller,2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes,1997.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. Ordenações Filipinas- considerável influência no direito brasileiro**. Jornal Carta Forense**. São Paulo. set. 2006. Disponível em: < http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>. Acesso em: 23.dez.2018.

MAFFESOLI, Michel. A sociedade contra o social. In: **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MATO GROSSO, 2017. **Instrução Normativa nº 001/2017/GAB-SEJUDH**. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: < http://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/html/15045/#e:15045/#m:962527>. Acesso em: 10.set.2017.

_____. [200-]. **O que significa LGBT**. Secretaria de Estado de Segurança Pública, Grupo Estadual aos Crimes de Homofobia. Disponível em: <http:// www. seguranca .mt .gov .br / gecch. pop? ID Categoria = 3207 >. Acesso em: 10.set.2017.

MOTTA, Manuel Barros da. **Crítica da razão punitiva:** nascimento da prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MOREIRA, Adailson. A Homossexualidade no Brasil no século XIX. **Revista Bagoas.** Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. v.6 n.7, 2012, p. 253-279. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2244/1677 >. Acesso em: 18.jun.2018.

MOURA, Julia. 7 conquistas -e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos. **Revista Veja on line**. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/ >. Acesso em: 03.jun.2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**: Da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. **Assim falou Zaratustra**: Um livro para todos e ninguém. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

NORA, Pierre. Entre Memória e História, a problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História e do Departamento de História**. PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1981.

"Outdoor" pede opção a bissexuais. **Jornal do Brasil**. 1 º caderno, p.5. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1987. Disponível em: < http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1987_00306.pdf>. Acesso em: 01.jun.2018.

POLLAK. Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212,1992.

_____. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15,1989.

POMPEU, ANA. Senado aprova projeto que obriga preso a custear gastos na prisão. **CONJUR**. 06 de junho de 2018. Disponível em: < https://www.conjur.com.br/2018-jun-06/senado-aprova-projeto-obriga-preso-custear-gastos-prisao >. Acesso em: 16.jun.2018

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n.1 edições, 2014.

Presos são confinados em jaulas no Maranhão. **Portal O globo G1**. Rio de Janeiro. 19.out.2017. Disponível em: < http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/presos-sao-confinados-em-jaula-no-maranhao.html >. Acesso em: 25.dez.2018

PRESTES, Érika Aparecida; VIANNA, Tulio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. **Iniciação Científica, destaques 2007**. PUC- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2008. Disponível em: < https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf>. Acesso em: 12.abr.2018.

RAMSEY, Gerald. **Transexuais perguntas e respostas**. São Paulo: Summus, 1998.

RIBEIRO, Leonídio. **Criminologia**. v.1. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1957.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **Poder, Gênero, Resistência, Proteção Social e Memória: aspectos da socialização de gays e lésbicas em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980**. 2006. Niterói: UFF,2006, 237p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/22/TDE-2007-03-08T100922Z-663/Publico/Dissertacao%20Rita%20Colaco.pdf>. Acesso em: 14.jun.2018.

SANT'ANNA, Sebastião Cesar Meirelles. **Educação prisional e as influências da Memória Social**. Curitiba: Prismas, 2017.

_____. Reintegração social ou ressocialização: a visão utilitária da educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Perspectiva, Erechim**. Erechim/RS; v. 38, n.144, p. 49-62, dez.2014.

SANTOS, Daniel Kerry dos. As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia.

SENKEVICS, Adriano Souza. **Gênero, família e escola: socialização familiar e escolarização de meninos e meninas de camadas populares de São Paulo.** 2015. São Paulo: USP, 2015, 215 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Sociologia da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/sebas/Downloads/ADRIANO_SOUZA_SENKEVICS_rev.pdf>. Acesso em: 30.jun.2018.

SILVA, José Alexandre; CERRI, Luiz Fernando. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: biografia, conceitos e influências na pesquisa educacional. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.14, n.26, jan./jun.2013. p. 171-198. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814262013171/2538>. Acesso em: 16.jun.2018.

SILVA, Marinete dos Santos. Clientes e circuitos da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. **Dimensões**. v. 29. Universidade Estadual do Norte Fluminense.Campos. p.374-391, 2012. Disponível em:< file:///C:/Users/sebas/Downloads/5414-11222-1-SM%20(1).pdf>. Acesso em:14.mai.2018.

SOUTO, Luiza. Assassinatos de LBGT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório. **O Globo** ,17. jan.2018.Disponível em: < https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785 >. Acesso em: 28. out. 2018.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STOLLER, Robert J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago Editora,1982.

TARDE, Gabriel de. **As leis da imitação**. Porto: Rés, (s/d).

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VARGAS, Eduardo Vianna. **Antes Tarde do que nunca**: Gabriel Tarde e a emergência das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

Veja algumas das maiores rebeliões ocorridas em presídios no Brasil. **Folha de São Paulo**. 10. Abr.2018. Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/veja-algumas-das-maiores-rebelioes-ocorridas-em-presidios-do-brasil.shtml> . Acesso em: 23.dez.2018.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista.** São Paulo, v.4, n.5, p. 93- 115, 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/135/71> . Acesso em: 30.jan.2018.